

*ensaios de*  
**HISTÓRIA**

Franca, v. 11, n. 1/2, 2006

ISSN 1414-8854



**unesp**  
Campus de Franca

**UNESP – Universidade Estadual Paulista**  
**UNESP – São Paulo State University**

**Reitor**

PROF. DR. MARCOS MACARI

**Vice-Reitor**

PROF. DR. HERMAN JACOBUS CORNELIS VOORWALD

**FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

**Diretor**

PROF. DR. IVAN APARECIDO MANOEL

**Vice-Diretor**

PROF. DR. FERNANDO ANDRADE FERNANDES

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Coordenadora**

PROFA. DRA. CÉLIA MARIA DAVID

**Vice-Coordenador**

PROF. DR. ALBERTO AGGIO

**UNESP – Universidade Estadual Paulista**  
**UNESP – São Paulo State University**

Comissão Editorial

Presidente

Prof. Dr. Pedro Gerardo Tos

**APRESENTAÇÃO**

Disciplinas

André Luis Guimarães

Geza Elis de Fran

A Revista Ensaios de História do seu 11º volume e aproveita a ocasião para publicar conjuntamente os artigos 1 e 2 referentes aos artigos enviados no biênio 2005-2006. Este número encontra-se a etapa cumprida em números anteriores dedicados à publicação de capítulos ou resumos dos melhores trabalhos de conclusão de curso elaborados pelos graduandos e aproveita para tomar publicação artigos e trabalhos que não haviam sido publicados em função de limitações de espaço.

## **ENSAIOS DE HISTÓRIA**

Revista do Curso de Graduação em História

Compõe o currículo de História e tem como finalidade apresentar uma resenha. Os artigos são variados e não seguem um padrão previamente estipulado e traz uma diversidade de temas que possibilita uma expressão mais ampla e abrangente da renovação do quadro de pesquisa no campo da formação em História. Há uma diversidade de temas tratados nos artigos e artigos de novos docentes que, em conjunto, possibilitam a atualização e a renovação da revista.

A Revista, por meio de sua ampla circulação editorial, cumpre seu papel de contribuir para a produção acadêmica e científica obtida pelos alunos durante o período de conclusão da graduação. O balanço é, por assim dizer, positivo e revela o descortino da empreitada no sentido de realizar uma das várias oportunidades de publicação científica indexada oferecidas na universidade brasileira no âmbito da formação de bacharéis e licenciados em História.

Esclarecemos aos interessados em enviar suas colaborações, e não só aos graduandos em História da FHDSS - campus de Franca da Unesp, que os artigos devem ser enviados devidamente acompanhados de documentação que permita a identificação do autor e facilitar a comunicação.

ISSN 1414-8854

Ensaios de História	Franca	v.11, n.1/2	p.1-204	2006
---------------------	--------	-------------	---------	------

Editoria - também composta de graduandos em História e sob a coordenação do Conselho de Curso de Graduação da instituição.

## ENSAIOS DE HISTÓRIA

### Comissão Editorial

Presidente

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

Discentes

Aender Luis Guimarães

Cesira Elisa de Fávori

Dennys Montagner

Danielle de Oliveira Mércuri

Ítalo Rodrigo Xavier Cordeiro

Leonardo José César de Mattos Guerra

Márcio Pimentel Rocha

Mariana de Toledo Soares

Paula Sanae Lopes Nishiwaki

Rafael da Costa Natera

Renato Aurélio Mainente

Publicação Semestral/Semestral Publication

Solicita-se permuta/Exchange Desired

Endereço/Address

Rua Major Claudiano, 1488 – Franca, SP – 14400-690 – Brasil

E-mail: ensaiosdehistoria@yahoo.com.br

publica@franca.unesp.br

Ensaaios de História (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP) Franca,  
SP, Brasil, 1996 – 1996-2006, 1 – 11

ISSN 1414-8854

Capa: Soldado Romano com a Cabeça de um inimigo Daco. Desenho e Arte Final: [http://  
planeta.terra.com.br/arte/mundoantigo/roma/](http://planeta.terra.com.br/arte/mundoantigo/roma/)

## APRESENTAÇÃO

A Revista Ensaaios de História apresenta o seu 11º volume e aproveita a ocasião para publicar conjuntamente os volumes 1 e 2 referentes aos artigos enviados no biênio 2005-2006. O presente volume encerra a etapa cumprida em números anteriores dedicados prioritariamente à edição de capítulos ou resumos dos melhores trabalhos de conclusão de cursos elaborados pelos graduandos e aproveita para tornar públicos os demais artigos selecionados que não haviam sido publicados em função da carência de espaço.

Compõe o presente volume vinte e um artigos e uma resenha. Os artigos são variados e não seguem um padrão previamente estipulado e traz uma diversidade de temas que reflete o momento no qual ocorria expressiva renovação do quadro docente desencadeado pela instituição no campo da formação em História. Há, portanto, uma estreita correlação entre a diversidade de temas tratados nos artigos e o ingresso de novos docentes que, evidentemente, passaram a orientar alunos numa perspectiva que se ampliou.

A Revista, por meio de produção e de circulação editorial, cumpre seu papel de conferir relevo à produção acadêmica individual e coletiva objetivada pelos alunos durante o percurso curricular em nível de graduação. O balanço é, por assim dizer, positivo e revela o descortino da empreitada no sentido de realizar uma das raras oportunidades de publicação científica indexada oferecidas na universidade brasileira no âmbito da formação de bacharéis e licenciados em História.

Esclarecemos aos interessados em enviar suas colaborações, e não só aos graduandos em História da FHDSS - campus de Franca da Unesp, que os artigos devem ser enviados devidamente acompanhados de aquiescência que ateste o crivo do docente orientador de modo a facilitar o trabalho de seleção, de oposição de pareceres, de correção e de editoração promovido pela Comissão Editorial – também composta de graduandos em História e sob a coordenação do Conselho de Curso de Graduação da instituição.

Nesse momento é meu dever agradecer a todos aqueles que se dignaram a oferecer trabalhos, mas é meu dever de gratidão conferir relevo ao empenho dos alunos que compõem o Programa de Educação Tutorial em História, já que ao participarem da Comissão Editorial Docente é sobre eles que recaíram as tarefas que culminaram na publicação do presente volume.

Não menos importante é o papel desempenhado pelo corpo docente que ensina no curso de História na medida em que é junto com eles que os alunos executam a lavra da formação no campo da orientação para a produção científica e na relação pedagógica desenvolvida em sala de aula.

É útil para o ensino esclarecer, ainda, que os trabalhos aqui apresentados, embora sejam predominantemente decorrentes de atividades de iniciação científica, não foram selecionados em função desse critério. Os critérios da Revista privilegiam trabalhos que apresentem consistência, concisão e clareza com vistas a permitir e a facilitar ao graduando a condição de lidar com a dimensão pública da circulação do conhecimento na sua área de formação. Assim, o requisito é o envio de trabalhos mediante autorização do orientador.

Finalmente, aproveito a ocasião para externar minha destacada honra e indizível gratidão a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para o resultado desse primeiro período de atividades frente ao Conselho de Curso de História, na qualidade de Coordenador desse Conselho pude ser brindado com a expressiva participação dos discentes em atividades que ultrapassam o ambiente de sala de aula.

Ofereço, então, aos leitores o nosso trabalho e desejo que a leitura seja frutuosa.

**Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi**

Presidente da Comissão Editorial

## SUMÁRIO/CONTENTS

A Eleição do Papa Bento XVI: uma Análise da Relação do Cardeal Joseph Ratzinger com a Igreja Católica do Brasil <i>Adriano Henriques Machado</i> .....	11
A Fundação do Colégio Pedro II: o Contexto Político e a participação de Bernardo Pereira de Vasconcelos <i>Augusto Melara Faria</i> .....	21
As Eleições Midiáticas de 1989 <i>Bruno Felipe Vieira</i> .....	31
Blogs e Walter Benjamin <i>Camilo Oliveira Prado</i> .....	43
Reflexões acerca do Cientificismo <i>Carlos Eduardo Gimenez Ramos</i> .....	51
Aquele que "Vê com os Próprios": o viajante naturalista <i>Carolina Carvalho Ramos de Lima</i> .....	59
A corrupção em Perspectiva Histórica: do apodrecido à transparência <i>Cintia Pinheiro Ribeiro de Souza</i> .....	69
Manter o milagre ou acelerar para a década perdida? O pensamento econômico acerca do II Plano Nacional de Desenvolvimento <i>Denny Montagner</i> .....	75
Vida e Obra Monástica de Santa Beatriz de Silva: a Religiosidade Feminina do final do Século XV e início do XVI <i>Elena Regina Silveira Carvalhães</i> .....	85

Crime e Loucura: as relações entre Psiquiatria e Justiça Penal no Brasil (1890-1920) <i>Fábio César Chaves</i> .....	93
Impressões acerca do Casamento na Colônia: o relato de Manuel da Nóbrega <i>Felipe Ziotti Narita</i> .....	101
A Influência Social-Democrata na Segunda Internacional: os Dilemas da Práxis Revolucionária <i>Fernando Silva dos Santos</i> .....	107
Aspectos Gerais do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa <i>Flávia Pinheiro Silva</i> .....	115
Uma Reflexão sobre a Educação Escolar Indígena ao longo da História <i>Gabriela Pontin Novaes</i> .....	123
A Escola enquanto Campo de Conflito de Grupos Juvenis <i>Gustavo de Souza Pinto</i> .....	133
Antigüidade Clássica nas Artes: os 300 de Esparta <i>Ivan Rocha Pólo; Ulisses Pinheiro Lampazzi</i> .....	139
Superman: o Messias retorna <i>Juliano Alves Dias</i> .....	147
O Catolicismo Social no Brasil e a União Catholica Brasileira <i>Pedro Willian Vieira dos Santos</i> .....	159
Visões sobre o Contexto da Sociedade Colonial Brasileira nos Séculos XVI e XVII <i>Rafael José da Silveira</i> .....	169
Debates Impressos no Caso Collor <i>Sérgio Campos Gonçalves</i> .....	177

João Paulo II e a Teologia da Libertação: volta à grande Disciplina? <i>Tiago Tadeu Contiero</i> .....	187
RESENHA	
SANTOS, Eduardo Natalino dos. Deuses do México Indígena <i>Bruno Baendereck</i> .....	195

RESUMO: Este artigo busca fazer uma análise do relacionamento entre o papa João Paulo II e a Teologia da Libertação, a partir do ano de 1982, quando este se tornou Papa da Sacra Congregação para a Doutrina da Fé e a Igreja Católica Brasileira, mais especificamente em relação à Teologia da Libertação. Também serão feitas algumas considerações sobre qual foi o significado de sua eleição para o cargo de papa em relação à Igreja Brasileira.

UNITERMOs: História de Igreja; Catolicismo; Teologia da Libertação; Santo João Paulo II.

Quando da morte do papa João Paulo II, no início de abril de 2005, muitos estudiosos e analistas ligados a questões da religião católica começaram a fazer seus prognósticos de quem seria o novo papa. A partir da lista de papas apostas que se criou em cima de quem seria o novo papa, vários estudiosos, sobretudo latino-americanos, começaram a fazer suas análises e prognósticos. Joseph Ratzinger se sagrou papa, porque o mesmo se encontrava com 78 anos, em idade avançada e muitos deles acreditavam que o papa João Paulo II havia sido muito conservador em alguns aspectos e que naquele momento os bispos não optariam por um fortalecimento dessa posição.

Porém, a partir de uma rápida eleição e sucessão mais rápida no século XX, sendo o mesmo eleito na quarta votação, o cardeal alemão Joseph Ratzinger, até aquele momento prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, foi eleito papa. Essa escolha surpreendeu grande parte dos analistas pois acreditavam que a Igreja Católica não escolheria um papa mais aberto em relação ao mundo moderno e à discussão sobre o direcionamento da doutrina católica. Entretanto, foi dentro de boa parte do clero latino-americano que se viu a eleição de um papa mais aberto em relação ao mundo moderno e à discussão sobre o direcionamento da doutrina católica. Entretanto, foi dentro de boa parte do clero latino-americano que se viu a eleição de um papa mais aberto em relação ao mundo moderno e à discussão sobre o direcionamento da doutrina católica.

Aluno de curso de graduação em História, F-1069/UNESP - Franca/SP, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Mariani.

Como a Liberdade de Expressão foi conquistada no Brasil	93
Impressões sobre o Casamento na Colônia: o relato de Manuel de Albuquerque	101
A Influência Social Democrata na Segunda Internacional: os Dilemas da Revolucionária	107
Aspectos Gerais do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa	115
Uma Reflexão sobre a Educação Escolar Indígena ao longo da História	123
A Escola enquanto Campo de Conflito de Grupos Juvenis	133
Antiguidade Clássica nas Artes: os 300 de Esparta	139
Superman: o Messias retorna	147
O Catolicismo Social no Brasil e a União Católica Brasileira	159
Viagens sobre o Contexto da Sociedade Colonial Brasileira nos Séculos XVI e XVII	169
Debates Impressos no Caso Collier	177

## A ELEIÇÃO DO PAPA BENTO XVI: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO DO CARDEAL JOSEPH RATZINGER COM A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL

Adriano Henriques MACHADO<sup>1</sup>

- RESUMO: Este artigo busca fazer uma análise do relacionamento entre o cardeal Joseph Ratzinger, a partir do ano de 1982, quando este se tornou Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e a Igreja Católica brasileira, mais especificamente em relação à Teologia da Libertação. Faremos também algumas considerações sobre qual foi o significado de sua eleição para o cargo de papa em relação à Igreja Brasileira.
- UNITERMOS: História da Igreja Católica; Teologia da Libertação; Cardeal Joseph Ratzinger.

Quando da morte do papa João Paulo II, no início de abril de 2005, muitos estudiosos e analistas ligados a questões da religião católica começaram a fazer seus prognósticos de quem seria o novo papa. A partir da bolsa de apostas que se criou em cima de quem seria o novo papa, vários estudiosos, padres e teólogos latino-americanos não esperavam que o cardeal alemão Joseph Ratzinger se elegeesse papa, porque o mesmo já se encontrava com 78 anos, uma idade avançada e muitos deles acreditavam que o papado de João Paulo II havia sido muito conservador em alguns aspectos e que naquele momento os bispos não optariam por um fortalecimento desse posicionamento.

Porém, a partir de uma rápida eleição, a segunda mais rápida no século XX, sendo o mesmo eleito na quarta votação, o cardeal alemão Joseph Ratzinger, até aquele momento prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, foi eleito papa. Essa escolha surpreendeu grande parte dos analistas pois acreditavam que a Igreja Católica iria escolher um papa mais aberto em relação ao mundo moderno e à discussão sobre o direcionamento da própria Igreja. Entretanto, foi dentro de boa parte do clero latino-americano que a sua eleição foi vista como uma decepção, sentimento esse, decorrente do relacionamento anterior, que parte do episcopado latino-americano tinha com o

<sup>1</sup> Aluno do curso de graduação em História, FHDSS / UNESP – Franca/SP, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

cardeal Joseph Ratzinger, quando este pertencia à Cúria Romana.

Uma parte dos membros e do clero da Igreja Católica latino-americana, especialmente da Igreja Católica Brasileira passou por um processo de "esquerdização" (MANOEL, 2000, p. 135), durante a segunda metade do século XX. A partir disso, faremos um rápido resumo de como se deu esse processo de "esquerdização" e como foi o relacionamento do cardeal Ratzinger com o mesmo.

O primeiro movimento a receber uma influência esquerdista em suas práticas e em suas idéias foi o movimento leigo intitulado Juventude Universitária Brasileira (JUC), o qual foi tomando corpo no desenrolar dos anos 1950 e teve o seu ápice no início dos anos 1960. Essa "esquerda católica", como ficou conhecida, foi o primeiro movimento católico latino-americano a defender mudanças radicais nas estruturas sociais e até a clamar por uma nova sociedade e um novo homem, tendo em mente a construção de uma sociedade socialista.

Com o golpe de 1964 e a pressão da hierarquia da Igreja, naquele período majoritariamente conservadora, tendo em vista que a mesma apoiou de forma contundente o golpe militar, esta passou a entrar em conflito com a JUC, o que levou ao desmantelamento do movimento e ao seu fim em meados dos anos 1960. Muitos de seus militantes ainda acabaram adentrando na Ação Popular (AP), um movimento que tinha a mesma base teórica da JUC, mas o qual era autônomo perante a hierarquia da Igreja Católica. Porém, com o aumento da repressão o grupo começou a se dividir internamente, até que o movimento passou a ter como base o maoísmo e se fundiu ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), perdendo assim a sua influência cristã.

Por diversos motivos esse processo de "esquerdização", trazido pela "esquerda católica" dos anos 1960, começou a se desenvolver e a penetrar não somente entre os leigos, mas no próprio episcopado latino-americano.

Dentre as causas que contribuíram para essa "esquerdização", existiram fatores internos da própria Igreja Católica, tanto em nível mundial quanto em nível regional. A nível mundial, o Concílio Vaticano II realizado na primeira metade dos anos 1960, apesar de trazer poucas mudanças no pensamento doutrinário da Igreja, abriu o diálogo da Igreja com o mundo moderno, além de ter criado um espírito de renovação, que trouxe grandes reflexos para a Igreja Católica latino-americana.

A nível regional, a Igreja Católica latino-americana através da segunda reunião do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), ocorrida em Medellín na Colômbia, no ano de 1968, passou a criticar fortemente as injustiças sociais e a adotar como lema a "opção preferencial pelos pobres". O que também contribuiu muito para esse processo foi o crescimento das Comunidades

Eclesiais de Base (CEBs), as quais tiveram um papel conscientizador fundamental entre as classes mais pobres nas periferias das médias e grandes cidades e também na área rural.

No aspecto sócio-político, o mundo vivia o clima trazido pela bipolarização entre a potência socialista e a potência capitalista, União Soviética e Estados Unidos, respectivamente. Dentro desse contexto mundial, mas em nível regional, a Revolução Cubana de 1959 abriu uma perspectiva socialista para o continente.

Com medo do fantasma do socialismo, muitos países latino-americanos, principalmente o Brasil, a Argentina e o Chile, a partir da década de 1960 passaram por ditaduras militares de direita, apoiadas diretamente pela potência capitalista. Essas ditaduras contribuíram para o processo de "esquerdização" de parte da Igreja latino-americana, mas principalmente no caso brasileiro, onde a Igreja local, apesar de apoiar o golpe em seu início, com o passar do tempo e com o aumento das arbitrariedades e violências cometidas pelo regime, tornou-se numa das principais instituições atuando na defesa dos direitos humanos, fortalecendo sobretudo aqueles bispos que possuíam uma forte crítica às desigualdades sociais.

Apesar de todos esses fatores, foi apenas no início dos anos 1970, que vários teólogos, buscando dar uma fundamentação teórica a todo esse processo e a essas práticas, formularam uma teologia própria, a qual ficou conhecida como Teologia da Libertação. Seu livro fundador foi escrito pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, intitulado *Teologia da Libertação: perspectivas* e publicado no ano de 1971.

Nesse livro, o teólogo defendia uma transformação radical das estruturas sociais, políticas e econômicas, além da construção de uma sociedade socialista, pois:

[...] Só uma quebra radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda do sistema de propriedade, o acesso ao poder da classe explorada, uma revolução social [...] pode permitir acesso a uma sociedade diferente, a uma sociedade socialista. (GUTIÉRREZ, 1986, p. 34).

Ao mesmo tempo, a Teologia da Libertação defendia que a Igreja e os próprios cristãos deveriam tomar parte junto a esse processo de libertação. Dentro dessa sistemática, muitas concepções fundamentais do cristianismo ganharam um novo significado, como a compreensão do que era pecado e do que era conversão.

Assim sendo, para Gutiérrez o pecado não estava apenas ligado ao espiritual e ao devocional, ou seja, ele não era advindo dos desvios pessoais em relação à doutrina da Igreja e dos ensinamentos de Cristo, mas o teólogo passou a

entender um sistema social concreto, o qual estava marcado por violências e injustiças, como tendo o pecado em suas estruturas, ou seja, o capitalismo de então era visto como um sistema marcado pelo pecado, logo, só com o fim do mesmo e a construção de uma sociedade socialista é que a pessoa estaria livre do pecado. Da mesma forma, converter-se não era aceitar as promessas de Cristo e nem a doutrina da Igreja Católica, mas sim: "Converter-se é comprometer-se com o processo de libertação dos pobres e explorados, comprometer-se lúcida, realística e concretamente. Não só com a generosidade, mas também com a análise de situação e com estratégia de ação." (GUTIÉRREZ, 1986, p. 173).

Nesse sentido, esses teólogos possuíam um forte pensamento de que a construção do reino de Deus teria o seu início no mundo terreno, logo, seria imprescindível a luta por uma libertação social, política e econômica, a qual representaria o início desse processo de construção do reino no mundo terreno.

A Teologia da Libertação também foi marcada por sua ligação com as ciências sociais, mas principalmente com o marxismo. Esses autores utilizavam alguns aspectos da análise econômica do marxismo, porém acreditavam que o contexto latino-americano deveria adotar um socialismo que fosse construído tendo como base os seus problemas sociais, políticos e econômicos.

Além disso, toda a história cristã foi revista a partir de uma perspectiva libertadora. O exemplo mais claro dessa nova compreensão foi a análise feita sobre a libertação do povo hebreu da escravidão do Egito, descrita no livro do Êxodo, porque essa libertação não era apenas religiosa, pois a mesma possuía um caráter político intrínseco.

Desse modo, a junção entre as práticas voltadas para o social, principalmente através das CEBs e essa nova teologia, a Teologia da Libertação, foi o ápice de um processo de "esquerdização" de parte do catolicismo latino-americano, iniciado nos anos 1960-70. Assim, essa união teve o seu auge durante os anos 1970-80, movimento esse que ficou conhecido como "Igreja da Libertação".

Durante os anos 1970, essa "Igreja da Libertação" conquistou boa parte do catolicismo latino-americano, recebeu o apoio de muitos bispos e até de cardeais e no Brasil teve uma forte presença em muitas revistas e editoras católicas, fora o apoio oficial recebido da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Porém, depois do cardeal polonês Karol Wojtila ter sido eleito papa, no ano de 1978, o Vaticano passou a olhar com desconfiança essa parcela da Igreja, a qual defendia mudanças radicais nas estruturas da sociedade e ao mesmo tempo fazia uma ligação teórica com o marxismo.

Dentro desse contexto, o papa João Paulo II juntamente com a Cúria

Romana articulou um processo que visava enfraquecer essa vertente da Igreja.<sup>1</sup> Esse processo de desarticulação pôde ser observado já nos discursos do papa na reunião do CELAM ocorrida em Puebla no México, no ano de 1979, em que o pontífice criticou vários aspectos da Teologia da Libertação, como as releituras políticas dos livros bíblicos, a ligação entre a libertação espiritual e a sócio-política, além de condenar a utilização das análises advindas das ciências sociais e principalmente do marxismo.

Na parte prática, esse processo foi marcado pela transferência de bispos que tinham afinidades com a Teologia da Libertação, ou que possuíam simplesmente um trabalho social mais forte, tendo como consequência a divisão de uma arquidiocese, a qual desarticulou o trabalho social da Arquidiocese de São Paulo, a mais importante do país e a mais populosa do mundo, que ficou conhecida pelo trabalho em favor dos direitos humanos e dos mais pobres, através de seu arcebispo, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns.

Foi dentro desse processo de desarticulação da "Igreja da Libertação", que entrou em cena o atual papa Bento XVI, na época cardeal Joseph Ratzinger. O cardeal nasceu na Alemanha, no ano de 1927 e foi nomeado arcebispo de Munique no ano de 1977. Porém, foi a partir do ano de 1981, quando este foi designado pelo papa João Paulo II para o cargo de prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, órgão responsável pelo purismo da doutrina da Igreja Católica, onde a sua atuação foi de fundamental importância para que ocorresse a condenação teórica da Teologia da Libertação.

Apesar das críticas feitas pelo papa João Paulo II referente à Teologia da Libertação, a maioria delas tinham sido feitas de forma indireta, principalmente em seus discursos e não condenavam essa nova teologia como um todo. Assim, com a entrada do cardeal Ratzinger na Cúria Romana o combate feito à "Igreja da Libertação" tomou-se uma questão fundamental para o mesmo.

Nesse sentido, a Congregação dirigida pelo Cardeal publicou dois documentos, que condenavam os pilares fundamentais da Teologia da Libertação, um foi publicado no ano de 1984, intitulado *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação: Libertatis Nuntius* e outro no ano de 1986, o documento *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*.

O cardeal desconstruiu os principais pilares da Teologia da Libertação nesses documentos e mostrou porque eles seriam contrários à doutrina cristã. Existe uma idéia norteadora nos dois documentos, a qual consiste em afirmar que

<sup>1</sup> Esse artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla, a qual busca analisar mais precisamente como se deu a desarticulação da "Igreja da Libertação" no Brasil (MACHADO, 2006).

a verdadeira libertação é a libertação do pecado. Só que diferentemente dos teólogos da libertação que uniam a libertação do pecado há uma libertação sócio-econômica, para o cardeal o pecado era considerado como um desvio aos ensinamentos de Cristo e à doutrina da Igreja Católica, ou seja, o pecado estaria completamente ligado à esfera devocional e espiritual.

Dessa maneira, para ele só a partir da libertação do pecado, sendo este compreendido do ponto de vista espiritual e devocional, é que seria possível uma libertação sócio-política, enquanto para os teólogos da libertação, a libertação espiritual e sócio-política deveriam ser realizadas concomitantemente.

Assim, para Ratzinger a libertação individual do pecado e a libertação das condições sócio-econômicas não estariam interligadas, pois:

Há, certamente, estruturas iníquas e geradores de iniquidade, e é preciso ter coragem de mudá-las. Fruto da ação do homem, as estruturas boas ou más são conseqüências antes de serem causas. A raiz do mal se encontra, pois, nas pessoas livres e responsáveis, que devem ser convertidas pela graça de Jesus Cristo, para viver e agir como criaturas novas, no amor ao próximo, na busca eficaz da justiça, do autodomínio e do exercício das virtudes. (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1984, on-line).

Ratzinger também condenou a releitura dos livros bíblicos, além de dizer que havia dois tipos de Teologia de Libertação, uma que tinha a "opção preferencial pelos pobres" como base e outra, que tentava reduzir o Evangelho da salvação a um evangelho terrestre: "*que se afasta gravemente da fé da igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé.*" (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1984, on-line).

Por fim, criticou a utilização de conceitos marxistas por esses teólogos, porque os mesmos corromperam o: "[...] *que havia de autêntico no generoso empenho inicial em favor dos pobres.*" (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1984, on-line). Pois, para Ratzinger seria impossível fazer uma separação do marxismo como ferramenta de análise de uma situação sócio-econômica, de sua ideologia materialista e atéia, a qual possuía elementos contrários à doutrina cristã, como o conceito de luta de classes.

Na sua sistematização, a Teologia da Libertação mudou aspectos fundamentais da doutrina cristã, como a concepção do que era pecado e do que era salvação, desse modo quando se altera um dos pilares fundamentais de uma doutrina, como conseqüência toda a doutrina tem de ser reformulada. Reflexo disso ocorreu com a condenação de Ratzinger, porque o mesmo não apenas condenou um ou outro aspecto da Teologia da Libertação, mas sim, a mesma como um todo, por exemplo, quando a Teologia da Libertação defendeu o

aspecto político de Jesus, pois para Ratzinger ela:

Propõe-se, assim, uma reinterpretção exclusivamente política da morte de Cristo. Nega-se desta maneira, seu valor salvífico e toda a economia da redenção. A nova interpretação atinge, assim, todo o conjunto do mistério cristão. (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1984, on-line).

Entretanto, o fato que mais marcou a relação da Igreja brasileira com o cardeal Joseph Ratzinger foi o processo aberto contra o frei Leonardo Boff, quando da análise do seu livro Igreja: Carisma e poder, publicado em 1981, onde o mesmo fazia críticas à infalibilidade papal e ao modelo hierárquico e autoritário da Igreja. Assim sendo, o processo contra Boff fez com que o teólogo fosse ao Vaticano para prestar esclarecimentos perante a Congregação dirigida por Ratzinger e foi acompanhado por dois cardeais brasileiros D. Paulo Evaristo Arns e D. Aloisio Lorscheider, mostrando assim o peso que a Teologia da Libertação possuía no catolicismo latino-americano.

Apesar desses esclarecimentos, o frade foi condenado em 1985 ao silêncio obsequioso, ou seja, estava proibido de falar sobre essa temática publicamente e também foi deposto do cargo de editor da Revista Eclesiástica Brasileira e de ser o chefe editorial religioso da Editora Vozes. Essa condenação serviu de exemplo para os outros teólogos da libertação, a fim de que eles abrandassem os seus discursos, senão esse tipo de punição poderia repetir-se. Tudo isso marcou profundamente a relação entre o episcopado latino-americano, mas especialmente o brasileiro com o cardeal Joseph Ratzinger.

A Igreja Católica, na visão do cardeal Ratzinger, possui uma existência milenar, anda a passos lentos e podemos perceber o reflexo desse pensamento numa entrevista concedida no ano de 1996, na qual o cardeal analisou as condenações à Teologia da Libertação da seguinte maneira: "[...] *tem de se dizer que as intervenções que fizemos foram objetivamente corretas e que também foram uma ajuda, talvez não de imediato, mas a longo prazo.*" (RATZINGER, 1997, p. 76)

Porém, na época da eleição do cardeal Ratzinger para o cargo de papa, a polêmica com a Teologia da Libertação já havia arrefecido há vários anos, desde a derrubada do muro de Berlim e a crise do socialismo soviético. Entretanto, a vida do cardeal Ratzinger havia sido marcada pela tensa relação entre o episcopado latino-americano e a posição dura do cardeal frente a qualquer desvio da doutrina e dos dogmas da Igreja Católica.

Com a sua eleição, os especialistas em Igreja Católica dividiram-se em dois blocos na análise de como seria o seu pontificado: um primeiro grupo acredita que ele irá mudar seu posicionamento frente a diversas questões, já que

a dureza mostrada anteriormente apenas refletia a posição que o mesmo ocupava na Cúria Romana, ou seja, de guardião dos princípios da doutrina católica; um segundo grupo acredita que seu papado será apenas um fortalecimento do posicionamento "conservador" do papa João Paulo II, tanto nos aspectos morais e doutrinários, quanto na discussão com o mundo moderno e no relacionamento com as outras denominações religiosas.

A partir da leitura de documentos e entrevistas do cardeal Ratzinger, estamos mais propensos em concordar com o segundo grupo de estudiosos, mas fazer esse tipo de prognóstico não é o intuito deste pequeno artigo.

Entretanto, uma marca do pensamento do cardeal Ratzinger, principalmente na sua relação com a Teologia da Libertação, é a crítica que ele fez ao mundo moderno, o qual teria se afastado dos ensinamentos de Cristo e da Doutrina Cristã, através do processo de secularização, marcado pela crença no progresso e em doutrinas racionalistas.

Desse modo, será praticamente certo que o cardeal Ratzinger, agora papa Bento XVI, defenderá a volta de Deus como centro do mundo, ou pelo menos como eixo condutor da vida dos católicos, fazendo assim, com que muitos estudiosos reflitam que possa ocorrer um fortalecimento do fundamentalismo cristão, pois como o próprio cardeal disse:

Talvez tenhamos de nos despedir das idéias existentes de uma Igreja de massas. Estamos possivelmente perante uma época diferente e nova da história da Igreja. Nela, o cristianismo voltará a estar sob o signo do grão de mostarda, em pequenos grupos, aparentemente sem importância, mas que vivem intensamente contra o Mal e trazem o Bem para o mundo; que deixem Deus entrar. (RATZINGER, 1997, p. 15).

MACHADO, Adriano Henriques. The election of pope Benedict XVI: An Analysis of cardinal Joseph Ratzinger relation with the brazilian catholic church. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 11-20, 2006.

- ABSTRACT: This article intend to maks relationship analysis between cardinal Joseph Ratzinger, since the year of 1982, when this one became the mayor of holy Congregation for the Doctrine of the Fait and Brazilian Catholic Church, more specifically in relation to the Liberty Theology. We'll also make some consideration about the mea wing of election to the stat went of pope, to brazilian church.
- KEYWORDS: Catholic church history; Liberty Theology, Cardinal Joseph Ratzinger.

## FONTES

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação: Libertatis Nuntius*. 1984. Disponível em: <<http://www.dicionariodafe.com.br/documentos/documentos.htm>>. Acesso em: 3 out. 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ivan Antônio de. *Movimento fé e política: a síntese de uma tragédia*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2000.
- BOFF, Leonardo; BOFF Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Ática, 1981.
- CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1979.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- JOÃO PAULO II. *A palavra de João Paulo II no Brasil (discursos e homilias)*. São Paulo: Paulinas, 1980.
- LORO, Tarcísio Justino. *Espaço e poder na igreja: a divisão da arquidiocese de São Paulo*. 1995. 255 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- LÖWI, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MACHADO, Adriano Henriques. *A Desarticulação da "Igreja da Libertação" no Brasil (1979-1989)*. 2006. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2006.
- MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980: notas prévias para uma pesquisa). *Estudos de História*. Franca, v. 7, n.1, p. 135-148, jun. 2000.
- RATZINGER, Joseph. *O Sal da terra: o Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio: um diálogo com Peter Seewald*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.



passaram pelo Colégio Pedro II e no ano de 2007 completará 170 anos de existência (COUTINHO, 1961, p.04-5).

Além disso, foi o primeiro Colégio a instituir a Cadeira de História do Brasil e sua congregação reuniu grandes homens de cada época, um seletivo grupo de homens conhecedores do saber e da prática no magistério. Ilustremos com a seguinte citação:

[...] Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Justiniano José da Rocha, Porto Alegre, Joaquim Caetano, Carlos de Laet, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Silva Ramos, Farias Brito, Silvio Romero, Pinheiro Guimarães, José Accioli, Almeida Lisboa, Jônatas Serrano, Said Ali, [...] Que maior galeria de homens ilustres na cultura e na cátedra poderá ostentar qualquer outro instituto docente? (COUTINHO, 1961, p. 05).

Neste momento, iniciaremos o estudo sobre o debate acerca do conceito de elite. Suas visões, segundo teóricos do estudo de elite, debates historiográficos e compreender a formação da elite brasileira, pois sustentará a exposição do presente trabalho e desta forma, facilitará o entendimento do cenário político do período regencial e dará indícios dos motivos da fundação do Colégio Pedro II.

A teoria das elites nasce da relação com as elites políticas, ou seja, o poder pertence sempre a um restrito círculo de pessoas que detém a força para impor suas decisões e em última instância usar a força de fato como meio para alcançar seus anseios. Forma esta, que torna em um instrumento específico do poder (WEBER, 2004, p.60). Max Weber entende que o Estado é uma forma de dominação do homem pelo homem, com fundamento no uso da violência e esta sendo considerada algo legítimo.

Salta aos olhos o termo espaço político que está intimamente relacionado com o debate de elite, ou seja, "um espaço de diferenças" (BOURDIEU, 1989, p.27), pois neste espaço é onde ocorrem os conflitos entre os possíveis representantes políticos e o eleitorado, isto é claro dependendo de um sistema político e de um dado momento histórico. De tal forma, assiste-se a influência da origem do indivíduo e seu espaço de posicionamento político (BOBBIO, 2004, p.392). Surge em virtude disto, uma dificuldade em delimitar suas fronteiras, pois o "campo político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis" (RÉMOND, 2003, p.443) em virtude das contínuas movimentações naturais de suas fronteiras, ou seja, dilata-se e retrai-se (RÉMOND, 2004, p.442).

Fica difícil pelo que foi exposto identificar o que é o espaço político, no entanto, a relação que se deve tirar, é que política é a relação com o poder, ou

mais especificamente, é uma relação social, na qual temos o Estado como uma dimensão de diversas outras relações de poderes.

No entanto, no século XIX, o poder e Estado estão intimamente ligados e também identificam com outras esferas, como por exemplo: instituições, aparelhos, dirigentes. No que tange ao debate historiográfico sobre história política tradicional, seus embates com outras perspectivas e deste modo o aparecimento de uma nova história política far-se-á necessário um diálogo com essa pluralidade de entendimento, pois necessitamos da idéia de Estado, personagens, instituições, contexto histórico, cultura, símbolos e capitais (estes dois últimos frutos da relação com a sociologia).

Vê-se necessário trabalhar outra temática (Formação da elite), que dialoga com os dois tópicos anteriores (teoria das elites e espaço político). Para tanto, faz-se necessário o amparo do trabalho do historiador José Murilo de Carvalho, mais especificamente o texto a *Construção da Ordem*. Mostra como a elite em diversos países é construída e como se caracteriza.

Importante salientar que a elite, ou seja, sua constituição e o Estado dentro da óptica do processo de formação dos Estados Modernos estão juntos e desta forma a "composição da elite, à formação de instituições políticas e à natureza mesma do poder do Estado" (CARVALHO, 2003, p.27) também são elemento imbricados na questão.

A Homogeneidade ideológica e de treinamento faz ocorrer uma considerável redução dos conflitos intra-elite e assim, possibilita a dominação de um tipo de modelo de dominação. A homogeneidade dá-se por meio da socialização da elite, "que será estudada por via da educação, da ocupação e da carreira política" (CARVALHO, 2003, p.21).

Assiste-se a criação da burocracia central (civil e militar), doravante o termo elite se confunde com burocracia e ministério, em virtude de revoluções burguesas abortadas e com isto percebe-se o predomínio do Absolutismo e o exemplo típico é Portugal. Nota-se como ocorre o processo de monopólio da força dá-se na relação da formação dos Estados juntamente com a formação da elite por meio da educação.

José Murilo demonstra que a presença marcante dos legistas na formação de quase todos os Estados Modernos foi ainda mais acentuada em Portugal, lembrando que o tipo de Estado se caracteriza pela burocracia e assim, necessita de indivíduos capacitados para dirigir a estrutura estatal centralizadora na figura do monarca e de sua burocracia (CARVALHO, 2003, p.31).

Os portugueses como os brasileiros terão seus estudos Universidade de Coimbra e ocorrerá a formação de uma elite treinada e homogênea ideologicamente, que paradoxalmente voltar - se - à contra a metrópole e depois

terá um papel na constituição do Estado Brasileiro e mesmo depois da independência os filhos de senhores e magistrados viajaram para a península ibérica para obter seus estudos e sua formação nos padrões de Coimbra e posteriormente, com o advento das duas escolas de Direito nas províncias no ano de 1827 a elite passa a enviar seus filhos para tais lugares (CARVALHO, 2003, p.37).

O ensino em Portugal possibilitou uma integração real da classe dominante e uma coesão no "modus operandi" por meio da educação, ou seja, da cultura e assim, possibilitou a desmobilização das massas processos decisórios no período da Independência e depois do Brasil já independente. Assim, constatou-se o papel do ensino superior e sua influência na formação da elite brasileira. Esta formada em Portugal e posteriormente nas províncias do Brasil Independente, a partir do ano de 1827. Agora, cabe falar um pouco da educação secundária, pois esta era uma etapa importante para o posterior prosseguimento dos estudos, nas ciências jurídicas ou na medicina, dos filhos da elite.

O controle da educação na colônia era feito pelos jesuítas até 1759, quando Pombal expulsou-os da metrópole e das colônias portuguesas. A partir daí, segue um período de preponderância das aulas Régias. Esta era limitada às primeiras noções de latim, grego, filosofia, geografia, gramática, retórica e matemática. Os salários eram baixos e um número pequeno de aulas. Isto era insuficiente para o Brasil colônia e depois Independente.

Dai aparece uma instituição de importância para o Império, o Colégio Imperial Pedro II, este criado no ano de 1837 e inaugurado no ano de 1838. Este irá preparar os filhos da elite para o ingresso nas escolas de Direito de Portugal ou do próprio país. Será uma instituição que terá também o papel de treinar e homogeneizar os indivíduos para o exercício da política, da administração e de consolidação do Estado brasileiro (CARVALHO, 2003, p.74). Formará indivíduos dentro da óptica do Estado burocratizado, ou seja, central, debatido acima. Além, de ser um espaço onde os indivíduos construíram os laços de amizades e de afinidades, que serão importantes para a consolidação de um determinado tipo de Estado.

A historiografia especializada do tema trabalha a idéia de que o período regencial inicia-se em sete de Abril de 1831. Esta data refere-se à abdicação de D. Pedro I ao trono em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que tinha neste momento seis anos e meio (FILHO, 1990, p.14). Assim, D. Pedro I retorna à Portugal para disputar à sucessão ao trono do reino português (MALERBA, 1999, p.02). Além, é claro, das grandes críticas ao Primeiro Reinado, em virtude do autoritarismo imperial, da excessiva centralização política e do predomínio de políticos reacionários (WERNET, 1982, p.15).

Desta forma, percebe-se a divisão do período regencial em duas fases: o primeiro momento de avanço liberal e o segundo momento de ascensão conservadora. A demarcação temporal dos respectivos períodos far-se-á pelo Ato Adicional, no ano de 1834. Ou seja, de 1831 até 1834 temos a predominância do avanço das idéias de descentralização, de federação e de maior autonomia das províncias em relação ao centro do poder. De 1834 até 1840 nota-se a efervescência do regresso conservador, liderado pelo político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, que propunha uma maior centralização do poder, a manutenção da ordem e também de reformulações nas leis alteradas na fase dita da "experiência republicana" (CASTRO, 1972, p.09).

Importante salientar uma questão política, pois de 1834 até 1837 nota-se o desaparecimento do grupo restaurador ou caramuru, em virtude da morte de D. Pedro I, no ano de 1834 e com isto o grupo dos chimangos não tinham mais a mesma função de centro e como já é sabido que ideologicamente não havia unidade política interna, ocorre um movimento de desagregação dos moderados e também os exaltados já que não tinham a mesma importância do período do início da Regência (WERNET, 1982, p.63).

Isto fica notório, através da ala direita, pois não dão o apoio a Feijó nas eleições de 1835 e se aproximaram dos antigos caramurus. Alguns elementos dessa ala são indivíduos ilustres como, por exemplo: "Bernardo Pereira de Vasconcelos, Honório Hermeto Carneiro Leão, José Joaquim Rodrigues Torres, Luis Alves da Lima e Silva, o Duque de Caxias, no plano militar, Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai e José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, esses grandes juristas conservadores do Império" (WERNET, 1982, p.67). Estes elementos são convictos da necessidade de "parar o carro revolucionário" no dizer do político mineiro Vasconcelos.

Esse período de rearticulação das forças será muito importante, pois a partir dele é que se desenha o novo quadro político. Feijó não compreendeu que sem a ala direita dos moderados que agora se constituía como partido conservador, não poderia governar, pois este novo partido representava os interesses da classe dominante.

Desta forma, Pedro de Araújo Lima assume a Regência, no ano de 1837. Este período ficou denominado de regresso conservador. Nomeou o ministério das capacidades ou gabinete parlamentar (FAZOLI, 1990, p.40). Dentro deste ministério tinha a figura do político Bernardo Pereira de Vasconcelos, que ocupou a pasta da justiça e de forma interina do império. No ano de 1838 ocorre uma eleição e Araújo Lima, futuro marquês de Olinda é eleito.

O regresso tinha como escopo reformar as leis (Ato Adicional de 1834) para preservar a autoridade e preservar a unidade nacional e manter o regime do

latifúndio-escravista, ou melhor, deter o "carro revolucionário" e terminar com os excessos da descentralização (WERNET, 1982, p.68). Neste momento o debate polariza-se entre em liberais e conservadores.

Neste período, nascia o Imperial Colégio Pedro II, além de outras instituições como, por exemplo: o Arquivo Público (futuro Arquivo Nacional) e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Estes monumentos da história nacional foram criados com o intuito de conservar e resgatar a História da Nação que nascia (FAZOLI, 1990, p.43).

O Colégio Imperial de Pedro II teve como grande incentivador e idealizador o ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, este líder do regresso. O Colégio interessou muito a este político, pois ele "deveria consagrar e regulamentar a interferência do centro [centro= o núcleo administrativo e político do país todo] no ensino secundário provincial (montagem do aparelho educacional da época)" (FAZOLI, 1990, p.43).

Percebe-se a grande participação no ilustre político mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos na vida pública do Império Brasileiro. Com isto, fica patente a importância de um estudo, mais específico desta figura, ou seja, sua vida, suas obras e sua participação política, mediados pelos discursos proferidos na Assembléia para que possamos entender as motivações e seu interesse pelo ensino e seu engajamento na criação do Colégio Imperial de Pedro II.

O ilustre personagem nasceu na cidade de Vila Rica, hoje Ouro Preto, no dia 27 de Agosto de 1795. Seu pai era o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e sua mãe D. Maria do Carmo Barradas. O lado paterno era português e de família de fazendeiro e juristas e o lado materno também, no entanto, seus laços maternos eram de família brasileira (SOUZA, 1972, p.03-4-5). Percebe-se, assim, que a família descendia de juristas atuantes no Brasil e além mar e ela "era exemplo perfeito da integração entre as elites burocráticas da metrópole e da colônia" (CARVALHO, 1999, p.10).

Na vida política fora o primeiro político a prestar conta ao seu eleitor quando escreve a "Carta aos eleitores da província de Minas Gerais, publicada em 1828 (...)" (CARVALHO, 1999, p.18) e segundo o historiador mais recente acerca do tema declara que a carta é:

A carta é, em si mesma um documento revelador do espírito da época. Pela primeira vez; e na primeira legislatura, um representante da nação prestava conta aos eleitores de seu trabalho e se submetia a seu julgamento. O exemplo só foi seguido mais tarde, na década de 1860, por Teófilo Otoni, um liberal que morreu liberal (CARVALHO, 1999, p.17-9).

Bernardo de Vasconcelos terá grande participação política no período regencial, foi elaborador de documentos legais (Código Criminal de 1830, Código de Processo Criminal de 1832, e alguma participação no Ato Adicional de 1834) e criador de instituições que tinham o fito de guardar a memória da nação (Arquivo Público) e de construir um modelo de elite com consciência nacional, através da criação do Colégio Pedro II.

Bernardo foi muito criticado neste período, pois na primeira fase regencial ficou ao lado dos liberais moderados que conquistaram o poder, no entanto, com o passar dos anos e com a percepção de que o Império necessitava de instituições fortes e normas cogentes eficazes, troca de posição na política, assim, passando para o lado conservador (Regresso), pois entendia que antes lutavam contra o poder absoluto e agora se fazia necessário lutar contra o perigo na anarquia, ou seja, "parar o carro revolucionário" expressão atribuída a ele. Isto fica bem colocado na profissão de fé de Vasconcelos onde explica essa atitude.

O político Bernardo de Vasconcelos criou o Colégio de Pedro II em homenagem ao futuro Imperador. O presente estabelecimento de ensino secundário foi instalado no prédio do seminário de São Joaquim, após obras de adaptações feitas pelo arquiteto Grandjean de Montigny (HAIDAR, 1972, p.98):

No dia 25 de março de 1838, em pleno aniversário da Constituição jurada e outorgada do Império do Brasil, inaugura-se o Colégio de Pedro II na presença do futuro Imperador menino, de suas irmãs e de uma grande parte da intelectualidade do Rio de Janeiro (HAIDAR, 1972, p.98). Vasconcelos em seu discurso (Discurso proferido em 1838) explana acerca da necessidade da fiel aplicação do regimento, pois só com sua execução os jovens aprenderão "a respeitar as leis e as instituições, e conhecerá as vantagens da subordinação e da obediência", ou seja, busca mostrar a importância na aceitação das regras para se evitar a anarquia e, assim, trabalhar o senso de obediência na mocidade, não obstante, cabe diferenciar obediência / respeito com submissão, em virtude do medo ao despotismo. Visualiza-se o diálogo do discurso com a realidade do período regencial, onde se buscava a estabilidade (unidade) em detrimento das revoltas (fragmentação).

Outro fragmento do discurso muito elucidativo acerca das motivações da criação de tal estabelecimento, que está relacionada com problemáticas do contexto histórico pesquisado, consiste:

Nenhum cálculo de interesse pecuniário, nenhum motivo menos nobre, e menos patriótico, que o desejo da boa educação da mocidade, e do estabelecimento de proveitosos estudos, influi na deliberação do Governo. Relewa, pois, ser fiel a este princípio; manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações

que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas de fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios e métodos que a razão desconhece, e muitas vezes assustada reprova. Que importa que a severidade de nossa disciplina, que a prudência e a salutar lenteza com que procedermos nas reformas afastem do colégio muitos alunos? O tempo que é sempre o condutor da verdade, e o destruidor da impostura, fará reconhecer o seu erro. O Governo só fita à mais perfeita educação da mocidade: ele deixa (com um não pesar) as novidades e a celebridade aos especuladores, que fazem ensino da mocidade um tráfico mercantil, e que nada interessam na moral e na faculdade de seus alunos. Ao Governo só cabe semear para colher no futuro<sup>3</sup>

O excerto acima demonstra três idéias centrais: a primeira consiste na necessidade do governo central propor um modelo / padrão de ensino para as demais instituições provinciais ou do centro. A segunda idéia trata da preocupação dos métodos aplicados nas instituições de instrução do Império ou nas aulas avulsas, pois o Colégio utilizaria apenas os bons métodos com o abono do tempo. Na verdade, o que está implícito, é a permanência dos métodos pedagógicos jesuíticos (*Ratio Studiorum*), ou seja, filosofias e teorias da Igreja católica, conjuntamente ao positivismo francês. O terceiro ponto mostra uma preocupação com a disciplina religiosa e as sanções disciplinares, isto regulamentada no regimento do Colégio. O Regimento foi compilado por Vasconcelos. Assim, percebe-se a sua participação tanto no plano teórico como na prática de angariar recursos para as reformas e outras questões pertinentes ao estabelecimento.

As matérias ministradas no Colégio, segundo o regimento, seriam:

Neste colégio serão ensinadas as línguas latina, grega, francesa e inglesa, retórica e os princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astrologia (PRIMITIVO, 1936, p.276).

Nota-se uma preocupação com as línguas e a oratória, no entanto, não se esquece das matérias elementares, ou seja, o ensino era fundamentalmente literário, em um sentido do humanismo (SOUSA, 1972, p.176). O professor Ivan Aparecido Manoel dá a ênfase em um ensino predominantemente dos clássicos, isto é da apreensão da leitura dos escritores clássicos como Cícero, Virgílio e

<sup>3</sup> Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do colégio de Pedro II aos 25 de março de 1838. Extraído do Jornal do Brasil, de 7 de maio de 1950.

Homero (MANOEL, 2002, p.47). Maria Mariotto Haidar mostra que a missão era elevar o nível dos estudos clássicos / antiguidade entre nós (HAIDAR, 1972, p.100). A autora do texto "As Barbas do Imperador" afirma que o colégio é um "símbolo da civilidade" e possibilita a formação de uma elite, que tinha a idéia de pertencimento a uma Nação (SCHWARCZ, 1998, p.150). Corroborando esta idéia o seguinte excerto: "Como resultado [...] tenha atingido em grande parte o objetivo de despertar uma consciência nacional nos filhos da elite" (NEVES & MACHADO, 1999, p.260).

Por fim, evidencia-se que é neste contexto histórico, onde se delinea o "perfil dos futuros construtores e dirigentes da Nação Brasileira". Serão indivíduos alicerçados no humanismo, ou seja, através das leituras dos clássicos da antiguidade e capazes de compreender o verdadeiro sentido da história da nação. Este dirigente nas palavras de Ivan Aparecido Manoel seria denominado "Homem de Escol" e teria consciência de seu pertencimento a uma elite nacional (MANOEL, 2002, p.51).

FARIA, Augusto Melara. The foundation of the College Pedro II: the context politician and the participation of Bernardo Pereira de Vasconcelos. *Revista Ensaio de História*, Franca, v.11, n.1-2, p.21-30, 2006.

- **ABSTRACT:** *The objective of the research is understand the scene politician of the Regency and the participation of Bernardo de Vasconcelos in the foundation of the Imperial College of Pedro II, so that the reasons and objectives of this public educational establishment in the neutral city of the Empire are elucidated.*
- **KEYWORDS:** *Brazil; Empire; Politic; Education; Bernardo Pereira de Vasconcelos.*

## FONTES

Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do colégio de Pedro II aos 25 de março de 1838. Extraído do Jornal do Brasil, de 7 de maio de 1950. In: CARVALHO, José Murilo. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 245-246. Observação: o original encontra-se em estado avançado de deterioração.

PRIMITIVO, Moacyr. *A Instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1823-1853*. v. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. (Brasiliana v. 66) - Obra Rara / UNESP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CARVALHO, José Murilo. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Paulo Pereira de. "Experiência Republicana", 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. v. II (Dispersão e Unidade). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- COUTINHO, Afrânio. *Tradição e Futuro do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1961. (Biblioteca Nacional)
- SOUSA, Octavio Tarquinio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. v. 5 (Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga). Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- FILHO, Arnaldo Fazoli. *O Período Regencial*. São Paulo: Ática, 1990.
- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Império*. São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1972.
- MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808 – 1889): Panorama da História do Brasil no Século XIX*. Maringá: Eduem, 1999.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O ensino de História no Brasil: origens, evolução e problemas*. In: JUNIOR, J. B. *História no Vestibular da UNESP (1999-2000)*. São Paulo: Fundação VUNESP, 2002. (Pesquisa VUNESP n.16)
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- WERNET, Augustin. *O Período Regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global, 1982.

## AS ELEIÇÕES MIDIÁTICAS DE 1989

Bruno Felipe VIEIRA<sup>1</sup>

- RESUMO: O estudo busca analisar, dentro do processo eleitoral de 1989, como se dá a formação dos segmentos sociais superiores presentes na criação da Rede Globo de Televisão, e como seus interesses serão fundamentais na construção política de Fernando Collor e na manipulação daquelas eleições.
- UNITERMOS: Rede Globo; televisão; eleições; Brasil, 1989; Fernando Collor.

A primeira. Assim poderia ser caracterizada a eleição presidencial de 1989. Realizada 25 anos após o golpe militar de 1964 e 29 anos depois da última eleição presidencial direta, a de 89 foi a *primeira* que permitiu o voto dos "não-letrados" (mais de dois terços do *eleitorado* na época, era analfabeto ou semi-analfabeto). Foi também a *primeira* que permitiu o voto de jovens entre 16 e 18 anos. A *primeira* que se realizou em dois turnos, pois nenhum dos candidatos alcançou maioria absoluta dos votos (50% mais 1) logo no primeiro turno. Mas principalmente:

A primeira que se deu num país "integrado" por uma moderna indústria cultural, na qual se destaca a televisão e o "virtual monopólio" da Rede Globo, detentora de uma média nacional de participação na audiência que oscila entre 60 e 84%, em qualquer dia da semana e em qualquer horário. (LIMA, 2001, p. 215, destaque do autor).

Dada tamanha influência de um veículo de comunicação num país, à época, com 150 milhões de habitantes, já torna por si só, necessário um estudo do que Dimenstein (1990) chamou de "*bastidores da imprensa*" e que outros chamaram de "O quarto poder".

Assim, quando a televisão brasileira surge em 1950, com a inauguração em São Paulo da TV Tupi, nem de longe imagina ser esse "gigante" das comunicações que é hoje. Mesmo que isso estivesse nos sonhos de Assis

<sup>1</sup> Aluno do curso de Graduação em História, FHDSS/UNESP – Franca/SP. Sob Orientação do Prof. Dr. Moacir Gigante. Bolsista: PROGRAD.

Chateaubriand, o proprietário da empresa jornalística que idealizou aquela emissora. Era no mínimo, um sonho distante. De 1950 até meados da década de 60, o Brasil ainda não havia superado a marca dos dois milhões de aparelhos receptores de televisão, mesmo diante de gestos "heróicos" como o do próprio Chateaubriand, que se diz, distribuía aparelhos receptores em locais de grande aglomeração para difundir a novidade.

A partir de 1968, com o desenvolvimento de uma rede de comunicações que permitia transmissões em todo território nacional, aliado a um programa de crédito ao consumidor – ambos estimulados pelo regime militar – permitiram dobrar a venda de aparelhos receptores ao final daquele mesmo ano. A Tupi possuía então, todas as condições potenciais para transformar-se na primeira rede nacional de televisão do Brasil. Não fosse o fato de que em 1965, quinze anos após o início da TV no país, entra no ar a TV Globo, canal 4, do Rio de Janeiro.

Ligado ao Jornal "O Globo" – também do Rio de Janeiro – e, portanto, ao Grupo Roberto Marinho, a Rede Globo de Televisão viria a tornar-se a organização mais poderosa da televisão brasileira. Porém, no rastro da nova emissora, surgiu uma Comissão Parlamentar de inquérito, no mesmo ano de 1965, já que seu funcionamento só foi possível graças a um acordo de cooperação técnica e financeira com o grupo – *norte-americano* – Time-Life; o que constituía um desrespeito à legislação brasileira. Mas quando os militares "tomaram" o poder, o que se viu foi um tortuoso processo (ainda que dentro das leis) de "acobertamento", culminando com o encerramento do caso, pelo General Costa e Silva, em 1968.

Na longa tramitação do processo, estiveram envolvidos *líderes empresariais, militares e tecnoburocratas*, cujo comprometimento com o movimento de 1964 demonstra inequivocamente a forte ligação entre as Organizações Globo e os *segmentos da classe dominante* que "conquistaram" o Estado brasileiro naquele ano. (LIMA; RAMOS, 1984, p. 35, destaque próprio).

O casamento Globo-governo parecia estar firmado, e tal como um matrimônio, este relacionamento não se faria sem trocas. Assim, paulatinamente, a Rede Globo tomar-se-á, com seu poder e capacidade de penetração ímpar, um veículo de legitimação do regime autoritário e mais do que isso, um "[...] *veículo indispensável ao projeto de integração do mercado de consumo interno e de internacionalização da economia.*" (LIMA; RAMOS, 1984, p. 33). Durante o governo Figueiredo, a emissora de Roberto Marinho tomar-se-á uma espécie de ministério da informação, paralelo ao Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão oficial do governo, funcionando como os "olhos e ouvidos" dos militares.

Dado o caráter "governista" deste veículo, não nos parece absurdo pensar que a consolidação do monopólio da Rede Globo de televisão se dá na esteira da própria consolidação, no Brasil, de um regime autoritário que teve naquele grupo, um importante aliado e cúmplice; veículo indispensável na transmissão de uma mensagem nacional de otimismo desenvolvimentista e fundamental na legitimação e sustentação do autoritarismo (LIMA; RAMOS, 1984, p. 37); além de tornar-se, sob o ponto de vista econômico, agente da integração de um país de proporções continentais, através de um mercado consumidor comum, a ponto de configurar-se como uma empresa, ou melhor, um "[...] *conglomerado econômico-financeiro – as Organizações Globo – com interesses em áreas tão diversas que vão desde os meios de comunicação de massa até uma fábrica de bicicletas.*" (LIMA, 2001, p. 142).

De qualquer maneira, a partir deste momento a Globo será, para além de um instrumento identificado com o regime, parte deste mesmo regime, que não se encerrará por completo em 1985. A função da Globo na "distorção" da realidade do país permanecerá, porém agora, não servirá a ninguém mais do que ao grupo a que pertence. As eleições de 1989 representaram o ponto máximo desta política, quer pela importância do seu contexto, quer pelo quão evidente tomou-se o papel deste veículo. Porém, outros dois casos semelhantes de suposta deformação das informações por parte deste veículo merecem atenção: as eleições de 1982 para o governo do Rio de Janeiro e a Campanha pelas "Diretas Já" em 1984.

Na primeira, a Globo teria participado de um esquema fraudulento para impedir a vitória do candidato Leonel Brizola para as eleições de governador no Rio de Janeiro, pois o grupo de Roberto Marinho, além do não-interesse em permanecer ao lado de Brizola, havia assumido compromissos de apoiar o candidato do partido governista, Wellington Moreira Franco. A parte central do esquema consistia em, através de um programa de computador desenvolvido pela empresa que realizou a apuração – a Proconsult – subtrair votos de Brizola e transferir para Moreira Franco. A Globo entraria com a credibilidade e confiança que possuía junto à sociedade na veiculação desta notícia falsa. O "suposto" esquema foi denunciado pelo Jornal do Brasil e pelo próprio partido de Brizola, que realizou uma contagem própria; além de um ex-diretor da Globo, Homero Sanchez, ter confirmado a prática em uma entrevista para a revista Veja em maio de 1983.

Na segunda, o papel da Globo se deu na omissão de informações absolutamente relevantes do cenário político nacional. A partir de 1982, uma emenda constitucional previu que a próxima eleição para presidente seria feita por um Colégio Eleitoral, composto por senadores, deputados federais e

delegados das Assembléias Legislativas Estaduais, previamente escolhidos nas eleições de 15 de Novembro daquele mesmo ano. Entretanto, uma emenda como aquela não representaria uma ruptura efetiva nas estruturas de poder, na voz dos partidos de oposição.

Diante desta realidade político-nacional, esses partidos "uniram-se" numa campanha de mobilização popular para aprovar uma nova proposta, feita pelo deputado do PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira: a do restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República em 1985. A participação popular adquiriu tal proporção, que esta emenda tornou-se um consenso, sob o rótulo de "Diretas-já".

Na ótica da televisão brasileira, o elemento central na campanha pelas "Diretas-já", foi a total omissão da Rede Globo, por meio de seus telejornais, de informações que versassem sobre este movimento de caráter nacional, pois não interessava ao grupo de Roberto Marinho que o povo detivesse o poder de eleger seu representante. Contudo, esta omissão tornou-se insustentável, e, no dia 25 de janeiro, um comício realizado em São Paulo, reuniu 300 mil pessoas na Praça da Sé; a atitude da Globo foi distorcer o fato, atrelando a notícia como parte das comemorações pelo aniversário da cidade.

As eleições de 1989 parecem ter representado a congruência destes três elementos: manipulação, omissão e distorção. O panorama do Brasil de 89 é marcado, sob a perspectiva econômica, pela alternância entre um processo inflacionário e planos de estabilização. Na sociedade, prevaleciam os altos índices de pobreza e desigualdade, advindos da má distribuição de renda, o que, aliado à grande taxa de analfabetismo, à deterioração do sistema previdenciário e da saúde pública, à privação de bens essenciais à qualidade de vida, permitiu que se criasse, no imaginário social da época, uma sensação de marginalização. (BARBI, 1995, p. 62).

Politicamente, refletiu-se um senso de descrença nas instituições políticas e na própria imagem dos políticos em si; alvos, a todo o momento, de denúncias de corrupção, irresponsabilidade e incompetência. Diante deste quadro, iniciar-se-á o processo de construção da política – e do político – Fernando Collor de Mello. E com a determinação do horário político gratuito nas emissoras de rádio e TV, tornar-se-á evidente a estrutura de comunicação em que as campanhas de marketing de Collor – como será abreviado a partir de agora – estarão apoiadas.

Mesmo considerando o fato de que

"[...] os processos eleitorais são extremamente complexos e dinâmicos, diferenciados radicalmente em suas lógicas, conforme se tratem de acontecimentos locais, regionais ou nacionais [...]" e que, portanto, "[...]"

difícilmente se poderá determinar com precisão os fatores que explicam o comportamento da maioria do eleitorado". (LIMA, 2001, p. 214)

é evidente que os meios de comunicação – e especificamente as Organizações Globo – terão papel fundamental na promoção da imagem do político que lhes fosse mais conveniente. E ninguém se ajustou melhor a este perfil do que Fernando Collor.

Nascido em 1949, filho de um ex-deputado federal, governador e senador da UDN e neto (por parte da mãe, Leda Collor de Mello) do ex-ministro Getulista, Lindolfo Collor, Fernando tem, ao menos nos primeiros anos de sua carreira política, o sobrenome como principal arma. É filho de uma oligarquia nordestina bem-posta e, portanto, pertence há tempos, a um círculo restrito das classes dominantes do nordeste; mas ao mesmo tempo representa também as "novas" burguesias nordestinas, que:

[...] num longo processo desde os anos 50, se metamorfosearam de oligarcas em empresários capitalistas, sem dispensarem os jagunços e o trabuco. Embora não fosse um lidimo representante, era, de fato, uma espécie das bases conservadoras do regime burocrático-militar. (OLIVEIRA, 1992, p. 17-18).

Destarte, Collor não representa o "novo" tal como praticou no seu marketing político, e que o senso-comum – através da mídia – e boa parte da historiografia difundiu. Collor é o *velho*, e mais do que isso, é a *reformulação do velho*. Não se constitui enquanto elemento de ruptura; simboliza a permanência, a continuidade de uma estrutura já arraigada à tradição brasileira; o que se torna manifesto em 1979, quando aos 29 anos, inicia sua carreira política pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Através das articulações políticas de seu pai e do apoio conquistado junto aos outros segmentos da elite nordestina, Collor é nomeado prefeito – biônico – de Maceió, através de um decreto do então presidente, general Ernesto Geisel. Em 1982, valendo-se mais uma vez, do poder do clã nordestino, elege-se deputado federal pelo PDS, sucessor da ARENA.

Porém, a família Collor de Mello guarda certa vantagem, por estar ligada tanto ao velho mundo dos clãs políticos, quanto ao novo mundo dos meios de comunicação de massa. (SKIDMORE, 2000, p. 26). Amon de Melo – o patriarca – era proprietário de um pequeno império no ramo das comunicações em Alagoas, que incluía o jornal de maior circulação do estado – a "Gazeta de Alagoas" – e a "TV Gazeta", que retransmitia justamente o sinal da emissora que se tornaria sócia de Fernando, a Rede Globo de Roberto Marinho.

Desde meados da década de 80, portanto, a mídia havia criado e

difundido a necessidade do "novo", da modernização do país; feita através da ruptura com a estrutura vigente e a conseqüente instalação de uma nova. A população esperava – e os meios de comunicação estimulavam esta espera – que surgisse algo capaz de transformar o país. E pela primeira vez, depois de 29 anos, as eleições diretas de 1989 traziam a garantia ao povo da oportunidade de renovar, de personificar "o novo" no poder.

A habilidade de Collor foi ajustar sua imagem pública ao perfil ideal de candidato (LIMA, 2001, p. 219); durante a campanha para governador em 86, iniciou a projeção do seu mais que famoso *slogan* político: o "caçador de marajás", aquele que lutaria pela moralização da administração pública, e poria fim à corrupção e aos privilégios dos altos escalões do governo. No entanto, para que a mensagem de Collor provocasse impacto, fazia-se necessária sua veiculação em nível nacional. Nem precisou de tanto esforço, pois a Rede Globo de Televisão, por meio de Alberico de Souza Cruz, diretor de telejornais da emissora, participou desta empreitada, não só lançando Collor à Nação, como também o adaptando aos interesses da classe dirigente que o apoiou.

No dia 2 de Abril de 1989, numa quinta-feira, o Globo Repórter, sob a supervisão de Alberico Cruz, faz um programa especial sobre "Os Marajás". Evidencia-se que a notícia não está somente nas palavras de Collor, está nele mesmo; demonstra um senso do "espetáculo da política"; busca emocionar o povo para garantir imagens emocionadas na televisão, imagens para sua próxima campanha eleitoral: a de presidente do Brasil em 1989. (CONTI, 1999, p. 14).

A partir de então, ganha definitivamente notoriedade – e tem uma marca estabelecida. Sua imagem, agora, passa a ser veiculada pelo menos duas vezes por semana no Jornal Nacional, cuja estrutura – exibido às oito da noite, no chamado horário nobre – permitia propositalmente, uma maior difusão e assimilação das notícias.

O seu objetivo era atrair a audiência masculina, que nesse horário estaria chegando do trabalho, e manter as mulheres na frente da televisão até a próxima novela. O público alvo era o mais amplo e variado: homens e mulheres de todas as faixas sociais, de gaúchos a nordestinos, de adolescentes a aposentados; a maioria deles de baixa renda e poucos estudos. Esse público era a justificativa da direção da Central de Jornalismo para a superficialidade do Jornal Nacional, construído com frases telegráficas, vocabulário pobre, incapaz de aprofundar ou dar nuances às notícias. (CONTI, 1999, p. 37).

Collor concorre à presidência por um partido próprio – o da Juventude<sup>2</sup> – ao lado de outros 20 candidatos. Entre eles, políticos de expressão à época como Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Lula (PT). Seu discurso pauta-se, mais uma vez, na idéia do novo, da mudança, clamando ao "seu" povo para que "não o abandone" na "obstinada" luta em favor dos "descamisados", contra os "marajás" da administração pública. Interessante como a construção imagética e discursiva de Collor se faz um tanto à margem de partidos políticos. Parece manter uma ligação direta com as massas, sem a necessidade de um canal partidário. Os marajás adquirem uma conotação de "inimigos do povo", não importando que sejam corruptos, ricos, imperialistas; pois não há uma identidade de classe. Com isso, Collor torna-se quase que um Messias junto aos mais pobres, algo muito próximo do que André Singer (1990, p. 151) chamou de "[...] paradigma do populismo latino-americano e da própria lógica da política brasileira dos anos 80". Isso se reflete no forte apelo que terá entre os mais pobres e menos escolarizados, tornando-se um traço que o distinguirá dos seus concorrentes no primeiro e segundo turnos.

Ainda assim, Collor não está numa luta isolada. Sua base encontra-se além das massas e de um partido: está naqueles segmentos sociais superiores representados na figura de empresários e industriais, onde inclui-se Roberto Marinho e sua "Rede Globo". Segundo dados do IBGE<sup>3</sup>, 73% dos domicílios do país possuíam pelo menos um aparelho de TV em 1989; as quatro redes nacionais (Globo, SBT, Bandeirantes e Manchete) cobriam, em abril de 1989, respectivamente: 99,93%; 89%; 87,93% e 70% desses domicílios. E dados relativos a 1980 já indicavam uma média superior a 3,2 horas diárias de exposição à TV, sendo que essa média era consistentemente maior no horário nobre (das 18:00 às 22:00). Numa eleição onde os meios pareciam determinar os fins, Collor era um candidato potencial à Presidência da República.

Na primeira pesquisa realizada pelo Datafolha (2006, on-line) no início de junho de 89, Collor aparece com 42% das intenções de voto, contra 11% de Brizola e apenas 7% de Lula – seus dois principais concorrentes – e com um índice de rejeição menor do que todos. Estes números mantêm-se praticamente no mesmo patamar até setembro de 1989, quando a intenção de voto em Collor cai para a faixa dos 20%, talvez já pelo desgaste político da sua figura e de sua

<sup>2</sup> Naquele mesmo ano o Partido da Juventude (PJ) mudou o nome para Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Diz-se que Collor foi aconselhado a mudar, pois a idéia de juventude poderia trazer consigo a idéia da inexperiência, e um sentimento de insegurança no eleitorado. Mudou, porém o princípio do "novo" permaneceu.

<sup>3</sup> Retirados do trabalho de Venício Artur de Lima.

campanha entre os outros setores da população, além da entrada de um novo candidato à presidência: Senor Abravanel – vulgo, Silvio Santos – proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). A disputa ganha ares de um real embate presidencial, onde se ultrapassam os limites da política e colocam-se à frente dois grupos econômicos da comunicação.

Silvio Santos havia negociado com Aureliano Chaves do PFL, detentor de 1% das pesquisas de intenção de voto, a retirada da sua candidatura em função do Partido Municipalista Brasileiro (PMB) de Senor Abravanel. "Embora os órgãos de imprensa tenham sido unânimes na reprovação da entrada de Silvio Santos na disputa, os veículos da Globo estiveram sempre uma nota acima nos ataques". (CONTI, 1999, p. 201). A candidatura de Silvio Santos acabou sendo impugnada por sete votos a zero; os juizes levaram em consideração, principalmente, o fato de o candidato estar ligado – diretamente – a um veículo de promoção da imagem política do Brasil, e sobre este ponto, teria vantagem. Bom para Collor, melhor ainda para Roberto Marinho – o candidato indireto – pois numa pesquisa realizada em novembro, Silvio Santos já aparecia em quarto lugar, empatado com Mário Covas em 7%.

De qualquer maneira, no dia 15 de Novembro de 1989, 88% do eleitorado foi às urnas eleger seu representante. Collor (PRN) avança para o segundo turno com 28,5% dos votos. Restava saber quem iria com ele, pois Lula e Brizola estavam muito próximos na preferência, um dia antes da votação. O candidato petista acabou vencendo por uma diferença de 0,6% com 16,1% dos votos. (LAMOUNIER, 1990, p. 190).

Na segunda fase das eleições, o que aparece ao vulgo é uma guerra de classes entre Collor e Lula, traduzida num processo eleitoral: o Partido dos Trabalhadores é – hipoteticamente – o representante da esquerda revolucionária; o Partido da Reconstrução Nacional é o "outro lado", a direita conservadora, de Collor, de Roberto Marinho e dos interesses financeiro-industriais. Da mesma maneira, a cobertura da Globo entrará numa segunda fase (se é que em algum momento houve uma fase anterior distinta): o apoio total e explícito a Fernando Collor. A emissora justificava-se, dizendo que um candidato à frente nas pesquisas acaba gerando mais notícias; além disso, possuía liberdade de expressão, e poderia defender um candidato se desejasse. Desconsiderou o fato da teledifusão ser uma concessão pública que, em tese, tem como dever, contemplar as diversas correntes políticas na sociedade.

Em relação aos debates, haviam sido inspirados nas idéias dos debates norte-americanos de 1960, entre o democrata John Kennedy e o republicano Richard Nixon, transmitidos ao vivo em cadeia nacional de rádio e televisão. Perdurava certo receio por aqui, de o debate escorregar para uma discussão

generalizada e não se conseguir fazer a mediação, mas este fator acabava por se compensar pelo baixo custo da produção e principalmente pela audiência e repercussão que gerava, além desta prática já ter sido experimentada no primeiro turno<sup>4</sup>. Combinou-se então, entre as quatro maiores redes de televisão (Globo, SBT, Manchete e Bandeirantes) que seriam realizados dois debates no segundo turno – transmitidos pelas quatro emissoras – nos quais dois jornalistas de cada emissora fariam as perguntas e mediariam a discussão.

O primeiro ficou agendado para o dia 3 de dezembro de 1989, nos estúdios da TV Manchete. Durou pouco mais de duas horas e meia e caracterizou-se basicamente por ataques de ambos os lados, tentativas de fazer armadilhas um para outro; e ao final, tinha-se a sensação de que Lula saíra vitorioso. Numa pesquisa realizada pelo Datafolha (2006, on-line) no dia seguinte, já surgia um sinal de que a premissa era verdadeira: a diferença entre Collor e Lula havia diminuído e só fez diminuir até a noite do segundo debate, marcado para o dia 14 de dezembro, quando a diferença entre os dois chegou a apenas um ponto percentual.

Então, uma vez mais, a tríade manipulação-omissão-distorção se fará presente. No dia seguinte à realização do segundo debate, o Jornal Nacional, sob o comando de Alberico de Sousa Cruz, coloca no ar uma edição resumida no noticiário, com duração de seis minutos e que é assistido por 64% da audiência. Collor recebe um minuto e dez segundos a mais do que Lula em tempo de exposição e na edição, suas imagens e falas são apresentadas de tal forma que transmitem a sensação de um nacionalismo inerente à figura de Collor, ao contrário de Lula, e seu discurso partidário – *manipulação*.

Em seguida, o Instituto Vox Populi, de Marcos Coimbra – cunhado de Collor – realiza uma pesquisa por telefone, encomendada pela Globo, na qual se pergunta quem vencera o último debate (Collor, 44,5%; Lula, 32%), quem demonstrou idéias mais claras (Collor, 45%; Lula, 34,5) e quem seria o mais preparado para governar (Collor, 48%; Lula 30%). Em nenhum momento foi perguntado quem venceria as eleições – *omissão*.

Um dia antes das eleições finais de 17 de dezembro, o empresário Abílio Diniz do Grupo Pão de Açúcar, seqüestrado há 5 dias, é encontrado. A Rede Globo teria negociado o atraso da notícia do fim do seqüestro para plantar material de campanha de Lula no local onde Diniz havia sido encontrado, no intuito de atrelar a figura dos seqüestradores à imagem política de Lula – *distorção*.

<sup>4</sup> Collor foi aconselhado a não participar de nenhum dos quatro debates realizados no primeiro turno, pois se acreditava que isso poderia comprometer sua imagem e sua candidatura, uma vez que seria o principal alvo no ataque dos outros candidatos.

Resultado: a diferença que no dia do debate era de 1%, chegou a 3% no dia anterior às eleições. Fernando Collor de Mello foi escolhido por 35 milhões de eleitores, 50% dos votantes. Luís Inácio Lula da Silva conquistou 31 milhões de eleitores, 44%. Após o resultado, fervem protestos contra a atuação da Globo no processo eleitoral e especificamente, no segundo turno; cerca de 10 mil militantes do PT vão à porta da emissora protestar. Interessante é que o próprio Lula e a direção do partido não parecem se manifestar – ao menos de maneira tão veemente – contra o caso. Lula chegou a endereçar uma “Carta aos brasileiros”, onde ressaltava a participação popular na campanha e prometia continuar lutando por uma nova sociedade, contra as formas abertas ou disfarçadas de tirania; mais nada além disso.

César Benjamin, um dos fundadores do PT e coordenador da campanha de Lula em 1989, levanta a suspeita de que este teria se reunido com a direção da Globo no dia seguinte às eleições e tomado *whisky* com Alberico de Sousa Cruz.<sup>5</sup> De qualquer maneira, o perigo da esquerda havia sido extirpado em 1989, por “forças já não tão ocultas”. Collor, como candidato da burguesia e dos capitalistas, atuou de acordo com seus interesses, na “[...] manutenção de um padrão de exclusão social e política da maior parte da sociedade brasileira”. (OLIVEIRA, 1992, p. 19). Assim, sua dívida com os grupos sociais que o apoiaram na campanha já estava paga: a derrota de Lula.

VIEIRA, Bruno Felipe. Media Elections of 1989. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p.31-42, 2006.

• **ABSTRACT:** *The study tries to analyze, inside of the electoral process of 1989, how it develops the formation of the social segments superior, in the creation of “Rede Globo” television, and as its interests they will be basic in the construction politics of Fernando Collor and in the manipulation of these elections.*

• **KEYWORDS:** *Rede Globo; television; elections; Brazil, 1989; Fernando Collor.*

## FONTES:

BENJAMIN, César. *Entrevista*. [jul. 2005]. Programa Canal Livre. São Paulo: TV Bandeirantes, 31 jul. 2005.

<sup>5</sup> Na entrevista concedida ao programa “Canal Livre”, da Rede Bandeirantes, Benjamin diz que Lula “derubou garrafas de uísque” com Roberto Marinho logo após o resultado as eleições de 1989 e não questionou a Globo porque não queria “brigar com ela”.

DATAFOLHA. Disponível em: <[http://www.datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1989/invoto\\_pres\\_1989a.shtml](http://www.datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1989/invoto_pres_1989a.shtml)>. Acesso em: 23 jul. 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBI, Elivanete Aparecida Zuppolini. *De caçador de marajás a presidente cassado: o papel da imprensa na ascensão e queda de Fernando Collor de Mello*. 1995. 174f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1995.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1990.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LIMA, Venício Artur de; RAMOS, Murilo César. *A televisão no Brasil: desinformação e democracia*. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis/RJ, v. 78, n. 9, p. 33-44, nov. 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999. (Princípios).

Camilo Oliveira PRADO\*

RESUMO: Este artigo usa algumas idéias de Walter Benjamin para analisar três aspectos dos blogs: o fim da separação entre autor e leitor, a tarefa dos blogs como instrumentos de domínio do espaço virtual e a maturidade desta forma artística. Estas reflexões sobre o significado técnico dos blogs precedem uma tentativa de estudo das tendências futuras do blogging.

UNITERMOS: Walter Benjamin; blog; blogging; capitalismo.

*"A luta revolucionária não se trava entre o capitalismo e a inteligência, mas entre o capitalismo e o proletariado".*  
(WALTER BENJAMIN, O autor como produtor).

1. Sites de hospedagem como o Xango.com e o Blogger.com disponibilizam desde finais dos anos 90 instrumentos de criação de textos virtuais altamente interativos e que dispensam especialização técnica para serem desenvolvidos e atualizados. O número desses blogs dobra a cada seis meses desde 2003. Em julho de 2006, há quarenta e sete milhões de blogs com textos escritos por trinta e cinco milhões de pessoas ao redor do mundo (SIQUEIRA, 2006, p. 41).

Nos Estados Unidos, onde o blogging expressou maior força, "multidões de blogueiros partidários surgiram para derrubar o leviatã da CBS, Dan Rather, por este ter divulgado memorandos supostamente falsos sobre o serviço militar prestado pelo presidente dos EUA, George W. Bush, na Guarda Nacional" (BUTTERWORTH, 2006, p. 4).

A enormidade do blogging e suas prováveis implicações sociais justificam a tentativa de analisar o instrumento que o embasa: o blog.

2. As formas literárias são transitórias. "Nem sempre houve romances no

\* Graduando no curso de Bacharelado/Licenciatura em História, FHDSS/UNESP – Franca/SP. Bolsista PIBIC Jan-Jul/06. Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

Resultado a diferença que no dia do debate eram 50% dos votantes a favor de Lula e 44% a favor de Collor. O resultado do plebiscito foi de 50% dos votantes a favor de Lula e 44% a favor de Collor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
BENJAMIN, César. Entrevista [jul. 2006]. Programa Canal Livre. São Paulo: TV Bandeirantes, 31 jul. 2005.

OLIVEIRA, Camilo. A luta revolucionária não se trava entre o capitalismo e a inteligência, mas entre o capitalismo e o proletariado. In: Ensaio de História, Franca, v.11, n.1/2, p. 43-50, 2006.

RODRIGUES, Mary. A década de 80 - Brasil: quando a multidão voltou às praças. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998 (Fruição).

ABSTRACT: The study aims to analyze, inside of the electoral process of 1989, how it developed the formation of the social movement network, in the creation of "Rede Globo" television, and at the intervals they will be held in the construction politics of Fernando Collor and in the manipulation of these elections.

KEYWORDS: Rede Globo; television; elections; Brazil, 1989; Fernando Collor.

FONTES:

BENJAMIN, César. Entrevista [jul. 2006]. Programa Canal Livre. São Paulo: TV Bandeirantes, 31 jul. 2005.

\* Na entrevista concedida ao programa "Canal Livre", da Rede Bandeirantes, Benjamin diz que Lula "derrubou garrafas de uísque" com Roberto Marinho logo após o resultado das eleições de 1989 e não questionou a Globo porque não queria "brigar com ele".

passado, eles não precisarão existir sempre, o mesmo ocorrendo com as tragédias e as grandes epopéias" (BENJAMIN, s.d., p. 123). Os fatos técnicos de nossa época pedem que se repense idéias como as de forma e função da literatura.

BENJAMIN (s.d.) substitui o estudo da oposição de forma e conteúdo das obras literárias pelo estudo de sua técnica de produção, conceito capaz de superar a contradição apontada. A técnica situa a obra dentro das relações de produção e descreve-lhe a função nesse meio. Esse recurso condiz com o processo de enfraquecimento de antigas oposições (forma e conteúdo, autor e leitor, imagem e escrita) verificado no século XX: a fusão dos opostos se insinua no futuro enquanto o presente vê o surgimento de meios intelectuais de produção capazes de unificar as oposições.

Recentes progressos técnicos dos meios de produção literária tomam possível a confusão de antigas fronteiras artísticas e a conseqüente origem de novas artes, pois que não são eternas as maneiras artísticas, e terminam por permitir a alteração das relações intelectuais de produção no sentido de sua coletivização. A evolução das técnicas, portanto, caminha para a coletivização dos meios intelectuais de produção. Tomemos o acesso às informações e aos meios de produção delas e verificaremos que ele aumenta da imprensa até os atuais blogs e e-books. Isto, e ao menos neste campo específico, confirma a tese segundo a qual a coletivização dos meios de produção é uma inclinação da evolução tecnológica (HOBSBAWN, 1998, p. 166-167 e 176-177).

As tendências literárias retrógradas apontam para o recuo da técnica e para a manutenção das relações de produção, ou seja, para a conservação das oposições que as técnicas podem superar. As tendências literárias revolucionárias miram o avanço da técnica: esperam superar as contradições, alterar as relações de produção, e assim inscrever no presente um maior acesso aos meios de produção e almejar um futuro de coletivização ampliada.

3. O jornal, por exemplo, é uma técnica que permite a apropriação revolucionária. Alimenta-se da impaciência da pessoa em saber e manifestar-se. Por isso abre novas seções (economia, esportes, beleza, saúde, equilíbrio, etc.) ao mesmo tempo em que novos espaços para imprimir, ao lado, das reportagens, as contribuições dos leitores: suas análises, reclamações e informações. Nestes espaços reservados, o leitor deixa de ser leitor e transforma-se em autor. Divide, com os repórteres, a autoria já coletiva dos jornais. Qualquer um pode fazer-se autor de notícias sem grande preparo: a crescente especialização torna a pessoa de hoje perita em pelo menos um assunto, sobre o qual discorreria com propriedade caso o jornal abrisse espaço. O mundo do trabalho manifestou-se diretamente nos jornais soviéticos, porém foi

alijado dos jornais dos países capitalistas ou então tutelado por profissionais da notícia.

Um aparelho de produção intelectual é melhor na medida em que mais transforma leitores em colaboradores, extinguindo a divisão "autor e leitor" e coletivizando a obra.

4. A interface de interatividade dos blogs coletiviza a construção do conteúdo. A mudança da posição de leitor para a de autor chega a ser instantânea. Compartilha com os jornais a indeterminação dos colaboradores, mas a internet coloca seu número na casa dos milhões e a técnica inscreve nas contribuições deles sua própria razão de ser. A facilidade de acesso aos blogs ganha por pouco da facilidade de criação de um: teoricamente, a blogosfera não possui limites de expansão e os custos são praticamente nulos e ninguém precisa cursar computação para ter um blog; já a imprensa escrita, ela esbarra nos preços inacessíveis à maioria. Há outra diferença: a co-autoria de um blog é descontraída: os blogueiros proibiram tacitamente a filtragem dos posts enviados a um blog (SIQUEIRA, 2006, p. 40).

O blog, do ponto de vista técnico, disponibiliza uma interface na qual a distinção entre autor e leitor simplesmente perde o sentido e na qual o mundo do trabalho poderia manifestar-se livre de qualquer mediação.

5. A imprensa, a fotografia e a gravação sonora abriram caminho à reprodutibilidade técnica das artes de arte. No âmbito estreito desse texto, importa-nos assinalar a refuncionalização da arte como conseqüência da técnica de reprodução.

A função da arte pré-histórica, cuja técnica se fundia ao ritual, era o avesso da função da arte moderna; a tecnologia moderna é tão fora de controle quanto a natureza que os pré-históricos dominavam por meio da arte: agora, a função da arte é ensinar a dominar a técnica (BENJAMIN, s. d., p. 173-174).

O cinema tem por função equilibrar os humanos e as máquinas por meio de dois recursos: a) a interpretação cinematográfica, que se assemelha a um teste esportivo: um grêmio de especialistas (a equipe de filmagem) avalia a desenvoltura do ator diante de máquinas (câmeras e microfones). O ator bem sucedido triunfa sobre a técnica e por causa dela. Ele a submete em uma relação de humanização; b) as objetivas captam a realidade expandida em pormenores e perspectivas inacessíveis ao olho humano e dessa forma abrem o inconsciente ótico. Expandem os espaços e dão uma sensação de liberdade para as pessoas confinadas nos ambientes espremidos das cidades. A seqüência de cenas velozmente trocadas em um filme equivale ao dia-a-dia

acelerado das cidades. "O cinema é a forma de arte correspondente aos perigos existenciais mais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo" (BENJAMIN, s. d., b, p. 192).

Enquanto o cinema nos ensina a enfrentar as máquinas brutas, os blogs permitem o controle do espaço virtual que cresce desordenadamente e supera a capacidade de compreensão humana. Um indivíduo não pode sobrepular sozinho um resultado de dez mil sites encontrados pelos buscadores: é uma tarefa para a coletividade. A palavra blog vem de *boardlog*, "diário de bordo".

"Mais do que diários de adolescentes, os blogs são guias para a navegação no mundo virtual, onde o autor o autor registra o que encontra de interessante na rede e abre caminhos a outros internautas" (SIQUEIRA, 2006, p. 41).

O espaço virtual se dilata e também concede às pessoas aquela sensação de liberdade entregue pela realidade expandida pela objetiva: é um território a povoar-se para os viventes de um mundo super-povoado por seis bilhões de humanos.

6. O avanço tecnológico engendra formas artísticas visceralmente dependentes da reprodutibilidade técnica. Foi o caso do cinema. É o caso do blog. Nenhum outro meio de reprodução garante uma interatividade comparável a da internet, sem a qual os blogs seriam impensáveis. A internet reuniu as ferramentas para a construção permanente do conteúdo dos blogs — e só nela isso pode ser feita atualmente.

O filme acabado resulta da seleção das melhores cenas por um grupo de especialistas. "Para produzir *A opinião pública*, com uma duração de 3000 metros, Chaplin filmou 125000 metros" (BENJAMIN, p. 175). Eis aí a perfectibilidade dos filmes: ninguém faz um filme de um jato só. O montador os produz pela conexão de fragmentos de atuações desconexas do elenco. Um ator não representa seu papel na ordem exata em que aparecerá no filme acabado: roda-se primeiro o final, depois um trecho que se descarta, depois o começo, um pedaço de cena, uma parte de outra, ao fim seus desfechos. Grava-se uma atuação diversas vezes. Ao término das gravações, os especialistas montam os trechos na ordem que assistimos no cinema. Só então o filme acabou de ser feito. Mas o blog, não. Ele é uma obra dinâmica e, ao menos em tese, eternamente perfectível. As postagens dos blogueiros variam do acréscimo de textos longos à supressão de detalhes (vírgulas, travessões, palavras novas, etc.) em posts antigos. Inexistem blogs acabados (há apenas os abandonados).

O cinema desconhece obras originais: tanto vale assistir ao DVD de 2006 quanto ao de 2004 se contém o mesmo filme. Tudo é cópia. Todavia, cópia de filme acabado — já o blog, este se atualiza rapidamente e de forma constante. Um blog, lido e editado às dezesseis horas, não será o mesmo daqui a oito horas: acréscimos, correções, supressões, re-ordenamentos tê-lo-ão mudado. O estraçalhar do original, entendido como ponto de referência comum, atinge patamar muito superior ao do cinema. Não há sequer uma cópia distribuída para a massa: encontraremos a cada instante uma obra nova exposta para a massa. Os blogs fazem parte exclusivamente do presente. Fadam-se ao fracasso as tentativas de rastrear sua história a partir dele próprio, pois as postagens adulteram as pistas sem necessidade de referências temporais e sem que seja plausível um teste químico de descoberta cronológica.

Tal qual o cinema, o blog depende da distribuição em massa para custear-se, mas com uma diferença: ao invés de pagar os custos de sua distribuição, como acontece com o cinema, a distribuição pagaria aos blogueiros encarregados de alimentar os blogs com informações sob encomenda, tais quais propagandas e artigos jornalísticos. As agências de publicidade interessam-se pela blogosfera como ambiente ideal para o marketing viral (SIQUEIRA, 2006, p. 42).

7. BENJAMIN (s. d., p. 185) defende que as formas de arte maduras se beneficiam do preparo prévio da técnica e do receptor. O dadaísmo, por exemplo, amainou o terreno para o cinema. Até que ponto a chegada dos blogs fora anunciada? Os jornais respondem: a) as seções de "Cartas do leitor" anteciparam a contribuição do leitor aos blogs; b) a quantidade de publicações jornalísticas, a internacionalização de jornais como o New York Times e o Le Monde e a abertura de muitas seções com diversos assuntos, previram a oferta de blogs com os mais excêntricos, e com os mais rotineiros, assuntos que abarrotam a internet; c) a elevação constante do número de páginas a ponto de não conseguirmos ler inteira a edição dominical dos grandes jornais anunciava o aumento exponencial das informações virtuais.

Os blogs se situam na intersecção dessas três linhas evolutivas: confusão de autor e leitor, variedades e informações aos milhões. Os blogs são os instrumentos adequados para adentrar neste ambiente que ninguém pode abarcar em seu todo, mas apenas, cada qual em seu *boardlog*, oferecer um fragmento de compreensão que, emendados a outros fragmentos, tomam mais administrável o acúmulo de informações na internet.

Assinalemos que estas características se retro-alimentam: a extensão das informações e a conseqüente perda de profundidade diminuem a especialização

indispensável para a contribuição na construção do conteúdo dos blogs. Todos podem publicar na blogosfera, basta que saibam ler e escrever.

8. O blog é uma técnica que aponta para a consumação do rompimento da fronteira entre autor e leitor na figura do blogueiro. Funciona para controlar a tecnologia virtual. Conforma-se, enquanto técnica, com a coletivização dos meios intelectuais de produção e com a tarefa de preparar-nos para enfrentar alguns desafios do presente.

9. BUTTERWORTH (2006) critica o blogging de um ponto de vista exagerado: a presença de componentes do *establishment* da mídia norte-americana no comando de blogs populares e a cooptação de blogueiros conhecidos por este *establishment* marcaria a exaustão do blogging como fenômeno revolucionário e estenderia seus tentáculos até a técnica, a certa altura comparada aos fracassados fanzines. Ora, isso só acontece caso pretendamos enxergar nos blogs a vassoura que expulsará por completo a mídia tradicional do palco social (e de uma hora para outra!). O blogging não indicaria antes a mudança da relação dos jomais com seus leitores blogueiros?

Pode-se, ainda, contestar a opinião de Ana Marie Cox, "a ruiva flamejante responsável pelo blog Wonkett". Ela diz: "sempre vai existir um 'New York Times'. (...) É bom contar com o 'New York Times' porque precisamos saber que essa é a versão dominante da história, hoje" (BUTTERWORTH, 2006). Necessidade de uma só narrativa consensual, eternidade de uma forma literária. A história costuma revelar a transitoriedade das coisas, dos sentimentos e das idéias a esses descobridores de eternidades. Ainda assim, nada obriga que sejamos obrigados, "como cultura", a ter uma só narrativa consensual e muito menos que o New York Times seja o escritor mais gabaritado para formular a versão consensual. Poderíamos ter várias narrativas consensuais e sermos nós os autores delas.

Contudo, BUTTERWORTH (2006) realmente tocou em um problema: a adequação do blogging às atuais relações de produção, isto é, o cancelamento de seu poder de confundir leitor e autor em uma pessoa apenas e a banalização de seu uso.

"O aparelho burguês de produção e publicação pode assimilar uma surpreendente quantidade de temas revolucionários, e até mesmo propagá-los, sem colocar seriamente em risco sua própria existência e a existência das classes que o controlam" (BENJAMIN, s.d., p. 128).

O capital absorveu o rádio, a fotografia, os jomais, a imprensa, o cinema.

Talvez absorva o blogging. Mas isso não alterará a missão do escritor revolucionário: a adaptação das técnicas para os fins da revolução proletária, entre os quais está o incremento da coletivização dos meios de produção.

Onde estão os escritores revolucionários?

Resta ao futuro mostrar como o capitalismo absorverá os blogs e diluirá sua força revolucionária.

PRADO, Camilo Oliveira. Blogs and Walter Benjamin. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 43-50, 2006.

- **ABSTRACT:** This article uses some ideas from Walter Benjamin to analyze three aspects of blogs: the end of the separation between author and reader, the task of blogs as virtual space's dominion's instruments and the maturity of that artistic form. This reflection about the blogs' technical meaning precedes a tentative of studying the future tendencies of blogging.
- **KEYWORDS:** Walter Benjamin; blog; blogging; capitalism.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre história e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense. 4 ed. Sem data.

BUTTERWORTH, Trevor. A pornografia da opinião. *Folha de S. Paulo*. 14 de Maio 2006. Caderno Mais!. São Paulo, p. 4-6.

HOBSBAWN, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1998.

SIQUEIRA, André; MENDONÇA, Felipe Marra. *Mais do que um diário*. *Carta Capital*. Ano XII, n. 401, Julho 2006. São Paulo, p. 40-44.

## REFLEXÕES ACERCA DO CIENTIFICISMO

Carlos Eduardo Gimenez RAMOS<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este artigo aborda o papel da imprensa na divulgação de determinadas teorias científicas na história, e principalmente, sua importância, hoje, no debate entre visões do mundo. Esse debate entre as teorias da evolução e da criação é tratado como uma "guerra" entre evolucionismo X criacionismo, como forças antagônicas lutando pela supremacia. Neste artigo a preocupação maior é fornecer subsídios intelectuais para uma discussão acerca do cientificismo, do que definir critérios de verdade ou falsidade em teorias científicas.
- **UNITERMOS:** História da ciência; evolucionismo; criacionismo

O período conhecido por muitos historiadores da ciência como "Revolução Científica" é um período caracterizado pelo "nascimento" da ciência moderna. É um período em que a ciência se modifica radicalmente, altera sua função, deixa de ser uma coisa para tornar-se outra totalmente diferente.

A ciência era ditada pela própria Natureza, o homem a observava e não apenas aprendia com ela, mas a imitava. A física aristotélica é um bom exemplo disso. Sua concepção de lugar natural, onde todos os corpos tendem a retornar ao seu lugar de origem; a velocidade da queda relacionada ao peso dos corpos, por exemplo, é uma teoria totalmente ligada a observações da natureza. Um homem que lança uma pedra ao alto e esta cai, ou melhor, retorna, porque a Terra é seu lugar de origem; uma pena que demora mais a cair do que uma rocha são teorias facilmente aceitas porque fazem parte do cotidiano de todas as pessoas, dando esclarecimentos para aquelas situações de forma que não se faziam mais questionamentos a respeito.

É justamente acerca de tais "questionamentos" que Bachelard trata em seu livro *A Formação do Espírito Científico*. O autor trabalha os diversos obstáculos epistemológicos pelos quais passou a ciência moderna antes de se consolidar. Um dos obstáculos destacados por Bachelard é chamado de "experiência primeira". Essa primeira experiência se torna um obstáculo porque

<sup>1</sup> Aluno do curso de Graduação em História, FHDSS/UNESP – Franca/SP, sob orientação do Prof. Dr. Moacir Gigante.

nos cega com nossa própria fascinação. Pode ocorrer que a teoria formulada a partir da primeira experiência ofereça uma imediata satisfação à curiosidade o que faz com que o cientista generalize seu conhecimento e o leve a fazer conclusões rápidas sobre determinados objetos observados. Quando isto ocorre, o cientista pára de fazer perguntas ao objeto por estar satisfeito com suas primeiras conclusões, que podem estar erradas.

Erradas ou não, essas teorias, como a física aristotélica, dominaram e determinaram produções científicas da época e de certa forma ditaram os rumos da sociedade.

A ciência dominada pela Igreja tinha a função de afirmar os dogmas dessa instituição. Assim a ciência era limitada pelas figuras sacras e estava preocupada com Deus, salvação e relação dos vivos com o além.

O germe da "Revolução Científica" está na Renascença. O Renascimento trazia de volta elementos das culturas greco-romana onde o homem era o centro do universo. Renovava-se o estudo de Platão e, conseqüentemente, desenvolvia-se uma independência do pensamento, o que abalou ainda mais as estruturas pelas quais a Igreja se firmava. O espírito humanístico, pelo qual estavam imbuídos os escritores, poetas, pintores e escultores, passou a atuar sobre todos os aspectos da vida cultural de modo que sobrepujou o simbolismo predominante no espírito medieval.

Movimentos protestantes como a Reforma de Lutero e Calvino, contribuíram para o crescimento e a prática da ciência. Estimulados pela necessidade de entender melhor, na Bíblia e na Igreja, os caminhos de Deus e do Homem.

Porém a maior contribuição para a mudança da visão de mundo está na Astronomia. Copérnico em sua obra *De revolutionibus orbium coelestium* rompeu com a visão geocêntrica de Ptolomeu e, também, da Bíblia que colocava a Terra como centro da criação. Foi a Astronomia que permitiu as mudanças mais significativas na ciência através de idéias relacionadas ao Universo. As discussões a respeito da infinitude do Universo tiveram como conseqüência a destruição das concepções de um mundo finito e hierarquicamente ordenado, essa mudança de conceito alterou toda a estrutura do pensamento rompendo com o Universo aristotélico.

Galileu Galilei (1564-1642), a partir dessa ruptura com Aristóteles, teve como aspectos principais, a abordagem empírica e a adoção da matemática como ferramentas em seus trabalhos. Aspectos que se tornaram predominantes na ciência do século XVII.

Nesse mesmo período na Inglaterra, Francis Bacon (1561-1626) descrevia o método empírico da ciência, onde eram enumeradas, em uma

tabela, todas as características de um objeto de estudo e as comparava com novas observações até que não deixasse dúvidas sobre sua conclusão. Não podemos esquecer de René Descartes (1596-1650) com seu método analítico que consiste em decompor pensamentos e problemas em suas partes componentes para dispô-las numa ordem lógica. Essas novas metodologias e teorias deram ao pensamento científico sua estrutura geral, da visão da Natureza como um objeto que pode ser entendido e controlado.

Depois deles temos Isaac Newton (1643-1727) com sua obra *Philosophiae naturalis principia mathematica*, geralmente conhecido por Principia. Para muitos historiadores foi Newton quem completou a revolução científica, afinal foi sua teoria matemática do mundo que permaneceu como base do pensamento científico até boa parte do século XX.

Em 1690 em seu *Ensaio sobre a compreensão humana* o filósofo, John Locke aplica os princípios metodológicos de Galileu e Newton no estudo da sociedade. O método era estudar a natureza do ser humano enquanto indivíduo para daí aplicar os princípios dessa natureza aos problemas econômicos e políticos. Vê-se aí o método de se estudar as partes para se entender o todo, marca característica da ciência moderna.

Como pudemos ver a ciência mudou de rumo totalmente, transformou-se e alterou sua função, mas isso ocorreu porque a própria sociedade, pelo menos a comunidade científica, mudou. Mudou sua forma de olhar o Céu, mudou sua forma de olhar a Natureza. Seu mundo, antes estático, agora começa a se mover e com ele a sociedade.

O Iluminismo, movimento que interpretava o mundo com um ponto de vista racionalista, apoiava-se na ciência como forma de entender o mundo. Isso somado à idéia de um Deus arquiteto, idéia firmada por Newton em seus Principia, diminuía ainda mais a influência da religião cristã. Milagres, profecias e as próprias escrituras passaram a ser questionadas.

A ciência moderna teve uma aliada durante seu processo de consolidação, pode não ter sido decisiva, mas permitiu que os conhecimentos científicos e, principalmente, seus ideais fossem difundidos com uma velocidade antes impensável. Esta aliada é a imprensa.

O papel e a imprensa, quando trazidos da China para a Europa por viajantes portugueses e espanhóis, tiveram um efeito muito importante durante a Renascença. Porém, foi quando o alemão Johannes Gutenberg inventou a imprensa de caracteres móveis, é que ganhou maior expressão, pois a partir desse momento era possível imprimir o que se quisesse, principalmente livros.

Essa invenção teve uma expressão tão grande, pois permitia a publicação de livros fiéis aos originais, eliminando o risco de erros e modificações por parte

dos copistas. Além de diminuir o custo de reprodução ainda agilizava o processo, o que contribuía para a difusão do pensamento renascentista para fora das universidades. A imprensa colaborou para a fragmentação da cristandade, como por exemplo, a possibilidade de publicações traduzidas da Bíblia durante o movimento de reforma da Igreja.

Logo se terá uma grande procura por livros impressos, principalmente durante o período da Revolução Científica. A difusão das descobertas científicas teve grande ajuda de propagandistas, que ajudaram a difundir não só o conhecimento científico, mas os ideais. Por muitos desses propagandistas serem céticos, fortaleceu-se a idéia de que a Igreja era inimiga do progresso científico.

Dessa forma é possível percebermos que a visão judaico-cristã da criação foi perdendo seu espaço nas teorias científicas, como a do surgimento do universo e do surgimento do homem, cedendo seu lugar às teorias objetivas e "racionalis" cada vez mais separadas de uma visão religiosa doutrinária. O primeiro a quebrar de forma drástica com a concepção judaico-cristã sobre o surgimento das espécies foi Jean-Baptiste Lamarck no início do século XIX com sua teoria da evolução. Sua teoria tinha por base duas leis fundamentais: a) a lei do uso e desuso e b) a lei da herança dos caracteres adquiridos. Na segunda metade do século XIX, Charles Darwin apresenta à comunidade científica sua teoria da evolução, a qual possuía uma enorme quantidade de provas em favor da evolução biológica, que a tornou a explicação dominante a respeito da biodiversidade.

Esse fato gerou contestações indignadas por partes de autoridades eclesásticas e foi abordado pela imprensa como uma "guerra" entre as teorias da evolução e a da criação. É nesse ponto que eu queria chegar, a imprensa dentro dos ideais mercadológicos sempre foi sensacionalista, e, é impossível de se negar, um veículo de ideais.

A imprensa hoje possui um poder de persuasão capaz de definir a opinião pública, de determinar tendências de consumo, influenciar até mesmo a decisão de juizes. Decide como e quais notícias serão veiculadas, sendo elas verdadeiras ou não. O fato é, a imprensa é um instrumento ideológico.

Hoje o debate ideológico entre evolucionismo e criacionismo foi reavivado com as novas descobertas na ciência, principalmente na área da bioquímica com a *Design Intelligent Theory* (IDT). A IDT parte da teoria de que a evolução é um processo complexo demais para que ocorra ao acaso e atribui esse fator a um ser dotado de racionalidade atuante sobre as espécies, porém eles não atribuem essa atuação a Deus, pelo menos não a um Deus pertencente a alguma doutrina religiosa.

O fato é que essa nova teoria, elaborada por volta de 1960, foi adotada,

durante alguns anos por escolas públicas nos EUA, como teoria alternativa, o que considerou-se uma vitória para os países religiosos, e um retrocesso para os céticos.

Aqui no Brasil, em especial São Paulo, essa "disputa" vem acontecendo de forma mais silenciosa, pois a IDT é pouco divulgada e é mostrada pelos jornais como algo distante. Quando há notícias nos jornais, como o "Estado de São Paulo" e a "Folha de São Paulo" são notícias falando de mais uma nova descoberta na biologia que fundamenta ainda mais a teoria da evolução. Recentemente a rede de televisão "Globo" em uma de suas programações, o "Fantástico", exibiu uma série chamada "Poeira das Estrelas". Essa série apresentada pelo físico Marcelo Gleiser, é uma manobra nessa "guerra", gerada pela própria mídia, de reafirmar as bases da ciência moderna. Sempre quando algum jornal trata sobre alguma discussão sobre ciência, afirmam que a única forma de se fazer ciência é a vigente, ou seja, a ciência moderna.

O problema é que isso leva os próprios cientistas a erros grosseiros. O Fantástico, nesse mesmo ano, exibiu uma reportagem a respeito de uma família portadora de um defeito genético que os impedia de andar de forma ereta e para tanto era necessário o uso das mãos. Vários cientistas se apressaram em dizer que aquela família era portadora dos genes de nossos antepassados, e por isso mesmo jamais poderiam andar de forma ereta. Acontece que depois de alguns meses de fisioterapia um dos membros da família conseguiu, com certa dificuldade, andar sobre as duas pernas. São atitudes como essa que foram combatidas durante a Revolução Científica. Houve uma clara valorização da razão, que chegava a ser um ato de fé. A própria teoria da evolução gerou dogmas a respeito da origem das espécies.

Na breve análise histórica foi mostrada a ciência como algo que se adequa às novas visões do mundo, por isso se fala em Revolução Científica; a ciência não é algo cumulativo que evolui, o conhecimento humano sim é cumulativo, mas não a ciência. Esta é um processo que decorre das relações sociais e se modifica, deixa de ser uma coisa para ser outra, de acordo com as necessidades de uma sociedade, necessidades que podem ser criadas pela própria ciência.

É importante termos em mente que a ciência, antes de tudo, é ideológica. Defender a ciência como algo totalmente objetivo é eliminar toda crítica a respeito do fato. Ao longo da história os usos das ciências e das tecnologias "ensinaram" a crença na ciência e em sua "infallibilidade". Durante o período de eleição para presidente aqui no Brasil, por exemplo, algumas pessoas que foram votar já estavam com seus nomes registrados na urna eletrônica como se já tivessem votado, isso leva a questionamentos, até que ponto podemos confiar

nessa tecnologia? Quem errou, o homem ou a máquina? A fé na ciência, da maioria dos cientistas e das pessoas em geral é tão grande, se não maior, do que muitos religiosos, que é quase impossível conceber que a máquina tenha errado, assim como o fiel crê que seu Deus jamais erra.

Hoje temos várias correntes de cientistas que defendem a linha chamada "pós-moderna". Na historiografia pós-moderna o texto é visto como uma produção intelectual carregada de subjetividades, sendo descaracterizado como uma reprodução do passado e o encara como uma construção com uma finalidade definida pelo historiador. Essa visão pós-moderna critica o positivismo cego de muitos historiadores que são incapazes de se sobrepor aos documentos, e incapazes de reconhecer toda subjetividade por traz da elaboração do objeto, assim como são incapazes de ter uma visão crítica sobre seu próprio trabalho.

É esse racionalismo cego que torna a ciência algo estática, e é por isso que é importante estarmos atento ao debate ideológico a respeito da ciência. Pois uma ciência vista como algo cumulativo que evolui é mais compatível com os ideais evolucionistas, e a ciência como um processo histórico é mais compatível com os ideais criacionistas e pós-modernos. Em um a ciência é algo que busca a verdade absoluta, está livre de subjetividade, fecha o debate em si; noutra a ciência é construída a partir de teorias, abre espaço para o debate com outras teorias. O fato é que se destaca aquela ciência que atender às necessidades filosóficas e materiais de uma sociedade.

A preocupação deste artigo é dar subsídios filosóficos para que o leitor possa pensar sobre que tipo de ciência vem sendo divulgado. A "guerra" entre essas duas teorias científicas serve para mostrar que antes de nos preocuparmos sobre qual teoria está correta, deveríamos nos preocupar com que tipo de sociedade os formuladores dessas teorias planejam construir.

Uma coisa está muito clara na história. O único fator presente na ciência é a fé, seja ela na razão seja ela nas escrituras. A história da ciência mostra que o homem é antes de tudo um crente. A "fé" é algo que cético algum conseguirá eliminar.

RAMOS, Carlos Eduardo Gimenez. *Thoughts about scientificism*. Revista *Ensaio de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 51-58, 2006.

- **ABSTRACT:** This article minds about how the press shows determinates scientific theories in history, and it's importancy, today, in world's vision debates. This debate between evolutionism X criationism theories, is saw by the press as a "War", as

antagonic forces fighting for supremacy. This article is more worried in provide intellectual subsidies for a discussion about scientificism, than do a definition about which scientific theory is right.

- **KEYWORDS:** Science's history; evolutionism; creationism.

## FONTES

JUIZ dos EUA condena teoria neocriacionista: tese era tratada em escolas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 2005. *Folha Ciência*, p. A 22.

Ouweneel, W. J. *O caráter científico da doutrina da evolução*. Disponível em: <<http://www.scb.org.br/>>. Acesso em: 4 out. 2005.

PAIS abrem processo nos EUA contra escola que ensina "design inteligente". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 out. 2005. *Folha Ciência*, p. A 21

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências*. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1995.

KNELLER, G. F. *A ciência como atividade humana*. Tradução de Antonio José de Souza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

RONAN, C. A. *História ilustrada da ciência: Da Renascença à Revolução Científica*. Tradução de Jorges Enéas Fortes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. 3 v.

SMITH, A. G. R. *A revolução científica nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: VERBO, 1973.

## AQUELE QUE "VÊ COM OS PRÓPRIOS": O VIAJANTE NATURALISTA

Carollina Carvalho Ramos de LIMA<sup>1</sup>

- RESUMO: O século XVIII desenvolveu um novo *estilo* de viagem, consolidado no decorrer do século XIX, característico pelo movimento de naturalistas viajantes que percorreram o Brasil - e outras partes do globo - com o objetivo de estudar a fauna e flora dessas regiões. Para os naturalistas dos oitocentos, as sensações e fenômenos, deveriam ser descritos sob o prisma da racionalidade e dos métodos científicos da época. As expedições que aportaram na colônia portuguesa na América, nesse momento, se depararam com uma natureza exuberante e pouco explorada anteriormente. Dessa forma, este artigo pretende analisar as motivações e influências deste tipo de viajante, o naturalista, bem como, o momento em que o Brasil assiste a maior circulação das missões estrangeiras e investigação de sua natureza tropical.
- UNITERMOS: Viajantes naturalistas; Brasil; expedições científicas; História Natural.

O século XVIII desenvolveu um novo *estilo* de viagem - iniciado em fins do século XVII, e consolidado no decorrer do século XIX - podendo ser caracterizado, em linhas gerais, pelo movimento de naturalistas viajantes motivados por razões científicas (LISBOA, 1997, p.35), que, em grande parte, viajavam com financiamento particular, mas obtinham o apoio das cortes européias (LEITE, 1995).

Os naturalistas que no decorrer do oitocentos estiveram no Brasil optaram em "ver com os próprios olhos". Esta opção os colocava diante das mais diversas experiências e descobertas, que durante a estadia no país eram registradas em diários - "*cheios de apreciações e de observações sábias, de pormenores, de datas e de lugares*" (BOURGUET, 1997, p.230-231) - e correspondências, bem como, nas pinturas e desenhos produzidos, na sua maioria, *in loco*. O importante é que para a maior parte dos naturalistas do século XIX, as sensações e fenômenos, deveriam ser descritos pautados na racionalidade e nos métodos científicos da época. (KURY, 2001, p.863-80). Esta postura adotada pelos naturalistas, "*corresponde às exigências do homem total*

<sup>1</sup> Aluno do curso de graduação em História, FHDSS/UNESP - Franca/SP. Sob a orientação do Prof. Dr. Jean Marcel de Carvalho França. Bolsista: FAPESP.

da época iluminista, o artista-cientista, capaz de colocar a sensibilidade em colaboração com a razão" (BELLUZZO, 1995, p. 10, grifo nosso).

Se retrocedermos um pouco na história, observamos que o mundo natural, no decorrer dos séculos XVI e XVII, era tratado sob a ótica do admirável, "em que a partir dos signos se constroem as histórias" (SILVA, 2003, p. 162). Em contrapartida, o século XVIII assiste a uma sistematização do conhecimento, que prioriza, como já dissemos, a observação e ordenação com base na racionalidade, e cujo "signos se tomaram modos de representação". Em poucas palavras, a "história natural faz pousar sobre as coisas um olhar minucioso e transcreve, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis" (Ibidem, 2003, p. 162).

Para Mary Louise Pratt (1997, p.70) dois acontecimentos na Europa foram decisivos em 1735 para este novo momento das ciências: primeiro é a publicação *Systema Nature* de Carl Linné, chamado Lineu<sup>2</sup>, que estabeleceu um método de classificação das formas vegetais do planeta - "de acordo com os procedimentos de Lineu, cabe ao olho realizar o primeiro gesto do conhecimento: é preciso ter visto primeiramente o objeto, para depois nomeá-lo, isto é, introduzi-lo na linguagem científica" (BELLUZZO, 1995, p.17); e no mesmo ano inaugura-se a primeira expedição científica internacional da Europa, a expedição de *La Condamine*, que instaurou uma nova tendência no que se refere à exploração e à documentação<sup>3</sup>. Para mais, os dois acontecimentos demonstra a criação de uma "consciência planetária" (sugestão de Pratt) que é, para a canadense, elemento básico na construção do moderno eurocentrismo. Nas palavras de Silva:

A nova dimensão da natureza, despertada no século XVIII, é consequência de um olhar que em vez de deslocar-se ao longo de superfícies, como a exploração dos novos continentes na expansão marítima dos séculos XV e XVI, passa a incluir a submersão nas profundidades das escalas do saber, do racionalismo no século XVIII (2003, p. 160).

<sup>2</sup> Lineu de forma inovadora estabelece um sistema de classificação com base sexual, destacando afinidades físicas dos seres, atendo-se não só aos traços de estrutura externa, como à anatomia interna. [...]. A introdução da nomenclatura binária na história natural é grande contribuição de Lineu, designando cada espécie viva por um duplo termo: um substantivo indicando gênero; um adjetivo indicando a espécie" (SILVA, 2003, p. 163).

<sup>3</sup> A expedição sofreu diversas acusações e infortúnios durante o percurso, tanto que no final o grupo francês se desintegrou totalmente, cabendo a cada um encontrar uma forma de voltar para casa, ou então, permanecer abandonado na América.

As descrições da fauna e flora firmaram um projeto classificatório global, no qual, a observação e própria catalogação da natureza se tornavam narráveis, podendo, dessa forma, constituir uma seqüência de eventos ou mesmo estruturar um enredo. Por exemplo, Alexander von Humboldt - considerado o "pai dos naturalistas" - realizou excursões por diversos pontos da América do Sul<sup>4</sup>, voltando para Paris em 1804. Suas viagens científicas lhe renderam uma exposição de plantas e uma magistral obra de trinta volumes contando a sua viagem, que foram escritos entre os anos de 1805 e 1825. Desde que Humboldt publicou suas impressões sobre sua viagem científica pelo continente americano, "cresceu o interesse pelo inusitado dessas terras entre naturalistas, pintores e outros viajantes europeus" (LEITE, 1997, p.165).

A influência de Humboldt, inspirador de uma nova ilustração da América, foi pioneira em um momento em que a viagem de exploração naturalista corresponde à ultrapassagem das fronteiras do saber. A natureza, a partir de Humboldt, é tratada "como objeto científico e não apenas como correlato estético ou espaço de projeção filosófica". Além disso, seu método de observação previa a medição sistematizada dos fatores físicos que interferem em cada lugar analisado - temperatura, altitude, pressão, umidade e os hábitos das espécies vegetais que compõem a paisagem. "Essas mudanças se relacionam ao fim da 'visão do paraíso' e das imagens depreciativas da filosofia da Ilustração" (VENTURA, 1999, p. 27). Humboldt exerceu influência na produção científica dos naturalistas até a primeira metade do século XIX, sendo como uma "estrela guia dos projetos de missões destinados à América", que só foi ultrapassado por Charles Darwin (LISBOA, 1997, p.39-43).

A viagem é, na maior parte dos casos, considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência. Muitas vezes, o coletor e o "sistematizador" não são a mesma pessoa. Ou seja, para a história natural realizada nos gabinetes europeus, "ver com os próprios olhos" não é necessário. Daí a importância que adquirem as instruções de viagens científicas e a formação de profissionais especializados em variados ofícios, tais como jardineiros coletores, desenhistas e pintores iniciados nos métodos da história natural, que acompanhavam os naturalistas.

Na análise de Ronald Raminelli:

<sup>4</sup> Mas curiosamente não esteve no Brasil, porque as autoridades portuguesas o impediram de transitar em território brasileiro por considerá-lo um espião (LEITE, 1997, p.165). Sua expedição pela América (1799-1804) recebeu a autorização do rei da Espanha e financiamento de banqueiros espanhóis e alemães. (BELLUZZO, 1995, pp. 22-24).

A viagem teria finalidades e resultados planejados, metas a serem cumpridas. Nem sempre era fruto de interesses individuais. Os viajantes guiavam-se por políticas estatais e científicas, além de receberem financiamento e instruções de viagem (2000, p.27).

As instruções de viagem, cujo objetivo era sistematizar as observações feitas pelos naturalistas durante as expedições, rompeu com a forma medieval de ver a natureza<sup>5</sup>, estabelecendo, portanto:

A particularização das partes componentes desta mesma natureza, e organizará sua exposição na forma de quadros que anunciam um novo campo de visibilidade que se constituiu em toda a sua espessura (SILVA, 2003, p. 162-163).

Podemos dizer também que, as instruções de viagem eram instrumentos de "controle" para a produção do conhecimento científico da época, pois tomavam possível o acompanhamento das viagens de dentro dos gabinetes<sup>6</sup> europeus. Por consequência, apresentavam forte visão centralizadora das ciências, pois definiam qual o conhecimento que deveria ser produzido, e até o que e como determinado objeto científico deveria ser observado. Isto porque, para "[...] fundar uma geografia e uma paisagem singulares e descrever acidentes, cenários e tipos peculiares é preciso traçar cartas de orientação, itinerários" (SUSSEKIND, 1990, p. 61).

Cabe lembrar que, os navios utilizados para os deslocamentos representavam verdadeiras bibliotecas e laboratórios. Dentro deles encontrávamos "instrumentos de medição e observação, aparelhos para análises químicas, microscópios para examinar minerais, plantas e animais e uma biblioteca contendo relatos de viagem, mapas, catálogos classificatórios de fauna e flora". Além disso, viajava-se numa equipe composta por diversos especialistas, como astrônomos, topógrafos, cartógrafos, ilustradores, pintores, entre outros. (LISBOA, 1997, p. 36). Dessa forma, todo o aparato e estudos que possuíam os naturalistas, estes com suas investigações:

Deveriam ampliar o conhecimento humano, além de procurar esclarecer especulações e mitos acerca da conquista europeia. Gigantes da Patagônia, homens sem cabeça da Guiana, Amazonas e selvagens com caudas eram

<sup>5</sup>Na Idade Média "a natureza era um espetáculo e o bestiário era um desfile circular que apontavam a inter-relação" (SILVA, 2003, p. 162)

<sup>6</sup>"[...] a história natural permitiu a constituição de minuciosos e preciosos gabinetes de curiosidades, esses quase-laboratórios que exercem um poderoso encanto sobre as pessoas a igual influência sobre o gosto e a moda" (SILVA, 2003, p. 161).

alguns dos mistérios a desvendar. Propunha-se igualmente apagar os resquícios de uma geografia e de uma cartografia fantásticas (LISBOA, 1997, p.36).

O interesse das viagens científicas no estudo da natureza dos trópicos, aparece como uma medida também civilizatória, dentro da concepção utilitarista, na qual, a natureza era visada para o favorecimento do ser humano. Em outras palavras, "o sentido útil da ciência, postulado pela ilustração, (...) promove o aproveitamento técnico da natureza pelo homem" (BELLUZZO, 1995, p.10). A busca pela descoberta de uma ordem natural e um sistema universal de classificação, em fins do XVII, entrou em consonância com razões mais pragmáticas, em um momento que o conceito de utilidade consistia um dos eixos centrais da prática científica (KURY, 2001, p. 21). Sobre isto Miriam L. Moreira Leite escreveu:

É possível inferir que o naturalista tinha o posto de fiscalização da ordem política nem tão desinteressada quanto se declara. (...) A verdade e o conhecimento desinteressado são a verdade da Coroa e os interesses da Colônia dentro do pensamento político do século XVIII, em que a utilidade e as luzes redundariam na prosperidade do Império colonial (1997, p.202).

Na tentativa de introduzir no Brasil nos trilhos da modernização que vivia a Europa no século XIX, a colônia tropical portuguesa na América assiste ao interesse das missões científicas no estudo de sua fauna e flora e os olhos atentos do Velho Mundo se debruça sobre as riquezas brasileiras, com o apoio da Corte portuguesa. Esta extensa porção de terra do outro lado do Atlântico deixa de ser somente um lugar de possibilidades, para ser também um vasto laboratório das ciências.

### Expedições pelo Brasil

Devido a uma política de segredo mantida por Portugal durante trezentos anos com relação a sua colônia, poucos foram os estrangeiros que circularam pelo território tropical<sup>7</sup>. Portugal, além disso, nunca se importou muito em divulgar – mesmo que para circulação dentro do próprio país – informações

<sup>7</sup> "Até o último quartel do século XVIII, Portugal se ocupava com a geografia do Brasil, mantém os portos fechados e exerce controle sobre a entrada dos próprios portugueses, que precisam de autorização para ter acesso ao país. Somente a partir da Viagem Philosophica, de Alexandre Rodrigues Ferreira, que se desenvolve de 1783 a 1793, podemos falar de uma primeira missão científica devidamente organizada por Portugal para o conhecimento exaustivo das riquezas da nação brasileira" (BELLUZZO, 1195, p.49).

sobre sua colônia tropical, nem traduzir relatos sobre a mesma, como sintetizou Jean Marcel de Carvalho França<sup>8</sup>:

[...] em poucas palavras, a terra de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Cabral, Magalhães e tantos outros homens que colaboraram ativamente para ampliar as dimensões do mundo conhecido pelo Velho Mundo, não somente deixou de informar sobre as suas terras de além-mar, como não se interessou pelas informações que outros estavam produzindo sobre as suas ou sobre outras das terras descobertas (2007)

A corte portuguesa, em 1591, proibiu definitivamente a vinda de estrangeiros para a sua colônia na América, e mesmo que esta determinação não tenha sido rigorosamente cumprida, a circulação de estrangeiros e a aproximação de embarcações em portos brasileiros tomou-se restrita. A determinação era de que as naus poderiam ficar ancoradas por no máximo um mês e as visitas em terra deveriam ser feitas na presença de um soldado da colônia.

O Brasil no século XVII, apesar de estar ainda sob o ciúmes português, esteve um pouco mais presente na literatura de viagem nos seiscentos (MINDLIM, 1991, p.35). Excepcionalmente no Nordeste durante o governo de Mauricio de Nassau entre 1637 e 1644 (LISBOA, 1997, p.35) – “*verdadeiro parêntese luminoso aberto pela chegada e em encerrado com a partida do príncipe flamengo*” (CAMPOS, 1985, p.119) – uma comitiva holandesa esteve no Recife para a primeira expedição científica que aportou no Brasil, em 1637 e permaneceu até 1640, incursionando ao longo das costas e o Rio São Francisco, além do sertão brasileiro<sup>9</sup>. Fruto desta expedição, um de seus membros, o holandês Georg Margraff, publicou em 1648, *Historiae Rerum Naturalium Brasiliae* (BELLUZZO, 1995, p.34-35). Mas consideremos este episódio como peculiar do conhecimento da natureza americana, uma vez que:

A colônia continuava estranha à revolução científica<sup>10</sup> que se processava no Velho Mundo e mergulhada na espessa obscuridade em que sob esse aspecto, se envolvia a metrópole, que estava, como toda a península, fora da linha isotérmica dessa revolução (Azevedo, *apud* CAMPOS, 1985, p. 119).

<sup>8</sup> Obra ainda não publicada.

<sup>9</sup> Dessa expedição resultou o livro, *Historia Naturalis Brasiliae*, publicado em 1648.

<sup>10</sup> “A chamada Revolução Científica será o resultado de uma série de mudanças intelectuais que se originaram na ruptura filosófica humanista-racionalista, que separou o Homem da Natureza e estabeleceu que o acesso a ela e a descoberta de seus segredos se dariam exclusivamente, pela racionalidade humana, em que a ciência seria a forma de conhecimento única e verdadeiramente adequada a essa racionalidade” (SILVA, 2003, p.61).

O século XIX assiste a multiplicação das viagens pelo extenso território brasileiro, isto porque é a partir do desembarque de D.João VI em 1808 que o país passa a receber um contingente significativo de estrangeiros (LISBOA, 1997, p. 29). Isto se intensifica após a “famosa” Abertura dos Portos, em 1810, uma vez que o monarca passou a incentivar o cultivo das letras e apoiou expedições científicas, artísticas e comerciais que visavam introduzir na colônia a modernização que a Europa vivia naquele momento. Dessa forma, “a transmigração da família real surge como um fato de enormes proporções, já que, no momento de sua efetivação, *“tudo mudou em Portugal, no Brasil e talvez no mundo”*. (CAMPOS, 1985, p.54).

Com a maior abertura para a circulação dos estrangeiros no Brasil, pós-desembarque da Família real, o país passou a ser o destino preferencial dos viajantes, fossem eles: naturalistas, diplomatas, comerciantes, aventureiros, artistas. A partir de então, o governo:

começou nesse meio sob o aspecto econômico, a apreciar a importância da colaboração estrangeira e a utilizá-la em diferentes campos, especialmente no das ciências naturais e no da indústria. Com semelhante auxílio lucrava a terra em todos os sentidos, principiando pelo de tornar-se conhecida por meios das freqüentes comunicações inseridas a respeito nas folhas diárias e revistas européias, e das muitas obras que sobre ela entraram a ser publicadas (LIMA, 1908, p. 70-71).

No primeiro quartel do século XIX, célebres naturalistas estudaram nossa fauna e flora, entre eles: o príncipe Maximiliano Wied, que esteve no Brasil de 1815 a 1817; a expedição austríaca, na qual faziam parte Mikan, Natterer, Pohl e Schott e a missão científica bávara, dirigida por Spix e Martius, ambas que acompanhavam a comitiva da arquiduquesa Leopoldina, em 1817; o francês Jean Baptiste Debret, que aportou no Brasil em 1816, posteriormente nomeado o pintor oficial do Primeiro Reinado; o alemão, engenheiro de minas, barão Wilhelm L. Eschewege; a missão francesa *Uranie*, que deu a volta ao mundo e aportou, em 1817, na colônia portuguesa trazendo o casal Freycinet e o pintor Jaques Arago; o comerciante inglês Jonh Mawe; e o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu inúmeras regiões do país; entre tantos outros viajantes, que pela brevidade deste artigo não podemos nem citar, mas que têm sido recuperados pela atual historiografia brasileira.

## Considerações Finais

Os novos paradigmas do século XVIII e XIX, sob as influências da

Ilustração, do Utilitarismo e do Romantismo, desencadearam uma nova forma de ver e analisar o mundo. Para mais, os pressupostos de Lineu eclodiram como um interessante método de sistematizar a natureza, no qual, o olhar é o primeiro a captar o conhecimento, para então, inserir o objeto observado na "linguagem científica". E a viagem de Humboldt, que instigou inúmeros viajantes a excursionarem, principalmente, pela América com o objetivo de estudar a fauna e flora do vasto continente.

O oitocentos é o momento de organização das grandes pesquisas e coleções de minerais, animais, plantas e ervas que enriqueceram museus e jardins na Europa, é um redescobrimto do Novo Mundo e suas especificidades. Os registros destes naturalistas dividem com o leitor, não apenas, descrições das plantas encontradas, mas a vida que se levava nos trópicos, as sensações e experiências de um estrangeiro, assim como, suas apreciações sobre as cidades e seus habitantes.

No conjunto, os relatos de viagem se configuram com valiosos documentos à disposição da historiografia. Historiografia esta, que ao reconhecer a importância das informações e imagens contidas nas narrativas, nos últimos anos tem recuperado (e digitalizado) estes registros de acervos particulares e públicos, de forma, a oferecer ao público, acadêmico ou não, coleções que resgatam uma história do Brasil para além dos "documentos oficiais"<sup>11</sup>.

LIMA, Carollina Carvalho R. de. The one who sees with his own eyes: the naturalist traveler. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 59-68, 2006.

- **ABSTRACT:** The XVIII century developed a new traveling style, consolidated during the XIX century, characterized by the movement of naturalists travelers who roamed about Brazil – and other parts of the earth – with the purpose of studying both the fauna and the flora of such regions. To the naturalists of the XVIII century, the sensations and phenomenon should be described through the prism of rationality and scientific method at the time. The expeditions which landed on the Portuguese colony in America, on that occasion, found an exuberant, barely explored nature. Thus, this article intends to analyze the motivations and influences of that kind of traveler, the naturalist traveler, as well as the moment in which Brazil assisted a larger circulation of the foreign missions and investigations on its tropical nature.

<sup>11</sup> Um exemplo e a coleção, *Baú de Histórias*, coordenada pela historiadora Mary Del Priore, que resgata manuscritos de viajantes estrangeiros da biblioteca dos colecionadores José Mindlin e Paulo Geyer, e que posteriormente planeja expandir a coletânea com registros contidos no Instituto Histórico e Geográfico e da Casa Ruy Barbosa.

- **KEYWORDS:** *naturalist travelers; Brazil; scientific expeditions; Natural History.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Luis Felipe. *Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural*. Lisboa: Gradiva, 1987.
- BELLUZO, Ana Maria de Moraes. *Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1995.
- BERGER, Paulo. *Bibliografia do Rio de Janeiro*. Viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900. 2. ed. Rio de Janeiro: seec, 1980.
- BOURGUET, M. N. O explorador. In: VOVELLE, M. (dir) *O homem do iluminismo*. Tradução Maria Georgina Segurado. Lisboa: E. Presença, 1997.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. *Imagens do Brasil no Velho Mundo*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Org. Sérgio Buarque de Holanda. Tomo II: "O Brasil Monárquico". v. 1. "O processo de emancipação". São Paulo: Difel, 1985.
- CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papyrus, 1994.
- FRANÇA, Jean M. de C. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro: UERJ, José Olimpio, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800*. Rio de Janeiro: UERJ, José Olimpio, 2000.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- GOODMAN, Edward Julius. *The explores of South America*. Norman: University of Oklahoma Press, 1992.
- KURY, L. B. Entre utopia e pragmatismo: a história natural no iluminismo tardio. In: SOARES, L.C. *Da revolução científica à big (business) science*. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- LEITE, Miriam M. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- LISBOA, Karen. M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, Luciana. L. *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Ensaios de História, Franca, v.11, n.1/2, p. 59-68, 2006*

MIDNLM, José E. Viajantes no Brasil: viagem em torno de meus livros. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991, p.35-54.

O'GORMAN, Edmond. *La invencion de America; el universalismo de la cultura de Occidente*. México: Fondo de Cultura Economica, 1958.

PRATT, Mary L. *Os Olhos do Império*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMINELLI, R. Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial. *História: questões e debates*, n. 32, jan/jun, 2000, p. 27-46.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Afonso de E. *Visitantes do Brasil colonial. (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Nacional, 1933.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história e cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ZAVALA, Silvio. *A América en el espíritu francés del siglo XVIII*. México: Edicio de el Colegio Nacional.

## A CORRUPÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: DO APODRECIDO À TRANSPARÊNCIA

Cíntia Pinheiro Ribeiro de SOUZA<sup>1</sup>

- RESUMO: Este artigo tem como objeto de discussão a revisão do conceito da corrupção. Ao fazer uso de concepções clássicas de autores como Aristóteles e outras mais recentes e especializadas, busca-se verificar como o assunto vem sendo tratado e como a corrupção deixa de ser um problema exclusivamente interno ao ganhar uma interface internacional, e conseqüentemente, um novo sentido.
- UNITERMOS: Corrupção; conceito; transparência.

A corrupção é um fenômeno de difícil definição. Entretanto, em um primeiro olhar, aparece como um problema de cultura política da esfera doméstica do Estado, que pouco motivava os pesquisadores até algum tempo atrás. Talvez isto se deva à influência do paradigma funcionalista, que não via o fenômeno como algo essencialmente ruim, podendo a corrupção ser meio para atingir objetivos de forma menos custosa em determinadas circunstâncias.

De qualquer forma, pode-se acompanhar desde fins dos anos 80 e, especialmente, nos anos 90 a emergência desta temática com nova perspectiva. A corrupção ganha uma interface internacional, até então oculta, e é incluída no debate como uma preocupação global. Neste estágio, a corrupção passa a ser vista como sinônimo da falta de transparência. Assim sendo, este artigo tenta traçar, em linhas gerais, a evolução dos discursos sobre a corrupção.

No Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o termo corrupção é definido como "o uso do Poder Público para proveito, promoção ou prestígio particular, ou em benefício de um grupo ou uma classe, de forma que constitua violação da lei ou de padrões de elevada conduta moral" (AIKIN, 1986, p.278-279).

Já em um informe do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) à Comissão de Prevenção do Delito e Justiça Penal (1997, p. 4 e ss.), sustenta-se que, conceitualmente, a corrupção "consiste em algum tipo de

<sup>1</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção, Universidade Estadual Paulista (UNESP) "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, São Paulo, Brasil.

abuso de poder" e que seu "conceito genérico poderia ser o abuso da função pública para obter ganhos, ou vantagens, pessoais diretos ou indiretos".

A fim de evitar noções limitadas pela cultura e facilitar assim a criação de um consenso, o Secretário Geral propôs definir a corrupção por via exemplificativa; assinalando uma lista de atos corruptos. Entre os atos mencionados se encontravam: o suborno, a extorsão, a fraude, a compra e venda de votos, as contribuições políticas ilícitas, o abuso de poder e o abuso de confiança, a malversação de fundos públicos, o conflito de interesses.

Entretanto deve-se ter em mente que tais definições não alcançam um significado universal, pois estão circunscritas social e historicamente por considerações de ordem moral ou legal. É, portanto, por conta da dificuldade da definição deste problema que se desenvolve a primeira geração de pesquisas sobre a corrupção segundo Speck (2000).

Este autor menciona o viés legalista de Nye e o avanço apresentado por Heidenheimer com a chamada "corrupção cinza", ou seja, um meio termo entre a total coincidência entre lei e norma social e a total tolerância da população ao ato proscrito pela lei. Deve-se salientar ainda que esta abordagem proposta por Heidenheimer e contemplada por Gibbons, de acordo com Speck, refere-se à conceituação da corrupção através da percepção dos autores sociais e é também pano de fundo para o desenvolvimento dos índices de percepção da corrupção a partir do desenvolvimento de métodos quantitativos destinados a este fim.

Também é apontada uma segunda geração de pesquisas a partir da identificação dos riscos de investimento, iniciada nos anos 80, por empresas de avaliação destes riscos (*Ibidem*) – *Political Risk Service; World Development Report* (Banco Mundial e Universidade da Basileia); *Freedom House; Gallup 1997*; entre outras – que incluíram o item corrupção nas análises dos países. Esta abordagem parece um tanto pertinente quando da análise das políticas indicadas pelo Consenso de Washington no concernente aos itens governabilidade e estabilidade, por conseguir relacionar o capital transnacional à transparência.

Ademais, Chang (2004) critica essa relação por conceber as prescrições destinadas a fortalecer as instituições e aumentar os níveis de prestação de contas, aquelas derivadas da percepção do risco e da necessidade de diminuí-lo para garantir os ganhos do capital, como obstáculos ao desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Este autor aponta ainda, em tom de denúncia, os próprios países desenvolvidos terem incorrido em ações, agora proscritas como não transparentes, para promover seu desenvolvimento.

Finalmente, a terceira geração de pesquisas indicada por Speck relaciona-se complementarmente com a segunda, quase que como uma crítica, pois trata da busca de ferramentas para a intervenção e a reforma com vistas a solucionar a questão da corrupção, enquanto a outra se preocupa primordialmente em detectar o problema. Neste ponto, nota-se, então, a superação do paradigma funcionalista para o qual a corrupção poderia até facilitar o desenvolvimento econômico por amenizar obstáculos burocráticos, (paradigma este que tem entre seus representantes Leff, Abueva, Bayley) e parte-se para uma visão mais próxima da corrente ético-reformista, que segue a ideologia da reforma. Dessa forma:

A corrupção não somente desperdiça recursos públicos como também cria incentivos errados para o direcionamento de investimentos econômicos. O custo político é alto, porque instituições vistas como corruptas são desacreditadas e não terão o apoio da população (*Ibidem*, p. 31).

Neste último ponto, abre-se um precedente, inclusive, para a discussão a respeito da relação do conceito de capital social com a cultura política. Pois a confiança tomou-se um elemento chave desde que os riscos passaram a ser encarados como desvantajosos e também monitorados. A insistência na transparência e no *accountability* relaciona-se à confiança, essencial para o processo político e o combate à corrupção. (PUTNAM *apud* GONZÁLEZ e POWER, 2003).

Já sobre suas características, pode-se dizer que o ato corrupto implica a violação de um dever posicional; ele está sempre ligado à expectativa de obter um benefício extraposicional; para detectar a sua existência, deve haver um sistema normativo que lhe sirva de referência; os atos de corrupção tendem a realizar-se em segredo ou ao menos em um marco de discrição. Entretanto, este caráter próprio do ato corrupto é também apontado por Krastev (2004) como fator gerador de uma reação por parte das grandes companhias internacionais, em princípio, beneficiadas pela diminuição dos obstáculos burocráticos através da corrupção em suas negociações, mas que passam a sentir dificuldades de competir, por ocasião da liberalização das economias, nos mercados locais pela falta de acesso a esses círculos fechados e dominantes.

Em um resgate histórico, é possível notar a ambigüidade e as controvérsias acerca do fenômeno e do termo corrupção. Tem sido historicamente utilizado em um sentido geral como equivalente a apodrecimento, destruição, devastação ou adulteração de um material orgânico, como por exemplo, a carne; e em um outro, particular, para designar uma atividade humana específica, como ocorre quando assimilado ao suborno ou à extorsão.

Quanto ao primeiro, pode-se dizer que remonta à concepção aristotélica de *diaphthora*, em que o cidadão, ao possuir interesses particulares em uma dada questão, estaria inapto a participar politicamente em sua resolução, visto que sua capacidade de agir, dentro de sua cidadania, foi destruída, como em uma doença. Desde Aristóteles, portanto, a corrupção carrega, em si, o significado de algo ruim, comprometido e destinado a ruir, em oposição ao saudável, ou o bom.

Embora a concepção do termo tenha mudado ao longo da história, uma vez que se aceita, de forma simplificada, a corrupção como a interferência do domínio privado no público, pode-se dizer que quanto à tipologia, existem definições centradas no mercado, no interesse público, na lei e em outras regulamentações, e na opinião pública. Esta variedade mostra não só a dificuldade em definir o conceito, mas também o problema que se impõe à legitimação do poder do Estado, ao fazê-lo.

A corrupção como um elemento patológico deve, assim, legitimar o estado normal de coisas no funcionamento do Estado. No Estado de Direito, pode-se dizer, então, que a normalidade vem do cumprimento das leis, já que são estas que garantem a igualdade dos cidadãos em seu seio e, portanto, a neutralidade do Estado sobre os interesses particulares conflitantes. A lei, também cumpre o papel de constituir-se como um critério ou padrão para o publicamente aceitável perante a sociedade. Destarte, todo e qualquer ato que as infrinja torna-se por definição corrupto.

A noção de neutralidade é muito importante para essa discussão, dado que, no Estado capitalista moderno, e contemporaneamente, o poder legitima-se através de um processo democrático e de uma burocracia, ambos apoiados essencialmente naquele princípio. Ademais, essa neutralidade nada mais é do que a supremacia do interesse público, ou seja, a ausência de interesses particulares impróprios no âmbito público.

O problema de considerar a corrupção dessa forma é o de que, neste mesmo Estado, há inevitavelmente o conflito de interesses particulares exercendo pressão sobre sua estrutura. O *lobby*, por exemplo, aparece como uma forma coeva e aceita da presença de interesses específicos no processo decisório do Estado. E é ainda no contexto das particularidades do Estado capitalista moderno em processo de globalização que surge a necessidade de se escolher algumas categorias aceitas e não aceitas da presença do privado no público, já que o Estado tem seu papel diminuído e está, cada vez mais, exposto aos interesses do capital transnacional.

Neste instante é possível localizar a dimensão internacional da corrupção, quando a abordagem deste problema privilegia, não mais a presença do privado no público, mas, a noção de falta de transparência. Sendo assim, nos anos 90,

período do pós-Guerra Fria e da vitória do capitalismo e liberalismo econômico, em que o processo de globalização, nos termos de Keohane e Nye (2001), está a se consolidar, assim como os fluxos de capital transnacional prevalecem no mercado global, crescem as iniciativas de um movimento global anticorrupção.

Pode-se mencionar a proliferação de documentos e Convenções anticorrupção: Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1996, Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) em 1997, da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1998, Conselho da Europa em 1999, União Africana e ONU em 2003, entre outras. Assim como dois expoentes desse movimento devem ser lembrados: o Banco Mundial e a Transparência Internacional.

As iniciativas do Banco Mundial neste sentido são da ordem de programas de reformas institucionais, assessorados inclusive pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na linha de governabilidade e consolidação das democracias. Já a Transparência Internacional, organização não-governamental devotada ao combate à corrupção, surge em 1993 e concorre para a publicidade do tema com seu índice de percepção da corrupção (IPC), que ganha as páginas dos jornais de todo o mundo.

Entretanto, há uma recente iniciativa em associar os resultados obtidos pelos países no IPC à concessão de ajuda pelas instituições financeiras. Esta espécie de *aid conditionality* (GALTUNG, 2005, p. 15) é alvo de crítica por contribuir para um ciclo que não recompensa as ações anticorrupção visto que seus desdobramentos demoram um tempo para surtirem efeito, e enquanto isso, os Estados sofrem como se fossem condenados à falta de ajuda segundo suas posições no índice.

Apesar das críticas a este índice, é inegável o seu efeito de trazer a corrupção para o centro das atenções em todo o mundo. Contudo, pôde-se perceber que a emergência desse novo sentido de corrupção neste mesmo mundo globalizado, de falta de transparência e bem diferente da noção de apodrecido oferecida pelo termo anteriormente, atende a interesses específicos, históricos. Sendo assim, é importante notar isto para se evitar incorrer em generalizações sobre o conceito e para não perder em rigor na formulação de idéias acerca do assunto.

SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. Corruption Through Historical perspective: from the rottento transparecey. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 69-74, 2006.

- **ABSTRACT:** This article has as object of discussion the review of the corruption concept. Using classical conceptions by Aristotle and others, more recent and specialized, it aims to verify how this subject has been treated and how corruption goes from an exclusively intern problem to owing an international interface, and consequently, another connotation.

- **KEYWORDS:** Corruption; Concept; Transparency.

## FONTES

KRASTEV, Ivan. "When "should" does not imply "can": the making of the Washington Consensus on Corruption", 2004 (em inglês). Disponível em: <<<http://www.colbud.hu/honesty-trust/krastev/pub01.pdf>>>. Acesso em: 05/01/2007.

Transparency International (em inglês). Disponível em: <<<http://www.transparency.org>>>. Acesso em: 05/01/2007.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIKIN, Charles. "Corrupção". In *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1986. p. 278-279.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

GALTUNG, Frederik. "Measuring the Immensurable: Boundaries and Functions of (Macro) Corruption Indices" In GALTUNG, Frederik e SAMPFORD, Charles (eds.). *Measuring Corruption*. Ashgate, 2005 (forthcoming). p. 1-18.

GONZÁLEZ, Júlio e POWER, Timothy. "Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial" In *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21. Novembro, 2003. p. 51-69.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Power and Interdependence* (em inglês). New York: Harper Collins, 2001.

Nações Unidas. Informe do Secretário Geral à Comissão de Prevenção do Delito e Justiça Penal, Sexto Período de Sessões, Viena, 28 de abril a 9 de maio de 1997. *Promoção e manutenção do império da lei e a boa gestão dos assuntos públicos; medidas contra a corrupção*; E/CN. 15/1997/3; especialmente p. 4 e ss.

SPECK, Bruno Wilhem. "Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas" In *Cadernos Adenauer 10: Os custos da Corrupção*, São Paulo: Konrad Adenauer, 2000. p. 9-46.

## MANTER O MILAGRE OU ACELERAR PARA A DÉCADA PERDIDA? O PENSAMENTO ECONÔMICO ACERCA DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Dennys MONTAGNER<sup>1</sup>

- **RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar as diferentes interpretações do pensamento econômico acerca do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Concebido no governo do General Ernesto Geisel, esse tinha por finalidade última superar o subdesenvolvimento do país, sendo que para tal era necessário manter os índices de crescimento do PIB alcançados no período do chamado "Milagre Econômico". Todavia o plano representou muito mais do que um simples conjunto de medidas econômicas, caracterizando-se, principalmente, como uma estratégia do governo militar em prol da construção do "Brasil Potência". Desta forma, esse período da história do país (1974-1979) foi alvo de um intenso debate entre os economistas, que será aqui analisado, a fim de se compreender o pensamento de cada linhagem teórica, bem como a interlocução social desejada por cada uma delas.
- **UNITERMOS:** Desenvolvimento Econômico; Política Econômica; Planejamento Econômico; II Plano Nacional de Desenvolvimento.

### Considerações Iniciais

O II Plano Nacional de Desenvolvimento foi implementado a partir de 1974 pelo governo Geisel e teve seu desfecho oficial no fim deste mesmo governo em 1979. O plano fez parte de um conjunto de outros dois, colocados em prática pelo I PND no governo Médici e encerrado pelo III PND no governo Figueiredo. O que é fundamental observar acerca do II PND é que este possui algumas especificidades alheiras aos outros planos, sendo que neste artigo serão observadas duas particularidades principais: a primeira delas é o fato do II PND colocar-se exatamente no meio do caminho entre o "Milagre Econômico" e a "Década Perdida", ou seja, é uma espécie de transição entre anos prósperos de crescimento e anos de intensa recessão. Isto é explicitado por Carlos Lessa ao afirmar que até o final de 1977 as principais diretrizes, para manter o crescimento do período anterior, ainda estavam em vigor, já que dali em diante a

<sup>1</sup> Graduando do 4º ano de História da FHDSS/UNESP – Franca, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi. Bolsista PET – MEC/SESu.

equipe econômica adotaria medidas contencionistas para reequilibrar a dívida pública e frear a inflação<sup>2</sup>.

A segunda especificidade do II PND é o debate que este fomentou em torno de si a partir de do início da década de 1980. Três linhas de pensamento econômico analisaram as políticas contidas no plano, apresentando três perspectivas teóricas distintas. Segundo Ricardo Carneiro, as correntes interpretativas do plano, podem ser classificadas em: *evasão ao ajustamento*, *ajustamento estrutural* e *crítica do ajustamento estrutural*<sup>3</sup>. Desta forma, a partir daqui serão observados cada uma destas vertentes, expondo a idéia central de cada autor ou autores, de modo a remontar o contexto a partir da contribuição de cada uma delas.

### Evasão do Ajustamento

A vertente que trata da *evasão do ajustamento* é posterior à implantação do II PND e seus principais autores são: Pedro S. Malan & Regis Bonelli e Albert Fishlow. Para os primeiros, o período de 1974 à 1979, foi marcado pela tentativa de retardar no tempo os custos do ajustamento estrutural. Assim a equipe econômica, após a crise no balanço de pagamentos, causada pelo primeiro choque do petróleo em 1974, deveria ter atentado ao fato de que com o aumento desse haveria um influxo de capitais para os países produtores, prejudicando muito a liquidez internacional e aumentando os custos do serviço dos juros da dívida<sup>4</sup>. Como se pode observar na seguinte passagem, os autores ressaltam a incoerência das políticas econômicas, dadas as condições externas do período:

Não obstante a grave deterioração das contas externas, a política econômica, no período como um todo, foi expansionista (...) Em que pesem a reorientação e a maior seletividade dos investimentos promovidas pelo conselho de desenvolvimento industrial (CDI) após 1973, a tendência que emerge do exame dos dados relativos à projetos aprovados por esse órgão desde o início dos anos 70, demonstra a disposição desenvolvimentista da administração empossada em 1974<sup>5</sup>.

<sup>2</sup> LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso*. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. p. 11-13.

<sup>3</sup> CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002. p.42.

<sup>4</sup> MALAN, P., BONELLI, R. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos 80*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, nov., 1983. (Texto para discussão n.60). p.12.

<sup>5</sup> *Ibid.* p.16.

Aquém das reais políticas que o país exigia, de modo que suas contas externas e a inflação permanecessem sob controle, o governo manteve os projetos de investimento estabelecidos no II PND. Desta forma, houve uma subestimação do grau de deterioração do sistema financeiro internacional em 1974. Os autores terminam sua crítica, afirmando que ao negar-se a praticar uma política econômica restritiva, o governo acelerou o país direto para a recessão de 1980, quando, no segundo choque do petróleo em 1979, os juros internacionais escalaram, elevando a dívida externa brasileira de 6 bilhões de dólares em 1974, para 32 bilhões em 1979<sup>6</sup>.

A opção feita em 1974 não levou em conta que um cenário externo prejudicial às contas do país, já naquele ano, poderia agravar-se ainda mais, desta forma Malan e Bonelli criticam a falta de planejamento da política econômica, sendo que os critérios técnicos de análise, dos cenários postos, são contestados pelos autores no tocante à sua falta de racionalidade teórica<sup>7</sup>.

Para Albert Fishlow, o governo tinha consciência da dificuldade de se manterem taxas de crescimento da ordem de 10% a partir de 1975, principalmente se levamos em consideração fatores como: o esgotamento da capacidade industrial, a crise energética e de matérias primas e seus efeitos sobre o balanço de pagamentos. No entanto, a política de crescimento acelerado fora mantida. Isso se deve a necessidade do governo legitimar-se frente aos setores médios, o que o impedia de tomar medidas impopulares no âmbito econômico, ou seja, interromper o crescimento. Levando-se em conta o agravamento da situação política, após a derrota nas eleições de 1974, o espaço de manobra nas políticas econômicas, tornaram-se ainda mais restritos a mudanças de caráter recessivo<sup>8</sup>.

Fishlow ainda afirma, que o Estado brasileiro não possuía capacidade e força suficiente para ser o carro chefe da economia, tendo em vista que esse não compartilhou prioridades com o empresariado nacional, e realizou os investimentos de forma autoritária, sendo assim, dada a crise de 1979, o governo não foi mais capaz de sustentar seus projetos, tampouco pode contar com a ajuda do capital nacional para financiá-los, e tendo as linhas de financiamento externas se esgotado na alta dos juros internacionais em 1979, o II PND teve seu desfecho enquanto padrão de desenvolvimento<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> *Ibid.* p.18.

<sup>7</sup> *Ibid.* p.75.

<sup>8</sup> FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da crise administrada. In: \_\_\_\_\_, *Desenvolvimento do Brasil e na América Latina*. Uma perspectiva histórica. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p.40.

<sup>9</sup> *Ibid.* p.41.

Numa convergência com Malan e Bonelli, Fishlow afirma que a evasão ao ajustamento acontece no momento em que o governo despreza os acontecimentos externos, e opta pela manutenção do padrão do "milagre econômico":

(...) não se pode dizer que, entre os tecnocratas do governo, tenha existido uma incapacidade generalizada de interpretar os sinais inequívocos de dificuldades econômicas oriundos da economia internacional. A atitude predominante era tentar exorcizar tais fantasmas com a retórica otimista herdada dos anos do milagre brasileiro. Mais tarde, o próprio Delfim enfatizaria 'a forte reação das exportações em 1979-81 e o fato de que, em 1981, o Brasil já havia restabelecido o equilíbrio' (...) <sup>10</sup>

Pode-se constatar que esta vertente esteve fortemente matizada por tendências liberais. Os autores mencionados eram integrantes do IPEA <sup>11</sup> na década de 1980, que contava com a maior parte dos seus técnicos doutorados em Universidades norte-americanas. Assim, pode-se levar em conta que esses autores constituíram suas concepções fora do predomínio ambiente desenvolvimentista brasileiro <sup>12</sup>.

Foi a partir do IPEA que a idéia de planejamento econômico tomou-se mais sólida. Projeções do comportamento dos mercados e do crescimento econômico eram realizadas por profundos estudos técnicos na área, assim torna-se claro a eloquência da crítica vinda desses autores, já que seus estudos possuem um aparato muito mais técnico do que propriamente político.

### Ajustamento Estrutural

A vertente *estruturalista* é posterior a implantação do II PND e se propôs a uma análise de longa duração da dinâmica de funcionamento da economia brasileira. Os principais representantes desta vertente são Antonio B. Castro & Francisco. E. Souza. A tese central dos autores parte do pressuposto que o ajuste econômico promovido por Delfim Netto, nos anos de 1982 e 1983, só foi possível graças à redução do grau de dependência da economia brasileira em relação às importações de insumos básicos, maquinário e petróleo, promovida pelos projetos setoriais do II PND em 1974. Assim, a opção de 74, como o autor

<sup>10</sup> Ibid. p.55.

<sup>11</sup> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada foi criado em 1964 no âmbito do Ministério do Planejamento, sua função era realizar estudos na área de planejamento econômico.

<sup>12</sup> LESSA, Carlos., EARP, Fábio. Mais além do II PND. O Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ-IE, Jan., 2004. (TD. 011). p. 3.

intitula o II PND, teria sido feita com o intuito de superar o subdesenvolvimento do país. Tendo incentivado a internalização da oferta da indústria de base e de bens de capital, o II PND era em sua pretensão máxima, a tentativa de superação brasileira em relação à dependência tecnológica externa <sup>13</sup>.

Ao indagarem sobre a natureza da opção de 1974, os autores afirmam:

(...) financiamento ou ajustamento? Segundo muitos, ao evitar o "ajustamento" e recorrer a empréstimos externos, o país teria escolhido o financiamento e, com ele, adiado a solução de seus problemas. Parece-me, no entanto, que longe de evitar problemas, a opção brasileira foi no sentido de atacá-los pela raiz <sup>14</sup>.

Pautado neste trecho é possível afirmar que o governo buscou uma solução para o subdesenvolvimento à longo prazo, assim, para que a estrutura econômica fosse modificada, fazia-se necessário manter a conjuntura econômica ascendente <sup>15</sup>. Desta forma, ao se afirmar que o plano era guiado somente por objetivos políticos, incorresse na subestimação da racionalidade econômica do mesmo.

Ao propor que o II PND criou soluções e não postergou problemas, Castro e Souza colocam-se na contramão da idéia liberal, já que entendem que os gestores do II PND foram capazes de fazer uma análise plausível do cenário externo, e prevenir a economia brasileira contra uma recessão ainda maior que se aproximava. Desta forma, julgam correto o ajuste heterodoxo de segunda metade dos anos de 1970.

A análise dos autores é positiva e apologética em relação ao II PND. A tese é publicada em 1985, e demonstra um entendimento estruturalista da economia brasileira. Ladeados pelo entusiasmo da redemocratização, os autores pretendem anunciar o grau de preparo e potencial da economia para enfrentar as dificuldades vindouras, desta maneira, no seu entendimento, a nova república deveria orientar sua política econômica no sentido de inserir-se como potência emergente no capitalismo internacional. Tendo, é claro, implícita a idéia de que essas condições foram viabilizadas pela política econômica e industrial de 1974.

<sup>13</sup> CASTRO, A. B., SOUZA, F.E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>14</sup> Ibid. p.34.

<sup>15</sup> CASTRO, A. B., SOUZA, F.E. *op. cit.* p.35.

## Crítica ao Ajustamento Estrutural

A chamada interpretação crítica do ajustamento estrutural têm como autor principal Carlos Lessa, cuja tese é contemporânea ao plano, e como análises completares e posteriores os trabalhos de Maria C. Tavares em conjunto com o próprio Carlos Lessa e José Serra.

Lessa procurou demonstrar de que forma os vários obstáculos ao plano o levaram ao fracasso. O principal deles é que no início do programa, a economia brasileira deparava-se com um processo cíclico de desaceleração, isso se deu devido ao excesso de capacidade criado pelos altos investimentos do período do "milagre econômico".

O II PND buscou o fortalecimento do setor de bens de capital e de base, criando, desta forma, uma dissidência em relação ao período anterior, privilegiado pelos investimentos no setor de bens de consumo. Lessa sugeriu que os blocos empresariais, ao se darem conta do direcionamento das políticas industriais, e da constante e maciça estatização dos variados setores da produção, adotaram um discurso mais liberal polarizado na crítica do autoritarismo econômico, que não tardou a migrar para o campo político. Portanto, para o autor, o autoritarismo também foi um obstáculo ao sucesso do plano, à medida que buscou uma conciliação total de interesses, numa tentativa frustrada de manter sua legitimidade perante aos setores médios da sociedade<sup>16</sup>.

Como pode ser visto no trecho a seguir, Lessa considera que o Estado autoritário não esperava rejeição aos seus planos, subestimando a complexidade e as contradições sociais existentes:

O Estado como sujeito fixa os perfis futuros para a Sociedade e a Economia e conhecendo seus padrões comportamentais dispõe de instrumentos para pragmaticamente, através de sanções e estímulos, produzir trajetórias de acercamento aos perfis escolhidos. Sua eficácia, neste particular, depende de estarem os conflitos sociais congelados ou minimizados. O II PND é produto de tal visão e de uma situação socioeconômica captada como de máxima eficácia de controle. É fácil, pois, entender que o II PND não tenha considerado resistências políticas à sua proposta. O Estado exerce como sujeito a vontade política da nação<sup>17</sup>.

Numa abordagem complementar, Tavares & Lessa elaboraram três críticas ao padrão de crescimento do período 1974/80. Sobre o financiamento,

<sup>16</sup> LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso*. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. p.230.

<sup>17</sup> *Ibid.* p.75.

destaca-se o excessivo recurso ao endividamento externo. Há ainda, a elevada relação capital/produto dos novos investimentos, o que exigiu um crescimento da taxa de poupança. E por fim, o sobredimensionamento dos projetos acarretou a elevação da capacidade ociosa, principalmente dos bens de capital<sup>18</sup>.

Ainda em uma perspectiva crítica, Serra aponta para o fato do plano ter-se realizado em um momento em que a economia doméstica se desacelerava, após o ápice do ciclo do período do milagre, sendo que a conjuntura internacional também era recessiva. Atenta ainda, para a falência da conciliação de interesses em torno dos projetos setoriais, sendo que a partir de 1979 o Estado perdeu as linhas de financiamento externo, devido a escalada das taxas de juros internacionais, e não pode contar com o aporte do capital doméstico para continuar com os projetos, devido ao alto risco que estes assumiram no contexto da referida crise<sup>19</sup>.

Os autores desta vertente fizeram parte, na década de 1980, do grupo intitulado os "economistas de esquerda"<sup>20</sup>, postando-se ao lado das fileiras pró redemocratização e apoiados nos movimentos políticos esquerdistas, foram críticos do autoritarismo em suas diversas faces, porém, na condições de economistas, entenderam as medidas adotadas no campo econômico como um reflexo que poderia ser estendido para o campo do controle social e político.

## Considerações Finais

Feita a exposição, em linhas gerais, das três vertentes interpretativas do II PND e tendo ficado claro que cada uma delas está apoiada tanto em pressupostos teóricos distintos, quanto em experiências vividas distintas, constata-se que as discrepâncias no âmbito da concepção do período estudado, mostram-se de acordo com o entendimento das demandas da sociedade pelos economistas, sendo que a partir das experiências passadas e de como estes acontecimentos influenciaram o presente, o economista elabora sua linha de pensamento, apontando soluções para a resolução dos problemas postos.

Por fim, constata-se que o debate do II PND tem como pano de fundo uma discussão mais ampla, entre monetaristas e desenvolvimentistas. Considerando que a grande maioria das teses foram publicadas no fim do

<sup>18</sup> TAVARES, M. C., LESSA, C. *Desenvolvimento Industrial nos anos 70: impasses e alternativas*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983. cap.2.

<sup>19</sup> SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, R. (org). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1. p.101-17.

<sup>20</sup> LESSA, Carlos; EARP, Fábio. *op. cit.* p.15.

Regime Militar, o que se observa, na verdade, é um embate político acerca dos rumos da economia brasileira a partir da redemocratização. Trata-se, portanto, de um processo de tomada de posições pelos economistas, buscando responder os novos questionamentos sobre como seria a política econômica no novo governo civil. O II PND foi o objeto de estudo no qual, supostamente, estariam as respostas para um novo rumo, em última análise, foi em seguida a este momento que se desenhou mais claramente a falência do modelo desenvolvimentista e o início do modelo neoliberal, hegemônico na década de 1990.

MONTAGNER, Dennys. Maintenance of "Milagre Economico" or Acceleration to "Decada Perdida"? the economic thought about the 2<sup>nd</sup> Development National Plan. *Revista Ensaios de História, Franca*. v 11 n.1-2, p. 75-84. 2006

- **ABSTRACT:** *The present essay purposes the analysis of the different interpretations of economic thought about the 2<sup>nd</sup> Development National Plan (II Plano Nacional de Desenvolvimento). Conceived during the government of Ernesto Geisel, this strategy aimed to surpass the underdevelopment condition of Brazil, through the maintenance of the growth contents of national economy attained in the course of "Milagre Economico". However, this plan has represented more than a simple joint of economic measures, by characterizing, thus, as a government policy, taking into account the construction of "Brasil Potencia" ("Brazil Potency") concept. Being so, this period of brazilian history (1974-1979) has been target of intense debates among economic theorists; such contest will be analyzed to comprehend the thought of each theoretical line, as well as the social significance desired by each one*
- **KEYWORDS:** *Economic Development; Economic Policy; Economic Planning; 2<sup>nd</sup> National Development Plan*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Planejamento. Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975-79. Brasília, set., 1974. In: VELLOSO, J. P. R. *Brasil: A Solução Positiva*. São Paulo: Abril-TEC, 1977.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002.

CASTRO, A. B., SOUZA, F.E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. O saldo e a dívida. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.8, n.2, abr./jun. 1988.

EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital. Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FISHLOW, A. *Desenvolvimento do Brasil e na América Latina. Uma perspectiva histórica*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LESSA, Carlos: *A estratégia do desenvolvimento (1974-1976): sonho e fracasso*. Campinas: UNICAMP- IE, 1998.

\_\_\_\_\_. EARP, Fábio. *Mais além do II PND. O Instituto de Economia da UFRJ*. Rio de Janeiro, UFRJ-IE, Jan., 2004. (TD. 011).

MALAN, P., BONELLI, R. *Crescimento econômico, industrialização e balanço de pagamentos: o Brasil dos anos 70 aos 80*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, nov., 1983. (Texto para discussão n.60).

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. (org). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 1982. v.1.

TAVARES, M. C., LESSA, C. *Desenvolvimento Industrial nos anos 70: impasses e alternativas*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1983.

## VIDA E OBRA MONÁSTICA DE SANTA BEATRIZ DE SILVA: A RELIGIOSIDADE FEMININA DO FINAL DO SÉCULO XV E INÍCIO DO XVI

Elena Regina Silveira CARVALHARES<sup>1</sup>

- RESUMO: Este artigo pretende demonstrar, através do exemplo da ordem das concepcionistas e de sua fundadora, a Santa Beatriz de Silva, o percurso historiográfico em que se insere a participação feminina na história da religião, bem como apresentar a vida religiosa como um caminho alternativo e, por isso mesmo, atrativo às mulheres do início da Idade Moderna.
- UNITERMOS: mulher; religiosidade; Santa Beatriz; concepcionistas.

No final do século XV, Beatriz de Silva funda, em Toledo (Espanha), a primeira comunidade religiosa feminina consagrada a Maria com o título e a devoção dedicados ao mistério mariano-imaculista<sup>2</sup> e a segunda, após as clarissas, a conseguir em 1511, regra própria após da proibição do IV<sup>3</sup> Concílio de Latrão (1215). O exemplo desta nova ordem religiosa, a Ordem da Imaculada Conceição, foi escolhido para demonstrar como os estabelecimentos religiosos femininos, em alguns casos, propiciaram às mulheres de tempos passados (no presente estudo: o final do período medieval e o início do moderno) um modo de vida alternativo ao proposto pela família patriarcal e, portanto, mais atrativo.

No que se refere propriamente à vida religiosa feminina, sabe-se que a

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Lélio Luiz de Oliveira. Bolsista: Monitoria.

<sup>2</sup> A história registra que a festa popular da Imaculada Conceição (a concebida sem a mácula, ou seja, sem a "mancha" do pecado original) ocorria desde o século VIII. No entanto, a incompatibilidade entre a universalidade da redenção e a santidade de Jesus dificultou a aceitação e a aprovação do dogma pela Igreja. O franciscano Duns Scotus foi quem, no início do século XIV, formulou a solução do impasse: Maria foi, pela antecipação dos méritos de Cristo, preservada das conseqüências do pecado original. Não obstante a isso, a tese proposta por Scotus só foi aceita pela Igreja como dogma de fé no ano de 1854. Para maiores informações, consulta: FERRARI, 2004, p. 7-8.

<sup>3</sup> Após o 4º Concílio de Latrão, em 1215, as únicas regras admitidas para as novas ordens religiosas foram: a de São Basílio, de São Bento, de São Francisco e de Santo Agostinho (GARCÍA DE PESQUERA, 2003, p. 163).

partir da Alta Idade Média, os conventos eram um dos poucos lugares que concediam às mulheres um local digno de sua categoria social (OPTIZ, 1990, p. 422), visto que, entre outras coisas, libertavam-nas das responsabilidades do casamento e, muitas vezes, de uma nova união indesejada. Algumas mulheres até dirigiam “[...] as comunidades na qualidade de abadessas ou prioresas, atingindo um poder equivalente ao dos homens a um nível que lhes seria impossível alcançar na sociedade” (KING, 1991, p. 210). Sobre esse mesmo assunto, Georges Duby (1997, p. 134), diz que o poder que uma mulher poderia gozar durante a Idade Média era exercido “[...] em um espaço fechado, sacralizado, subtraído às cobiças dos machos [...]”, ou seja, em um estabelecimento religioso feminino. Segura Graiño (1997, p. 157-158) confirma esta tese destacando ainda que o ingresso em um convento era uma das poucas possibilidades para as mulheres que não desejavam a união matrimonial. A opção à vida religiosa oferecia uma dupla vantagem, pois além de evitar os perigos inerentes a um casamento desastroso, como a brutalidade dos maridos, os pesados encargos domésticos e os altos riscos relacionados com a reprodução, era também uma alternativa possível à submissão, primeiro ao pai e, depois, ao marido. Existiam mulheres que perceberam “[...] estas ventajas y prefirieron la vida monástica no únicamente por motivos religiosos [...]” (SEGURA GRAIÑO, 1997, p. 158).

Desta forma, através da religiosidade, muitas mulheres souberam aproveitar os espaços e funções oferecidos pela Igreja, manifestando, em muitos momentos, um pensamento próprio e diferente da atitude de passividade pretendida pelos representantes oficiais da fé católica (SEGURA GRAIÑO, 1997, p. 182). O exemplo da vida e obra de Santa Beatriz de Silva confirma esta proposição.

As informações a respeito da vida de Beatriz não são muito precisas. O que se sabe com maior segurança é que ela nasceu, durante a primeira metade do século XV, em uma importante família portuguesa, sendo filha e neta, respectivamente, de Ruy Gómez de Silva e D. Pedro de Meneses (o primeiro capitão de Ceuta); e que faleceu na última década do mesmo século, provavelmente, entre os anos de 1490 e 1492. Foi somente a partir de 1976, ano em que foi canonizada, que as pesquisas e as publicações sobre o tema obtiveram maior notoriedade. No Brasil, os poucos livros referentes ao assunto são antigos, escassos do ponto de vista acadêmico e direcionados, quase que exclusivamente, ao público religioso. Seus escritores são, em sua maioria, religiosos pertencentes à Ordem da Imaculada Conceição (O.I.C.) e à Ordem dos Frades Menores (O.F.M.).

O papel precursor de Beatriz de Silva para a história monástica feminina

deve ser destacado, uma vez que foi ela quem fundou a primeira ordem com devoção, título e regras dedicados à imaculada concepção de Maria. Apesar do carisma mariano-imaculista defendido pelas concepcionistas ter sido muito debatido nas universidades e nos sínodos eclesiásticos, e de sua intensa devoção popular no período medieval e moderno, a Igreja só o proclamou como dogma de fé em 1854, ou seja, quase quatro séculos após a fundação da Ordem da Imaculada Conceição.

Para a fundação do mosteiro concepcionista, Beatriz de Silva contou com o auxílio da rainha Isabel, a Católica<sup>4</sup>. Com isso, obteve mais facilmente a maioria das autorizações eclesiásticas para organizar a nova instituição de vida monástica e contemplativa. Em 1489, Beatriz e Isabel dirigiram duas súplicas - Minutas<sup>5</sup> - ao Papa Inocêncio VIII solicitando o consentimento para a fundação do mosteiro sob devoção concepcionista, em honra à Imaculada Conceição.

Além do carisma mariano-imaculista, expresso nas súplicas enviadas por Beatriz e Isabel a Roma, encontram-se especificados o modo de vida e o hábito que as religiosas deveriam seguir. Nestes documentos, podem ser enumeradas as seguintes características da nova ordem emergente que destacam o relativo poder adquirido e exercido pela religiosa concepcionista:

1ª) “[...] les conceda el mismo modo de vida tanto en el hábito como en las demás cosas según está ordenado entre ellas [...]”;

2ª) “[...] la abadesa o la priora presida a las otras monjas según sea ordenado entre ellas [...]”;

3ª) “[...] están obligadas a [...] llevar o santo hábito y los siguientes vestidos: Túnica blanca con escapulario también blanco, y encima una capa de color celeste (azul) y en esta capa y en el escapulario deben grabar la imagen de la Virgen María, y se ceñirán con un cingulo de lana blanca [...]”;

4ª) “[...] que en las horas canónicas [...] han de decir [...] horas canónicas mayores y el oficio divino de la Concepción de la misma Virgen [...]”;

5ª) “[...] la abadesa o priora, con las discretas pro tempore pueden dispensar a si mismas y a las otras monjas del uso de la carne y de los vestidos de lino, y de los ayunos, según vieren se conviene [...]”;

6ª) “[...] que nadie pueda entrar en los claustros de dicho monasterio sin la expresa licencia de la abadesa o de la priora; el que se atreviese a hacerlo incurre en excomunión [...]”;

<sup>4</sup> O título de Reis Católicos foi conferido à Isabel, juntamente com seu marido Fernando, pelo Papa Alexandre VI, em 1494 (GRAÑA CID, 2004, p. 9).

<sup>5</sup> Este documento, traduzido do latim por um especialista a cargo do mosteiro de Alcázar de San Juam (Espanha), foi encontrado no Arquivo do Vaticano em 1981. Site disponível em: <<<http://www.santabeatriz.net/documentos/suplicas.htm>>> Acesso em: 15 ago 2006.

7ª) “[...] Y con la facultad de la abadesa o priora y las monjas discretas del dicho monasterio que se va a erigir para redactar los estatutos y ordenanzas que deben observar perpetuamente [...]”;

8ª) “[...] que las monjas y el dicho monasterio estén sometidos inmediatamente al Arzobispo de Toledo como e su Ordinario [...]”;

9ª) “[...] Les es licito a las monjas elegir a cualquiera de los presbíteros seculares, o a los regulares de cualquier Orden para confesores suyos, y para celebrar las misas y otros oficios divinos, y para administrarlas los sacramentos eclesiásticos [...]”.

Assim, em resposta à solicitação feita por Beatriz e Isabel, a *Inter universa*, bula expedida em abril de 1489, aprovava a fundação do mosteiro concepcionista com as características:

1ª) “[...] ellas y su monasterio [...] están sujetos a los Ordinarios locales, estén bajo la jurisdicción del arzobispo que fuere de Toledo [...]”;

2ª) “[...] Y concedáis licencia a la abadesa que fuere del monasterio y a su capitulo conventual para que puedan darse algunos estatutos y ordenaciones laudables y honestos que no sean contrarios a los sagrados cánones [...]”;

3ª) “[...] la abadesa que fuere y las dichas monjas lleven hábito y escapulario blancos y sobre ellos manto de color celeste y en el manto y escapulario vaya fija la imagen de la Virgen Santa María [...]”;

4ª) “[...] que han de decir [...] el Oficio Divino de la Concepción [...]”;

5ª) “[...] y la abadesa que fuere, pueda, con consejo de sus discretas, siempre que le pareciere convenir, dispensarse a si misma y a las demás monjas de su monasterio de los ayunos [...] así como también dispensar cuanto a vestidos de lino [...]”;

6ª) “[...] Además, puedan elegir a cualesquiera sacerdotes del clero secular o, con licencia de sus superiores, del clero regular para que sean sus confesores, les celebren misas y otros oficios divinos y les administren los sacramentos de la Iglesia [...]”;

7ª) “[...] Y ordenéis con nuestra autoridad que ninguno, sin licencia expresa de la abadesa que fuere, pueda entrar en la clausura del monasterio bajo pena de excomunión latae sententiae [...]”.

Através dos pontos enumerados, destaca-se a relativa autonomia das mulheres, abadessas ou prioras, com relação ao controle do espaço religioso em que habitavam. Percebe-se ainda o caráter inovador da fundadora, uma vez que, ao contrário do que era mais comum na época, Beatriz não queria seu mosteiro sob a tutela de nenhuma ordem religiosa masculina, mas sim do clero secular. Desta forma, nos referidos documentos encontram-se, até três vezes, a seguinte expressão: “[...] que las monjas y el dicho monasterio estén sometidos

*inmediatamente al Arzobispado de Toledo [...]”*. Logo, fica visível que mesmo seguindo, no início, a regra beneditina<sup>6</sup> da família cisterciense, o mosteiro concepcionista não queria ficar submetido aos prelados da ordem, nem observar suas constituições e liturgias.

Segundo Graña Cid (2004, p. 28), o projeto monástico de Beatriz pode ser considerado bastante original, visto que fora regido pela autoridade e mediação feminina. A autonomia religiosa do mosteiro expressava-se, pelo menos no início, pelo controle jurídico, espiritual, espacial e penitencial. As concepcionistas possuíam estatutos próprios, elegiam seus confesores e colocavam a clausura sob o controle da abadessa (GRAÑA CID, 2004, p. 31). Tratava-se, deste modo, de um espaço “[...] totalmente novedoso en el panorama regular donde se manifiestan con fuerza los resortes liberalizadores que el monacato podía ofrecer a las mujeres [...]” (GRAÑA CID, 2004, p. 31-32).

As concepcionistas celebravam diariamente o ofício da Imaculada Conceição (OMAECHEVARRIA, 1976, p. 9) e, no que se refere ao hábito religioso, usavam uma vestimenta específica. A abadessa e as monjas usavam, e ainda usam, hábito e escapulário brancos e, sobre eles, manto da cor celeste com a imagem de Maria, mãe de Cristo (GRAÑA CID, 2004, p. 29; OMAECHEVARRIA, 1976, p. 60-61). Graña Cid (2004, p. 28-29) destaca também que estas características assumiam uma projeção externa de defesa da postura feminina no contexto social. Vestidas como a Virgem e cantando juntas as glórias imaculistas, proclamavam e reivindicavam o mistério feminino. Desta maneira, a visão da Imaculada Conceição com suas implicações “[...] se convertían a su vez en palanca de defensa social y acción para las mujeres [...]” (GRAÑA, 2004, p. 25).

Deste modo, o ofício imaculista, o hábito religioso, o poder das religiosas em eleger estatutos, confesores e abadessa próprios, bem como o fato de ser de responsabilidade da abadessa a observação dos jejuns e o cumprimento da clausura, são algumas das características presentes nas Minutas e na Bula *Inter universa*, que demonstram os aspectos inovadores e atrativos da ordem religiosa fundada por Santa Beatriz.

Com a morte de Beatriz, a Ordem da Imaculada Conceição enfrentou sérias dificuldades para manter os princípios originais propostos. Superada a crise, as concepcionistas conseguiram expandir-se. Cronologicamente, foram as primeiras monjas da América, já no início do século XVI. No Brasil, as fundações remetem somente ao século XVIII: o Mosteiro da Ajuda (RJ), foi fundado em

<sup>6</sup> A regra beneditina, professada pelos cistercienses, foi fundamental em um momento de necessária adesão a uma ordem já aprovada. Para maiores informações, consultar: GRAÑA CID, 2004, p. 31.

1750, e o da Luz (SP), juntamente com o da Lapa (BA), em 1774.

A vida e obra de Santa Beatriz de Silva revelam um exemplo do papel religioso feminino atuante no final do século XV e no início do XVI. Demonstram também que a mulher poderia encontrar dentro de um mosteiro a possibilidade de uma vida autônoma, em certos aspectos, maior do que a permitida pela sociedade de então. O ambiente claustral das concepcionistas confirma, por meio do carisma mariano-imaculista professado, bem como pelas características específicas expressas pelas fontes iniciais da ordem, uma relativa autonomia adquirida pelas religiosas fora do ambiente familiar, privado e doméstico. Pelo exemplo da Ordem da Imaculada Conceição e de sua fundadora, pode-se dizer, de uma forma ou de outra, que a vida religiosa cristã tornou-se, no final da Idade Média e no início dos tempos modernos, uma opção atrativa para as mulheres que desejavam fugir da submissão imposta pela sociedade patriarcal, o que dificilmente seria conseguido de outra maneira.

CARVALHARES, Elena Regina Silveira. Life and monastic work of Saint Beatriz de Silva: the female religiosity at the end XV century and beginning of the XVI. *Revista Ensaios de História, Franca*, v.11, n.1-2, p. 85-92, 2006.

- **ABSTRACT:** This article intends to demonstrate, by the conceptionist order and its founder, Saint Beatriz de Silva, the historiography way that the female participation in the religion's history is inserted, as well as to present the religion life as an alternative and, for this same, attractive way for the women from the beginning of the Modern Age.
- **KEYWORDS:** women; religiosity; Saint Beatriz; conceptionists.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, L. M. Sociabilidade: longe da família, espaço de independência. In: \_\_\_\_\_. *Honradas e devotas. Mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.
- BASSANESI, C. S. B. *A mulher na Idade Média*. Campinas: UNICAMP, 1986.
- COYLE, K. *Maria na tradição Cristã: a partir de uma perspectiva contemporânea*. Trad. Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulus, 1990.
- DALARUN, J. Olhares de clérigos. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Dir.). *História das*

*mulheres no Ocidente. A Idade Média*. v. 2. Porto: Edições Afrontamento/ São Paulo: Ebradil, s/d.

DEFOURNEAUX, M. A Igreja e a vida religiosa. In: \_\_\_\_\_. *A vida quotidiana em Espanha no século de ouro*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

DEL PRIORE, M. *A mulher na história do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Contexto, 1989.

DELUMEAU, J. A educação, a mulher e o humanismo: a lenta promoção da mulher. In: \_\_\_\_\_. *A civilização do renascimento*. v. 2. Lisboa: Estampa, 1984. (Imprensa universitária, 38).

DUBY, G. *Damas do século XII: a lembrança das ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Heloísa, Isolda e outras damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Vidas de Santos e de Santas*. In: \_\_\_\_\_. *O cavaleiro, a mulher e o padre: o casamento na França feudal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

\_\_\_\_\_.; PERROT, M. Virgens e mães entre o céu e a terra: as cristãs no início da Idade Moderna. In: \_\_\_\_\_. *História das mulheres no ocidente: do renascimento à Idade Moderna*. V. 3. Lisboa: Afrontamento, 1991.

FERRARI, C. (O.F.M.). Imaculada conceição de Maria. *Sé catedral, Franca*, p. 7-8, [2004].

GARCIA DE PESQUERA, E. *Beatriz de Silva y Meneses: de dama de la corte a portaestandarte de la Inmaculada*. Madrid: Impresos y Revistas S. A., s/d.

GRAIÑA, C. S. Las mujeres em la España medieval. In: GONZÁLEZ, E. G. (Ed). *História de las Mujeres em España*. Madrid: Editorial Síntesis.

GRAÑA CID, M. del M. *Beatriz de Silva (ca. 1426 - ca. 1491)*. Madrid: Del Orto, 2004.

GUTIERREZ, E. (O.F.M.). *Santa Beatriz de Silva e historia de la orden de la concepción en Toledo en sus primeros años (1484- 1511)*. 3. ed. Toledo: Imprenta de Aldecoa, 1988.

KING, M. L. A mulher Renascentista. In: GARIN, E. (Dir). *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

LÓPEZ DE LAMA, I. (O. I. C.) *Santa Beatriz de Silva. "La Bella Prisionera": un lirio de pureza en una corte corrupta*. Torrijos: Monjas concepcionistas, 2001.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 1990.

MATTOSO, J. Religião e cultura. In: \_\_\_\_\_ *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.

NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: PRIORE, M. Del (Org.); BASSANESI, C. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OMAECHEVARRIA, I. (O.F.M.) *Orígenes de la concepción de Toledo: documentos primitivos sobre santa Beatriz de Silva y la orden de la inmaculada*. Burgos: Imprenta de Aldecoa, 1976.

PERNOUD, R. Um novo tipo de mulher: a religiosa. In: *A mulher no tempo das catedrais*. Paris: Gradativa, 1980.

SHAHAR, S. Nuns. In: *The fourth estate: a history of women in the middle ages*. London and New York: Routledge, 1983.

SOIHET, R. História das mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

#### SITE CONSULTADO

Disponível em: <<<http://www.santabeatriz.net/documentos/doc.htm>>>. Acesso em: 23 maio 2006.

## CRIME E LOUCURA:

### AS RELAÇÕES ENTRE PSIQUIATRIA E JUSTIÇA PENAL NO BRASIL (1890-1920)

Fábio César CHAVES<sup>1</sup>

- RESUMO: Este artigo versa sobre a história das relações entre a psiquiatria e a justiça penal no Brasil no período de 1890 e 1920, a idéia é avaliar o processo histórico que fez com que os psiquiatras se impusessem como peça indispensável ao funcionamento da máquina judiciária por meio de sua atividade de perícia. Esse cruzamento de discursos entre esses dois modelos de intervenção social e de disciplinarização, tem como personagem central à figura do louco criminoso, o qual, sobre o pano de fundo da sociedade liberal, criou um conflito de competências entre médicos e juristas.
- UNITERMOS: Psiquiatria; Justiça; crime; loucura; medicina.

Em 23 de novembro de 1885, na casa que abrigava a máquina de beneficiar café da fazenda vanglória, propriedade do Major Manoel Claudiano Ferreira Martins, o maior proprietário de escravos de Franca, na década de 80 do século XIX, estava João Garcia Ferreira Martins, filho do dono da fazenda, costurando uma correia sobre a roda da máquina quando se desequilibrou e caiu no "caixão de separar café". Simultaneamente, em cima do rapaz despencou uma pesada viga de madeira que havia se desprendido da "beneficiadora", atingindo-o mortalmente na cabeça. Em seguida, as escravas que trabalhavam no local correram para avisar o senhor que, no entanto, não teve coragem de ver o filho morto. O rapaz foi sepultado no cemitério religioso da fazenda Jaborandy.

Um mês mais tarde houve um desentendimento entre duas escravas da fazenda, Firmina e Ricarda, situação que levou a segunda cativa, acreditando-se resguardada sob o poder do seu senhor, a relatar os fatos referentes à morte do senhor moço, incriminando Firmina como assassina. Exumado o cadáver no dia 28 de dezembro do mesmo ano, descobriu-se que a vítima havia falecido em razão de pancadas que tinha tomado na cabeça. Apurou-se ainda que a posição em que o cadáver tinha sido encontrado na "cena do crime" não justificava a

<sup>1</sup> Graduando do 4º ano do curso de História – UNESP – Campus de Franca, sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

causa de ferimentos constantes no auto de corpo de delito feito por ocasião da exumação.

Interrogada a escrava Firmina - não é possível saber pelos autos se a escrava foi coagida - confessou com detalhes o crime; que só veio a receber novos fatos na última confissão quando a ré incriminou a escrava Ricarda como cúmplice na premeditação do fato criminoso.

Segundo as demais testemunhas do processo, na maioria informantes, também cativas, pois testemunhas juradas apenas repetiram o que destas ouviram, em razão de não terem presenciado o crime, a vítima no momento do delito estava administrando o serviço das escravas da máquina de beneficiar café, sentado em uma mesa de separação, quando Firmina aproximou-se sorratamente pelas costas do rapaz, armada com uma mão de pilão, e o matou como a própria ré já havia confessado.

Em seguida obrigou duas escravas menores (Graciana e Rosa) a colocar o corpo no caixão separador de café. Aterrorizadas por terem presenciado o crime as escravas cumpriram o que lhes havia sido mandado. Em seguida Firmina instruiu todos os atos para que tudo parecesse um acidente, obtendo sucesso até que a escrava Ricarda resolveu denunciá-la.

As testemunhas cativas e inclusive um ex-escravo - que mesmo alforriado permaneceu como agregado do antigo senhor da fazenda - afirmaram recorrentemente que seu senhor não lhes deixava nada faltar, e só lhes dava bolos e ralhadas quando não "trabalhavam direito", e que ele não havia castigado Firmina depois de saber que ela havia matado seu filho. Disseram ainda que a ré era comadre da vítima e que nunca haviam presenciado uma discussão séria entre eles. De acordo com alguns testemunhos dados por seus companheiros de servidão, a ré cometera o delito por maldade e propensão ao crime.

Em busca de uma justificativa para o acontecido, o juiz determinou que a escrava fosse submetida a um exame com a finalidade de apurar um possível desarranjo mental, mas, nada se verificou de loucura na mulher. A escrava Firmina foi condenada à pena de morte, comutada em galés perpétuas e finalmente em prisão perpétua com trabalho análogo ao seu sexo.<sup>2</sup>

Esse caso, encontrado no arquivo histórico municipal de Franca, ilustra bem a discussão que se tecia na época - fins do século XIX e início do XX - na Europa e, como demonstra o documento, também no Brasil, sobre a utilização de conceitos psiquiátricos na justiça penal.

Esta superposição complexa desses dois instrumentos de poder e de intervenção social tinha como personagem central à figura do louco criminoso, tal

<sup>2</sup> Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca, Processo n. 1160, cx.54, folha 05, 1885, AHMUF.

aproximação entre crime e loucura, através de uma reflexão que coloca o crime como manifestação de uma doença mental, surge com o próprio aparecimento das sociedades liberais e contratuais no início do século XIX. Assim, compreender por que a questão do crime e da responsabilidade penal se colocou naquele momento como objeto privilegiado de reflexão, é também visualizar a crise pela qual passava o liberalismo, quer enquanto doutrina política com determinada fundamentação filosófica - a filosofia das luzes - quer enquanto modo específico de organização social e política. Neste sentido, refletir sobre o crime e a loucura era também refletir sobre o que se julgava ser os excessos do individualismo, alimentado pela doutrina liberal. Tais excessos eram identificados tanto nas "românticas" transgressões de indivíduos criminosos ou "malditos" como Byron, Rimbaud, Álvares de Azevedo, De Quincey, entre outros, quanto nas transgressões político-ideológicas também "românticas" de anarquistas, comunistas ou socialistas utópicos. Através do crime, juristas, criminalistas, criminólogos, antropólogos criminais, médicos-legistas, psiquiatras, todos fortemente influenciados por doutrinas positivistas ou científicas, discutiam uma questão política maior: os limites "reais" e necessários da liberdade individual, que, excessivamente protegida nas sociedades liberais, era apontada como causa de agitações sociais ou, ao menos, como empecilho à sua resolução.

A ênfase da reflexão sobre o crime no período considerado recai no reconhecimento de que crimes, revoluções ou rebeliões seriam consequência ou manifestação de uma desigualdade natural existente entre os homens. Ao consagrar, porém, a igualdade jurídica e a liberdade individual, a ordem liberal se mostrava incapaz de administrar tais diferenças concretas. Cumpria então reformar os códigos e leis para assentar as bases jurídico-políticas de uma ampla reforma institucional, que fornecesse ao Estado e às suas organizações os instrumentos necessários para uma intervenção social mais incisiva e eficaz. Para que tal intervenção fosse possível e conseguisse atingir os indivíduos aos quais se destinava, a idéia de liberdade individual deveria ser também repensada e seus reflexos legais reformulados. No entanto, essa questão política ligava-se ainda a uma complicada e ampla questão filosófica, uma vez que o respeito à soberania individual e a proteção às liberdades individuais eram ao mesmo tempo reconhecimento do "livre-arbítrio humano", atributo que tornava os homens universalmente iguais e responsáveis por suas ações. Desse modo, através das discussões em torno do crime e da responsabilidade penal, tratava-se não somente de atacar a ordem política e jurídica liberal, mas também, de consolidar uma nova concepção do homem e de sua relação com a sociedade, amplamente ancorada em formulações positivistas e científicas.

No Brasil, apesar de negarem frontalmente o clientelismo e a lógica do favor que caracterizavam as relações sócio-políticas tradicionais, os princípios liberais que foram mais fortemente incorporados às instituições nacionais com o advento da república de 1889, ao invés de destruí-los a eles se incorporaram em uma espécie de coexistência estabilizada (SCHWACS, 1977).

Tal coexistência deu origem a instituições tão peculiares quanto o voto de cabresto ou o uso da lei como momento supremo de arbítrio. Entretanto, se o liberalismo assumiu entre nós uma "cor local", ele ainda nos chegou acompanhado de uma "bula" que apontava seus vários "efeitos colaterais" e "contra-indicações". As instituições liberais nasceram, entre nós, sob fogo cerrado de "positivistas", "evolucionistas" e "socialistas" de vários matizes. Todos eles, de uma maneira ou de outra, denunciavam as bases "metafísicas" do liberalismo e advogavam que a boa lei não deveria pretender apoiar-se sobre princípios abstratos, eternos e universais como queria o jusnaturalismo, mas sim necessidades objetivas de cada povo ou nação, nas particularidades cientificamente demonstradas da realidade sobre a qual ela pretendia legislar. Igualdade, liberdade, etc. seriam apenas palavras vazias se não correspondessem a qualquer realidade verificável. Formuladas no bojo de sistemas de pensamento antiliberais, tais críticas tiveram, ao que parece, ampla aceitação na elite intelectual brasileira daquele momento, contribuindo para a formação das bases de um pensamento autoritário, cuja relevância já tem sido bastante evidenciada há alguns anos.

Assim, embora o contexto fosse diferente, nos países europeus como também no Brasil, as discussões em torno do crime e da loucura fizeram com que surgissem as mesmas críticas ao liberalismo e a concepção de homem veiculada pelo iluminismo. Para essas sociedades liberais, o louco-criminoso, criava um conflito de competências ou uma batalha de discursos entre dois modelos de intervenção social e de disciplinarização: o modelo jurídico-punitivo, apoiado no direito liberal clássico; e o psiquiátrico-terapêutico, "o qual surgiu no seio da medicina social em meados do século XIX no caso brasileiro" (MACHADO et alii, 1978).

Tais modelos tinham formas de representações e de práticas sociais que se fundavam em concepções distintas e opostas sobre a pessoa humana, sem que nenhum deles prevalecesse plenamente. O modelo jurídico-punitivo, com uma concepção racionalista do homem, o via como sujeito de direitos e de deveres, capaz de adaptar livremente seu comportamento às leis e normas sociais, capaz de escolher transgredi-las ou respeitá-las, capaz, enfim, de ser moral e plenamente responsabilizado por suas ações. Do outro lado, o modelo psiquiátrico-terapêutico que era fundado numa visão psicológico-determinista do

homem, via o indivíduo, principalmente o indivíduo alienado, não enquanto *sujeito*, mas enquanto *objeto* de seus impulsos, paixões, fobias, pulsões e desejos. "Nestes indivíduos, as estruturas determinantes do comportamento estando aquém da consciência e da vontade, não permitiam a responsabilização moral e criminal, não sendo eles, portanto, passíveis de punição" (CARRARA, 1998),

Sobre o pano de fundo da sociedade contratual o louco é uma nódoa, insensato, ele não é sujeito de direito, irresponsável, não pode ser objeto de sanções, núcleo de desordem, ele deve mais do que nunca ser reprimido, porém, segundo um outro sistema de punições do que o ordenado pelos códigos e dirigido para aqueles que voluntariamente transgrediram as leis.

A questão da loucura, e principalmente a dos loucos criminosos, teve importância crucial no momento de instauração da sociedade liberal pois, foi através dela que se revelou concretamente uma lacuna na ordem contratual: o formalismo jurídico não podia controlar tudo, existia pelo menos uma categoria de indivíduos que devia ser neutralizada por outras vias do que aquelas de que dispunha o modelo jurídico-punitivo.

Estas contradições geradas pela figura do louco e principalmente a do louco-criminoso, introduziram uma prática de perícia no centro de funcionamento das sociedades contratuais. Os médicos em geral e os psiquiatras em particular, ocuparam uma posição estratégica no desenvolvimento desse processo. No campo jurídico os alienistas se revelaram como peça indispensável ao funcionamento do aparelho judiciário através de sua prática de perícia (CASTEL, 1978).

No entanto, para além da contextualização da questão da criminalidade e da loucura no âmbito da sociedade liberal brasileira e dos conflitos que aí suscitou, para compreender essa intervenção dos psiquiatras no meio jurídico e o cruzamento de discursos entre essas duas instituições, torna-se necessário passar pelo plano das discussões teóricas que, na passagem do século, versavam sobre as relações entre criminalidade e loucura.

No centro de tais discussões encontrava-se a categoria nosológica da *Monomania*, elaborada no campo da patologia mental no início do século XIX por Esquirol, tal concepção constitui um aporte básico para expansão do alienismo para além dos muros do hospício, ao dissociar loucura e razão, abrindo a possibilidade teórica de uma loucura sem delírio ou apenas um delírio parcial, localizado ou circunscrito a uma só idéia.

Por serem parciais, tais delírios podiam ficar por muito tempo insuspeitados pelas pessoas mais próximas do monomaniaco. Este, sendo

lúcido e coerente em todos os aspectos da sua vida que não tocassem diretamente ao objeto de seu delírio, teria a possibilidade de manter sua doença oculta por muito tempo, passando socialmente por pessoa saudável, ou, no máximo, um pouco excêntrica até que um dia, vítima de seu delírio – que geralmente se caracterizava por uma perseguição infundada – cometia um ato criminoso. Tal ato permaneceria incompreensível aos tribunais, caso os alienistas, com sua técnica e seu saber, não conseguissem “extrair” e tornar público um delírio que se ocultava e que por isso mesmo, se tornava ainda mais perigoso.

Com esse conceito, a psiquiatria ganha um espaço de intervenção através de casos que lhe são oferecidos pela justiça, uma vez que representam para esta instituição um enigma insolúvel – é conhecido o caso de Pierre Rivière, divulgado por Michel Foucault. Rivière era um jovem francês que em 1885 matou a mãe e dois irmãos. Os motivos que foram apresentados para explicar o crime eram moralmente tão inaceitáveis que a razão parecia se recusar a compreendê-los, permitindo, exigindo mesmo, a presença dos alienistas nos tribunais. Tais atos, tão deslocados que não podiam ser recodificados em termos de motivos, questionam o direito de punir ao nível de seu funcionamento. Eles desconcertam toda e qualquer justificação racional da sanção, pois, não podem ser referidos a nenhum cálculo. Que o modelo psiquiátrico-terapêutico o assuma, portanto. É importante salientar que foi através dessas teorias, da *monomania*, entre outras que na passagem do século versavam sobre o tema da criminalidade e da responsabilidade penal, que os alienistas se tornaram peça indispensável ao funcionamento do aparelho judiciário, já que, apenas eles teriam competência técnica e saber apropriado para fazer a distinção entre o normal e o patológico, entre a sanidade e a loucura de um criminoso.

Cabe lembrar também, que os alienistas brasileiros foram fortemente influenciados por tais teorias e mantiveram uma absoluta atualização em relação aquilo que se produzia nos centros mais “avançados” do saber psiquiátrico, particularmente no caso de São Paulo, onde Franco da Rocha foi à figura dominante e, em parte por mérito seu, a fala alienista demonstra intimidade com os autores mais recentes do alienismo internacional. (CUNHA, 1998).

Virtualmente dada a aproximação entre crime e loucura/alienação, só se elaborará, entretanto, progressivamente e com muitas complicações e perplexidades. A questão da transgressão às normas sociais não é coisa que se resolva facilmente no interior das sociedades liberais, quer no nível das representações, quer no nível das práticas que suscita. As dificuldades estão claramente representadas na figura mítica da prisão e nas questões que colocou

desde o seu aparecimento: punição ou correção? Expição de uma culpa ou compreensão de uma alma humana pervertida, uma natureza corrompida? As razões dessas dificuldades não nos parecem muito obscuras: a sociedade burguesa, liberal, democrática, progressista, representação do próprio paraíso reconquistado ou, ao menos, passo fundamental para tal reconquista, não parece aceitar que alguém possa agredi-la em sã consciência. Assim, compreender o processo histórico que fez com que os psiquiatras se impusessem como peça indispensável ao funcionamento da máquina judiciária por meio de sua atividade de perícia, implica a compreensão de um processo mais amplo que, atingindo as práticas jurídico penais como um todo, fez com que nossos tribunais passassem, a partir dos finais do século XIX, a não julgar mais atos criminosos, mas a própria alma do criminoso (FOUCAULT, 1977).

CHAVES, Fábio César. *Crime and madness: The relations between psychiatry and penal justice. (1890-1920)*. Revista *Ensaio de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 93-100, 2006.

- **ABSTRACT:** This article treats about the history of relations between psychiatry and penal justice in Brazil, from 1890 to 1920. The basic idea is to evaluate the historical process that made psychiatry to impose it self as an indispensable piece in the functionality if the juridical machine, through it's skills activity. There is an intersection of discourses between those two models of social intervention which have as principal character the picture of a "criminal madman". This personage creates a competence conflict within the liberal society, between those two institutions.
- **KEYWORDS:** Psychiatry; justice; medicine; madness; crime.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRARA, Sérgio Luiz. *Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Antropologia social. Museu nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CORREA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia social no Brasil*. Tese de doutorado em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1982.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1968.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: o Nascimento da Prisão*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *Eu, Pierre Rivière, Que Degolei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MACHADO, Roberto. *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## IMPRESSÕES ACERCA DO CASAMENTO NA COLÔNIA: O RELATO DE MANUEL DA NÓBREGA

Felipe Ziotti NARIT<sup>1</sup>

- RESUMO: Este artigo pretende analisar o olhar de Manuel da Nóbrega acerca da miscigenação entre brancos e indígenas e das práticas gentis que a colônia abrigava. Nesse sentido, investigamos uma carta por ele escrita, em 1551, que evidencia diversas formas de agir contrárias às propostas pela Igreja Católica. Os argumentos de Nóbrega mostram um entrave fundamental para a missão jesuítica no Brasil: apartar nativos e brancos dos hábitos da terra para, mediante os sacramentos, conduzi-los à fé cristã.
- UNITERMOS: Brasil Colônia; Jesuítas; Casamento.

A experiência lusitana de colonização do Brasil encontra-se fortemente presente nos relatos das vivências de jesuítas, de viajantes e de todos os tipos de aventureiros que aqui estiveram. Tais relatos apresentam uma rica mescla de impressões que perambulam e se confundem entre a surpresa e a repulsa aos costumes estranhos e conflitantes sob a ótica do branco colonizador. Para a análise dessas relações, vale destacar o estudo das cartas jesuíticas, no sentido de que estas evidenciam parcelas significativas de um modelo de colonização implantado pela Coroa Portuguesa.

Nesse sentido, o presente trabalho lança o enfoque sobre uma carta destinada a *El-Rei* D. João III, escrita por Manuel da Nóbrega<sup>2</sup>, em setembro de 1551 na localidade de Olinda, em Pernambuco.

Além de ressaltar aspectos referentes à jurisdição e à situação do Colégio da Companhia na Bahia, uma outra preocupação perpassa a redação de Nóbrega: o cultivo de hábitos gentios por parte dos colonos. Dentre as mais variadas práticas que muito incomodavam a consolidação da missão jesuítica no Brasil, a carta de Nóbrega transparece suas preocupações acerca do problema

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da UNESP – Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca.

<sup>2</sup> Chefe da primeira missão da Companhia de Jesus na América, Nóbrega desembarcou na Bahia, em 1549, com a armada do governador-geral Tomé de Sousa.

da prática do concubinato em substituição ao sacramento do casamento, de modo que:

Fosse pela intolerância moral que ostentavam por princípio, fosse pelo que observavam no início da colonização, os jesuítas cedo perceberam que o mal não campeava só entre o gentio. O "excesso de liberdades", a "falta de lei" moral com que o ameríndio ofendia a Deus, viram-nas também na conduta dos portugueses recém-chegados do Reino (VAINFAS, 1997b, p. 39).

A instituição representada pelo casamento, cerimônia que solidificava um sacramento em direta correspondência com a Igreja, era corriqueiramente violada. A terra estava recheada de agressões morais: os indígenas vagavam nus, com seus corpos exibidos e carregados dos tentadores excessos da carne. Foi nesses termos que o relato de Nóbrega encontrou eco – o pecado e a promiscuidade eram generalizados:

Nesta Capitania se vivia muito seguramente nos pecados de todo ho genero e tinhão ho pecar por lei e costume, hos mais ou quase todos nam comungavão nunqua e há absolvição sacramental há recebiam perseverando em seus pecados (NÓBREGA, 1955, p. 98).

Nesse quadro delineado por Nóbrega insere-se a escassez de mulheres brancas na colônia. A carência dessas mulheres permaneceu uma constante durante o século XVI. Dessa forma, uma vez que não era prática comum os colonos desembarcarem com suas famílias, a proliferação das relações amorosas com índias tomou-se prática crescente não somente para os brancos solteiros, como também para os casados (SILVA, 1998). Eram relações moldadas em conformidade com os atos bárbaros de uma terra que degenerava a moral cristã: dessas relações marginais ao concubinato, a distância era pequena ou inexistia. Afastados de uma vida conjugal que configurava importantes valores do matrimônio católico, aqueles homens se lançavam às paixões desmedidas, alimentadas por várias mulheres, em um universo que escancarava desejos movidos por excessos e por desregramentos de todos os gêneros.

Apesar da vigia de Nóbrega sobre o concubinato e o amancebamento, muitos eclesiásticos negligenciavam o perigo a que se expunham os colonos praticantes desses pecados (HOLANDA, 1985). Desse modo, a insegurança acerca da preservação e da difusão dos ritos da Igreja Romana adquiria contornos alarmantes, notadamente à medida que Nóbrega (1955, p. 98) denunciava o descaso dos próprios clérigos com seus compromissos de fé:

Hos eclesiasticos que achei, que são cinco ou seis, viviam a mesma vida e com mais escândalo, e alguns apostatas; e por todos asi viverem nam se estranha pecar. Há ignorância das cousas de nossa fé catholica hé quá muta e parecelhes novidade há pregação delas (NÓBREGA, 1955, p. 98)

Com sérias deficiências na própria estrutura religiosa, uma vez que Nóbrega (1955, p. 98) sublinha suas queixas acerca de que há "has cousas da Igreja mui mal regidas" na terra do Brasil, em nada surpreende a escassez de casamentos e a concentração das relações sexuais majoritariamente na esfera do concubinato, o que estrutura um verdadeiro desregramento moral cristalizado por uma intoxicação sexual (VAINFAS, 1997b). Essa prática que tanto incomodava Nóbrega, do mesmo modo que se disseminava pelos meandros do cotidiano da colônia, era responsável pela geração de uma numerosa prole de mamelucos. Com efeito, segue o jesuíta, "fazem-a grandes injurias aos sacramentos que quá se ministrão. Ho sertão está cheio de filhos de christãos grandes e pequenos, machos e femeas, como viverem e se criarem nos costumes do gentio" (NÓBREGA, 1955, p. 93). Não era necessário se embrenhar sertão adentro para se deparar com a promiscuidade: nas próprias concentrações humanas da faixa litorânea não era difícil um domicilio comportar padres e suas concubinas, um casal e a concubina do marido e mulheres com seus filhos, mas sem marido (ALGRANTI, 1997).

A fim de assegurar o enquadramento dessas mulheres do gentio da terra nas propostas católicas levadas a cabo pela legitimação do casamento, Nóbrega contou com a atuação de casas de recolhimento dessas índias que possuíam "filhos dos homeins branquos" (NÓBREGA, 1955, p. 100), de modo que, uma vez doutrinadas e governadas, elas pudessem se adequar aos preceitos defendidos pelos jesuítas: "pollo tempo em diante muitas casarão e ao menos vivirão com menos occasiom de peccados" (NÓBREGA, 1955, p. 100).

Ao pedir o envio de órfãs do Reino<sup>3</sup>, Nóbrega (1955, p. 102) escreveu:

Para as outras Capitánias mande V. A. molheres órfãs, porque todas casarão. Nestas nam são necessárias por agora por averem muitas filhas de homeins brancos e de índias da terra, as quais todas agora casarão com há ajuda do Senhor.

A necessidade de órfãs portuguesas correspondia ao processo de

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a carta analisada neste artigo, escrita em 1551, não corresponde ao primeiro pedido de Nóbrega relativo ao envio de órfãs. Em uma carta escrita em janeiro de 1550, ele já as pedia para aqui se casarem. Dessa forma, dedicava homens bons e ricos para as órfãs, de modo a evitar o pecado e promover o aumento a população a serviço do Senhor.

condução da civilização ao trópico. Essas mulheres aqui se casavam, constituíam famílias e rechaçavam os homens do pecado, de tal modo que isso se condensava ao transplante da cultura portuguesa para as terras coloniais. Nessa perspectiva,

Acrescente-se à manipulação da "rudeza" atribuída às mulheres (pelos homens) o tradicional racismo que, apesar de Gilberto Freyre, campeou por toda parte. Racismo expresso, por exemplo, na conversa dos "fornicários" que, desde o século XVI, diziam que as índias e negras eram mulheres sem honra e por isso passíveis de fornicação sem culpa (VAINFAS, 1997a, p. 272).

A chegada de novas embarcações do Reino significava, em muitos casos, o desembarque de novas pessoas que aqui se instalavam. Dentre as levas de novos habitantes que circulavam pelas desafiadoras águas do Atlântico, chegavam a população de degredados<sup>4</sup>. Se a perspectiva de Nóbrega, ao pedir o encaminhamento de mulheres, era começar o *laboriosus* trabalho de purificação daquelas pessoas que se deleitavam no mais ardente ciclo de pecados, o afluxo de degredados contribuía para afogar a colônia nas calamidades. Como fórmula indicada por Portugal para mais rapidamente povoar os grandes vazios nas *terras de além mar*, governadores-gerais e donatários também se posicionavam contra essa proposta (PIERONI, 2000).

Com efeito, malgrado a perseverança jesuítica – apoiada por alguns homens da terra – na *conversio*, as relações que caíam no amancebamento e que geravam mamelucos eram responsáveis pela multiplicação dos bastardos. Maria Beatriz Nizza da Silva (1998) chama a atenção para o duplo efeito do termo "bastardo" no século XVI: tratava-se de um conceito jurídico e racial, que ilustrava o ilegítimo e o mameluco. Dessa forma, as relações amorosas que se distanciavam dos verdadeiros atos de fé congregavam homens, mulheres e suas proles em um grupo marginal de degradados, do qual aqueles homens corrompidos pelos vícios, que consentiam viver em seus pecados livremente, e as mulheres ditas solteiras<sup>5</sup> atuavam como *primae partes*.

<sup>4</sup> O degredo caracterizava-se como uma prática que culminava na expulsão dos indesejáveis do Reino, de modo que era uma das ferramentas responsáveis pelo desembarque de muitos indivíduos em solo colonial. Dessa forma, em um decreto de 1536, D. João III ordenou que os bandos de vadios fossem degredados para o Brasil (PIERONI, 2000).

<sup>5</sup> Caracterizadas como desimpedidas, afastadas das vertentes do matrimônio e da família, as mulheres solteiras eram sempre passíveis de múltiplos envoltimentos em relações amorosas e sexuais. A essas pessoas desregradadas, a conotação do título "solteira" oscilava entre a devassa e a meretriz (VAINFAS, 1997b).

Por toda esta costa há muitos homens casados em Portugal e vivem quá em graves pecados com muito prejuizo de suas mulheres e filhos. Devia V. A. mandar aos capitães que nisto tenham muito cuidado (NÓBREGA, 1955, p. 101).

Com essa entonação pedagógica, em que a parcimônia era a ferramenta mais recomendada para se livrar das múltiplas violações às quais se ficava exposto entre os transeuntes da colônia, a postura prescritiva dos núcleos de catequese encaixava-se na fórmula proposta por Ronaldo Vainfas (1997b), que expõe a união do índio às formas e às regras da Igreja como decorrente de uma coesa instrução moral aliada à sistemática demonização das práticas locais. Para tanto, os jesuítas recorreram às "atividades centradas na música, na dança, na 'teatralidade' da vida tribal repleta de rituais, movimentos, cores e sons" (FERREIRA JÚNIOR; BITTAR, 2004).

Sob o sopro do infortúnio, vícios e desleixos imperavam na sociedade colonial quinhentista. Transgressões sobre o casamento são apenas algumas das manifestações daquela sociedade comodamente assentada na imprecisão e na precariedade. Se Nóbrega, por um lado, pedia órfãs brancas para apontar uma solução para o concubinato e para a infâmia dos contatos e da absorção dos costumes gentios, por outro, ele falava de catequese: de projetar o cristianismo sobre as mais singelas atitudes da colônia, que há muito deixara de ser o destino edênico das aventuras portuguesas.

NARITA, Felipe Ziotti. Impressions about the marriage in the Colony: The report of Manuel da Nóbrega. *Revista Ensaio de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 101-106, 2006.

- **ABSTRACT:** This article intends to analyze Manuel da Nóbrega's look about the miscegenation between white people and indians and the gentias' practices that the colony covered. In that sense, we research a letter written by him, in 1551, that shows several opposite ways to the purposes of the Catholic Church. Nóbrega's arguments show a fundamental problem to the Jesuit mission in Brazil: to separate natives and white people from the land's habits to take them to christian faith by the last rites.

- **KEYWORDS:** Colonial Brazil; Jesuits; Marriage.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 85-154.

FERREIRA JUNIOR, Amárico; BITTAR, Marisa. *Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI*. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 86, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S010173302004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jan. 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo: DIFEL, 1985.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955.

PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasileiras: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: MELLO E SOUZA, Laura de. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a. p. 221-273.

\_\_\_\_\_. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997b.

## A INFLUÊNCIA SOCIAL-DEMOCRATA NA SEGUNDA INTERNACIONAL: OS DILEMAS DA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

Fernando Silva dos SANTOS<sup>1</sup>

• RESUMO: Este artigo busca analisar a influência da Social-democracia alemã na história do movimento operário no período da Segunda Internacional (1889-1914), a importância da difusão da teoria marxiana na formulação das estratégias da luta da classe trabalhadora e o debate interno entre seus expoentes teóricos acerca dos dilemas suscitados pela prática revolucionária. O autor analisa os efeitos da ascendente trajetória do Partido social-democrata alemão (SPD) e da concepção das idéias do que conhecemos como Marxismo da Segunda Internacional

• UNITERMOS: Social-Democracia; Socialismo; Segunda Internacional; Movimento Operário.

*O mar da história é agitado  
As ameaças e as guerras haveremos de atravessá-las  
Rompê-las ao meio, cortando-as  
Como uma quilha corta as ondas  
(MAIACOVISKI)*

Analisando a história do movimento operário, percebemos a inegável influência do pensamento marxiano sobre toda uma série de intelectuais socialistas, quadros do partido social-democrata alemão, parte da própria ciência burguesa e, até mesmo, sobre o processo político de transformação da classe operária na Europa do século XIX. No entanto, essas influências tomaram-se mais visíveis a partir do final da década de 1870. Sobre o tema, o sociólogo Oskar Negt nos explica:

Uma difusão significativa e uma reelaboração teórica do marxismo só começaram por volta do final dos anos 70 do século passado. Na Alemanha, é a época das leis anti-socialistas, quando o número dos membros e dos eleitores do partido social-democrático aumenta até assumir proporções imponentes; na Europa, vê-se a formação de toda uma série de novos partidos social-democráticos e o movimento sindical realiza grandes avanços. (NEGT, 1982, p. 126)

A crescente importância e participação política e parlamentar da classe operária tomaram-se fundamentais para a sua organização como classe e

<sup>1</sup> Aluno do curso de graduação em História da FHDSS – UNESP – Campus Franca, sob orientação do Prof. Dr. Moacir Gigante.

reconhecimento como tal. Contudo, a relação do movimento operário e a teoria socialista, sobretudo a teoria marxiana, desenvolveram-se de forma independente e contraditória, pois, a base material exerceu uma fundamental importância no desenvolvimento teórico. Porém, a teoria, por sua vez, não foi o que determinou esse movimento.

No entanto, como analisar as influências da participação da classe operária e de seus representantes no Reichstag e como a participação nos mecanismos institucionais contribuiu para as alterações no movimento da consciência da classe operária?

Para compreender melhor esse movimento, as pistas de Marx no *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política* são preciosas. "Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência". (MARX, 1980, p.301)

Podemos observar isso através do desempenho do próprio Partido social-democrata alemão (SPD), que mantém sua trajetória ascendente, mesmo depois de criada a lei de exceção contra os socialistas, entre os anos de 1878 e 1890, a *kulturkrampf*, no período do chanceler Bismarck.

**Quadro 1: A evolução eleitoral do Partido Social-democrata alemão (1871-1912)**

Ano	Votos	Porcentagem de votos	N. de Deputados
1871	124.000	3,3	2
1874	351.000	6,5	10
1877	493.00	7,1	13
1878	473.000	7,69	9
1881	311.000	6,1	13
1884	549.000	9,7	24
1887	763.000	10,9	11
1890	1.427.000	19,7	35
1893	1.786.000	23,28	44
1898	2.107.000	27,18	56
1903	3.010.00	31,7	81
1907	3.258.000	28,9	43
1912	4.250.000	34,8	110

Fonte: CARONE, Edgard. *A II Internacional pelos seus congressos. (1889-1814)*. São Paulo: EDUSP, 1993.

Sem sombra de dúvidas, o período que compreendeu o último quartel do século XIX, foi responsável pela difusão da teoria marxiana, que estava sendo elaborada desde o período da Liga dos Comunistas devido à influência crescente que Marx e Engels exerceram sobre o processo de organização política da classe operária.

Essa influência ganhou impulso através da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1872), que em seu período de atividades, objetivou a cooperação entre as organizações da classe trabalhadora dos diversos países da Europa Ocidental e teve suas atividades comprometidas após a derrota da Comuna de Paris. Outro fator foi a fragmentação e o choque entre seus representantes, sobretudo marxistas e anarquistas (BOTTMORE, 2001 p. 196).

A Segunda Internacional foi fundada efetivamente no Congresso Internacional de Trabalhadores em julho de 1889 em Paris, que teve sua base essencialmente formada no movimento dos trabalhadores europeus, numa grande diversidade ideológica. Sobre o assunto, Marek Waldenberg nos relata:

Mesmo quando a fonte de inspiração ideológica delas era estranha ao marxismo, como o anarco-sindicalismo influenciado pelas idéias proudhonianas, não renunciaram geralmente a se dizer ligado também ou, sobretudo à Marx. (WALDENBERG, 1982, p.223-224).

No interior da organização durante este período, podemos identificar algumas tendências que começaram a ganhar força, são elas: a marxista ortodoxa, que possui a obra de Karl Kautsky inclusa, assim como, a contribuição de August Bebel; a revisionista que tem como principal expoente o autor Eduard Bernstein, que em seus artigos publicados no *Die Neue Zeit*<sup>2</sup> procurou rever os aspectos que considerava como superados, dogmáticos, não científicos ou ambíguos do marxismo; a ala sindicalista revolucionária, que surgiu originalmente no âmbito do socialismo francês; e por último a *Neue Linke*<sup>3</sup>, considerada como a esquerda que se formou nos anos de 1910-1914 dentro da social-democracia alemã, tendo como principal liderança Rosa Luxemburgo.

Ainda sobre a divulgação da teoria marxiana no período da Segunda Internacional, outra polêmica é levantada, como a própria denominação "Marxismo da Segunda Internacional"

Para Franco Andreucci em *A divulgação e a vulgarização do marxismo*, nos lembra que:

É difícil dizer quando e onde surgiu a expressão 'marxismo da segunda internacional', mas não estaremos longe da verdade se supusermos que a origem dela está nos anos da primeira guerra mundial. (ANDREUCCI, 1982, p.16)

<sup>2</sup> Revista teórica da social-democracia alemã que foi publicada em Stuttgart de 1883 a 1923.

<sup>3</sup> Nova esquerda

O rompimento de Lênin com a Internacional – que ainda não se chamava Segunda – nos fornece pistas de como se iniciou a hierarquização da organização, que após 1914 passasse a ser mencionada tal como conhecemos hoje.

O período que se seguiu entre a Terceira Internacional, ainda não concebida, mas já convocada, e a Primeira, cuja origem, mencionamos *an passant*, delimitou no tempo e espaço o início de uma polêmica teórica que se iniciou no movimento operário internacional e entre seus dirigentes.

Entre críticos e defensores do período da Segunda Internacional, encontramos em Lênin, numa referência feita em um texto de 1913 sobre as profundas modificações na linha e orientação política, na qual o movimento operário estava envolvido:

Por toda parte estão se formando partidos socialistas, de base proletária, que aprendem a se servir do parlamentarismo burguês, a criar sua imprensa cotidiana, suas instituições educativas, seus sindicatos, suas cooperativas. A doutrina de Marx alcança uma vitória completa e se difunde em extensão. (ANDREUCCI, 1982, apud, p.18)

Anos depois, Lênin reformulou sua posição a respeito da Segunda Internacional, referindo-se a temas como a extensão e expansão geográfica do movimento operário, no entanto, devido ao seu embate direto contra Karl Kautsky, Plekhânov e similares, Lênin não fez referência ao marxismo. Em suas palavras:

A segunda Internacional (1890-1914) foi a organização internacional do movimento operário, que se desenvolvia em extensão, mas não sem um temporário rebaixamento do nível revolucionário, não sem um temporário fortalecimento do oportunismo, que levou ao vergonhoso colapso dela... A Segunda Internacional foi a época da preparação do terreno para a difusão ampla, de massas, do movimento, em um bom número de países. (Ibidem, p.16)

Essa supressão da referência ao marxismo que Lênin adotou a partir de então, foi decorrente da distinção que o mesmo fez entre o patrimônio organizativo da Segunda Internacional e também da Social Democracia Alemã em particular, acusando-a de traição e oportunismo de seus dirigentes. Essa acusação recaiu diretamente em Kautsky, no qual Lênin não poupou críticas, responsabilizando-o pela deformação do marxismo e pelo aberto repúdio ao caráter revolucionário do marxismo que algumas correntes passam a adotar.

Lênin sublinhou as conotações ideológicas das principais correntes do socialismo no período da Segunda Internacional como: os oportunistas, isto é, tanto os que partiam de premissas do revisionismo bernsteiniano como os independentes delas, que haviam desenvolvido uma política marcada pelo pragmatismo reformista; a esquerda, da qual os bolcheviques eram os maiores representantes; e finalmente, os ortodoxos, com destaque para Kautsky, que Lênin chama em *Imperialismo, estado e Revolução* de o renegado.

No interior da Segunda Internacional, sobretudo, na social-democracia alemã, o amplo debate acerca da divulgação e interpretação da teoria marxiana, a conquista de poder político, a socialização dos meios de produção e a questão da consciência de classe, seguiram caminhos diferentes. Isso é o que notamos ao analisar o desenvolvimento teórico dos três principais representantes da social-democracia no período: Karl Kautsky, Edward Bernstein e Rosa Luxemburgo.

Segundo Andreucci, houve, a partir de meados dos anos de 1930, uma pausa na reflexão histórica sobre o marxismo e grande parte dos problemas relativos ao marxismo da Segunda Internacional, como: o papel de Kautsky e do kautskismo, da social-democracia alemã na derrota da Segunda Internacional, da redução do marxismo a ideologia de partido, da relativa paralisação do marxismo teórico, do suposto conúbio com o darwinismo, do positivismo que "dá lugar a uma versão mecanicista e determinista do marxismo". (ANDREUCCI, 1982, p.23).

A maior parte dos juízos formulados sobre o marxismo da Segunda Internacional, tal como hoje entendemos, foi retomada e amplamente discutida a partir do final dos anos de 1950, na figura de teóricos como Karl Krosch, Georg Lukács, Arthur Rosenberg e Antonio Gramsci.

Ainda a respeito do marxismo da Segunda Internacional, Ernesto Racioneri nos dá uma definição:

Por marxismo da Segunda Internacional, entende-se em geral uma interpretação e elaboração do marxismo, que reivindica um caráter científico para sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas. (Apud. ANDREUCCI, 1982, P.24)

Aqui Racioneri indica um possível ponto comum entre as correntes teóricas no interior da organização.

Mas, é possível falar em um bloco teórico coeso e homogêneo diante de um ambiente no qual o desenvolvimento das forças produtivas materiais e as

condições objetivas sugeriam a necessidade de uma ação revolucionária por parte da classe operária, mas que, no entanto, parece não fazer parte dos planos das direções da Segunda Internacional, do SPD e até mesmo dos Sindicatos? O debate entre Kautsky e Bernstein, Lênin e Rosa Luxemburg, Max Adler e Plekhânov, entre outros, seria capaz de conduzi-los a um modelo unificado para a ação do movimento operário?

No entanto, não será possível abordarmos aqui com maiores detalhes as tendências concebidas no interior da Segunda Internacional e da social-democracia alemã, assim como um maior aprofundamento do seu caráter científico. Contudo, não é possível compreender os desdobramentos e as conseqüências desse período sem adentrar nesse riquíssimo terreno da história das idéias.

Por fim, essa é sem dúvida uma tarefa que necessita de uma compreensão mais abrangente das polêmicas iniciais no interior das organizações, seja a Internacional, seja o SPD e até mesmo nos sindicatos, pois sua contextualização é de fundamental importância para entendermos o movimento da história do movimento operário.

SANTOS, Fernando Silva. The influences of social democracy em the second international: dilemmas on the revolutionary praxis. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 107-114, 2006.

- **ABSTRACT:** This paper analyzes the influence of the German Social-democracy in the history of the labor movement in the period of Second International (1889-1914), the importance of the diffusion of the Marxist theory in the formulation of the strategies of the struggle of the working class and the internal debate among your theoretical exponents concerning the dilemmas raised by the revolutionary practice. The author analyzes the effects of the ascendancy path of German social-democratic Party (SPD) and of the conception of the ideas of what we know as Marxism of Second International.

- **KEYWORDS:** Social-democracy; Socialism; Second International; Working movement.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREUCCI, Franco. A difusão e vulgarização do marxismo. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do Marxismo*. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERTELLI, Antonio Roberto. *Marxismo e transformações capitalistas*. Do Bernstein-Debate à República de Weimar: 1899-1933, São Paulo: IPSO IAP 2000.

\_\_\_\_\_. *Revisionismo e ortodoxia no marxismo*. São Paulo: IPSO/IAP, 2003.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARONE, Edgard. *A II Internacional*. São Paulo: Anita/Edusp, 1993.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

IASI, M. Luis. *Processo de consciência*. 2. ed. São Paulo: CPV, 2001.

LENIN, V. I. *O trabalho do Partido entre as massas*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

\_\_\_\_\_. *Que fazer?* Lisboa: Estampa 1973.

\_\_\_\_\_. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Livramento, 1979.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto: Escorpião, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou Revolução?*

\_\_\_\_\_. *Greve de massas, partido e sindicato (1906)*. São Paulo: Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. *A revolução russa*. Petrópolis: Vozes, 1991

MARX, K. *A Guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Capital - Crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. v. I e III. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

NEGT, Oscar. O marxismo e a teoria da revolução no último Engels. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do Marxismo*. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## ASPECTOS GERAIS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA ESPANHOLA E PORTUGUESA

Flávia Pinheiro SILVA<sup>1</sup>

• **RESUMO:** A descoberta e colonização da América foi um processo dinâmico e gradual que trouxe consigo conseqüências que até hoje podemos sentir. Os valores de vida dos ibéricos foram diretamente transportados para esse novo continente, onde se misturaram com os valores de vida dos nativos e acabou resultando em uma cultura completamente nova, de origem mestiça. Foram várias as formas que o homem europeu se utilizou para impor aos povos americanos a sua cultura e os seus hábitos. A religião, a língua, a construção de cidades com estrutura e arquitetura européias, as leis e as artes são apenas alguns exemplos de como a Europa conseguiu reproduzir no continente americano muito de sua cultura ocidental.

• **UNITERMOS:** América; colonização espanhola; colonização portuguesa.

A descoberta de novas porções de terra a ocidente marcou definitivamente a história mundial. Entendemos que esse acontecimento tenha sido o mais importante acontecimento da história moderna. Modificou radicalmente a realidade dos homens, tanto dos europeus quanto dos nativos americanos, destruindo boa parte de suas crenças. Aumentou a ambição de todo um continente, enquanto o recém descoberto sofria com os massacres humanos e saques materiais. Os conflitos culturais ocorridos durante esse processo causaram conseqüências que até hoje podem ser sentidas.

A América é hoje um continente predominantemente mestiço. É essa a nossa identidade. Essa mestiçagem cultural foi sendo construída desde o primeiro contato entre as duas diferentes civilizações: a americana pré-colonial e a européia. A inserção de valores essencialmente europeus neste território recém-descoberto é o principal fator de formação dessa nossa cultura mestiça. Serge Gruzinski define tal processo como ocidentalização<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da UNESP- Campus Franca. Sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Raquel M. da C. M. Portugal.

<sup>2</sup> Para maior aprofundamento do assunto ver: GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A ocidentalização cobre o conjunto dos meios de dominação introduzidos na América pela Europa do Renascimento: a religião católica, os mecanismos do mercado, o canhão, o livro ou a imagem. Assumiu formas diversas, quase sempre contraditória, às vezes até em franca rivalidade, já que foi a um só tempo material, política, religiosa – caso da “conquista espiritual” – e artística. Mobilizou instituições, grupos – monges, juristas, conquistadores, etc. –, mas também famílias, linhagens e indivíduos. (GRUZINSKI, 2001, p. 93-94)

Passada a primeira fase de contato inicial, o interesse por parte da Europa era o de organizar o processo de dominação sobre essas novas terras e esses novos povos. Aos europeus, não bastou o fato de poderem explorar o que consideravam seus novos territórios, preocuparam-se também em implantar na América o mesmo modo de vida com que estavam acostumados no Velho Mundo, sabendo o quanto isso seria importante para o processo de expansão de seus domínios. Os meios utilizados pelos europeus foram vários, cada um deles contribuiu de uma forma explícita ou implícita para as transformações culturais desses povos até o ponto de passarem a reproduzir a sociedade e os hábitos europeus em território americano.

O processo de ocidentalização se deu pelo uso de elementos europeus no Novo Mundo, traduzindo o interesse do colonizador de fazer perpetuar o seu modo de vida, não admitindo ou não assimilando o modo de vida do ameríndio<sup>3</sup>.

Desde o primeiro momento em que o europeu pisou na América, trouxe arraigado consigo as ideologias e práticas da religião católica. A Igreja católica passava por um momento difícil, tendo que combater as críticas feitas pela Reforma Protestante. A Contra-Reforma lançada pela Igreja católica tinha como um de seus objetivos alcançar e converter o maior número de almas possíveis para não perder a sua hegemonia ideológica. Além disso, num período de transição do feudalismo para o capitalismo, a ideologia cristã encontrava-se ainda muito presente na mentalidade dos homens que partiram para colonizar esta terra desconhecida. Portanto, a religião oficial européia foi um dos primeiros fatores de ocidentalização.

A imposição da religião católica como religião oficial do continente americano, definitivamente foi o principal fator de dominação utilizado pelos europeus no início do período de colonização. Tanto os espanhóis quanto os portugueses acreditavam que um dos primeiros passos para se colonizar as terras era subjugar os povos à fé católica.

<sup>3</sup> Ver: BERNAND, Carmen, 1994; GRUZINSKI, Serge, 1991; ELLIOT, J. H., 1998; WACHTEL, Nathan, 1976; O'GORAMAN, Edmundo, 1992.

Somente depois que o horizonte geográfico e humano se descortinara de forma tão esmagadora é que a Igreja percebeu a dimensão da tarefa de evangelização que agora se exigia dela no Novo Mundo. Os próprios conquistadores foram impelidos em parte por fervor religioso a executar suas ações titubeantes. Estavam convencidos de que, ao subjugar populações antes desconhecidas da Cristandade, estariam servindo igualmente ao seu monarca como vassallos, a sua fé como missionários e a si mesmos como homens de honra. (M. BARNADAS, 1997, p. 524).

A cristianização dos índios e a extirpação<sup>4</sup> de suas crenças e idolatrias representavam para o europeu uma questão essencial para se tornar legítima sua dominação. O cristianismo foi sendo introduzido no mundo dos indígenas das mais diversas formas, através de representações artísticas, de imagens e principalmente através da destruição de seus ídolos para a introdução da iconografia cristã<sup>5</sup>.

As religiões indígenas eram consideradas idolatria. Os missionários procuravam exorcizar todo vestígio do que fosse encarado como idolatria, superstição ou desvio da “santa fé católica”. Sofrendo muitas vezes consideráveis adversidades, os missionários fizeram contato com os índios a fim de persuadi-los a abandonar seus falsos caminhos. (HOORNAERT, 1997, p. 554).

Porém, nem sempre os povos indígenas aceitavam essa dominação religiosa que lhes estava sendo imposta. Houve muitas resistências nesse sentido. As imagens dos santos católicos que com o passar do tempo forma tomando traços indígenas, caracterizam bem um tipo de resistência. No México, ainda hoje, encontramos a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe com fortes semelhanças físicas dos povos de origem indígena. Somente através dessas pequenas concessões é que se conseguiu implantar por definitivo a fé cristã<sup>6</sup>.

Da mesma forma outros pequenos objetos representavam a realidade de um povo incapaz de se desligar de suas raízes européias. Como exemplo, podemos citar o livro, as imagens, os objetos fantásticos e tudo mais que representava o Velho Mundo e que acabou alcançando grande valor aos olhos dos indígenas. Todas essas questões possibilitaram uma dominação que ao mesmo tempo era política, material, religiosa e artística, modificando a vida de

<sup>4</sup> O conceito “extirpação de idolatrias” foi cunhado por DUVIOLS, Pierre. *Cultura andina y represión; procesos y hechicerías*. Cajatambo, siglo XVII. Cusco: Centro de Estudios Rurales Andinos “Bartolomé de Las Casas”, 1986.

<sup>5</sup> GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 1991

<sup>6</sup> Idem.

grupos, famílias e indivíduos, além de interferir no funcionamento de antigas instituições.

Entre a América espanhola e portuguesa existem algumas peculiaridades no processo de colonização que valem ser ressaltadas.

Encontramos nas cidades de colonização espanhola, aspectos que parecem ter sido diretamente transferidos para a América ou que simplesmente eram reproduzidos com a intenção de nunca se perder os laços com a Europa. A transferência de linhagens ibéricas para a América espanhola traduz o interesse de se manter no poder a mesma elite dominante<sup>7</sup>. Toda infra-estrutura social construída em território americano carregou características européias. A estrutura das cidades, a construção de portos, estradas, fortalezas, universidades, igrejas, grandes catedrais, hospitais, tudo representava a realidade européia<sup>8</sup>. Até mesmo os nomes das cidades coloniais não deixavam esquecer as origens da dominação: Nova Espanha, Nova Castela, etc. A cidade na América espanhola era o local de encontro da elite colonial com o intuito de preservar os laços e as tradições ibéricas<sup>9</sup>.

Na América portuguesa, as cidades durante o período colonial eram secundárias, com exceção das cidades de Minas Gerais na época da mineração. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a maioria das cidades coloniais portuguesas foram concebidas por acaso, de forma precária ou de acordo com as exigências do território. Não possuíam um planejamento, como as espanholas, mas sim, se adaptavam à natureza. Enquanto a construção das cidades coloniais espanholas se sobrepunha à natureza local, as cidades da colônia portuguesa se submetia ao espaço natural, possuindo um caráter mais provisório<sup>10</sup>. Porém, esse aspecto português parece ter sido uma peculiaridade do século XVI, visto que no decorrer dos séculos XVII e XVIII as cidades passaram a seguir um maior planejamento.

Durante o período colonial português, pelo menos até a descoberta das minas, a vida nos engenhos atrasou o desenvolvimento urbano, fazendo predominar por muito tempo os valores rurais. Foi a partir do período da mineração que o processo de urbanização colonial português se tornou mais dinâmico. Nesse momento o interesse por parte da metrópole de sistematizar o seu controle social e administrativo sobre a colônia aumentou.

<sup>7</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.94.

<sup>8</sup> Idem, p. 94-97.

<sup>9</sup> RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 163.

<sup>10</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Na verdade, tanto na América portuguesa quanto na América espanhola, a construção de cidades coloniais, sendo elas precárias ou não, representavam mesmo um ponto de partida para a consolidação do domínio europeu no alémmar. As construções urbanas intimidariam qualquer tentativa de revolta ou retomada do território pelos índios<sup>11</sup>. As cidades coloniais possibilitaram a expansão e a intensificação da vida cultural e das tradições ibéricas, ou seja, foi também um importante aspecto no processo de ocidentalização. Elas representavam uma forte simbologia de dominação sobre os americanos, pois a estrutura de uma cidade remetia a todo momento à dominação religiosa, representada pela igreja no centro da cidade e também à dominação administrativa, representada pelas construções, pelo prédio da prefeitura, etc<sup>12</sup>.

Outros dois fatores essenciais de dominação foram a língua e a lei. A unificação desses fatores tornou-se imprescindível para um território que necessitava ser mantido em ordem. A língua castelhana, idioma oficial do Império, foi imposta aos nativos para que se pudesse legitimar sua dominação. Na América portuguesa os colonizadores também partiram do pressuposto de que a língua era o primeiro instrumento de dominação. Porém, houve grande resistência por parte dos povos locais, demorando a se fixar como idioma oficial.

Outro exemplo que caracteriza o alto grau administrativo da Coroa espanhola sobre suas colônias é o fato de já se ter, ainda no princípio da colonização, uma legislação única tanto para a parte européia quanto para a americana. O que era crime em Castela, também o era em Lima e em outras partes da América espanhola, sendo que diversas leis foram criadas para atender às necessidades coloniais já a partir do século XVI<sup>13</sup>.

As leis castelhanas em território americano foram implantadas com a finalidade de regular a vida dos indivíduos perante o Estado, de acordo com o modo de vida europeu. Também estabeleceu e fixou práticas da sociedade européia como a legitimação da propriedade privada e do lucro. Podemos concluir que a legislação castelhana teve um papel decisivo no processo de ocidentalização do universo americano<sup>14</sup>. Ela tratava todos os súditos do reino como uma única entidade política. Índios e espanhóis se submetiam ao mesmo rei, logo, deveriam ser julgados e condenados de acordo com a mesma lei. É claro que na prática o espanhol tinha os seus privilégios em relação ao índio,

<sup>11</sup> RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de Conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 167.

<sup>12</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 96.

<sup>13</sup> Sobre as leis espanholas aplicadas na América verificar: CAPDEQUI, J. M. Ots. *El estado español en las Indias*. México: El Colegio de México, 1941.

<sup>14</sup> GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

principalmente se ele fizesse parte da elite *criolla*. Porém, pelo menos nessa parte da América, a existência de uma lei escrita permitia a representação do homem americano como parte integrante e legítima do Império espanhol.

Já na América portuguesa a situação era bastante diferente. A coroa não conseguiu implantar nas colônias as suas leis. A legislação da colônia portuguesa parece ter sido fruto de grandes adaptações. Para cada região ou para cada caso havia uma penalidade diferente. A Coroa portuguesa também não parecia demonstrar muito interesse em manter suas colônias sob um único aspecto legal, visto que o Brasil do século XVI parecia representar para sua metrópole somente mais uma nova posse.

Podemos olhar para a Espanha do século XVI e a reconhecemos como um grande Império constituído de uma parte na Europa e outra além do Atlântico, sendo já nessa época muito bem organizado e administrado. Diferentemente de Portugal que apesar de também representar um grandioso Império, não parecia estar muito preocupado com uma administração efetiva de suas colônias. É fato que as vilas coloniais portuguesas serviram para legitimar a dominação da metrópole. Porém, essas instalações eram muito precárias e somente no século XVIII é que as cidades coloniais da América portuguesa alcançaram uma sólida administração e organização.

A par dessas comparações sobre os diferentes procedimentos coloniais tomados por Espanha e Portugal durante os primeiros séculos da conquista, podemos concluir que apesar das diferenças, os rumos das colônias americanas foram semelhantes. O fato da Espanha iniciar seu processo de colonização de uma forma mais efetiva, não fez com que os países da América espanhola se destacassem mais do que o Brasil. Cada país seguiu seu próprio rumo, adquirindo cada qual suas especificidades.

O fato é que o homem europeu, tanto o português quanto o espanhol, chegou e extirpou crenças e hábitos, enfim, parte dos traços culturais dos povos ameríndios. Seja pela força ou pela ambição, a verdade é que somos herança de uma mistura de pensamentos, práticas e ações que transformaram essa porção do mundo em algo completamente novo, mas que possui características dos dois lados, ou seja, um continente predominantemente mestiço.

SILVA, Flávia Pinheiro. General aspects of process colonization of spanish and portuguese America. *Ensaio de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 115-122, 2006.

• **ABSTRACT:** *The discovery and colonization of America was a dynamic process which brought consequences that we can feel even nowadays. European life values were straightly transported to his new land, where those values were confounded with native's values, resulting in a half-breed culture completely new. European men made use of several ways to impose their culture and their habits disregarding the native's culture during all period. Religion, language, the architecture based on the European style, the arts and the laws are only a few examples of how Europe imposed much of its Occidental culture to.*

• **KEYWORDS:** *America; spanish colonization; portuguese colonization.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNADAS, J. M. A igreja católica na América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1998, v. I.
- BERNARD, Carmen (Comp.). *Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/ Fondo de Cultura económica, 1994.
- CAPDEQUI, J. M. Ots. *El estado español en las Indias*. México: El Colegio de México, 1941.
- DUVIOLS, Pierre. *Cultura andina y represión; procesos y hechicerías*. Cajatambo, siglo XVII. Cusco: Centro de Estudios Rurales Andinos "Bartolomé de Las Casas", 1986.
- ELLIOT, J. H. A conquista espanhola e a colonização da América. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina colonial*. São Paulo: EDUSP, 1998, v.I.
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La colonización de lo imaginario*. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HOORNAERT, Eduardo. A igreja católica no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina colonial*. São Paulo: EDUSP, 1998, v.I.
- M. BARNADAS, Josep. A igreja católica na América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1998, v. I.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.
- RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do espaço urbano colonial. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA (org.). *História da vida privada no Brasil*. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WACHTEL, Nathan. *Los vencidos; los indios del Peru frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid: Alianza Editorial, 1976

## UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA AO LONGO DA HISTÓRIA

Gabriela Pontin NOVAES<sup>1</sup>

- RESUMO: Este texto é uma reflexão sobre a Educação e educação escolar indígena. Partimos de uma análise da educação escolar indígena ao longo dos anos, suas principais mudanças, levantando questões a respeito da política de educação indígena nacional brasileira, sob a ótica do indígena, buscando seus anseios, necessidades, sua sobrevivência no cenário nacional e formas de preservação de sua cultura.
- UNITERMOS: Educação; indigenismo; legislação; cultura e preservação.

### Introdução

Brasil é um país constituído por diferentes povos etnicamente diferenciados, com histórias, saberes e línguas próprias. São 216 povos falando mais de 180 línguas indígenas diferentes. Em 2000, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 701.462 pessoas se auto-identificam indígenas.

No entanto, são poucos os estudos sobre a política de educação escolar indígena, mas com as mudanças garantidas pela Constituição promulgada em 1988 e pelas mudanças da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) em 1996, houve certo incentivo na realização de tal estudo.

Elegemos então o seguinte problema a ser pesquisado: a política escolar indígena no Brasil, como ela mudou no decorrer dos anos e como a educação pode fazer com que os índios exerçam sua cidadania e finalmente como a educação (não apenas a defesa da leitura e escrita), pode fortalecer a preservação destas culturas e permitir uma nova comunicação entre a aldeia e fora dela.

Buscamos desenvolver essa pesquisa com caráter qualitativo, sem utilizar

<sup>1</sup> Graduanda do curso de História da UNESP-Franca, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia de Fátima Martino.

um índio genérico, analisando a realidade histórico-cultural, do povo que procura manter o reconhecimento dos seus valores, sua identidade e que ao mesmo tempo busca mesclar conhecimentos não indígenas, garantindo assim sua sobrevivência econômico-social e um futuro mais digno.

## 1. A educação não é só como conhecemos

A educação não se restringe apenas a transmissão de informação acumulada, mas também a transmissão de cultura, como de símbolos diversos de uma sociedade. No caso brasileiro a transmissão de tais bens (cultura indígena) se torna um problema, por ser uma minoria étnica reprimida pelo branco.

Devemos ressaltar aqui a grande diferença entre educação e educação escolar. A educação não é um modelo único, a escola não é o único lugar onde se pratica e o professor profissional não é o único que ensina, todos os dias as trocas ocorrem, entre os homens e natureza, com o corpo e a consciência acumulando a sabedoria de um grupo social.

Os próprios índios possuem uma pedagogia própria para a transmissão de conhecimentos, mantendo vivas as tradições. Essas pedagogias contribuem para uma política e prática educacional adequada aos desejos e necessidades dos povos indígenas. Alguns destes conseguiram manter sua alteridade graças a estratégias próprias das quais uma é a ação pedagógica. Antes da colonização já existia uma educação indígena, a educação escolar é que é nova no Brasil.

O foco da educação não visa preparar o homem para experiências novas, mas para conformar-se ao outro, ao diferente, reconhecendo a diferença (consciência da alteridade). Além de converter o indivíduo em ser social, incentiva à formação de aptidões orientadas no mesmo sentido (FERNANDES, 1964, p.10). A educação "ideal" seria aquela que preparasse os indivíduos para as escolhas que respondessem em termos da dinâmica do sistema social de reintegração do padrão da existência da ordem e justiça social.

A educação escolar indígena que defenderemos aqui não serve para que os índios saiam de suas aldeias e se integrem na vida do homem branco (porém, não exclui a possibilidade de alguém fazer esta opção), mas sim para que possa se comunicar entre si e para fora das aldeias defendendo seu modo de vida e como forma de preservação de suas tradições.

A educação está relacionada às mudanças de sujeitos e mundos em algo melhor de acordo com cada visão do que é "melhor". Porém, a mesma educação que ensina pode ser usada como forma de dominação de um povo, como ocorreu com os índios ao longo da história.

## 2. A política educacional indígena ao longo da história

No decorrer da história a política educacional indígena serviu como um veículo de integração gradativa dos índios à sociedade nacional, ao mercado de trabalho anulando esses povos enquanto sociedades distintas.

Desde o século XVI a educação se utilizou de métodos para civilizar e submeter o povo indígena ao Homem Branco. Os missionários jesuítas foram os primeiros a se encarregar desta tarefa. O primeiro estudo sobre os povos indígenas foram relativos a suas línguas, para poder catequizá-los e para se iniciar estudos desta cultura. O Padre José Anchieta, na segunda metade do século XVI, foi o primeiro a realizar este estudo.

Os jesuítas influenciaram muito na transferência da mão de obra escrava índia para a africana, pois com os índios sendo escravizados ocorria grande dificuldade para a catequização, não tinham a menor vontade e disposição para aprender a cultura cristã.

A primeira legislação indigenista só foi surgir na metade do século XVIII com a pressão do Marquês de Pombal ao expulsar os jesuítas do Brasil e determinar a lei de proteção ao índio. Pombal vê a necessidade de arrancar os indígenas da influência dos inacianos, tendo para isso proclamado em 1755 a emancipação do povo indígena. Os colégios foram substituídos por aulas régias e a administração passou a ser feita pelo Diretório dos Índios.

Em 1808, D João concedeu aos colonos o direito de invadir áreas indígenas, principalmente em Minas Gerais e no Paraná, também deu o direito de escravizar os índios. Esta medida fez com que os índios adentrassem ainda mais no território brasileiro, fugindo da violência e exploração, não mais velada como na época de pombal.

No projeto constitucional de 1823, foi proposta a criação de catequeses para conversão e civilização do índio, esta foi a única menção aos índios.

Entre as propostas para "melhorar" a situação, José Bonifácio faz apontamentos para não mais simplesmente "pegarem" a terra, mas comprarem a terra como ocorria nos Estados Unidos. Porém, esta medida só serviu para aliviar a consciência deles, pois assim não estariam roubando nada e sim forçando os índios a aceitar suas propostas absurdas, pois para o índio era impossível colocar um valor a algo tão sagrado como a terra.

A constituição de 1824 não cita os índios, mas estabelece no Art.179: "a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos."

Com os enormes contingentes migratórios, no segundo império, o Brasil passou de sistema agrário-comercial para urbano-exportador, multiplicando o número de escolas, porém sem preocupação com a qualidade do ensino. O novo

homem brasileiro, para fazer parte da coletividade política teria que estudar, já que o analfabeto não podia votar. A escola, no entanto, era apenas para a elite nacional.

No início do governo republicano criou-se o SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.), que fez parte da história da questão indígena e do trabalhador rural até os dias de hoje. Este órgão tinha função de dar tutela dos índios ao Estado, após quatro anos se transformou em SPI (Serviço de Proteção aos Índios), mas não teve muito investimento e acabou sendo depreciado.

A moral religiosa antes muito impregnada na educação é substituída pelo civismo e os conteúdos patrióticos não ficavam restritos apenas à sala de aula.

Com o processo de industrialização e urbanização a busca pelo "progresso" fez com que muitos identificassem as razões pela qual o país se encontrava atrasado por ter uma população mestiça, enquanto outros buscavam conhecer uma "brasilidade", especificidades culturais em relação aos outros países.

Na década de 1970, o cenário passa por uma mudança, o movimento indígena começa a se articular, os encontros passam a ser mais expressivos, para discutir seus problemas e pensar soluções. Passam a reivindicar seu direito ao território, à saúde, à educação, autonomia e participação política nacional.

No ano de 1988, os povos indígenas começam a exigir da nova Constituição Federal a implantação de políticas educacionais mais eficazes e voltadas aos seus interesses. Neste mesmo ano ocorre o "I Encontro" com professores indígenas de Roraima e Amazonas onde discutiram assuntos como: formas originais de educação de cada povo, necessidade de uma educação formalmente reconhecida, tipos de escolas que eles querem entre outros temas.

O "II Encontro" ocorreu em 1989 e tinha o objetivo de: continuar a trocar experiências e conhecimentos entre povos indígenas; elaborar um projeto para o reconhecimento das escolas indígenas e formar uma comissão para continuar a organizar os próximos encontros, o COPIAR (comissão de professores indígenas do Amazonas e Roraima), que mais tarde se tornou o COPIAM, por que até então estes encontros eram organizados pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

No "III Encontro" em 1990, foram discutidas reivindicações para a nova LDB, demonstrando preocupações com o termo bilíngüe, pois a maioria falava várias línguas indígenas; e o que fazer com povos que somente falam português como ocorre no Nordeste.

O objetivo da educação escolar indígena deve ser discutido e definido pelos próprios povos, dependendo de seus anseios e necessidades, mas o

importante é que tenham participação nas decisões e ações de suas escolas como instrumentos na construção de seu futuro.

### 3. Educação escolar indígena e as novas mudanças

A educação escolar indígena caminha devagar, porém nestes últimos anos ocorreram várias conquistas e inúmeros obstáculos foram ultrapassados. A Educação ganhou uma maior importância, na medida que mobilizou vários atores, instituições e recursos. As discussões cada vez mais recorrentes e com mais participantes, fez com que o movimento pró-indigenista ganhasse mais força para que reivindicassem a educação que atendesse suas necessidades e seus projetos futuros.

O direito à uma educação diferenciada foi garantida na Constituição de 1988, com a LDB de 1996, e da resolução de 3/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena está no Plano Nacional de Educação e no projeto de Revisão no Estatuto do índio.

#### 3.1 Transferência da Responsabilidade da Educação Indígena da FUNAI Para o MEC.

A transferência não ocorreu apenas no órgão federal, mas representou toda uma mudança em termos da prática educacional. Abriu a possibilidade que as escolas fossem parte do ensino do país e os monitores bilíngües respeitados como profissionais da educação sendo que as necessidades educacionais indígenas fossem vistas como políticas públicas. Acabava assim a responsabilidade dos órgãos indigenistas na educação passando para uma responsabilidade nacional.

#### 3.2 Avanços na Legislação.

A Constituição de 1988 normalizou o direito do índio à uma educação diferenciada, voltada ao conhecimento indígena e para que houvessem um convívio mais equilibrado com a sociedade brasileira.

A LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com a lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no Capítulo II - Da Educação Básica, trata várias vezes sobre a questão da educação escolar indígena.

Na seção I de disposições gerais o Art.26 diz:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigidas pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 4-O ensino da

história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

No Art.32 §3- a LDBEN garante às comunidades a utilização de sua língua materna e processos próprios de aprendizagem.

Na LDBEN é assegurado também o que a União contribuirá:

Art.78- [...] com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios e pesquisas [...] com os seguintes objetivos: recuperação de memória histórica, reafirmação de suas identidades étnicas, valorização de suas línguas e ciências, acesso às informações e conhecimentos gerais da sociedade nacional. Art. 79 – A União apoiará técnica e financeiramente.

Os programas da LDB estão incluídos no PNE (Plano Nacional de Educação), que possui metas a curto e longo prazo para a educação escolar indígena, vejamos algumas que consideramos mais essenciais.

4. Ampliar, gradativamente, a oferta de ensino.

5. Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de uma educação diferenciada de qualidade.

8. Assegurar autonomia dessas escolas, tanto no projeto pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros<sup>2</sup>.

13. Criar órgãos voltados à publicação de materiais pedagógicos específicos<sup>3</sup>.

15. Profissionalização e reconhecimento do magistério indígena<sup>4</sup>.

17. Assegurar a continuação da formação do professor indígena.

19. Cursos profissionalizantes, visando à auto-sustentação e ao uso da terra de forma equilibrada.

20. Programa de educação a distância de professores.

<sup>2</sup> Para que receba os recursos do governo federal as escolas devem assim como os brancos criar associações de pais e mestres, com presidente, tesoureiro, secretário... e utilizar calendários que não são adaptados, exigindo uma frequência fora da realidade das aldeias. A questão da frequência é um assunto importante, porque sem dúvida é necessária uma certa sistematicidade para se garantir um bom aprendizado, mas também é muito importante, a nosso ver, que a escola não interfira no conjunto das atividades e no cotidiano da aldeia, ou seja, no processo de socialização de suas crianças e na manutenção de suas atividades e rituais.

<sup>3</sup> Inclusive nas aldeias já se encontra produção de livros didáticos, feito por eles mesmos, de acordo com o que acreditam ser interessante para eles e que os professores aprenderam nos cursos de formação.

<sup>4</sup> A LDB faz do professor um funcionário público, assim como outro funcionário branco, um funcionário do Estado e não da aldeia, acreditamos que o professor deve ser sim recompensado por seu esforço e trabalho, mas que isto deve ser decidido na pela aldeia.

21. Combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a essas populações.

### 3.3 Legislação e Realidade.

Atualmente encontra-se em andamento um censo escolar indígena onde se espera a verificação das escolas incluídas no sistema educacional, cadastros de escolas e professores índios. Alguns dados são fornecidos pelo MEC, indicando que há muito ainda ser feito pela Educação escolar indígena.

Segundo dados<sup>5</sup>, são 1.666 escolas em áreas indígenas, sendo 631 estaduais e 105 municipais, poucas são reconhecidas como escolas indígenas, a maioria é considerada escola rural. Sabe-se de acordo com o RECNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas), de 1998, que os professores indígenas representam 70% de um total de 2.859 docentes. Em 1999 esse número já passa a 76,5% de professores em atuação. Existem algumas diferenças regionais, na região Norte há a maior porcentagem chegando a 82% e a menor porcentagem é no Sul onde há apenas 46,2%.

A faixa etária varia de 18 a 50 anos, e maioria homens, as mulheres aparecem mais na região Nordeste e Sudeste, mas no geral as mulheres são apenas 35% dos docentes indígenas.

Os níveis de escolaridade dos professores variam, 28,2% ainda não completaram o ensino fundamental, 24,8% têm o ensino fundamental completo, 23,4% têm os níveis médios com magistério, 17,6% possuem o ensino médio com magistério indígena e 1,5% cursaram o nível superior.

O professor tem o importante papel mediador entre culturas, criando e resignificando a todo o momento o que é a cultura indígena e qual o seu papel neste momento histórico. Os docentes devem ter a capacidade de pensar projetos pedagógicos e curriculares, segundo a sua formação de professor indígena e mesclar com o que acha pertinente à realidade de sua aldeia.

Para o RECNEI um bom professor indígena é alguém que é apoiado e indicado pela comunidade, deve estar atento às expectativas da aldeia, deve dialogar e ter comprometimento com a comunidade.

O professor deve desenvolver sua capacidade bilingüe<sup>6</sup> e realizar pesquisas, tomar-se gradativamente um intelectual que reflete e faz refletir criticamente sobre a realidade do seu povo trocando experiências com outros professores indígenas e não-indígenas.

O material didático é produzido pelos professores e pessoas da

<sup>5</sup> Dados retirados do site do mec ([www.mec.gov.br/sef/indigena.htm](http://www.mec.gov.br/sef/indigena.htm)) acessado em 12/09/2005.

<sup>6</sup> Os professores conversam entre si em português, devido a um imenso número de dialetos, (mas com os alunos devem apenas falar a língua materna).

comunidade, inclusive são confeccionados por eles. Isto estimula e mobiliza os índios a participar da escola.

Outra forma interessante de preservação da cultura que observamos é a gravação de músicas indígenas e transcrição para partituras, fazendo com que a música possa ser conhecida e apreciada por pessoas de fora da aldeia.

Concluimos então que há uma grande diferença entre legislação e realidade. Existem ainda enormes dificuldades para a implantação dessas escolas indígenas que aparecem nas propostas e projetos, muitas escolas ainda não sentiram as mudanças. Porém acreditamos que é uma questão de tempo e que não devemos perder a utopia de termos em nosso país uma educação escolar indígena que realmente responda as expectativas e que não aconteça como ao longo da história brasileira, a educação como forma de acabar com a diversidade cultural.

### Conclusão

Este trabalho tentou mostrar como ocorreu a educação indígena ao longo da história brasileira, que foi usada para dominar aquele que era diferente, pois o diferente tanto pode atrair interesse como pode causar medo e desprezo, por ser diferente é tomado como inimigo e para vencê-lo e subjugar-lo deve tornar o outro igual. Há vários artifícios para esse domínio, muitas vezes até chamados de "encontros de culturas" na verdade é o trabalho de tomar o outro mais igual a mim para colocá-lo melhor ao meu serviço, portanto a educação que buscamos é a que mantém a diversidade e não que uniformiza o povo brasileiro.

A discussão nunca é esgotada quando se trata de um assunto tão importante e polêmico como este que tratamos ao longo do texto. Historiadores e outros profissionais têm o dever de denunciar, dialogar, em defesa das sociedades indígenas. Mas no caso dos professores de história em particular devem discutir a questão do índio na sala de aula não como uma cultura homogênea, um índio genérico, mas como parte da identidade do nosso país, como um povo que não só ajudou a formar o povo brasileiro, mas que ainda existe, mantém a sua cultura e que pode nos ensinar muitas coisas como exemplo respeitar mais o meio ambiente, desapego com as coisas materiais entre muitos outros ensinamentos que faltam a nossa sociedade.

NOVAES, Gabriela Pontin. A Reflection About Indigenous Education Throughout History. *Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 123-132, 2006.

- **ABSTRACT:** This paper brings a reflection about Education and focus on the scholar indigenous education. We start the text from a perspective of the history of indigenous education through the years, the major changes and questioning about politics of national Brazilian indigenous education under the optic of the indigene in search of they will, needs and the survivor in the national scenery and the preservation of the indigenous culture.
- **KEYWORDS:** Education; Indigene; Legislation; Culture and Preservation.

### FONTES

<<<http://www.mec.gov.br/seff/indigena.htm>>> Acessado em 12/9/2005.

<<[http://www.isa.org.br/pib/portugues/indenos/polit\\_educacao.shtm](http://www.isa.org.br/pib/portugues/indenos/polit_educacao.shtm)>> Acessado em 20/11/2005.

<<<http://www.socioambiental.org/pib/portugues/linguas/ex.shtm>>> Acessado em 20/11/2005.

<<[http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/educ\\_ex\\_indigena](http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/educ_ex_indigena)>>. LADEIRA, Maria Elisa. Educação Escolar Indígena: Projetando Novos Futuros. Acessado em 14/4/2006.

### BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Carlos R. O que é educação; São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. Identidade e Etnia, construção da pessoa e resistência cultural; São Paulo: Brasiliense, 1986.

BARBOSA, Priscila F. Para um Projeto de Escola Indígena, Algumas interrogações metodológicas, Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.50, p.61-64, ago.1984.

CARVALHO, Ieda M. de. O Povo Terena e a Política de Educação Escolar Indígena em Matogrosso do Sul. Franca, 2001. Tese-Doutorado em Serviço Social.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre a educação na sociedade tupinambá, São Paulo: jan.1964.

GAMBINI, Roberto. O espelho índio. Os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

ISKANDAR, Jamil I. Normas da ABNT, comentadas para trabalhos científicos, 2. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luis D.B., A Temática Indígena na Sala de Aula, novos subsídios para professores de 1º e 2º grau, 1. ed. Global Editora e Distribuidora LTDA, 1995.

## A ESCOLA ENQUANTO CAMPO DE CONFLITO DE GRUPOS JUVENIS

Gustavo de Souza PINTO<sup>1</sup>

- RESUMO: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a inserção de grupos juvenis no universo escolar, analisando as relações entre professor/aluno, direção/aluno e aluno/aluno, bem como a correlação entre estes desdobramentos e a violência escolar.
- UNITERMOS: Grupos juvenis; Sociologia da Educação; Violência Escolar.

O tema da presente pesquisa nasceu da convivência nos estágios realizados na licenciatura em História na Faculdade de História, Direito, Serviço Social - Unesp Campus de Franca, junto à Escola Estadual "Oscar Villares" que oferece Ensino fundamental, médio e supletivo, localizada ao centro do município de Mococa-SP.

Segundo dados<sup>2</sup> da Secretaria Estadual de Educação, em 2004, a cidade de Mococa obteve um total de 3877 matrículas no ensino médio. Destas, 1281 feitas na escola Oscar Villares. Ou seja, 41,16% dos alunos do ensino médio do município estudaram nesta instituição. Isso nos remete refletir a razão deste excesso de contingente, trazendo à tona a problemática para que realizemos assim este "estudo de caso". O corpo discente da escola possui alunos oriundos de todas as localidades da cidade, abarcando um grupo heterogêneo no que diz respeito ao aspecto socioeconômico do município. No decorrer do estágio, observou-se a presença e atuação de *grupos juvenis*, assim categorizados em pesquisas e reconhecidos pelos próprios alunos. A presença destes grupos, sua atuação e ação na instituição, tornou a Escola num campo de conflito. Desta forma, desenvolveu-se a violência escolar, levando a construção deste objeto de estudo.

Segundo Sposito (2001), os estudos relacionados à violência escolar e os estudos de comportamentos coletivos juvenis ainda são incipientes no Brasil. Tendo em vista que a temática em questão tem tido como objeto de pesquisa as metrópoles. Julgou-se fundamental analisar uma realidade distinta e, ao mesmo

<sup>1</sup> Graduando do 4º ano de História da UNESP - Campus de Franca/SP. Orientadora Prof. Dra. Vânia de Fátima Martino.

<sup>2</sup> Dados estes retirados do site do IBGE <http://www.ibge.org>.

tempo, relevante ao tema. Outro fator diferenciador proposto neste estudo é procurar correlacionar a atuação de grupos juvenis com a violência escolar, pois através de levantamento bibliográfico realizado sobre o tema, deparou-se com a escassez de estudos delimitados nesta óptica.

### Reflexões sobre a violência urbana e seus desdobramentos na Escola.

Adorno (2002) desenvolveu um processo de exclusão socioeconômica sobre a violência urbana no Brasil.

Não obstante, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permaneceram os mesmos de quatro décadas. A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade se tornou mais densa e mais complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Nesse contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento nas taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações dos direitos humanos, explosão de conflitos das relações pessoais e inter subjetivas. Em especial, a emergência do narcotráfico, promovendo a desorganização das formas tradicionais de socialidade entre as classes populares urbanas, estimulando o medo das classes médias e altas e enfraquecendo a capacidade do poder público em aplicar a lei e a ordem, tem grande de sua responsabilidade na construção do cenário de insegurança coletiva. (ADORNO, 2002, p.3)

Já sobre a definição de violência escolar, optou-se por buscar compreensão na obra de Derbarbieux (2002), que a define: " *Violência na escola* é uma onda criada pela mídia, na qual os pesquisadores vêm surfando, ou, ainda pior, um alibi para as tentações repressoras que o mundo dos "especialistas" ajuda a justificar" (DERBARBIEUX, 2002, p.69).

Entretanto, perante este quadro de violência urbana a Escola não fica imune. Na verdade, esta instituição estaria inserida neste processo. De tal maneira que Sposito (2001), nos revela quais medidas foram adotadas pelo governo para tornar a Escola protegida na década de 1980.

[...] As respostas, em geral resultam em algumas medidas como: policiamento nas áreas externas, zeladorias, muros, iluminação nas áreas externas e pátios escolares, grades em janelas, portões altos, etc... Observando-se certo consenso em torno da idéia de que as unidades escolares precisavam ser protegidas, no seu cotidiano, de elementos estranhos, os moradores dos bairros periféricos. (SPOSITO, 2001, p.XX)

É inclusive neste mesmo período, no qual foi criada a Ronda Escolar, um comando da Polícia Militar destinado especialmente para patrulhar as Escolas, para lidar com atos relacionados à violência escolar e com o tráfico de drogas.

Nos últimos anos, chama a atenção o aumento ou registro de atos delituosos e de pequenas e grandes 'incivildades' nas escolas, o que justifica o sentimento de insegurança dos que a freqüentam. A escola não seria mais representada como um lugar seguro de integração social, de socialização. Não é mais espaço resguardado. Ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas (ABRAMOVAY, 2003, p.27).

A Escola recebe alunos de diversos bairros da cidade e isso contribui para que ela esteja propícia aos conflitos entre os jovens, isto devido a já citada heterogeneidade dos grupos juvenis nela inseridos. Ocorre o reconhecimento destes grupos e conseqüentemente, os conflitos entre eles. É justamente o objetivo de desmistificar estes conflitos tanto na cidade como, mais precisamente, em seus desdobramentos no interior da Escola.

### O papel da Escola perante os conflitos

Para buscar possíveis respostas perante esta problemática, foi necessário analisar as relações entre aluno/professor, direção/aluno, e aluno/aluno. Através de pesquisa de campo, buscou-se compreender as justificativas destes conflitos como também a correlação destes desdobramentos com a violência escolar. Desta forma, pudemos investigar a preparação da escola para lidar com estas situações, bem como seu papel perante o cotidiano vivenciado pelos envolvidos na rotina escolar. Após colher resultados da pesquisa de campo, foi possível elaborar a tabela abaixo, que expressa a justificativa de jovens envolvidos em grupos juvenis perante aos atos violentos.

Situações que justificam o ato violento em	1 Lugar	2 Lugar	3 Lugar	4 Lugar
Auto Defesa	Ser encarado	Impor moral e respeito	Defesa dos amigos	Auto Defesa
Defesa dos amigos	Auto Defesa	Defesa dos amigos	Ser encarado	Impor moral e respeito
Impor moral e respeito	Auto Defesa	Defesa dos amigos	Impor moral e respeito	Ser encarado
Ser encarado	Auto Defesa	Defesa dos amigos	Ser encarado	Impor moral e respeito
Defesa dos amigos	Defesa dos amigos	Ser encarado	Auto Defesa	Impor moral e respeito
Impor moral e respeito	Impor moral e respeito	Auto Defesa	Defesa dos amigos	Ser encarado

Vejamos quais as considerações levantadas por Bourdieu (1988):

[...] a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que é altamente reconhecida como tal, a aptidões socialmente condicionadas que trata com desigualdades de fato em desigualdades de "dons" ou mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em "distinção de qualidade" e legitima a transmissão da herança cultural. (BOURDIEU, 1988, p.58-59).

Já Guimarães (1998), também nos remete a refletir sobre um aspecto muito curioso, sobre quem depreda e qual o papel da Escola perante estes atos:

Pudemos encontrar vândalos que não quebram nada em suas casas, e os seus atos anti-sociais podem estar representando como uma forma de diversão. Outros quebram porque não sentem o "público" como sendo deles, uma vez que são desapropriados do mínimo necessário para viver. A Escola aqui é um dos alvos preferidos, pois ela contraria todos os seus pressupostos, isto é, se diz democrática, mas não o é: diz que prepara para a vida, mas não o faz, é lugar do novo, mas propaga o velho. (GUIMARÃES, 1996, p.25).

E Saviani (1995), também traz a tona algumas considerações ao qual pude mos constatar no meu objeto de estudo.

A função da educação é a da reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social [...] marginalizados socialmente porque não possuem força material (capital econômico) e marginalizados culturalmente força simbólica (capital cultural). E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador da mesma. (SAVIANI, 1995, p.31-32).

### Considerações finais

Perante toda esta problemática, pudemos levantar um questionamento muito polêmico, sobre a despreparação escolar para lidar com os conflitos e incivildades. Isto traria por conseqüência a violência escolar. "Mas se a violência é construída, então ela pode ser desconstruída". (DERBARBIEUX, 2002, p.75). A questão que mais atormenta todos os pesquisadores que se dedicam a estudar este fenômeno seria descobrir quais políticas públicas e educacionais devem ser adotadas para que possamos reverter este triste quadro de violência escolar vivenciado cotidianamente em todo o Brasil, que vem crescendo a cada dia gradativamente, conforme se agrava a violência urbana. Este artigo não trás respostas, nem propostas para a elaboração de políticas públicas e educacionais, apenas ilustra uma amostra do tema, que não vem a ser

estatisticamente significativa para efetuar generalizações. Outrossim, é possível que este possa de certa forma, oferecer alguns dados até então não considerados por outros pesquisadores.

PINTO, Gustavo de Souza. Youthful groups. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 133-138, 2006.

• **ABSTRACT:** *The present article tries to reflect about the insertion of youthful groups whose pertains to the school universe, analyze the relations between professor/pupil, direction/pupil and pupil/pupil, visualize the correlation between these unfoldings, as well as the relation of those with the school violence.*

• **KEYWORDS:** *Youthful groups; Sociology of the Education; Violence school.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. *Violências nas escolas: versão resumida* /Brasília: UNESCO, 2003.

\_\_\_\_\_. (Coord) *Escolas inovadoras: experiências bem sucedidas em escolas públicas* /Mirian Abramovay et alii.- Brasília: UNESCO, Ministério 2004.

ARAUJO, Carla. *A violência desce para a escola; suas manifestações no ambiente escolar e a construção da identidade dos jovens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CANDAU, Vera Maria. *Escola e violência* /Vera Maria Candau, Maria da Consolação Lucinda. Maria das Graças Nascimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DERBARBIEUX, Éric. (In) *Violência nas escolas e políticas públicas* /Org. Eric Derbarbix e Catherine Blaya. Brasília: UNESCO, 2002.

GUIMARAES, Áurea Maria. *A dinâmica da violência escolar: conflito e ambigüidade* - Campinas, SP: Autores associados, 1996.

MAFFESOLI, M. *Dinâmica da violência* / Michel Maffesoli; Tradução Cristina M. V. França - São Paulo: Revista dos Tribunais; Edições vértice, 1987.

\_\_\_\_\_. *Le temps des tribus; Le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse*. França: Méridiens, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze*

teses sobre educação e política / Dermeval Saviani. 30 ed. – Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1944. *Metodologia do trabalho científico*. 22.ed. rev.e ampl.de acordo com ABNT. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. *Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil*. *EDUC Pesq*, jan./jun. 2001, v.27, no.1, p.87-103. ISSN 1517-9702.

## ANTIGUIDADE CLÁSSICA NAS ARTES: OS 300 DE ESPARTA<sup>1</sup>

Ivan Rocha POLO<sup>2</sup>

Ulisses Pinheiro LAMPAZZI<sup>3</sup>

- RESUMO: A batalha das Termópilas, no contexto da Segunda Guerra Médica, envolvendo, de um lado, os Helenos, mais especificamente os Espartanos sob comando do rei Leônidas I, e de outro os Medo-persas sob comando do rei Xerxes, teve influência direta na civilização ocidental, pois estava em jogo a liberdade das cidade-estado gregas, que são a base da organização do ocidente como assim a conhecemos. Tal importância pode ser percebida na criação de obras artísticas recentes que remontam tal embate, notadamente a *graphic novel 300* (na edição brasileira, *300 de Esparta*) de desenhos e argumentos de Frank Miller e colorida por Lynn Varley, que está sendo transformada em filme, com expectativa de lançamento para 2007.
- UNITERMOS: Guerras Médicas; Esparta; Medo-Persas; Batalha das Termópilas; 300 de Esparta.

### Introdução

Está previsto para ser lançado em 2007 o filme "Os 300 de Esparta", dirigido por Zach Snyder, baseado na obra homônima em HQ de Frank Miller. Nesta obra clássica, Miller coloca em sua narrativa a grandeza dos 300 espartanos que lutaram, sob o comando de Leônidas, juntamente com outros helenos, contra os Persas liderados pelo rei Xerxes<sup>4</sup>, pela defesa da Grécia, com grandes e fortes desenhos, de forma mitológica, trazendo à obra frases e dados extraídos principalmente da obra "História" de Heródoto, antigo historiador que muito discorreu sobre tal fato. O filme busca retratar a grandeza dos quadrinhos nas telas, por isso usará de alta tecnologia, tal como a gravação toda em estúdios, com imagens ao fundo, para que possa ser possível ter-se a mesma

<sup>1</sup> Agradecimentos especiais ao Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca, pela orientação, correção e paciência de extremo valor.

<sup>2</sup> Graduando em História pela UNESP – Franca.

<sup>3</sup> Graduando em História pela UNESP – Franca.

<sup>4</sup> "Assuero, transcrição latina e portuguesa da forma hebraica do nome persa *Kahajarsha*, em grego Xerxes (cf. Esd. 4,6). Por confundi-lo com o nome de seus sucessores o grego conserva Artaxerxes." (Bíblia de Jerusalém. Est. 1,1b, p. 768)

coloração do HQ. Co-dirigido por Quentin Tarantino e Robert Rodriguez, o filme contará no seu elenco com Gerard Butler (Leônidas), Lena Hardy (Gorgo, esposa de Leônidas) e o brasileiro Rodrigo Santoro (rei Xerxes).

As telas dos cinemas sempre exploraram a temática envolvendo a História Antiga. Mega produções como "Ben Hur" (1959), "Gladiador" (2000), "Tróia" (2004), entre outras procuram trazer às telas a reconstrução de fatos e suas repercussões relevantes para o homem em suas respectivas épocas. A importância em se realizar tais filmes, mesmo que não retratem realidade com fidelidade está em trazer luz sobre eventos enterrados pelo tempo, e assim aguçando a curiosidade de pessoas de todas as idades. Há uma produção americana de 1962, também intitulada "Os 300 de Esparta", dirigida por Rudolph Maté (1898-1964), tendo como atores principais Richard Egan (1921-1987) como o rei Leônidas, David Farrar (1908-1995) como Xerxes e a atriz grega Anna Synodinou (1927-) como Gorgo, esposa de Leônidas. A produção retrata, dentro das capacidades tecnológicas da época, a grandeza do conflito nas Termópilas.

#### Ocidente contra oriente pela primeira vez

Para entendermos a batalha das Termópilas e a sua importância para o Ocidente, devemos analisar a conjuntura das Guerras Médicas<sup>5</sup>, que envolveram de um lado a Hélade, ou a unidade formada pelas várias Cidades-Estado gregas, e de outro o Império Persa, que na presente data, ou seja, início do século V a.C., era o maior império em termos territoriais jamais visto, estendendo-se desde a Índia até a Etiópia. Dário I, no apogeu do seu expansionismo, fatalmente confrontaria a Grécia, o que de fato aconteceu em 490 a.C. Dário, porém foi derrotado definitivamente na batalha de Maratona, perdendo então o controle marítimo-comercial do Mundo Antigo, a razão maior do conflito, encerrando a 1ª Guerra Médica. Este foi o primeiro embate entre Oriente e Ocidente, tanto geograficamente, mas principalmente ideologicamente. Porém Xerxes I, filho de Dário I, que subiu ao trono em 485 a.C., desejoso de revanche e ampliação de seu território e poder, volta a investir contra os Helenos, dando início à 2ª Guerra Médica. Para tal, Xerxes, agrupou o maior exército visto até então, que de acordo com Heródoto, "Xerxes, filho de Dário, conduziu, assim, até Sépias e as Termópilas, cinco milhões duzentos e oitenta e três mil duzentos e vinte homens" (HERÓDOTO, 1968, p. 631); mas de acordo com dados atuais, estima-se terem sido de fato cerca de 250.000 homens.

<sup>5</sup> A origem do nome remonta ao povo Medo, subjogado pelos persas, mas que acabou por denominar todo o povo persa para os gregos.

Do outro lado, estavam os Helenos, compostos por diversas Cidades-Estado gregas, notoriamente Atenas e Esparta. Prenunciada a guerra, houve uma conferência que culminou na formação de uma liga militar destinada a combater o inimigo comum; foi proclamada a reconciliação geral entre as 31 Pólis e declarada guerra à Pérsia; essa atitude foi uma tentativa de manutenção da integridade do modo de vida grego assim como sua liberdade de governo. O comando da liga foi dado a Leônidas, rei do Estado militarista de Esparta, potência bélica de então. Em 481 a.C. a Pérsia dá início à planejada invasão da Grécia, tendo para isso construído uma ponte de barcas ligando as duas extremidades do Estreito dos Dardanelos, o que possibilitou a invasão da Tessália e da Macedônia, pontos estratégicos pela riqueza de matérias-primas. Ao atingirem a Grécia central, os helenos percebem a iminente chegada do exército persa sobre suas Pólis e decidem articular a defesa; porém as Olimpíadas<sup>6</sup> estavam em curso, e no caso especial de Esparta, a Caméia<sup>7</sup> impedia o ingresso em atividades militares, mesmo em se tratando de um inimigo externo. Por essa razão, Leônidas pôde contar apenas com a sua guarda pessoal, de 300 soldados, mais cerca de 7.500 a 10.000 homens de diversas outras pólis para conter o avanço de Xerxes.

As tropas gregas [...] consistiam em trezentos espartanos muito bem armados; mil tegeatas e mantíneos; cento e vinte homens de Orcomenes, na Arcádia, e outros mil homens do resto da Arcádia; quatrocentos coríntios; dois flionteus e oitenta micênios. [...] Havia ainda vinte beócios, setecentos téspios e quatrocentos tebanos. (HERÓDOTO, 1968, p. 637-638).

A liga decidiu que a defesa deveria ser estruturada no desfiladeiro das Termópilas, que por suas características topográficas anulavam a enorme vantagem numérica dos persas, já que:

A passagem mais estreita que há no país é a que fica à frente e à trás das Termópilas, pois atrás, perto de Alpenes, não pode passar senão uma carroça, e à frente, perto do riacho de Fénix, e da cidade de Antela, não há passagem senão para uma pequena viatura. (HERÓDOTO, 1968, p. 628).

<sup>6</sup> Durante as Olimpíadas se proclamava a trégua sagrada e cessavam as hostilidades entre todos os inimigos na Grécia.

<sup>7</sup> "As Câmias, celebradas em Esparta em honra de Apolo, duravam nove dias. Essa festa foi instituída na 26ª Olimpíada, segundo afirma Zóximo na sua *Crônica*, citada por Ateneu" (HERÓDOTO, 1968, p. 639). Durante esse período, as hostilidades eram totalmente interrompidas em Esparta.

Desta forma, as falanges espartanas, melhor treinadas e equipadas, combateriam com vantagem as tropas de Xerxes, que usavam escudos de vime e lanças mais curtas que as espartanas, além de serem na prática escravos levados à guerra, e não soldados de ofício, treinados nas artes bélicas. Além disso, a famosa cavalaria persa não poderia ser utilizada, pois em tão exíguo espaço não haveria a mobilidade necessária às manobras tanto ofensivas como defensivas.

Como é retratado na *graphic novel*, Xerxes deu inúmeras chances de negociação, na esperança de uma rendição grega, evitando assim várias baixas. Porém Leônidas executou os mensageiros que traziam pedidos para a rendição espartana, esqueceu sua imensa desvantagem numérica e, confiante na superioridade de seus homens em relação aos escravos de Xerxes, partiu para a guerra.

Tendo chegado às Termópilas, Leônidas aguardou enquanto Xerxes, do topo de uma colina, observava o pequeno contingente grego; este estava confiante que seu enorme exército intimidasse os helenos e a guerra não fosse necessária, porém os espartanos pacientemente esperaram, inclusive executando mensageiros enviados para novamente negociar uma trégua. Tendo suas expectativas frustradas, a partir do quarto dia Xerxes começa a enviar contingentes de soldados de infantaria básica, em sua quase totalidade escravos, que foram brutalmente dizimados.

Em uma terceira tentativa de negociação, Xerxes, de acordo com a narrativa de Frank Miller, falou pessoalmente com Leônidas argumentando:

Leônidas, vamos pensar juntos. Seria um lamentável desperdício... na verdade, uma loucura. se você e seus valentes soldados perdessem em decorrência de um simples e evitável mal-entendido. (...) Vocês gregos se orgulham de sua lógica. Recomendo que faça uso dela. Considere a bela terra que defendem com tanto vigor. Imagine-a reduzida a cinzas. Considere o destino de suas mulheres. (...) Mas eu sou um Deus generoso. Posso torná-lo rico como ninguém. Posso torná-lo o comandante militar de toda a Grécia, levando meu estandarte de batalha ao coração da Europa. Seus rivais atenienses vão se ajoelhar a seus pés... se você se ajoelhar aos meus. (MILLER & VARLEY, 1999, v. 4, p. 18-19).

Porém Leônidas se mostrou irredutível e desejoso da batalha, por menores que fossem as suas chances de vitória, dadas as circunstâncias argumentando da seguinte forma: *"É uma oferta tentadora. Eu seria louco de recusar. Mas essa história de me ajoelhar [...] infelizmente, matar todos aqueles seus escravos me deixou com câimbra na perna. Acho que vou recusar."* (MILLER & VARLEY, 1999, v. 4, p. 19).

Receoso de sua situação, Xerxes resolve enviar para o campo de batalha a nata de suas tropas: os Imortais, assim chamados por serem sempre 10.000 homens muito bem treinados e capazes; quando algum Imortal morria, seu corpo era logo retirado pelos companheiros do embate e em seguida substituído, o que dava a impressão de que essa tropa de elite nunca poderia ser batida. Porém, essa atitude foi uma precipitação persa, já que era do interesse de Leônidas que ele enviasse o seu melhor enquanto os espartanos ainda mantinham o vigor e não estavam fatigados por muitos dias de batalha seguidos. O resultado foi que os Imortais, impedidos de utilizarem a sua vantagem numérica, sofreram grande número de baixas e recuaram, dando a vitória mais uma vez aos espartanos.

Perplexo com vergonhosas derrotas sofridas por suas tropas, Xerxes recebe a inesperada visita de Efiltes, um espartano renegado por possuir imperfeições físicas<sup>8</sup>. Ele fora criado em sigilo por sua família, e quando adulto, tendo sido instruído nas artes bélicas pelo pai, um ex-soldado, tentou ingressar no exército espartano, porém fora novamente rejeitado por Leônidas. Na esperança de ser reconhecido, Efiltes recorre a Xerxes, dizendo conhecer um atalho que possibilitaria aos persas cercar Leônidas e seu contingente pelo outro lado do desfiladeiro. Seduzido pelas posses oferecidas por Xerxes, o renegado então lhe informa a localização do atalho, ajoelhando-se então perante o rei dos medo-persas, traíndo uma pátria que nunca fora sua de fato, e chega até a acompanhar pessoalmente um destacamento de Xerxes enviado para o cerco dos espartanos. Leônidas sabia da existência de tal atalho, e havia destacado os fócios para guardar a sua retaguarda; porém estes, ao verem o enorme exército persa se aproximar, precedido pelos Imortais, debandaram e deixaram caminho livre para que Leônidas e seus soldados fossem encurralados por ambos os lados das Termópilas.

Leônidas, consciente da iminente e inevitável derrota, dispensa todos aliados; ficariam apenas os que assim o desejassem. Dessa forma, permaneceram os espartanos e mais setecentos téspios, que se recusaram a abandonar aqueles. Leônidas, durante o desjejum, demonstra a gravidade da situação dizendo: *"Jantai como se tivésseis que ceiar no palácio de Plutão."*<sup>9</sup> (HERÓDOTO, 1968, p. 648)<sup>10</sup>. No dia seguinte todos encontraram a morte pelas mãos do exército persa; porém Leônidas, antes de morrer, ainda consegue

<sup>8</sup> Em Esparta, todos os recém-nascidos eram inspecionados e descartados em caso de detectada alguma deficiência ou mesmo raquitismo.

<sup>9</sup> *"Filho de Cronos e de Réia, deus do mundo subterrâneo, do inferno"* (Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0, dezembro de 2001).

<sup>10</sup> Na obra de Frank Miller e Lynn Varley, *"Espartanos. Preparem sua refeição matinal. E comam bem... pois essa noite vamos jantar no inferno!"* (MILLER & VARLEY, 1999, v. 5, p. 15).

arremessar uma lança contra Xerxes e esta o fere superficialmente na face.

Embora derrotados, os espartanos atingiram seu intento: segurar o exército persa por tempo suficiente para que os Atenenses se exilassem em Salamina, preservando assim o cume da civilização grega, já que Atenas foi totalmente queimada e saqueada quando a invadiram. Houve tempo também para um reagrupamento dos contingentes militares diversos da Grécia e uma reação condizente com o poderio do inimigo, e somadas as vitórias em terra e também as em mar, auxiliadas por uma tempestade que destruiu cerca de um terço da frota persa. Xerxes então viu frustrados os seus planos de invasão da Hélade e nunca mais chegaria a ameaçar a liberdade grega.

### A importância da batalha de Termópilas

Como dito anteriormente, as Guerras Médicas tiveram importância capital no destino do mundo atual, já que garantiram a independência do Ocidente, representado pelas pólis gregas, sobre o Oriente, representado pelos persas de Xerxes, perpetuando assim o seu modo de vida democrático e sua cultura racionalista, que hoje são as bases da civilização ocidental.

Neste que foi o primeiro conflito, dentre tantos que se seguiram entre "os dois lados do mundo", os espartanos pereceram de forma heróica, até poética, em nome da defesa de um ideal, o que inspirou diversas obras, nas mais variadas formas de representações artísticas, tais como a já citada obra de Frank Miller e Lynn Varley, "Os 300 de Esparta", em quadrinhos, a ser transformada em filme; e também poesias e livros de renomados escritores, como Luís Vaz de Camões:

Aqueles que nos campos maratônios  
O grão poder de Dário estrei e rende,  
Ou quem, com quatro mil lacedemônios,  
O passo das Termópilas defende,  
Nem o mancebo Colcles dos Audônios,  
Que com todo o poder tusco contende  
Em defesa da ponte, ou Quinto Fábio,  
Foi como este na guerra forte e sábio. (CAMÕES. 2002, p. 288)

O poeta inglês Lord Byron, conhecido pelo seu filelenismo, que o levou à Grécia recém-liberta do jugo otomano, a fim de lutar pela sua independência – quase uma reedição do conflito entre Gregos e Persas na Antiguidade –, tendo inclusive encontrado a morte quando os Turcos puseram cerco à cidade de Missolonghi, em 1824, também versou sobre a batalha das Termópilas, em seu poema "The Islands of Greece":

[...] Earth! render back from out thy breast  
A remnant of our Spartan dead!  
Of the three hundred grant but three,  
To make a new Thermopylae! (BYRON, *The Islands of Greece*)

Há também o exemplo do livro de Steven Pressfield, "Gates of Fire: An Epic Novel of the Battle of Thermopylae", onde o autor usa uma narrativa que mescla fatos reais à ficção, focando a história em um personagem, soldado de Leônidas, sobre o qual não há comprovação histórica.

Talvez a mais conhecida e emblemática literatura acerca dos trezentos e lendários espartanos seja o epitáfio escrito pelo poeta da Grécia antiga Simónides de Céos, o qual foi inclusive colocado no local onde se travou a batalha. Podendo ainda hoje ser visto, sintetiza o simbólico desfecho da batalha, dizendo:

Ω ξείν', ἀγγέλλειν Λακεδαιμονίοις ὅτι τῆδε  
κείμεθα τοῖς κείνων ρήμασι πειθόμενοι.

Ou seja:

O xein', angellein Lakedaimoniois hoti tede  
keimetha tois keiron rhemasi peithomenoi.

Segundo a tradução portuguesa:

Estrangeiro, vai contar aos Lacedemónios que jazemos aqui, por obedecermos às suas normas. (PEREIRA, 1995, p. 148).

LAMPAZZI, Ulisses Pinheiro; POLO, Ivan Rocha. Classic Ancient Age on Arts: The 300 of Sparta. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p.139-146, 2006.

- **ABSTRACT:** *The Thermopylae battle, in the context of the 2nd Persian-Greek war, involving, by one side, Greeks, specifically the Spartans under command of king Leonidas I, and by the other side, Persians under command of King Xerxes, had a direct influence in occidental civilization, since the freedom of Greek state-cities was at risk, which are the bases of Occident's organization as we know it. That importance can be noticed by the creation of artistic works which ascend this combat, such as the graphic novel 300, written and drawn by Frank Miller and colored by Lynn Varley, which is being transformed in film, expected to be shown in 2007.*
- **KEYWORDS:** *Persian-Greek War; Sparta; Persian; Thermopylae Battle; 300 of Sparta.*

## FONTES

Batalha das Termópilas. Disponível em: <<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha\\_de\\_Term%C3%B3pilas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Term%C3%B3pilas)>>. Acessado em 12/05/2006.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0, dezembro de 2001. Produzido e distribuído por Editora Objetiva Ltda.

Efilates. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ef%C3%ADaltes>>> Acessado em 12/05/2006.

Esparta. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Esparta>>>. Acessado em 12/05/2006.

Guerras Médicas. Disponível em: <<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerras\\_M%C3%A9dicas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerras_M%C3%A9dicas)>>. Acessado em 12/05/2006.

Imortais. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Imortais>>>. Acessado em 12/05/2006.

Leônidas I de Esparta. Disponível em: <<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Le%C3%B3nidas\\_I\\_de\\_Esparta](http://pt.wikipedia.org/wiki/Le%C3%B3nidas_I_de_Esparta)>>. Acessado em 12/05/2006.

Medos. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Medos>>>. Acessado em 12/05/2006.

Persas. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Persas>>>. Acessado em 12/05/2006.

Termópilas. Disponível em: <<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Term%C3%B3pilas>>>. Acessado em 12/05/2006.

Xerxes I da Pérsia. Disponível em: <<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Xerxes\\_I\\_da\\_P%C3%A9rsia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Xerxes_I_da_P%C3%A9rsia)>>. Acessado em 12/05/2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA de JERUSALÉM. São Paulo, Paulinas, 1991.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

HALICARNASSO, Heródoto de. *História*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.

MILLER, Frank & VARLEY, Lynn. *300*. Milwaukie: Dark Horse, 1998

\_\_\_\_\_. *Os 300 de Esparta*. São Paulo: Abril, 1999.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Hélade*. Coimbra: FLUC, 1995.

## SUPERMAN: O MESSIAS RETORNA

Juliano Alves DIAS<sup>1</sup>

- RESUMO: Busca-se por este artigo analisar a iconografia do filme do *Superman Returns* lançado em junho de 2006 mediante comparação com excertos da Bíblia procurando-se enfatizar o caráter judaico-cristão presente na mitologia do herói.
- UNITERMOS: Superman; Cultura Judaico-cristã; Mitologia.

*Isso não é fantasia. Não é produto de uma imaginação fértil.*

Jor-El

Criado nos idos de 1933, por Jerry Siegel e Joe Shuster, a história do *homem de aço* veio a ser publicada em formato de História em Quadrinhos (HQ) em 1938 e em pouco tempo, tornou-se um sucesso de vendas. Atualmente, os direitos do personagem pertencem à *DC Comics* que publica regularmente as histórias do *último filho de Krypton*.

*Superman* é, sem dúvida, o personagem que mais estimulou teses sérias e exóticas no mundo acadêmico e entre os fãs de HQ. Seus poderes estão relacionados aos antigos deuses da mitologia grega, seus ideais trazem consigo as posições norte-americanas e os ideais de democracia, sua dupla personalidade, antagônica, traduz um arquétipo que intrigaria a psicanálise; seu lado além do humano acende na juventude e em muitos adultos as peripécias do pueril *Peter Pan*.

Mas, o detalhe que mais intriga pesquisadores sérios ou amadores é sua origem na cultura judaico-cristã. Atualmente, com seu retorno ao cinema, sua mitologia ganhou novo brilho e inúmeras especulações foram traçadas. Dentre elas, cabe destacar o livro de Stephen Skelton, *The Gospel According to the World's Greatest Superhero* (O Evangelho Segundo o maior super-herói do mundo) por meio do qual busca determinar as religiões dos super-heróis dos quadrinhos e do cinema, além ressaltar as semelhanças entre o *Superman* e Jesus Cristo.

<sup>1</sup> Graduado em História pela UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel.

As semelhanças entre eles não é novidade no mundo acadêmico. O professor Dario Carvalho Júnior em sua dissertação de Mestrado intitulada: "A Morte do Herói: Introdução ao estudo de sobrevivência de modelos míticos nas Histórias em Quadrinho", defendida na UNICAMP destaca:

Na realidade, muitos estudiosos brasileiros e estrangeiros já notaram estas semelhanças. O brasileiro Sérgio Augusto já havia escrito um ensaio para a revista Cultura Vozes na década de 70 sobre o fato, assim como o renomado Roger Sabin fala sobre isso no seu *Comics, Comix & Graphic Novels*. A novidade na minha dissertação foi verificar como a morte do herói o decalcava ainda mais sobre Jesus Cristo e como isso explica o porquê do Superman ter morrido... e ressuscitado (JÚNIOR, 2002).

Esses dizeres, contidos na análise de Júnior, estão relacionados com a publicação de uma trilogia de HQs na qual o Super-Homem enfrentava um inimigo monstruoso, que no Brasil recebeu o nome de Apocalypse, é derrotado, morre e, mais tarde, ressuscita. Dario trabalha com esta história resgatando os elementos míticos destes episódios na vida de Kal-El<sup>2</sup>.

Quanto a essas linhas, é mister apontar que não pretendem ser uma recolocação dos fatos, mas uma análise visual do novo filme, o quinto, do *escoteiro de azul*, como diria outro personagem da DC, o Batman, um arquétipo que faria o Dr. Freud aposentar o complexo de Édipo. O filme intitulado *Superman: returns* (Super-homem: o retorno) realça exatamente os pontos messiânicos do herói, que neste filme chegam a ser extravagantes para um fiel cristão consciente do teor sacrificial e salvífico da doutrina que professa. Tal fato, não é negado, antes é afirmado pelo diretor deste novo filme, Bryan Singer:

Há um pouco da história de Moisés na origem do Super-homem – os pais que mandam seu filho rio abaixo para cumprir seu destino. Há uma alegoria cristã bastante forte, ao mesmo, particularmente em nosso filme, que trata de salvadores e sacrifícios (DÁVILA, 27 de julho de 2006).

Porém, antes de nos debruçarmos sobre o referido filme e sua análise visual cabem aqui algumas considerações.

## A MITOLOGIA

A história do *Superman* passou por gerações mexendo com a emoção de inúmeros aficionados por uma realidade além das conturbações do mundo

<sup>2</sup> Kal-el é o nome real da personagem que ficou conhecida como *Superman*.

existente, no qual, diante de tantas dificuldades a força do homem parece inexpressível. Talvez o desejo humano de ser o "o homem além do homem", um super-homem, tenha feito da história uma lenda e da lenda uma mitologia, na qual uma série de personagens interagem colocando questões da humanidade que agora encontram alguém que poderia resolvê-las: um salvador.

Tal mitologia contada inúmeras vezes não perdeu sua essência: em um planeta longínquo dominado pela ciência, Krypton, um cientista chamado Jor-El<sup>3</sup>, vendo o iminente fim de seu planeta envia seu único filho<sup>4</sup> Kal-El para ser criado na terra e assim evitar que o mesmo perecesse com o seu habitat. Na Terra, Kal-El é encontrado por um casal<sup>5</sup> de agricultores no Kansas (EUA) onde cresce e vai descobrindo que possui estranhos poderes, como uma força sobre-humana, lançar raios com olhos, ver através das coisas, voar etc. Vale ressaltar ainda que o casal era infértil e que fora agraciado com uma "dádiva dos céus", fato muito comum na tradição religiosa ocidental.

Já os poderes do herói, segundo os quadrinhos, se originam da absorção dos raios do sol amarelo da Terra, diferente dos raios do sol vermelho de seu planeta natal, onde seria um simples humano. Após tomar consciência de que seus poderes deveriam servir a um propósito maior e descobrir sua origem por meio da memória tecnológica de seu pai biológico, Kal-El, como o seu *alter-ego* Clark Kent, vai para a cidade de Metrópolis onde se torna repórter de um importante jornal: O Planeta Diário.

Nesse ambiente, sempre que alguém corre perigo, Clark abandona os óculos e o terno e sai com seu uniforme azul e vermelho<sup>6</sup> para salvar quem estiver em perigo, principalmente se for sua amiga de trabalho e eterna paixão Lois Lane. Ainda, nesse pequeno universo enfrenta seu arquiinimigo, Lex Luthor<sup>7</sup>, que invejando os poderes do herói e movido por ambição tenta matá-lo com Kryptonita, a única fraqueza o *homem de aço*, fragmentos de seu planeta

<sup>3</sup> "El" é um dos pedaços do nome de Deus em hebraico, basta lembrar que os nomes dos anjos, "mensageiros de Deus", que aparecem na Bíblia possuem terminações em seus nomes com esta sílaba: Gabriel, Raphael e Mikhael.

<sup>4</sup> Único filho é uma expressão usada no Credo Apostólico para se referir a Jesus Cristo, único filho de Deus.

<sup>5</sup> O casal se chama Jonathan e Martha Kent. Ambos os nomes são bíblicos: Jonathan era filho de Saul, primeiro rei de Israel; Martha é irmã de Maria e Lázaro, amigos de Jesus, sendo que este último, fora ressuscitado por Cristo, segundo o Evangelho.

<sup>6</sup> Cores das bandeiras norte-americana (azul) e canadense (vermelho), que remetem às origens dos autores.

<sup>7</sup> Uma curiosidade que fica sem resposta na série é fixação dos autores pela letra "L" nos nomes dos personagens, tais como: Lex Luthor, Lionel Luthor (pai e mentor de Lex), Lana Lang (paixão adolescente de Clark), Lois Lane e Lara (mãe biológica do herói).

natal que chegaram a terra junto com ele quando o mesmo explodiu e que armazenaram radiação do sol vermelho kryptoniano.

## JUDEU?

Além das referências mitológicas e bíblicas, há os próprios ideais do judaísmo. Os criadores, Jerry Siegel e Joe Shuster, ambos judeus, colocaram inúmeros elementos de sua cultura na história que criaram. Uma afronta contra o super-homem nietzschiano e os ideais arianos e anti-judaicos de Hitler; Siegel e Shuster teriam criado o super-homem judeu. Tal proposição está embasada em algumas características do herói como fato de usar chapéu de feltro em suas primeiras aparições como Clark Kent, um símbolo claro dos judeus da diáspora.

No entanto, o que chama a atenção é a referência a Moisés e ao, até hoje esperado, Messias judeu. Moisés, segundo o livro do Êxodo, foi salvo das águas (FIGURA 1) e criado pela corte do Faraó, tendo, depois, tomado-se o libertador do povo judeu que se encontrava cativo no Egito. Já, Kal-el veio à Terra numa nave e é encontrado por Jonathan e Martha Kent, que o criam como filho (FIGURA 2). As imagens abaixo retratam estes momentos e foram extraídas do livro "História Sagrada" (FIGURA 1) e do primeiro filme de Alexander Salkind de 1978 (FIGURA 2)<sup>8</sup> A citação que se segue é do livro do Êxodo e explora o momento em que Moisés é encontrado.



FIGURA 1



FIGURA 2

Eis que a filha do Faraó desceu para se lavar no rio, enquanto as criadas andavam à beira do rio, ela viu o cesto entre os juncos e mandou uma de suas servas apanhá-lo. Abrindo-o, viu a criança: era um menino que chorava. Compadecida, disse: "é uma criança dos hebreus". (Ex. 2, 5-6)

<sup>8</sup> A nave aberta de Kal-El poderia evocar não apenas o cesto de Moisés, mas até mesmo a manjedoura na qual Jesus foi colocado ao nascer e cercado de sua mãe e pai, Maria e José.

Ainda quanto ao judaísmo, é lícito observar que o "S" do uniforme do herói está dentro de um formato de diamante (FIGURA 3) e possui um fundo amarelo. A forma de "diamante" pode ser extraída da estrela de seis pontas, de David (FIGURA 4), que tremula na bandeira de Israel e que foi o símbolo dos judeus presos durante as perseguições nazistas, símbolo este que era todo amarelo. De qualquer forma, a junção de ambos é simétrica (FIGURA 5).



FIGURA 3



FIGURA 4



FIGURA 5

Mesmo o primeiro símbolo do herói já fazia referência à estrela de Davi, pois era apenas um triângulo invertido, a exata metade dos símbolos cabalísticos que compõem o selo judeu.

Quanto à letra "S" inúmeras especulações poderiam ser feitas; no filme de 1978, ela é uma espécie de brasão da família de Jor-El, sendo que cada Kryptoniano carregava seu próprio símbolo. Na história do *homem de aço* é Lois Lane quem interpreta o símbolo de Krypton como o "S" inicial de *Superman* e assim batiza o herói em uma reportagem de Jornal. Ainda dentro das especulações, o "S" é também a letra inicial dos nomes de Siegel e Shuster, os autores do mito; observe ainda que Sião, monte santo para os judeus, tem por início a mesma consoante. De qualquer forma esta é uma daquelas colocações que somente os criadores poderiam responder, mas eles já abandonaram este mundo.

O messianismo judaico, por sua vez, remete o pensamento para as profecias de Isaías, que destacam o caráter de justiça que o esperado Messias deveria ter. É redundante lembrar que o *Superman* tem por ideal lutar pela justiça e verdade:

Antes julgará os fracos com justiça, com equidade pronunciará uma sentença em favor dos pobres da terra. Ele ferirá a Terra com o bastão da sua boca, e com um sopro dos seus lábios matará o ímpio. A justiça será o cinto dos seus lombos e a fidelidade, o cinto dos seus rins. (Is 11, 4-5)

Estes são alguns exemplos das influências judaicas que os criadores podem ter colocado neste emblemático personagem.

## O RETORNO

O Filme de Bryan Singer é o quinto da série e traz mais uma vez para o cinema uma adaptação do herói voador. Ao contrário de muitos filmes atuais que retratam HQs, o filme de Singer não contou de novo o prelúdio, apenas lhe fez referência; seguiu como uma continuidade aos filmes de Alexander Salkind estrelados por Christopher Reeve e Marlon Brando nos papéis de *Superman* e Jor-El, respectivamente.

O filme se passa com o retorno do *Superman* à Terra após ter partido em busca do que sobrou de seu planeta natal. Na cronologia do herói isso equivale a cinco anos após o que foi retratado no segundo filme de Salkind, no qual o último filho de Krypton enfrenta três criminosos kryptonianos que se aliaram a Lex Luthor na conquista de nosso planeta.

No filme de Singer, o roteiro é bem mais romântico e dramático, Lois Lane está noiva, possui um filho de cinco anos e o mundo se acostumou com a ausência de seu protetor. É nessa atmosfera conturbada que a imagem do Messias é ressaltada com inúmeras referências bíblicas como se procurará demonstrar nesse trabalho.

Começemos pelas palavras de Jor-El retiradas do primeiro filme e usadas no *teaser* promocional do último longa:

Embora você se pareça humano, jamais será como um deles. Eles podem ser um grande povo, eles querem ser; falta-lhes apenas a luz para guiá-los. Por essa razão, acima de todas, pela capacidade de ser bom, eu estou enviando você, meu único filho. (SUPERMAN, O FILME, 1978).

O primeiro elemento a se destacar é a idéia do envio, pois Cristo, segundo a crença cristã, passou pelo mesmo processo, sendo enviado à Terra pelo Pai para resgatar a humanidade. Um filho enviado ao nosso mundo com uma missão, guiar a humanidade. Tanto Jesus, quanto Kal-El se enquadram nesse propósito, como se pode observar na citação do Evangelho segundo João:

Pois Deus amou tanto o mundo, que entregou o seu Filho único, para que todo que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Este é o julgamento: a luz veio ao mundo, mas os homens preferiram as trevas... (Jo 3, 16.18)

Outra frase de impacto é a do início do filme com os seguintes dizeres de Jor-El:

Viajou para longe, meu pequeno Kal-El. Nunca te deixaremos, mesmo diante da morte. As minhas forças serão as suas, para que veja a minha vida com os seus olhos e a sua com os meus. O filho se torna o pai e o pai o filho. (SUPERMAN RETURNS, 2006)

Tais palavras adquirem um sentido emblemático se comparadas a certos trechos do Evangelho, como o momento da Transfiguração, no qual Cristo emana de seu corpo uma luz e a voz de seu Pai (Deus) se faz ouvir para os discípulos do nazareno, ou em outras declarações do próprio Jesus conforme se pode notar nos excertos abaixo:

E uma nuvem desceu, cobrindo-o com sua sombra. E da nuvem saiu uma voz: Este é meu Filho amado, ouvi-o. (Mc 9, 7).  
Quem me vê, vê o Pai. (Jo 14, 9).  
Eu e o Pai somos um. (Jo 10, 30).

Quanto às imagens, foco principal deste trabalho, cabe dizer que muitas delas já apareceram nas Histórias em Quadrinho como é caso do momento em que o *Superman* retorna à Terra e é acolhido por sua mãe adotiva, Martha, uma cena que faz nítida referência à *Pietà* de Michelangelo, imagem encontrada, também na HQ em que o *homem de aço* morre e é acolhido nos braços de Lois, fato já estudado por Júnior:

Ao contrário do herói, o vilão surge das profundezas da terra, de onde desde antes do Inferno de Dante esperamos que venha nossa perdição. Por fim, Super-Homem morre para nos salvar - e, como um bom herói épico, para salvar o mundo do Caos - e a cena da morte [...] remete de maneira icônica à escultura *La Pietá*, de Michelangelo, que mostra Jesus nos braços de Maria. Alguns dias depois da morte, surgem rumores de que Super-Homem foi visto pelas mais diversas pessoas nos arredores de Metrópolis, sempre fazendo boas ações - salvando vítimas de estupro, assaltos, incêndios... (JÚNIOR, 2002)

Dessa forma o filme de Singer resgata este e muitos outros momentos históricos das revistas e mesmo dos primeiros filmes, aos quais recorre regularmente com repetição de frases idênticas, como já foi colocado acima. Mas o que interessa para este estudo são frases como a que Kal-El diz à Lois Lane quando demonstra não precisar de um salvador: "*Eu ouço tudo. Disse que o*

o mundo não precisa de um salvador, mas todos os dias eu vejo as pessoas chorando por um". (SUPERMAN RETURNS, 2006).

O fato de o homem necessitar de um salvador é reforçado durante todo o filme com imagens de catástrofes, atos violentos e outros momentos que expõem de maneira elucidativa a fragilidade humana. De modo particular, cabe destaque a ocasião em que a cidade de Metrópolis sofre os efeitos de uma onda energética desencadeada pelos atos ambiciosos de Luthor ao usar a tecnologia Kryptoniana para criar um novo continente. Um terremoto abala as estruturas do Planeta Diário e o globo que sustenta no topo do arranha-céu vem abaixo. O diretor do Jornal, Perry White, diz: "Grande fantasma de César" no mesmo segundo em que o herói segura o referido globo impedindo-o de matar inúmeras pessoas, como se pode ver abaixo (FIGURA 6)<sup>9</sup>.



FIGURA 6

O novo continente feito por Luthor a partir dos cristais kryptonianos que ele roubara é composto, também, por Kryptonita, o calcanhar de Aquiles do escoteiro de azul. E é nele que Kal-El protagoniza uma outra cena cristã, a flagelação de Cristo. Jesus fora flagelado a mando de Pilatos antes que fosse crucificado (Jo 19,1); pois bem, antes que o Superman de Singer fosse crucificado ele precisaria passar pela flagelação (FIGURA 7), agora que estava fraco devido à ação da Kryptonita, e receber um ferimento no lado (FIGURA 8) assim como Cristo sofreu (Jo 19,33-34); tal ferida foi feita por Lex Luthor, com um fragmento pontiagudo de Kryptonita.

<sup>9</sup> Um fato interessante dessa imagem é que ela pode fazer alusão a outro ícone do cristianismo, o Cristo Pantocrátor, no qual Jesus é retratado com o cetro na mão direita e um orbe simbolizando o mundo, tal iconografia procura dizer: Ele é o rei do mundo.



FIGURA 7



FIGURA 8

Após ser lançado ao mar o herói é salvo por Lois Lane (os papéis se invertem), Lois lhe retira a Kryptonita de sua ferida e ele voa além das nuvens para se banhar com os raios do sol e recuperar suas forças. Volta à superfície com tudo e entra no subsolo abaixo do mar então o homem de aço ergue um continente inteiro e o leva para o espaço. Ao longo trajetória alguns cristais de kryptonita transpassam-lhe as mãos assim como os pregos da cruz de Cristo; e ao lançar a ilha no espaço ele desmaia e o diretor o mostra em uma cena familiar para os cristãos, a salvação por meio do sacrifício pessoal.



FIGURA 9



FIGURA 10

Sim Superman foi crucificado os detalhes são incríveis, e embora a imagem seja marcada pela pouca luz (FIGURA 9), pode-se observar até a forma que os dedos da mão direita do herói fazem, uma alegoria cristã, presente em muitos crucifixos (FIGURA 10) em que Cristo faz menção ao mistério da Trindade<sup>10</sup>: os dedos indicador e médio se unem verticalmente enquanto que os outros três formam um círculo, símbolo de que Cristo é Deus e Homem ao mesmo tempo e que faz parte de uma trindade divina, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Por fim, faltava ao herói fazer a obra máxima de Jesus Cristo, ressuscitar. Após cair na terra, o herói entra em coma e é tido como morto. Mas, passado alguns dias e após Lois Lane ter revelado a ele que o filho de cinco anos que

<sup>10</sup> Doutrina Cristã que professa que Deus é Uno e Trino: um só Deus com três manifestações distintas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo; e que o filho, encarnação de Deus é divino e humano ao mesmo tempo, ou seja possui as duas naturezas.

tinha era dele, os lençóis são encontrados sobre o leito do hospital e quarto está vazio. Observe como isso é narrado na Bíblia e compare com a imagem aqui descrita (FIGURA 11). Note ainda que a pessoa que encontrou a cama vazia foi uma mulher, uma enfermeira, e que os guardas do local se assustam com o ocorrido.

No primeiro dia da semana Maria Madalena vai ao sepulcro, de madrugada, quando ainda estava escuro, e vê que a pedra fora retirada do sepulcro. Inclinando-se, viu panos de linho por terra [...] e o sudário que cobria Jesus. (JO 20, 1.5)

Os guardas tremeram de medo e ficaram como mortos. (MT 28, 4)



FIGURA 11

O filme termina, como todos os outros do *Superman*, com ele ascendendo às alturas. Um outro dado interessante e particular é o propósito cíclico do filme que tem por últimas palavras as mesmas que Jor-El disse a seu rebento. Kal-El agora às diz a seu filho com Lois Lane enquanto ele dorme: "Embora você se pareça humano, jamais será como um deles[...]". Só então o herói de azul volta para as nuvens: Note agora o ocorrido com Cristo: "Depois, levou-os até Betânia e, erguendo as mãos, abençoou-os, E enquanto os abençoava, distanciou-se deles e era elevado ao céu." (LC 24, 50-51).

De qualquer forma, estas evidências da cristianização do último filho de Krypton são inegáveis, o que nos leva a pensar que o objetivo deste esboço foi alcançado, o de analisar a iconografia do último filme do *Superman* com os textos da Bíblia, pois nunca em um filme do *homem de aço* estas características se tornaram tão claras para um cristão consciente do caráter salvífico e sacrificial de sua fé.

Por fim, o que resta é terminar por onde se iniciou; com as palavras de Jor-El: "Isso não é fantasia. Não é produto de uma imaginação fértil". (SUPERMAN, O FILME, 1978).

DIAS, Juliano Alves. Superman: the Messiah returns. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 147-158, 2006.

- **ABSTRACT:** The objective of this article is to analyse the pictures of Superman's new movie, that was inaugurated in June of 2006, comparing the pictures with fragments of the Bible with purpose of stand the characteristics jewish-christian that have in mythologic of the hero.
- **KEYWORDS:** Superman; culture jewish-christian; mythology.

## FONTES

*Superman: the movie*. Produção de Alexander e Ilya Salkind. Direção de Richard Donner. Manaus, WARNER BRÓS, 1978. 1 DVD

*Superman: returns*. Produção de Jon Peters. Direção de Bryan Singer. Manaus, WARNER BRÓS, 2006. 1 DVD

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulinas, 1973

*Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Vozes; Loyola, 1999.

DAVILA, Sérgio. *Nos braços de Deus*. In A Folha de São Paulo, Ilustrada, Terça-feira, 27 de junho de 2006.

*História Sagrada*. São Paulo: Paulinas, 1960

JUNIOR, Dario Carvalho. *A Morte do Herói: Introdução ao estudo de sobrevivência de modelos míticos nas Histórias em Quadrinho*. Campinas: UNICAMP, 2002.

*Missal Romano Cotidiano*. São Paulo: Paulinas, 1963.

SOUZA, Jack. *Gênesis: uma nova abordagem para o superman*. Disponível em: <http://genesis.homemdeaco.com.br>. Acesso em 20/12/2005.

*Superman Returns*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Superman\\_Returns](http://pt.wikipedia.org/wiki/Superman_Returns). Acesso em 07/09/2006.

## O CATHOLICISMO SOCIAL NO BRASIL E A UNIÃO CATHOLICA BRASILEIRA

Pedro Willian Vieira dos SANTOS<sup>1</sup>

• RESUMO: Objetivamos principalmente neste trabalho levantar um rápido histórico da formação do catolicismo social no Brasil e conhecer se era, e como, divulgada a Doutrina Social da Igreja Católica pela União Católica Brasileira, no Rio de Janeiro, através da sua *Revista Social*. Secundariamente apreender a formação histórica do grupo e suas relações com a hierarquia eclesiástica, verificando se havia uma aproximação entre clero e povo e/ou hierarquia e leigos.

• UNITERMOS: Igreja; Brasil; Catolicismo Social; Leigos.

A Igreja Católica Apostólica Romana sempre esteve presente nos momentos mais importantes da história nos últimos vinte séculos, intervindo em situações e casos políticos, sociais, educacionais, além dos religiosos. Essa é uma instituição religiosa independente. Segundo Wilges (1996, p. 71, grifo do autor), "**a mais excelente articulação institucional do cristianismo**". É uma religião eclesiástica (BLACKHAM, 1967) que se legitima no transcendental, mas tem sua atuação focada no terreno (SOUZA, 2002).

Com finalidade de proteger e propagar seus interesses e doutrinas, a Igreja procurava desenvolver meios e métodos de se inserir em todos os âmbitos e níveis da sociedade. Um dos mais eficientes mecanismos de evangelização, propagação da fé católica, de catequese cristã e de atuação dos católicos junto à sociedade, no século XX, foi o engajamento dos leigos em movimentos, grupos e pastorais, cujas especificidades de organização possibilitaram a participação de operários, jovens, estudantes, intelectuais, homens e mulheres nos trabalhos da Igreja.

Os leigos "*são todos os católicos que não pertencem à ordem sacra (bispo, padre e diácono) ou ao estado religioso (irmão, freira)*" (WILGES, 1996, p. 73). Nos fins do século XIX e início do XX, eram chamados a serem mais presentes e atuantes na vida política, na luta social anticomunista e na pregação religiosa. Tratava-se de uma nova modalidade de presença religiosa dos leigos

<sup>1</sup> Graduando do quarto ano em História pela FHDSS/UNESP Franca, sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. Bolsista FAPESP.

no mundo em que viviam. Do ponto de vista de Roma, tratava-se de um novo método de apostolado confiado em parte aos leigos (CATÃO; VILELA, 1994) ou nas palavras do Papa Pio XI, "a participação dos leigos no apostolado hierárquico" (PIO XI apud CATÃO; VILELA, 1994, p. 298). A existência de leigos e leigas atuando junto a hierarquia eclesiástica foi, nesse período, muito comum.

Até hoje os leigos continuam a exercer diversas atividades na Igreja, onde fazem importante trabalho. As pastorais, os movimentos religiosos carismáticos e a liturgia são exemplos da força e da importância dos leigos neste século XXI. Muitos desses trabalhos são influenciados pela Doutrina Social da Igreja e se mantêm fortes devido a organização e respeito que têm junto ao clero e a sociedade como um todo. A existência desses hoje é fruto de experiências passadas que devem ser estudadas para serem melhores compreendidas.

A Doutrina Social foi fruto do debate entre os católicos sociais do século XIX que, preocupados com a questão social, começaram a desenvolver diferentes atividades e entendimentos sobre a mesma, constituindo o catolicismo social. A Doutrina Social da Igreja, um dos entendimentos e formas de ação do catolicismo social, tem como documento de fundação a encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, em 1891, consolidando-se com outras encíclicas posteriores, como a *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, a *Mater et Magistra*, dentre outras do Papa João XXIII e demais documentos pontifícios que se debruçam sobre problemas sociais.

A *Rerum Novarum* tratava das condições dos operários, condenando a situação dos trabalhadores da época e oferecendo uma solução cristã, como alternativa ao socialismo, comunismo e anarquismo, pensamentos que estavam presentes no meio operário. Esta encíclica fortificava um processo de aproximação da hierarquia clerical com o povo, mudando o pensamento católico, que se refletia no engajamento dos leigos e no apoio oferecido pela Igreja à esses. Em muitos momentos Pio X, em seus documentos pontifícios, apresenta agradecimentos aos grupos envolvidos com os projetos de Ação Católica, ao mesmo tempo em que reforça os ensinamentos de Leão XIII. Um desses documentos é a *Motu Proprio Fin Dalla Prima Nostra Enciclica*, onde elogiava a Ação Católica, colocando como "fontes das regras para ela" as encíclicas de Leão XIII, dentre elas a *Rerum Novarum*, e ordenando "que se transmita a todos os comitês, círculos e uniões católicas de qualquer natureza e forma" (PIO X, 1963, p. 706) esses ensinamentos.

No Brasil, aonde 73,57% da população brasileira se diz ou se considera católica, segundo dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Igreja Católica sempre teve forte influência política, social e cultural. Desde os tempos coloniais, toda doutrina e orientações da Igreja

Católica causaram impactos na sociedade brasileira, o que não foi diferente com a Doutrina Social. No catolicismo brasileiro, um dos que mais contribuíram na discussão da questão social, "que é a questão por excelência" (MARIANI, 1981, p. 120), e na mudança de atuação da hierarquia para a aproximação entre clero e povo foi o Pe. Júlio Maria – Júlio César de Moraes Carneiro – (1850-1916), que com críticas fortes e diretas, refutava o comodismo e a ignorância doutrinária dos católicos (fiéis e clérigos) e queria a Igreja junto ao povo.

Num momento político em que a Igreja no Brasil era contra, dentre outras coisas, a laicização do Estado, o Pe. Júlio Maria incentivava os católicos a tomarem posições e atitudes, dentro da democracia republicana, superando o receio dos bispos do Brasil na Pastoral Coletiva de 1890.

Dentre outras atividades, Pe. Júlio Maria fora assistente eclesiástico e fundador, em 1907, da União Catholica Brasileira (UCB), um grupo de leigos que foi "uma breve experiência anterior de organização estudantil católica" (DIAS, 1996, p. 99). Grupo que se constituiu no Rio de Janeiro e fora experiência para outras organizações. Padre Beozzo, discutindo a história da Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP), traz uma menção a organização de um "[...] movimento de estudantes católicos, no Rio de Janeiro, com Jônatas Serrano, Joaquim Moreira da Fonseca, Pio Ottoni, denominado 'A União Católica', com sua Revista Social" (SOUZA apud BEOZZO, 1984, p. 17) que foi um dos pilares para o desenvolvimento da JUC.

A experiência dos estudantes da União Catholica ocorreu no início do século XX, em plena vigência da Primeira República ou República Velha, no Rio de Janeiro, que era o centro da nação, capital nacional, sede do governo federal. Centro econômico, com empresas que fabricavam, negociavam e geravam empregos, logo, espaço de convivência e conflitos de uma classe operária e outra de empregadores. Era também sede cultural, porta de entrada para as idéias e ideais estrangeiros, tanto por meio de imigrantes quanto pela importação de livros. Local ainda de irradiação e influência do catolicismo nacional, sede cardinalícia, tendo por Cardeal D. Arcoverde. O Rio de Janeiro era enfim uma cidade ímpar no Brasil, no início do século XX.

Apesar de todos esses argumentos apresentados, que demonstram a importância da Igreja na história da sociedade, dos leigos e da Doutrina Social na história da Igreja, e do Pe. Júlio Maria e da UCB na formação do catolicismo brasileiro, ainda há muito a ser estudado e compreendido, suscitando uma série de perguntas, das quais as que seguem parecem ser mais fundamentais, em se tratando do catolicismo social e a União Catholica Brasileira: levando-se em consideração a então recente promulgação da Doutrina Social da Igreja (1891) e a posição de seu fundador e assistente eclesiástico – Pe. Júlio Maria –, a UCB

apresentava e difundia essa doutrina em sua revista? De que forma? Era a União Catholica um exemplo de aproximação da Igreja ao povo e/ou da hierarquia e leigos?

A partir dessas indagações apresentaremos agora um histórico da formação da Doutrina Social da Igreja na Europa e sua transmissão para o Brasil, enfocando mais diretamente o caso da UCB e da Revista *Social*.

O catolicismo social se desenvolveu a partir da condenação feita pela Igreja ao liberalismo político. Em 1831 assume o trono de São Pedro Gregório XVI, que logo condena o liberalismo católico de La Mennais, que via na revolta liberais de seu século, oportunidades de avanço para a Igreja.

Nesse período, vale ressaltar, a Igreja vivia relegada a segundo plano pelas correntes de pensamentos do século XIX, como o liberalismo, racionalismo e o socialismo, que ganharam adeptos, entre intelectuais e o povo comum. A Igreja tomou uma postura de ataque a essas "inverdades modernas", chamando todos os católicos a assumirem posições de enfrentamento, em defesa de seus dogmas e doutrinas. Um sentimento de unidade, contra os "ataques", consolidou uma centralização em torno do Papa, em Roma, do catolicismo apostólico, o que fora importante para a divulgação da Doutrina Social da Igreja, como veremos mais adiante.

Aubert (1975) chama a atenção para o nascimento do catolicismo social dentre os conservadores antiliberais; muitos eram da aristocracia rural e colocavam o valor caritativo como ponto chave de suas obras, dando um caráter paternalista às primeiras atividades sociais católicas, entre 1860 e 1870. O catolicismo social se desenvolveu diferentemente em cada país, mas dentre todos, Itália, Alemanha, França e Bélgica merecem destaque.

Na Itália atividades advindas desse conservadorismo social antiliberal, citado acima, como a da *Opera dei Congressi* que construiu "uma rede de obras com características econômicas e sociais que visavam a ir ao encontro das diversas necessidades das classes populares" (AUBERT, 1975, p. 142) ganharam destaque por sua ação. Nos estudos da questão social, a Itália tinha Domingos Jacobini, que colaborou com o debate no *Circolo Romano di Studi Sociali* e na *Unione per gli studi sociali*.

Um ataque aos ideais revolucionários foi o que fizeram alguns franceses, inspirados por Le Play, que acreditavam que aqueles eram os causadores dos males modernos. A *Obra dos Círculos Católicos Operários*, fundada por Albert de Mun, as realizações de León Harmel e o *Conselho de estudos* animado por René de la Tour du Pin conseguiram abrir espaço para novos pensamentos sociais na França, apresentando a sociedade cristã com bases corporativas, limitando o direito de propriedade e apoiando a intervenção estatal na vida

econômica. Mas o pensamento belga da *Escola de Angers* era mais apreciado pelos liberais franceses, já que percebia nas liberdades das relações privadas entre patrões e empregados a solução da questão social a partir da moralidade cristã do patrão, ou seja, sem intervenção do estado. Charles Périn, professor da Universidade de Lovaina, era o mentor dessa forma de pensar.

Os católicos sociais alemães se organizaram em associações, primeiramente de artesãos e camponeses, num segundo momento também de operários, a fim de fortalecer a organização profissional e ação operária, na busca por mudanças. D. Ketteler, bispo de Mainz, afirmou as associações como propostas válidas ao operariado.

As ações sociais católicas se relacionavam através de suas publicações e encontros temáticos ou ocasionais. Desses surgiu a *União católica de estudos sociais* (1884), que se reunia em Friburgo para o estudo da doutrina corporativista e da situação então vivida pela sociedade nesse período, a fim de melhor compreendê-la e propor soluções. Leão XIII seguiu de perto os passos da *União de Friburgo*, através de seu presidente D. Mermillod, bispo local. Percebe-se acima uma certa preocupação de um Sumo Pontífice (Leão XIII) em relação aos assuntos sociais, o que outrora não se via.

Como deve ter ficado perceptível, há diferenças na concepção e na ação católica social. O momento de disputa entre os intervencionistas e os liberais, entre os caritativos e os corporativistas que se apresenta acima mostra-nos quanto o catolicismo necessitava de uma orientação mais precisa em relação à questão social. Foi em meio a essa discussão que Leão XIII promulgou, em 15 de maio de 1891, a encíclica *Rerum Novarum* "sobre as condições dos operários", que veio dar início a Doutrina Social da Igreja. Se lembrarmos do que dissemos a pouco sobre a centralização em Roma do catolicismo, poderemos compreender o quão importante foi a tomada de posição do Santo Padre para o prosseguimento do catolicismo social e da questão social.

A *Rerum Novarum* apresenta, em linhas gerais, uma recusa ao socialismo e sua idéia sobre propriedade privada, defendendo o direito à propriedade e desqualificando a "solução" socialista. Também levanta a importância da Igreja para a resolução dos problemas sociais do corpo e da alma, defendendo uma união de classes, sendo, portanto, contrária à luta entre as mesmas. Coloca o Estado como agente de mediação dos problemas sociais, a fim de proteger os operários de especuladores nos casos de regimes de trabalho excessivos ou salários injustos. Na mesma linha define o que é trabalho, quem deve executar determinadas atividades segundo idade e sexo, quanto deve receber o operário, dentre outras resoluções. Ao final expressa novamente a importância da união entre trabalhadores e patrões em associações conjuntas, mas deixa claro que os

operários podem e devem se reunir em associações independentes, mas qualquer que seja o tipo de associação deve ser bem organizada.

Após o conhecimento pela sociedade do conteúdo da "cartas dos trabalhadores" – como também ficou conhecida a *Rerum Novarum* – o movimento operário ganhou mais legitimidade na sociedade, diminuindo seu caráter revolucionário, apesar de muitos a considerarem como "um documento essencialmente anti-socialista, de orientação antes de tudo reacionária" (AUBERT, 1975, p. 148).

A publicação da primeira encíclica social parecia ter dado uma direção frente às diversas opiniões precedentes a *Rerum Novarum*. Somente parecia, pois continuaram a haver discordâncias quanto à organização das associações operárias e quanto a ação católica em relação aos Estados, principalmente em países como Itália, França, Bélgica e Alemanha. Mas nos setores católicos o reconhecimento dos problemas sociais, dos operários especificamente, se completou e foi transmitido ao mundo inteiro.

No Brasil, essa transmissão foi a base para o catolicismo social. Antes da *Rerum Novarum*, nenhuma atividade católica era vista diretamente ligada à questão social. E se acaso houve, esta ainda não foi estudada, ou pelo menos não se destacou devido a outras discussões que se mostraram mais importantes para a Igreja no Brasil durante o século XIX e o início do XX, como o Padroado Régio, a "questão religiosa", o processo de romanização e a proclamação da República.

O Padroado vinha desde os tempos de colônia, e dava ao rei uma autoridade religiosa superior, dentro de seu reino, em troca da manutenção, pregação e propagação do catolicismo no mesmo. O Estado era o responsável pela estruturação da Igreja, o que a tomou um apêndice do Estado. Durante o período imperial, o mesmo continuou preponderante, o que dificultava uma autonomia religiosa, pela qual tanto a Igreja lutava.

A "questão religiosa" também encontra no Padroado algumas de suas causas. Mesmo sendo o Catolicismo a religião oficial do Império brasileiro, tal fato não era garantia de hegemonia religiosa. Existiam grupos maçons no Brasil - inclusive D. Pedro I fazia parte de um deles - que influenciavam a política, a sociedade e a economia nacional. Com a aproximação permitida pelo Estados entre católicos e maçons, muitos clérigos começaram a participar da maçonaria, fato esse que, em determinado momento do Segundo Império, irritou alguns bispos, causando uma séria discussão e desentendimentos entre bispos, Estado e maçons. Foi o despertador da Igreja, para que ela acordasse e se movesse contra o Estado.

Contra essas situações se levantaram os ultramontanistas ou romanizadores, que defendiam a autonomia da Igreja perante o Estado, mesmo sem a separação de ambos, e uma identificação e obediência à Roma e ao Papa, a fim de se construir um catolicismo íntegro, uniforme e estruturado.

Padroado e a "questão religiosa" solucionam-se, de certo modo, com a Proclamação da República. O Estado não mais interferia na Igreja, o que trazia mais autonomia e rigidez doutrinária para a hierarquia católica no Brasil. Mas, em compensação, o catolicismo não era mais a religião do Estado, houve uma separação definitiva entre Estado e Igreja, a laicização do Estado estava feita, o que gerou a liberdade religiosa, à qual a Igreja era totalmente contrária.

Foi em meio a esse debate que viveu Pe. Júlio Maria, que nasceu em 1850 e se ordenou padre secular no ano de 1891, mesmo ano em que foi publicada a encíclica "sobre os operários". Júlio César de Moraes Carneiro logo ficou conhecido pelo país todo por suas pregações sociais: um padre que se preocupava com os problemas sociais, coisa rara no período transitório (império-república) no Brasil. Depois de se integrar aos redentoristas, em 1904, com o nome de Júlio Maria, se instalou fixamente no Rio de Janeiro onde começou a fazer trabalhos junto a jovens universitários e conheceu Jonathas Serrano, que viria ser seu biógrafo. Juntos, fundaram, em maio de 1907, a União Catholica Brasileira, uma "associação da mocidade", que reunia universitários, médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, padres, dentre outros.

De acordo com o que diz a contracapa de uma das edições da *Revista Social*, em 1915, a UCB contava com cerca de 300 acadêmicos e distintos vultos da sociedade da época. Esses se reuniam duas vezes por mês ordinariamente em sessões no Convento Santo Antônio no Rio de Janeiro.

A organização da UCB atendia às palavras de Leão XIII, quanto a importância destas para uma associação. Compunha-se por um presidente, um vice, um secretário, dois tesoureiros e um assistente eclesiástico; para integrar a associação o novo sócio deveria ser aceito como tal em sessão da UCB. Todos deveriam respeitar as regras dispostas em estatuto próprio.

A *Revista Social* não traz tantas informações sobre as atividades realizadas pela União Catholica, mas faz um sucinto relato do que foram as últimas sessões, demonstrando, por exemplo, que havia pregações do Pe. Júlio Maria em algumas sessões e discussões sobre a própria organização da UCB.

Pela participação de padres em seus meio, além do assistente eclesiástico, como Pe. Dr. Mathieu Rocatti, e pelo apoio que tinha do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Arcoverde, a UCB aparece-nos como um exemplo prático de aproximação entre clérigos e fiéis, entre hierarquia e leigos.

A "Revista Social: órgão da mocidade; Ação Social, sciencia, letras e artes" – como o nome em capa – era o órgão oficial da UCB. Publicada mensalmente, trazia textos dos mais variados assuntos. Como o nome revela, discute temas científicos, lingüísticos e artísticos. Mas o que nos interessa são os textos que apresentam temas religiosos e sociais.

Nessa temática encontramos textos de padres, como Pe. Manoel Tobias, que defendia em seus escritos a criação de uma liga anti-pornografia; de leigos, que debatiam temas como as condições das casas proletárias, como Miranda Carvalho; ou de organizações profissionais, como Henrique Lorin; e do papa Leão XIII, com trechos da *Rerum Novarum*. Nas edições de 1915 eram publicados parágrafos da encíclica "sobre os operários", divulgando assim a Doutrina Social da Igreja em forma pura, e também em forma refletida por leigos e padres. Todos através de textos escritos.

Além das questões apresentadas anteriormente e respondidas a pouco, podemos perceber, durante a análise documental, que a UCB foi mais que uma "breve experiência" localizada no Rio de Janeiro, pois durou no mínimo 18 anos, (vide a data da última edição obtida por nos da Revista Social, Abril e Maio de 1925) e não demonstrava traços de desestruturação, o que nos sugere que sua duração estendeu-se por mais algum tempo. Quando digo que não era uma experiência localizada, quero apontar para o caráter nacional que a UCB aparentemente tomou. Ela não só se organizava no Rio de Janeiro como também, tinha no mínimo mais um núcleo local, na Paraíba do Norte. Mas esses são indícios para futuros trabalhos.

A guisa de conclusão, podemos afirmar que a presença massiva dos leigos foi construída e desenvolvida historicamente, conforme as necessidades da Igreja, conjuntamente ao desenvolver do catolicismo social.

A Doutrina Social da Igreja transmitida ao mundo, pela publicação da *Rerum Novarum*, causou repercussões, sendo base para a formação do catolicismo social brasileiro, e encontrando no Pe. Júlio Maria e na União Catholica Brasileira, que divulgou a mesma doutrina nas páginas de sua Revista Social em forma de textos de autoria clériga ou leiga ou trechos da própria *Rerum Novarum*, dois importantes difusores.

O exemplo da UCB serviu para a incorporação, pela hierarquia, dos leigos nas atividades da Igreja, aproximando povo e clérigos, hierarquia e fiéis. Além de contribuir para que o debate social, político e religioso dentro dos quadros hierárquicos como na sociedade comum se fizesse presente e mais atuante, modificando assim o quadro do catolicismo brasileiro.

SANTOS, Pedro Willian Vieira dos. The Social Catholicism in Brazil and Brazilian Catholica Union. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 159-168, 2006.

- **ABSTRACT:** We mainly objectify in this work to raise a fast description of the formation of the social catholicism in Brazil and to know if it was, and as, divulged the Social Doctrine of the Church Catholic for Brazilian the Catholica Union, in Rio De Janeiro, through its Social Magazine. Leter to apprehend the historical formation of the group and its relations with the ecclesiastical hierarchy, verifying if had an approach between clergy and people and/or hierarchy and laypeople.

- **KEYWORDS:** Church; Brazil; Social Catholicism; Laypeople.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUBERT, Roger Os Inícios do Catolicismo Social. In: ROGIER, J.L.; AUBERT, R.; KNOWLES, M. D. *A Nova História da Igreja Petrópolis*: Vozes, 1975. T. I, v. 5.
- BEOZZO, J. O. *Os cristãos na Universidade e na política*. História da JUC e da AP. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BLACKHAM, H. J. *A Religião numa sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- CATÃO, F.; VILELA, M. *O Monopólio do Sagrado*. Uma análise da presença da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Best Seller, 1994.
- DIAS, R. *Imagens da Ordem*. A doutrina católica sobre autoridade na Brasil 1922-1933. São Paulo: EDUNESP, 1996.
- PIO X, P. Fin Dalla Prima Nostra Enciclica In HOYOS, Frederico(ORG) *Coleccion Completa de Enciclicas Pontificias*. Buenos Aires: Guadalupe, 1963. v. 1
- INTISTUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA(IBGE) *Censo Populacional 2000*. <http://www.ibge.gov.br> 19/11/2005 às 15:20hs.
- LEÃO XIII, P. *Sobre a condição dos operários: Rerum Novarum*. 2 ed. Petrópolis: Tora Vozes, 1947.
- PIERRAD, P. *História da Igreja*. 4.ed. São Paulo: Paulus, 1983.
- SOUSA, J. J. V. *Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro. EdUFRJ, 2002.
- Revista Social, órgão da mocidade: accção social, sciencia, letras e artes*. n. 79, 88, 89, 202 e 203; Janeiro, Outubro, Novembro, 1915, Abril e Maio 1925.

VILLAÇA, A. C. *O Pensamento Católico no Brasil* Rio de Janeiro. Zahar, 1975.

WILGES, I. *Cultura Religiosa: as religiões no mundo*. 6.ed. Petrópolis. Vozes, 1994.

## VISÕES SOBRE O CONTEXTO DA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA NOS SÉCULOS XVI E XVII

Rafael José da SILVEIRA<sup>1</sup>

- RESUMO: Este artigo tem como primeiro objetivo confrontar as análises de autores considerados clássicos e dos pesquisadores que apresentam visões recentes sobre o contexto da sociedade colonial. O segundo objetivo é apresentar um viés da sociedade, por meio de um tema: a Inquisição.
- UNITERMOS: Brasil; sociedade colonial; Inquisição.

Antes de começar a discorrer diretamente sobre o tema proposto, gostaria de deixar claro para o leitor que o termo "brasílico/a" seria mais plausível para nos referirmos ao Brasil antes da independência, pois o Brasil era colônia de Portugal, não sendo um Estado independente, não havia também a consciência do que era o brasileiro em termos de povo de uma nação. Contudo, utilizarei o termo "Brasil", mesmo se referindo aos séculos XVI e XVII. Estou ciente que isso poderia acarretar um anacronismo, contudo, escritores consagrados utilizaram o termo "Brasil" quando se retrataram daquele período. De forma a me sentir um pouco mais à vontade na escrita, também gostaria de utilizar esse termo, quando necessário. Peço que o leitor leve isso em consideração.

Após essa elucidação, começaremos por estudar as visões sobre a sociedade colonial. Representando uma visão mais antiga sobre o Brasil, veremos a versão de Gilberto Freyre através da obra *Casa - Grande e Senzala*. Para representar uma historiografia mais recente, utilizaremos os escritos de Ronaldo Vainfas.

Gilberto Freyre propõe uma sociedade aristocrática, patriarcal, híbrida. O universo da vida nos engenhos do Nordeste é a lógica colonial analisada pelo autor. O tipo social do colonizador português, ou seja, um homem que não se presa por uma preocupação racial, é fruto do contato de diferentes povos: semitas, árabes, nórdicos, africanos, entre outros. O português é mostrado como

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da UNESP - Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira.

o mais flexível dos colonizadores europeus. O caráter do português facilitou a convivência entre ele e os diferentes povos que encontrara no Novo Mundo. A miscigenação entre o português e diferentes "raças" era muito comum. As relações entre as raças de cor e os brancos teriam sido condicionadas pela monocultura latifundiária e pela escassez de mulheres brancas (FREYRE, 2005). Contudo, a escassez de mulheres brancas não parece ter sido o fator fundamental do impeto à miscigenação entre os brancos e as outras "raças". Parece-me que o tipo social do português tem mais a ver com a lógica da mestiçagem que propõe Freyre. Contudo, o que mais importa é que:

sem deixarem de ser relações – a dos brancos com as mulheres de cor – de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. (FREYRE, 2005, p. 33).

Dessa forma, as relações são hierarquizadas, porém pacíficas, afetivas e fortemente sexualizadas. Terminada a visão de Freyre, veremos agora o que pensa Ronaldo Vainfas sobre o assunto.

Vainfas critica a colonização brasileira como fruto apenas de degredos e interesses comerciais. Reconhece a facilidade da adoção do português à poligamia indígena. Contudo, critica o modelo da casa-grande como espaço inclusivo e como núcleo familiar, pois o modelo de Freyre estendia a noção de família não só entre os parentes dos senhores de engenho, mas também aos seus agregados. Para Vainfas, "a casa-grande configurava, decididamente, um espaço no qual o morar e o produzir eram, a rigor, inseparáveis" (VAINFAS, 1997, p. 225). O autor quer dizer que os âmbitos públicos e privados se confundiam; muitos sabiam da vida alheia. O contato do branco com as negras e índias não era assim tão fácil como quer Gilberto Freyre, a falta de privacidade era um grande empecilho. Contudo, o modelo matrimonial cristão, monogâmico não foi respeitado aqui como fora no velho Mundo. A escravidão, os interesses mercantis e o hibridismo da cultura brasileira fizeram com que muitos brancos se amancebassem com outras pessoas.

Para Vainfas, os portugueses eram preconceituosos e a miscigenação era mais um fator de projeto português de ocupação e exploração das novas terras. Ou seja, a miscigenação era uma necessidade colonizadora e não uma afinidade dos portugueses em se relacionar com outras "raças". Os religiosos, principalmente os jesuítas, tiveram muito desgosto com tamanha "imoralidade", no entanto, ficaram "impotentes diante da parceria concubinato-escravidão

consagrada pelo uso" (1997, p. 235). A Igreja colonial, diante da situação, era obrigada a suportar esse costume.

Diante desse contexto social, existia uma instituição chamada Inquisição, que atuava principalmente nas regiões mais povoadas da colônia. Tal instituição tinha como meta controlar as formas religiosas de vida, combatendo as heresias e costumes que contrariavam o ideal cristão da Igreja Católica. A Inquisição surgiu na Idade Média, com esse mesmo intuito, sendo diretamente ligada ao Papado. Com o avanço da formação e solidificação dos reinos ibéricos, a Inquisição foi tomando uma conotação mais política do que religiosa. Espanha, em fins do século XV, e Portugal, no começo do século XVI adquiriram seus próprios Tribunais da Inquisição. Esta instituição representava dois poderes naqueles países: por um lado representava a Coroa, por outro, o Papado. Interesses das Coroas, muitas vezes, se sobrepunham à lógica religiosa da instituição. A Inquisição era um braço do Estado. O Inquisidor-Geral, representante máximo das inquisições nos reinos ibéricos, era indicado pelo Rei e legitimado pelo Papa. Algumas vezes havia conflito entre o Papado e a Coroa para escolher o Inquisidor-Geral, entretanto, na maioria das vezes havia acordo entre o representante de Cristo e os soberanos ibéricos.

A instalação da Inquisição no reino português se deu pela bula papal de 1536, e em 1547 o Tribunal foi estabelecido.

Segundo Anita Novinsky, a instalação do Tribunal correspondia aos interesses das camadas mais poderosas do Reino, ou seja, coroa, nobreza e clero. Esses pretendiam que a sociedade funcionasse de acordo com suas vontades, tomando a maioria da sociedade submissa e obediente (NOVINSKY, 1985). Os cristãos novos eram um dos grupos mais perseguidos, pois apresentavam bons níveis de renda na sociedade. O fator econômico fizera com que o discurso da camada dominante da sociedade adotasse uma ideologia racista perante os cristãos novos, que, aliás, tinham várias denominações: judeus, judaizantes, hebreus, gentes "de nação". Esse discurso ideológico se apresenta pela idéia de "pureza de sangue". O sangue judeu seria "imundo", quanto mais sangue judeu, ou seja, quanto mais próximo o parentesco uma pessoa apresentava, maior as dificuldades de engajamento em instituições, maior a dificuldade estipulada pela sociedade para a ascensão social. Os cristãos novos representavam uma ameaça social em ascensão que tomava o lugar das tradicionais camadas nobres.

Apesar de a Inquisição ter tido força maior no Reino, ela também se mostrou presente no Brasil, pois:

a história do Brasil, como a de outras nações, está cheia de mitos e mentiras. Um desses mitos, no qual os brasileiros acreditaram durante gerações, foi de que

não houve ação inquisitorial nem política racista no Brasil. Hoje sabemos que a Inquisição interferiu profundamente na vida colonial durante mais de dois séculos, atingiu as regiões mais distantes e perseguiu portugueses residentes no Brasil e brasileiros natos, do Amazonas até a colônia do Sacramento, e as leis racistas estão textualmente registradas na legislação portuguesa. (NOVINSKY, 1985, p. 74-75).

Apesar de apresentar o regimento trazido por Tomé de Souza como maleável ao colono, Novinsky prefere, em seus textos, aguçá-lo mais o caráter repressor da Inquisição portuguesa, que foi sem dúvida mais presente na metrópole do que na colônia. O mais importante Tribunal da Inquisição encontrado em Portugal era o Tribunal de Lisboa, no qual sua presença aumentava o controle sobre a população do país. Portugal também tinha outros tribunais na Península, o de Évora e o de Coimbra, contudo, o único Tribunal fora da península seria o Tribunal de Goa, devido à grande distância dessa localidade ao Reino.

O Brasil, por alguns motivos, que citarei ao longo do texto, nunca teve um Tribunal Inquisitorial em suas terras. A colônia estava submetida à jurisdição do Tribunal Inquisitorial de Lisboa.

A Inquisição, como vimos, era teoricamente uma instituição comprometida com a manutenção das moralidades, então estipuladas pela Igreja Católica. Os jesuítas eram um dos principais responsáveis pela disseminação dessas moralidades, principalmente nas terras do Novo Mundo.

Contudo, o Brasil representava um contexto que se diferenciava do Velho Mundo, a colônia requeria algumas necessidades para sua viabilidade no Império Português. O poder português, representado por alguns órgãos da burocracia de Estado, dentre eles a Inquisição, foi obrigado a ser mais flexível com os colonos no Brasil. O povoamento do Brasil não era tarefa fácil: não havia tanta gente no Reino para colonizar o imenso território de além-mar. Os portugueses aqui estabelecidos tinham problemas para a instalação de seus núcleos produtivos. Sofriam incursões indígenas à medida que avançavam para o interior do continente; faltava mão-de-obra; não havia muitos técnicos e a questão salutar era precária. Das treze capitanias doadas pelo Rei, apenas duas prosperaram de uma certa forma, a capitania de Pernambuco e a de São Vicente. Incursões de piratas na costa brasileira eram frequentes, estes saqueavam povoados e foram grandes fatores de dor-de-cabeça para a Coroa portuguesa.

Diante desse contexto colonial, a Inquisição foi obrigada muitas vezes a diminuir seu rigor sobre a sociedade no Brasil. Como já disse antes, aqui não chegou a ser instalado um Tribunal Inquisitorial, a colônia ficava na área da

jurisdição do Tribunal de Lisboa. O fato dessa instituição não ter aqui seu tribunal, não quer dizer que ela não agia no Brasil. Pelo contrário, existiam aqui representantes do Santo Ofício. Alguns membros eclesiásticos das mais altas patentes eram funcionários da Inquisição. Porém, os membros mais numerosos do Santo Ofício eram os chamados "familiares", pessoas comuns que serviam a Inquisição e recebiam privilégios sociais para tal ofício. Contudo, o fato de o Brasil não ter tido um Tribunal da Inquisição é explicado por Sônia Siqueira nas seguintes palavras:

os Inquisidores não pressionaram no sentido de instalar no Brasil o Tribunal da Fé. Cuidaram, no entanto, para que não aumentasse na colônia o número de hebreus. Usaram todos os recursos para que não fossem revogadas as leis que impediam a saída dos cristãos novos do Reino (1978, p. 135).

Apesar de a Inquisição ter sido um braço do Estado, isso não quer dizer que ela sempre esteve de acordo com a política da Coroa. A Inquisição possuía certa autonomia.

Nos tempos da União Ibérica, Felipe IV estava interessado em instalar um Tribunal da Fé no Brasil, por volta da década de vinte do século XVII. Todavia, os maiores opositores dessa instalação foram os próprios inquisidores portugueses, devido aos fatores políticos.

No Santo Ofício, houve, durante os anos filipinos, um inquisitorialismo, aliado a um portuguesismo, que ditou resistências, quando o Rei quis usar o Tribunal para fins diversos, como o financeiro, no momento em que a Corte de Madri negociara, por 170 mil cruzados do serviço voluntário, a faculdade dos cristãos novos saírem de Portugal, disporem livremente de seus bens, e a suspensão de todos os processos que por quaisquer motivos se houvesse tentado contra eles. Com essas determinações, a política espanhola solapava a autoridade do Santo Ofício, sulcando-a de brechas por onde se escoava sua força moral e jurídica (SIQUEIRA, 1978, p. 138).

O caráter social dos lusos também tomou a Inquisição mais maleável diante do contexto colonial.

Gilberto Freyre vê o português como um tipo sem preconceitos inflexíveis. O colonizador luso é visto como aquele que se confraternizou melhor com as chamadas "raças inferiores".

Independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e

miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu (FREYRE, 2005, p. 265).

Essa visão de Freyre está intimamente ligada às origens étnicas do povo português. Nas primeiras páginas deste artigo fica claro que o português é um europeu bastante miscigenado, resultado da fusão de vários povos, já citados neste artigo.

Para Freyre, a questão racial é menos importante para o português do que a questão religiosa, pois "é o pecado, a heresia, a infidelidade que não se deixa entrar na colônia, e não o estrangeiro. É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente" (2005, p. 269).

Contudo, Freyre explicita que a questão religiosa está mais ligada às questões de interesses econômicos do que ao misticismo religioso. Isso quer dizer que a religião em si não era diretamente a causa de querelas sociais, mas sim interesses econômicos de grupos sociais que utilizava o discurso religioso para legitimar atitudes de seus interesses. O cristão novo, quando era perseguido, era mais por possuir, em geral, boas rendas, do que por terem o "sangue imundo" e serem "judaizantes".

Cristãos velhos, em alguns casos, eram condenados por heresia. O que ocorria era uma "fabricação" de judeus para se expropriar seus bens.

Sérgio Buarque de Holanda, relatando sobre as características do homem ibérico, explica que esses possuem uma cultura da personalidade, ou seja, a satisfação dos anseios pessoais sobrepunha-se a uma lógica de organização coletiva da sociedade. O português é visto como um ser sem orgulho de "raça". A nobreza ibérica é muito permeável, os privilégios hereditários tiveram pouca influência na linhagem ibérica, principalmente em Portugal e no Brasil. Os portugueses são vistos como pessoas avessas para a obediência às normas, ou seja, formalismos. As relações pessoais regem a lógica social e, dessa forma, fazem dos lusitanos, pessoas que têm dificuldades de respeitar hierarquias estipuladas pelas instituições (HOLANDA, 2005).

Seguindo esse ímpeto personalista do colonizador, a difícil vida na colônia pôde ser mais branda. Se por um lado, as instituições metropolitanas tentaram impor seu poder na colônia, por outro, o próprio caráter do colonizador pôde ter feito com que as instituições não conseguissem, muitas vezes, impor suas normas de conduta na sociedade. Uma sociedade mais preocupada em zelar por interesses pessoais do que seguir normas comunitárias.

Holanda esclarece que a Igreja Católica era em Portugal um braço do poder secular, submetida principalmente à vontade do Rei. Com isso, os ideais cristãos se afrouxaram no Reino e principalmente no Brasil.

Pode-se acrescentar que, subordinando indiscriminadamente clérigos e leigos ao mesmo poder por vezes caprichoso e despótico, esta situação estava longe de ser propícia à influência da Igreja e, até certo ponto, das virtudes cristãs na formação da sociedade brasileira (HOLANDA, 2005, p. 119).

Para dar um outro exemplo de como a vida nos trópicos pôde se tornar mais branda diante das circunstâncias, podemos novamente seguir a explanação de Freyre, agora discorrendo sobre a relação do colonizador com o clima nos trópicos. Para Freyre, o português era o colonizador que mais fácil se adaptaria aos trópicos, devido à proximidade do Reino com a África e de sua hibridização: o português seguia "vencendo a adversidade do clima" (2005, p. 75).

Expostos os argumentos deste artigo, podemos concluir que as necessidades da colônia, juntamente com as características do colonizador português, abrandaram, de certa forma, a vida no Brasil colonial. Isso não quer dizer que as instituições que representavam o poder não almejassem ter um maior domínio sobre a sociedade, todavia, tiveram que ceder em alguns pontos para se viabilizar o processo colonizador. A Inquisição no Brasil não fugiu a essa lógica.

SILVEIRA, Rafael José da. Views about colonial society in Brazil (16<sup>th</sup>. and 17<sup>th</sup>. centuries). *Revista Ensaios de História, Franca*, v.11, n.1-2, p. 169-176, 2006.

- ABSTRACT: This article will show different ways to understand Brazil in the colonial period. The Inquisition will be our main kind of analysis.
- KEYWORDS: Brazil; colonial society; Inquisition.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV – XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOXER, Charles R. *O Império colonial português (1415 – 1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- FREYRE, Gilberto. *Casa – grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005.
- DOWNS, R. ROSANN, K. *Comunidade e política política no Brasil: a história do Inquisition*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- Ensaios de História, Franca, v.11, n.1/2, p. 169-176, 2006*

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização. Séculos XVI – XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOVINSKY, Anita. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SIQUEIRA, Sônia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio; 56).

VAINFAS, Ronaldo. "Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista" In MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1

## DEBATES IMPRESSOS NO CASO COLLOR

Sérgio Campos GONÇALVES<sup>1</sup>

- RESUMO: Desde a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, e de sua saída legalmente forçada da Presidência em 1992, resultante, entre outros fatores, da corrupção e da crise de governabilidade, a imprensa brasileira nunca mais foi a mesma. Este artigo trata do caso Collor como produto dos meios de comunicação e das imediatas discussões geradas por auto-reflexões de setores da sociedade brasileira, em especial da mídia.
- UNITERMOS: Collor; Imprensa; Corrupção; Impeachment.

Fernando Collor não era um caso a parte na política brasileira. A despeito das tentativas de se apresentar como "outsider", não era nenhum estranho à política. Em suas qualidades e em seus defeitos, era um autêntico fruto da cultura política brasileira.

Collor ingressara na política durante o período da ditadura militar (1964-85). Contudo, não fizera oposição ao governo dos generais. Ao contrário, ele conseguiu seu primeiro cargo político, prefeito de Maceió, capital de Alagoas, através de nomeação – os chamados cargos biônicos – em 1979. E, daqui em diante, em sua carreira política, vestiu e se despiu de camisas partidárias de acordo com sua conveniência. Foi, desse modo, um exemplo dos políticos que, ao invés de abraçar os destinos incertos da oposição, optaram pela cooperação com o regime autoritário (SKIDMORE, 2000, p. 25<sup>2</sup>).

Também Collor não era nenhum estranho aos meios de comunicação. Seu pai fora sócio de Roberto Marinho, dono da TV Globo, a então mais poderosa rede nacional de televisão brasileira – como ainda é, atualmente. Sabendo assim utilizar-se da comunicação a seu favor, nas eleições presidenciais de 1989, Collor travestiu-se de "outsider" na política nacional, pois sabia da rejeição popular à imagem tradicional de "político corrupto". Dimenstein (1990, p. 48) afirma que Collor, apesar de ter ocupado cargos de prefeito, deputado e

<sup>1</sup> Graduando em História pela UNESP (campus de Franca) e em Jornalismo pela UNAERP (campus de Ribeirão Preto). Sob orientação do Prof. Dr. Jurandir Malerba.

<sup>2</sup> In: DOWNES, R; ROSENN, K. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

governador, se apresentava, em seus discursos, como alguém desligado de partidos políticos, fora de esquemas de corrupção<sup>3</sup>. Barbi (1994, p. 321) acrescenta que:

Desde que a revista *Veja* o apelidou de "caçador de marajás", em 1987, Collor de Mello passou a ser sinônimo de "novo", "moderno", "arrojado". Esta foi a imagem carregada para a campanha presidencial. Com ela, tornou-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto, após o regime militar. Nesta trajetória, em nenhum momento pode-se observar um debate mais profundo sobre o significado de tais expressões, que eram pilares da campanha de Collor. Os meios de comunicação, especificamente a televisão, poderosos coadjuvantes na eleição presidencial, não divulgaram, com a mesma intensidade informações sobre o passado do candidato, não analisaram suas atitudes como governador de Alagoas, não discutiram com a extensão necessária questões partidárias, políticas, ideológicas e, nem mesmo, a linha neoliberal travestida de "moderna" que o candidato adotava. Com o plano de marketing estabelecido antes mesmo de tomar posse como governador de Alagoas, Collor ganhou repercussão nacional. "Para construir a imagem pública de "caçador de marajás" e de "outsider", Collor contou com a valiosa colaboração da Globo, pois... tão logo tomou posse como governador, teve a presença garantida no *Journal Nacional* pelo menos duas vezes por semana (BARBI, 1994, p. 321).

Como produto do "marketing sistemático"<sup>4</sup>, Collor foi eleito presidente da República Federativa do Brasil em 1989, o primeiro eleito por voto direto desde 1960. Gozava, portanto, de ter a opinião pública – pelo menos de início – a seu favor.

O seu governo, entretanto, foi marcado pela ingovernabilidade. De fato, Collor assumira a presidência num momento especialmente difícil da história econômica do Brasil. Foram os piores índices da economia brasileira desde o fim do século XIX. A inflação de aproximadamente 100% ao mês e a maior dívida externa ainda por negociar, dívida interna crescente e o déficit orçamentário endêmico foram alguns dos problemas econômicos que marcavam o Brasil da época (apud SKIDMORE, 2000, p. 28). Oliveira (1994, p. 227) comenta que "a

<sup>3</sup> "Ele [Collor] tinha números mostrando a rejeição aos políticos. Nos seus discursos, enfatizava não ter ligações com partidos e se apresentava como alguém fora dos esquemas, apesar de seu passado como prefeito, deputado e governador. Calculadamente, bateu duro em José Sarney, personificando-o como a imagem do "político" e da corrupção. Por sinal, Sarney esperou dois anos para se vingar e ajudou a aprovar o *impeachment*, usando seus contatos nos partidos ligados ao Palácio do Planalto" (DIMENSTEIN, 1990, p. 48).

<sup>4</sup> Termo de Lattman-Weltmann (1994, p. 106).

*crise econômica e a sensação nacional da proximidade do abismo do plano da economia constituem o elemento de fortuna para o estilo presidencial*".

Além disso, Collor provocara uma crise política, da qual fora genitor e, ao mesmo tempo, vítima. Ao se tornar o primeiro presidente após o período da ditadura, a mídia, a opinião pública, os partidos, e o Congresso esperavam do Executivo atitudes mais democráticas e em respeito à delicada situação histórica da democracia brasileira. No entanto, Collor abusava "legalmente"<sup>5</sup> do poder através das inúmeras Medidas Provisórias (MP)<sup>6</sup> que assinava. No primeiro ano de seu governo, Collor usou da MP 141 vezes, com várias reedições para ampliar sua validade. Provocou, assim, a ira do Congresso e vários processos judiciais. Tal procedimento fora abandonado por Collor em 1991, quando o Supremo Tribunal Federal declarou a ilegalidade dessa atitude.

Em verdade, a crise de governabilidade do governo Collor, resultante da crise política, tem duas causas principais (OLIVEIRA, 1994, p. 229): o isolamento de Collor em seu próprio esquema de poder, e o funcionamento de uma estrutura de influência e de corrupção que envolvia o presidente. Segundo as conclusões da CPI que investigara as ações de Paulo César Farias, os primeiros anos do governo de Collor tiveram, em seu lugar central, a corrupção – da qual o presidente fazia parte. A situação foi tomando-se insustentável. As principais acusações contra Collor, declaradas à imprensa, vieram de seu próprio irmão, Pedro Collor de Mello<sup>7</sup>.

Entrevistado pela revista *Veja*, cuja publicação data em 23 de maio de 1992, Pedro Collor de Mello denunciou que Paulo César Farias – acusado de corrupção – era, na verdade, "testa-de-ferro" do seu irmão presidente.

Nassif (2003, p. 18) acredita que a entrevista do irmão do presidente deflagrou um das etapas de perseguição a Collor. Ele alerta que, sob o critério da objetividade jornalística, a entrevista tivera pouco valor, que apenas expunha um caso exemplar de ódio fratricida. Pois a razão para tais denúncias era que Pedro Collor estava fora do foco dos acontecimentos, tinha ódio pelo irmão, não apresentava provas, e que suas denúncias sequer eram verossímeis, que não passavam pelo simples teste do bom senso. Mas ainda assim, pela ótica do jornalismo, foi uma bomba.

<sup>5</sup> O uso das Medidas Provisórias (MP) é legal, e Collor aproveitara-se de um mecanismo da democracia para ser antidemocrático.

<sup>6</sup> A histórica jurídica mostra que a MP é herdeira do antigo Decreto Lei, vigente no Brasil do tempo do Império. É por tal motivo que a MP carrega, de certo modo, uma atitude autoritária, visto que o Congresso só pode aprová-la, ou não, após 30 dias que ela lhe é enviada – até lá, a medida tem força de decreto real: tem autoridade de lei outorgada.

<sup>7</sup> Falecido em 19 de Dezembro de 1994.

O estopim alegado por Pedro Mello para denunciar seu irmão foi uma simples questão editorial. O empresário PC Farias, com suposto apoio do irmão, teria um plano para montar um grupo de comunicação em Alagoas.

Inconformado, Pedro resolveu fazer barulho abertamente – e, desde o início, suspeitava que poderia derrubar seu irmão. Mas prosperaram e ainda prosperam outras dicas sobre o que motivou a ira, além de obscuros apetites econômicos. Uma das raízes estaria numa crise entre ele e sua mulher Tereza. Na época, o cunhado era governador de Alagoas e apresentou-se como um conselheiro pacificador.

O conselheiro estaria, na verdade, escondendo o galanteador da própria cunhada. E, a partir daí, surgiram as mais variadas informações sobre se o galanteador teve sucesso ou não. Mas o fato é que houve – e tanto Pedro como Tereza admitem (DIMENSTEIN, 1990, p. 131).

## Derrocada

Cercado de acusações que o ligava à estrutura de corrupção em seu governo, Collor viu sua autoridade presidencial declinar aceleradamente; este foi o resultado de uma catastrófica combinação de desagregação política e moral, em um ambiente econômico-social de retomada do processo inflacionário. Na conjuntura da crise política, econômica e de governabilidade, na lama da corrupção. Collor foi acusado de cinco crimes: corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, formação de quadrilha e estelionato. A Ordem Advogados Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa deram entrada ao processo de *impeachment* no Supremo Tribunal Federal. E ainda que o governo tivesse tentado se socorrer usando da tática de evitar o julgamento e de forçar a votação secreta da aceitação da denúncia, a Câmara dos Deputados aceitou o processo contra o presidente Collor.

Em 29 de setembro de 1992, por 441 votos a 38, a Câmara autorizou o Senado, em votação transmitida ao vivo por televisão e rádio, a abrir o processo de *impeachment* contra Collor por crime de responsabilidade e determinou seu afastamento da Presidência. Também no dia 29, porém de dezembro, Collor renunciou à Presidência vinte minutos antes de o Senado instalar a sessão de seu julgamento – e Itamar Franco tomou posse como presidente da República. Ainda assim, no dia seguinte, o Senado considerou Collor culpado, por 76 votos a três, e o impediu de exercer função pública por oito anos.

## Debates Impressos

Depois de todos os embates e crises relativas ao governo Collor, que culminou no seu *impeachment*, muitos setores da sociedade se viram obrigados

a realizar uma auto-avaliação, pois entendiam que a deposição por vias legais daquele presidente seria um marco: nada seria mais como antes.

Dimenstein (p. XVI-XVII, 1992), no prefácio de *Todos os Sócios do Presidente* (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992) – livro que se pretendeu análogo ao *Todos os Homens do Presidente*, de WOODWARD e BERNSTEIN (1994) –, escreveu que o papel da imprensa no caso Collor não era um fato isolado, um ato fortuito; mais do que um acaso: era o reflexo de que um novo país ia nascendo com o aprimoramento democrático. É evidente que suas palavras têm um tom jornalístico e de observação sem nenhuma fundamentação científica, mas elas nos servem de simples relato, como fonte primária, para termos contato com aquilo que se pensava sobre o caso imediatamente à sua época.

A verdade é que tais discussões tomaram um caminho diferente: Fleischer<sup>8</sup> (2000, p.83) se interroga se o caso Collor bastou para que a democracia brasileira se tornasse consolidada e estável, e conclui que apenas algumas instituições representativas se fortaleceram em todo o processo – o Congresso, a Câmara –; mas tudo não pelo caso Collor em si, mas pelas reformas políticas que dele derivaram.

Comparato<sup>9</sup> (2000, p. 120) afirma a importância constitucional, para os estudos do Direito, do caso Collor.

A decisão do Senado brasileiro de reabrir o processo após a renúncia do presidente Collor e condená-lo, impedindo-o assim de ocupar cargo público por oito anos, foi correta, independentemente da visão que se tenha da natureza dos crimes de responsabilidade na lei brasileira. Se crimes de responsabilidade política forem considerados verdadeiros crimes, o réu não pode, por iniciativa própria, impedir a pena, a menos que a lei facultasse isso (COMPARATO, p. 120, 2000).

O fato de a mídia ter veiculado as denúncias de Pedro Collor, mesmo sendo ele considerado fonte duvidosa, motivou a crítica sobre a ética na imprensa. Tal problema foi mote de vários estudos, entre eles, a reflexão de Sampaio (1994)<sup>10</sup>:

<sup>8</sup> In: DOWNES; ROSENN. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

<sup>9</sup> DOWNES; ROSENN; loc. cit.

<sup>10</sup> In: *Informação e Poder*. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

Sabemos, hoje, que todas as acusações assacadas contra o então presidente Fernando Collor e seu sócio Paulo César Farias eram absolutamente verdadeiras.

Mas, acatar e divulgar as denúncias do irmão mais novo, sem qualquer prova ou apuração mais profunda, não teria sido um gesto de leviandade?

Pedro Collor não teria denunciado o irmão por ver seus próprios interesses contrariados, desde que PC Farias implantava em Alagoas um jornal concorrente? O deputado Cleto Falcão não denunciou, posteriormente, que Pedro só fez as denúncias porque não conseguiu "fazer parte da quadrilha"?

A ética jornalística é um terreno escorregadio e de difícil definição, posto que defini-la seria como tentar definir o conceito de arte, de saudade, de ódio, de amor. Cada um parece ter sua própria visão e definição de cada um desses temas (SAMPAIO, p. 106-107 1994).

Esta constatação está em consonância com as idéias de Nassif (2003, p. 28), em sua avaliação ao *Jornalismo dos anos 90* – período inaugurado pelo caso Collor. A mídia no caso Collor começara com o pé esquerdo, ou seja, não começou com investigações sérias, mas com denuncialismo sem base.

A pressa pelo furo fácil, no entanto, fez com que, por aqui, se abrisse mão dos cuidados mínimos requeridos para uma boa apuração. Um dos paradoxos desses tempos de denúncia é que só se divulgam notícias esquentadas, porém que não demandam grandes apurações. Os grandes golpes, por si só complexos, praticamente passaram incólumes perante os jornalistas mais ostensivamente vinculados ao escândalo. Mesmo porque parte deles era de autoria de suas próprias fontes (NASSIF, 2003, p. 28).

O comportamento geral da imprensa, desde a ascensão de Collor até a sua queda política, evoluiu do descaso à expectativa, do apoio à decepção; mudaram do comportamento hesitante à clara intervenção. Indubitavelmente, a imprensa vestiu-se, nesse caso, da famosa expressão do "quarto poder". É notadamente a partir do caso Collor que a imprensa brasileira se percebe forte. É aqui que, depois de quase 21 anos de censura militar<sup>11</sup>, a imprensa sente o poder da formação – e manipulação – da opinião pública. Este é o cerne do estudo de Lattman-Weltman (1994), cujo título "A Imprensa Faz e Desfaz um Presidente" denuncia. Nele, o autor observa que Collor, na sua trajetória até o Planalto, foi transformado pela mídia em presidente, assim como ela o desfez posteriormente:

<sup>11</sup> Os militares instituíram-se no poder em 1964, e lá ficaram até 1985.

A imprensa começa a se movimentar então, em relação a Collor, numa conjuntura inteiramente diferente da que enfrentara antes. Cessada e praticamente esgotada a ofensiva propagandística do "fenômeno", o tempo e o ritmo dos acontecimentos voltavam a ser controlados pelos mediadores privilegiados da agenda. Em vez de surpresa com a desenvoltura e a disposição do novo presidente, a mídia passa a questionar os métodos e resultados do governo em face dos problemas cotidianos do país, os mesmos problemas que tão bem conhece, que tantas vezes já abordou. O próprio estilo arrogante e auto-suficiente de Collor e sua equipe, pouco afeitos à negociação e ao diálogo, começa a acirrar os ânimos e os temores dos principais veículos (e seus principais interlocutores da elite). E mais: todos estes passam a cobrar e a criticar tais resultados e métodos em função das premissas do programa que, na verdade, estabeleceram (e que, obviamente, não entram jamais em questão, nem mesmo no auge da execração pública do governo) (LATTMAN-WELTMAN, p. 109-110, 1994).

Ou seja, passando da informação obtida em *off* à apurada através de sistemáticas investigações, da passividade à tomada de iniciativa, a imprensa ingressara em uma nova fase em que direcionava os discursos da sociedade rumo a um consenso, quase sempre decisivo (LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.111). Em outras palavras, a imprensa ganha força como formadora de opinião. E, além disso, a mídia interveio na condução dos fatos, se fez relevante e decisiva no final de toda a história, ao ampliar e catalisar a mobilização popular – o clímax foi a transmissão ao vivo, por rádio e televisão, da sessão de 29 de setembro de 1992, quando a Câmara afastou-o de seu cargo de presidente.

Esse aumento sensível do poder da imprensa frente ao consenso público não se deu, contudo, sem auto-avaliações. Entre tantas discussões daí decorrentes, temos como um dos melhores exemplos um livro de 1994 intitulado "Informação e Poder" (CAVALCANTI FILHO, 1994), no qual jornalistas e juristas discutem questões como a ética do jornalismo, o direito à informação, as leis de imprensa, e concentração dos meios de comunicação brasileiros. Sendo o ponto de partida de tais assuntos o caso Collor e suas conseqüências, como é explícito no prefácio, assinado por Jânio de Freitas:

Se alguém disse que Collor foi eleito pela TV Globo, com seus 70% de audiência nos horários em que agiu contra Lula, não há como provar o contrário. Os votos que afinal confirmaram, na Justiça, a sentença do Congresso contra Collor tiveram a inegável contribuição dos pressionantes meio de comunicação... [...] Na medida em que tamanha força representasse os sentimentos e aspirações expressos pela opinião pública, poderia ser um fator saudavelmente democrático. A concentração permitida no Brasil, porém, com TVs, jornais, revistas e rádios na posse de um mesmo grupo e até de uma só pessoa é uma força terrivelmente

antidemocrática, anti-institucional, anti-social e contrária à independência de ação e à moralidade do Estado.

[...]

Deveria ser um livro inaugural e de estímulo ao debate sobre a concentração de poder nos meios de comunicação. Receio, porém, que a intenção inaugural não se concretize. Os temores e as conveniências mostram-se, entre nós, mais fortes do que o civismo e a coragem. Minha suspeita é de que este livro fique como caso único ainda por muito tempo (p. 09-10).

Os veículos de comunicação de massa desempenharam duplo papel desde a eleição e a deposição do presidente Collor. Primeiro, foi a grande responsável pela construção pública de uma imagem honestidade e de modernidade, na qual o candidato seria a resposta à devassidão moral e política e ao atraso político resultante da cultura política brasileira e dos 21 anos de ditadura militar. Depois, a mídia trabalhou pela desconstrução dessa imagem e contra a credibilidade de Collor.

Na história brasileira, o caso Collor representa um acontecimento sem precedentes. Nunca antes um governante fora deposto por vias legais. Da mesma forma, nunca antes a imprensa brasileira se viu revestida de tanto poder. E as conseqüências disso tiveram eco durante toda a década de 1990 do século XX.

Entre tantas discussões, o caso aponta, ainda hoje, a necessidade de revisão da legislação eleitoral; para que aqueles que almejam cargos públicos não sejam eleitos como um produto de consumo, resultado de intensa campanha publicitária. É um estágio de maturidade constitucional, uma condição de excelência do sistema político representativo.

- CAMPOS GONÇALVES, Sérgio. Printed Debates in Collor's Case. *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 177-186, 2006.
- ABSTRACT: From the election of Fernando Collor de Mello, in 1989, and your forced quit of Presidency in 1992, resultant, among other reasons, by corruption and the crisis of politic control, the Brazilian press nevermore was the same. This article treats of Collor's case how a product of mass media and about the immediate discussions generates from the auto-reflections by sectors of Brazilian society, speciality of the media.
- KEYWORDS: Collor; Press; Corruption; Impeachment.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBI, Elivanete Z. *De caçador de marajás a presidente cassado*. (Dissertação de Mestrado) Franca: UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Redução do Espaço Público e Avalanche de Pós-Modernidade: A Parceria entre Imprensa e o Discurso Competente de Fernando Collor de Mello*. *Estudos de História*, Franca, 1: 319-334, 1994.
- BRUM, Eron. *Política, o palco da simulação (Estudos dos fatores que influenciam a opinião pública em um processo eleitoral)* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 1987.
- CAVALCANTI FILHO, José Paulo. *Informação e Poder / organização* José Paulo Cavalcanti Filho. – Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As Armadilhas do Poder: Bastidores da Imprensa*. São Paulo: Summus Editorial, 1990.
- GRABER, Doris A.; *Media Power in Politics*. Washington: Congressional Quarterly Press, 1990.
- KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; FARIA, Tales. *Todos os Sócios do Presidente*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de Abreu; CARNEIRO, José Alan Dias. *A Imprensa Faz e Desfaz um Presidente*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- NASSIF, Luís. *O Jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia / Eliézer Rizzo de Oliveira*. – Campinas/SP: Papyrus, 1994. – (Coleção Estado e política)
- ROSENN, Keith S.; DOWNES, Richard (orgs.), *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- WOODWARD, Bob; BERNSTEIN, Carl. *All the president's man*. Nova York: Touchstone, 1994.

## JOÃO PAULO II E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: VOLTA À GRANDE DISCIPLINA?

Tiago Tadeu CONTIERO<sup>1</sup>

- RESUMO: O presente artigo é fruto de um projeto de pesquisa cuja finalidade é compreender as atitudes do pontífice João Paulo II em relação ao movimento teológico latino-americano, denominado Teologia da Libertação (TL), demonstrando que sua ação contra o movimento buscava, na verdade, um regresso à "Grande Disciplina" conservadora adotada pela hierarquia católica, no século XIX, e que permeou todas as atitudes e posturas da Igreja até meados do século XX.
- UNITERMOS: João Paulo II; Teologia da Libertação; Ultramontanismo.

### Considerações iniciais

É inegável afirmar que João Paulo II foi uma das figuras mais respeitáveis e emblemáticas do último século, e que sua ação política e social deixou marcas não somente no interior da Igreja, como também no mundo todo. Todavia, João Paulo II, representante da hierarquia da Igreja Católica, assumiu uma postura de distanciamento em relação à Teologia da Libertação (TL) e minou sua influência na América Latina. O que, afinal, poderia estar por trás de sua atitude? Haveria interesse do pontífice em retornar à "Grande Disciplina" pré-conciliar?

Para obter respostas a essas questões, faz-se necessário considerar que, em dois mil anos de história, a Igreja Católica nem sempre foi a mesma; ela passou por diversas modificações ao longo dos séculos. A partir dessa premissa podemos afirmar que, em cada momento histórico existiu uma igreja diferente que acabava por se autoconferir tarefas e obrigações sociais, de acordo com a sociedade na qual estava inserida, e esse entendimento é denominado de autocompreensão.

Um auto-entendimento da Igreja perdura até que, por razões internas ou externas, acaba-se criando situações propícias ao surgimento de uma nova

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da UNESP – Campus de Franca. Sob orientação do Prof. Ivan Aparecido Manoel. Bolsista CNPq/PIBIC.

autocompreensão. Ao longo do século XIX, a Igreja desenvolveu uma autocompreensão denominada Ultramontanismo.

### Ultramontanismo

O Ultramontanismo foi uma autocompreensão da Igreja que perdurou de 1800 até meados do século XX (praticamente todo o período compreendido entre os pontificados de Pio VII e João XXIII). Pode-se dizer que o Ultramontanismo é uma reação da Igreja Católica em relação à modernidade e todas as formas de avanço que ela representava.

Essa doutrina católica condenou o mundo moderno como um todo, lançou fortes críticas ao capitalismo e negou veementemente o comunismo, além de ter centralizado a Igreja na figura do Papa, consolidando sua hierarquia num formato piramidal, muito rígido e bem definido.

Por se tratar de uma doutrina que teve sua origem no início do século XIX e perdurou até praticamente o Concílio Vaticano II, em 1963, poder-se-ia pensar o Ultramontanismo como uma doutrina rígida, o que na verdade não ocorreu, como aponta Ivan Manoel:

O exame da história da Igreja demonstra essa atitude: de Pio VII (1800 – 1823) a Pio IX (1846 – 1878), houve um esforço da doutrina e das práticas devocionais; com Leão XIII (1878 – 1903), continuou o esforço do devocional, mas já havia indícios de que a Igreja iria intervir fortemente no sócio-político; de Pio X (1903 – 1914) a Pio XII (1939 – 1958), a ação "concreta" foi explicitada através dos programas da Ação Católica. (MANOEL, 2004, p.21).

Esse excerto deixa claro ter havido três momentos distintos no Catolicismo Ultramontano, que se iniciou com uma estratégia centrada mais no discurso do que na ação; já com Leão XIII são dados passos fundamentais apontando para uma estratégia que envolvia não apenas o discurso, mas também uma intervenção da Igreja Católica na realidade, principalmente a partir de sua Encíclica: *Rerum Novarum*.

A *Rerum Novarum* deixa claro o posicionamento da Igreja em relação ao mundo moderno e também ao Comunismo. Leão XIII atesta que há um grande mal no mundo, causado pela modernidade, porém atenta para o risco de se recorrer a uma solução socialista.

Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumariamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários,

viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social. (LEÃO XIII, 2004, p.11)

Por fim, a partir de Pio X, a doutrina Ultramontana passa do campo do discurso para o campo da práxis, principalmente por meio da Ação Católica. Ao estudar esse período, pode-se afirmar que houve um fortalecimento da esfera devocional. Ao mesmo tempo, a Igreja amplia sua atuação no âmbito sócio-político.

A Ação Católica foi um movimento formado principalmente por leigos que funcionou como uma espécie de extensão da hierarquia eclesiástica. Um dos objetivos da Ação Católica (senão o maior) era atuar junto às estruturas da sociedade a fim de recrutarizá-las. Porém, na América Latina, a Ação Católica foi um dos fatores que levou ao surgimento da Teologia da Libertação.

### Teologia da Libertação

Antes de analisar a Teologia da Libertação, é necessário que se contextualize o momento em que ela surge (início dos anos sessenta do século XX) e também o local de sua origem (América Latina). Nessa época o mundo estava dividido entre duas superpotências: de um lado os Estados Unidos, simbolizando o bloco capitalista, e de outro, a União Soviética, potência do bloco socialista.

A América Latina no pós-segunda guerra enfrentava graves problemas econômicos e sociais. A miséria, a fome e o desemprego eram constantes na maioria absoluta dos países latino-americanos. Os Estados Unidos, por meio de intervencionismo, exercia sua hegemonia no continente e, de forma direta ou indireta, garantia o alinhamento dos países americanos ao bloco do "mundo livre".

Em 1959, ocorre a Revolução Cubana, que alguns anos mais tarde assumiu um caráter socialista. Os norte-americanos lançam pesadas sanções contra a ilha, mas não surtem o efeito desejado. Criou-se então um receio de que novas revoluções socialistas assolassem o continente.

Devido a esse contexto geopolítico, os Estados Unidos passam a apoiar, e até mesmo a financiar, golpes militares em toda a América Latina, contra supostos regimes de tendência esquerdista.

É em meio a esse contexto social que surgiu a Teologia da Libertação, uma corrente teológica nascida e enraizada no interior da América Latina, que sempre possuiu um embasamento cristão.

Para muitos autores, a Teologia da Libertação teria tido sua origem no ano de 1968, com a publicação do livro *Teologia da Libertação* de Gustavo Gutiérrez, embora até mesmo entre os Teólogos do movimento haja divergências quanto à data de seu início.

Alguns autores apontam sua origem numa reunião em Petrópolis, ainda no ano de 1962, na qual o próprio Gutiérrez estava presente. Ai já se pensava numa espécie de Teologia, que objetivasse a libertação social e o fim da opressão. A importância dada a esse ano (1962) é devido ao fato de ser anterior ao Concílio Vaticano II

A Teologia da Libertação temporalizava o conceito de "Reino de Deus", trazia-o para o agora, para o hoje, ao contrario da hierarquia da Igreja que ligava o Reino de Deus à eternidade. Nos documentos da Conferencia de Medellín lê-se: "*Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o 'Reino de justiça, de amor e de paz'*". (Bispos da América Latina, 1975, p.10)

Seus teólogos viam e acreditavam na necessidade de criação de um projeto alternativo para a sociedade, no qual as pessoas tivessem uma nova opção, e utilizavam a Bíblia para mostrar que Deus não se contentava com o sofrimento do povo, que o próprio Deus também buscava algo novo, que sua ação na história sempre foi libertadora, e que nesse momento não seria diferente.

Ao se reunirem para buscar ver a vontade de Deus em um contexto social onde a dominação era cada vez mais forte e os pobres cada vez eram mais oprimidos, os Teólogos se depararam com uma situação muito semelhante à vivida no tempo do Êxodo e no tempo de Jesus, e passaram a atribuir ao capitalismo a responsabilidade pelas mazelas sociais.

Foi a partir daí que os teólogos da libertação começaram a procurar uma outra alternativa para a sociedade, o que os levou a uma aproximação da doutrina socialista, não o socialismo soviético e sim um socialismo que remetia às comunidades Cristãs primitivas tendo como base os Atos dos Apóstolos, onde os cristãos vendiam suas propriedades e bens e dividiam por todos, segundo as necessidades de cada um.

Gustavo Gutiérrez, assim como Leonardo Boff, defendem uma tendência da Teologia da Libertação na qual a massa (os pobres) tem forte protagonismo, isto é, tem um potencial transformador, já que as condições em que estava inserida seriam suficientes para que ela adquirisse a consciência da mudança. Em outras palavras, Gutiérrez considera o pobre o sujeito da transformação social.

Enquanto na América Latina a Teologia da Libertação começava a tomar forma, em Roma se iniciava o Concílio Vaticano II, em 1963, sob o pontificado de João XXIII. O Concílio é fundamental para a história da Igreja, pois marca sua relativa abertura ao mundo moderno, suas atualizações e inovações que eram, sem dúvida, muito necessárias.

De forma clara, as atualizações da Igreja tinham por base a Europa. Naquele momento não se pensou na Igreja latino-americana. A segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, realizada em Medellín, tinha, entre seus objetivos, o de tentar implantar as inovações conciliares na América Latina, evidente que com as devidas adaptações às realidades existentes.

A partir das condições propostas pelo Concílio e as implantações em Medellín, a Teologia da Libertação encontrou elementos que fizeram o papel de uma ponte de ligação com a Igreja Católica. Ainda no Pontificado de Paulo VI, devido ao seu apoio às Comunidades Eclesiais de Base, a Teologia da Libertação se uniu definitivamente à Igreja.

Pouco tempo depois, em 1978, o Cardeal Karol Wojtyła é eleito Papa, e assume o comando da Igreja Católica com o nome de João Paulo II; sendo ele oriundo da Polônia de dentro da Cortina de Ferro soviética.

### João Paulo II e a Teologia da Libertação

A eleição do Cardeal Wojtyła foi uma grande surpresa, já que seu nome não figurava entre os mais cotados a substituir João Paulo I, cujo pontificado durou apenas alguns dias. Surpresa maior residia no fato da Igreja ter escolhido um Cardeal que vivera sob a influência do regime comunista Soviético.

O Pontificado de João Paulo II (o terceiro mais longo da história) foi marcado pelo seu grande carisma, pelas suas inúmeras viagens ao redor do mundo, pela sua incomparável habilidade comunicativa, capaz de atrair grandes multidões, e também pelo seu combate ao comunismo nos anos 80.

É inegável a influência de João Paulo II na derrocada do comunismo europeu, e facilmente comprovada pelo seu apoio ao movimento operário polonês, o Solidariedade, e também pela sua ligação com o governo Reagan, com o qual mantinha constante comunicação.

Qual seria então a reação de João Paulo II diante de um movimento teológico no interior da Igreja que se aproximava de "forma tão perigosa" da doutrina socialista? A resposta a essa questão parece óbvia.

A Teologia da Libertação desenvolveu, de fato, uma análise da sociedade utilizando a dialética marxista. O Vaticano, porém, considerou que o movimento

teria incorporado os ideais marxistas como um todo, incluindo ainda os fundamentos ateístas, o que era inconcebível pela hierarquia eclesiástica.

Pode-se afirmar que as autoridades romanas tinham medo de que o movimento teológico latino-americano esvaziasse a fé dos fiéis, enquanto os teólogos da libertação buscavam mostrar ao povo uma visão de Deus menos hierarquizada. Essa posição feria uma Igreja hierarquizada e, obviamente, se chocava com os interesses dos líderes católicos.

Buscando preservar sua posição, a hierarquia da Igreja, por meio da Congregação para Doutrina da Fé, publica duas instruções sobre a Teologia da Libertação: *Liberatis Nuntius* (1984) e *Liberatis Conscientia* (1986). Nessas instruções, a Igreja aponta para o perigo da aproximação do movimento teológico com ideais marxistas, considerados como prejudiciais e perigosos para a fé.

A presente instrução tem uma finalidade mais precisa e mais limitada: quer chamar a atenção dos Pastores, dos teólogos e de todos os fiéis para os desvios e perigos de desvios, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas de teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista. (Congregação para Doutrina da Fé, 1984)

Ao mesmo tempo em que considera a linha de pensamento dos teólogos latino-americanos perigosa, a Igreja reaviva seu compromisso incondicional com os pobres, um dos pilares da Teologia da Libertação. Mas o que se pode observar de real nesse embate entre a hierarquia da Igreja Católica, representada por João Paulo II, e a Teologia da Libertação?

Ao analisar a postura de João Paulo II em relação à Teologia da Libertação, nota-se claramente que, ao mesmo tempo que atraía para si grandes multidões pelo seu carisma, o Papa freava os avanços conciliares, abrindo cada vez mais espaço a movimentos conservadores.

## Conclusão

Com o estudo desse embate, constata-se que realmente João Paulo II utilizou-se de suas ações contra a Teologia da Libertação para buscar uma volta à "Grande Disciplina" pré-conciliar, ou seja, à doutrina conservadora da Igreja.

Essa postura também pode ser comprovada quando se observa a nomeação de Bispos, realizada pelo Sumo Pontífice nesse período. Utilizando-se do pretexto de combater os movimentos de esquerda dentro da Igreja, João

Paulo II nomeia, para posições-chaves, bispos ligados a movimentos conservadores, numa clara demonstração de seus interesses.

Não resta dúvida de que havia, de fato, muitos Bispos ligados à Teologia da Libertação, sendo que alguns chegaram a ter grande prestígio (como D. Paulo Arns em São Paulo e D. Pedro, no Mato Grosso). Porém, a importância desses bispos era constantemente minada. Muitos deles foram transferidos para alguma diocese sem importância política e, no lugar desses, outros de cunho conservador eram nomeados.

Por fim, é importante salientar que o posicionamento de João Paulo II em relação à Teologia da Libertação, e mais precisamente o embate entre eles ocorria sempre de forma indireta.

Com isso, conclui-se que a atitude do Sumo Pontífice em relação à corrente teológica latino-americana pode ser compreendida como uma comprovação de seu interesse em retornar à doutrina ultraconservadora. Nesse sentido, enquanto por um lado eram minadas as bases da Teologia da Libertação, por outro, apoiava-se e se abria cada vez mais espaço para movimentos neoconservadores, como a Opus Dei e a própria Renovação Carismática (RCC), o neocatecumenato e outros.

CONTIERO, Tiago Tadeu. John Paul II and the Theology of Liberation: return to the "Great Discipline"? *Revista Ensaios de História*, Franca, v.11, n.1-2, p. 187-194, 2006.

- **ABSTRACT:** The following article is the result of a research whose aim is to comprehend the pope John Paul II's attitudes towards the Latin-American theological movement, named Theology of Liberation (TL), showing that his action against the movement was actually an attempt to return to the conservative Great Discipline adopted by the Catholic hierarchy, during the XIX century, and which surrounded all attitudes and choices of the church until near the XX century.
- **KEYWORDS:** John Paul II; Theology of Liberation; Ultramontanismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BISPOS DA AMÉRICA LATINA. *Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1975.

BISPOS DA AMÉRICA LATINA. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano*. 5 ed. São Paulo: Paulinas, 1983.

BOFF, L. *Igreja: Carisma e poder*. São Paulo: Ática, 1994.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação: perspectivas*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

HINKELAMMENT, F. J. A Teologia da libertação no contexto econômico-social da América Latina: Economia e teologia ou a irracionalidade do racionalizado. In *Revista Eclesiástica Brasileira*. v. 56, 1996.

JOÃO PAULO II. *Ecclesia in América: Exortação apostólica pós-sinodal do Santo Padre João Paulo II*. São Paulo: Paulus, 1999.

JOÃO PAULO (Papa) *Laborem Exercens*. São Paulo, Paulinas, 2003.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. 14. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

Liberatis Nuntius (Congregação para Doutrina da Fé) Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação. Disponível em «[www.veritatis.com.br/conteúdo.asp?pubid=892](http://www.veritatis.com.br/conteúdo.asp?pubid=892)»

LÖWY, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

MANOEL, Ivan A. *O Pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento Católico (1800 – 1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

\_\_\_\_\_. Seria a religião uma filosofia da história? Ou seria o inverso? In MANOEL, I. A. e FREITAS, N. M. B. (orgs.) *História das religiões. Desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MOREIRA, M. O cerco à Igreja progressista. In *Cadernos do terceiro mundo*. Ano XI, n. 115, s/d.

## RESENHA

SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Deuses do México indígena: estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

Bruno BAENDERECK<sup>1</sup>

É nossa proposta resenhar a obra "Deuses do México Indígena" do historiador Eduardo Natalino dos Santos. Percorreremos, para isso, todos os capítulos do livro, detendo-nos principalmente nas propostas teóricas do autor e sua forma de abordagem. Nessa obra, o autor promove um estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas, relacionadas ao ambiente cultural da Mesoamérica<sup>2</sup>. Analisa os desvios realizados por três cronistas espanhóis do século XVI acerca da visão dos deuses mesoamericanos presente em alguns de seus códices pictográficos e fontes coloniais nativas.

Eduardo Natalino dos Santos é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, onde leciona as disciplinas História da América Pré-Colombiana e História da América Colonial. Suas pesquisas concentram-se sobre as concepções de história e cosmogonia das elites mesoamericanas e andinas. Desenvolveu parte de seu trabalho na Universidade Nacional Autônoma do México e na Universidade de Stanford. É um dos fundadores do "Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da USP" (CEMA/USP) que desde o ano de 2000 vem aprofundando questões teórico-metodológicas respectivas ao ensino e à pesquisa (fundamentalmente da América indígena e colonial).

No livro analisado, o historiador parte da pergunta de como os evangélicos Bernardino de Sahagún, Diego Durán e José de Acosta, em seus projetos religiosos, apropriaram-se das fontes coloniais nativas e formularam uma tipologia dos deuses gentílicos. Buscando marcos referenciais específicos, investiga o processo de composição dos dois tipos de narrativas (coloniais e

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da FHDSS – UNESP/Franca, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Raquel Portugal.

<sup>2</sup> Para além do imobilismo a-histórico no qual foi inserida a América antes dos espanhóis pelo mundo ocidental, podemos entender a Mesoamérica como uma grande família cultural. Da América Central ao Altiplano mexicano, alguns elementos estão presentes em praticamente todos os povoados, como por exemplo, a utilização de um sistema calendário baseado em dois ciclos concomitantes, a presença de uma dualidade essencial em sua Cosmogonia ou a própria centralidade da Cosmogonia em seus códices.

espanholas) para entender os objetivos dos autores, seus pressupostos e a quem se destinavam.

Sendo assim, contrasta fontes coloniais nativas selecionadas criteriosamente com três crônicas religiosas dos espanhóis acima relacionados, ressaltando as especificidades do universo mesoamericano e a seleção de informações realizadas pelos espanhóis, conforme seus objetivos heterogêneos.

Como questão introdutória partiremos, tal qual o faz Eduardo Natalino dos Santos, do cuidado que se deve tomar com o "fazer histórico": prestemo-nos à atenção necessária em não projetar nossos próprios valores ao analisar pensamentos relacionados a um outro tempo-espço. O livro analisado praticamente começa e termina com uma citação de "Palomar" (última obra de Ítalo Calvino), e é significativo pensarmos sobre os silêncios do personagem principal, Palomar, ao deparar-se com o jogo interpretativo feito acerca da cultura asteca. Silencia, pois a ele lhe parece que uma tradução pede sempre outra tradução, até cair-se num tipo de exercício mental, baseado em leituras alegóricas. É preciso humildade intelectual para silenciar, e Palomar faz perguntas ao invés de afirmar suas verdades. Sabia, contudo, que "*non interpretare è impossibile, come è impossibile tratenersi dal pensare*"<sup>3</sup>.

Ao nos determos mais um instante no pensar a interpretação, temos no mesmo sentido Umberto Eco<sup>4</sup>, que advoga critério para uma interpretação. A "superinterpretação" (podemos chamá-la de semiótica do leitor) tem suas fronteiras dentro da possibilidade ilimitada do interpretar. O excesso de autonomia do leitor (ao interpretar) pode trazer grandes prejuízos a uma boa análise e pensando na questão da História podemos nomeá-los sem escrúpulos: anacronismos. Quando por exemplo se ignoram as intenções contidas nas obras, relativas aos seus momentos históricos.

Em um trabalho recente, Maria Antonieta Jordão trata da questão no âmbito da literatura, e se fizermos um exercício de interdisciplinaridade temos em "Sentidos de Interpretação" um pouco da lição de Palomar: uma boa interpretação sabe proteger suas próprias conclusões, seja para preservar uma variedade de interpretações possíveis, seja para preservar algum enigma contido no texto (na mensagem).

Há um descaso no Brasil quanto ao estudo das culturas da América indígena espanhola, que vem sendo superado por uma série de autores como, por exemplo, Janice Theodoro, Leandro Kamal, Ronaldo Vainfas, Ana Raquel Portugal, Fernando Torres-Londoño, Maria Longhena, bem como o próprio

<sup>3</sup> CALVINO, Ítalo. Palomar. Milão: Arnoldo Mondadori Editore S.p.A., 1994, p. 100.

<sup>4</sup> Em seu livro "Interpretação e Superinterpretação". São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Eduardo Natalino dos Santos. Esse descaso não se manifesta apenas, como nos mostra o autor, pela falta de estudos dedicados à matéria, mas no próprio entendimento historiográfico acerca dessas culturas. Em outras palavras, em diversos trabalhos as diferenças culturais do grande mosaico americano (pré-colombiano) são tratadas de forma homogênea: hierarquizam-se ou desconsideram-se as diferenças e pluralidade.

Nesse sentido, estereótipos relacionados à América formulados no século XVI, com a chegada dos espanhóis, são difundidos até os dias de hoje. Sem a contextualização de autores e obras, uma tradição histórico-filosófica ocidental generaliza as explicações de mundo indígena falando, por exemplo, em "pensamento mítico". Ora, a "fabulização" de profundas reflexões e a comparação analógica que rivaliza o pensamento mesoamericano com o universo clássico greco-romano só reduz o "*alto raciocínio abstrato*" das culturas indígenas. Sua alteridade é esvaziada de particularidades.

Difunde-se, então, uma concepção das deidades mesoamericanas através do processo de "conquista espiritual" realizado na América pela coroa de Castela e pela ortodoxia cristã do século XVI. Essa concepção, muito mais generalizante e ligada à idéia de panteão, está a milhas de explorar o universo "espiritual" dessas culturas. Assim, assistimos à interpretação desses deuses como personagens, membros de um panteão, alocados conforme seus atributos psicológicos. Não se prioriza sua inserção (evidente nas fontes coloniais nativas) num complexo "sistema calendário" ou na Cosmogonia, por exemplo (elementos centrais para sua melhor compreensão). As deidades são muito simplificadas, transformadas em imagens que imitam formas da natureza.

No entanto, nos é possível adentrar com mais coerência (ou poderia dizer, evitando anacronismos) no universo mesoamericano, uma vez que temos acesso a vários documentos produzidos antes da chegada dos espanhóis, como o faz muito bem Eduardo Natalino dos Santos.

Muitas vezes os próprios indígenas ao descreverem suas esculturas silenciavam quanto aos significados, em respeito pelos seus ancestrais. Ao invés de adotarmos explicações consagradas, muitas vezes seria mais qualitativo se assumíssemos uma certa humildade intelectual e silenciássemos. Isso não significa deixar de interpretar, mas esforçar-se para perceber a diferença entre nossos conceitos (ocidentais) e os deles.

Infelizmente, em grande parte nossa concepção sobre o pensamento mesoamericano está sob a égide dos escritos espanhóis e portugueses. O autor procura a todo o momento, ao contrastar fontes, mapear elementos próprios do pensamento mesoamericano.

Ao tratarmos da documentação chamada aqui de "colonial nativa", temos como ponto chave um dos elementos que nos permite pensar em unidade cultural dos povos indígenas mesoamericanos: sua escrita pictográfica. Os chamados "códices" (livros sagrados utilizados antes da chegada dos espanhóis) trazem o problema da transliteração das línguas mesoamericanas. Em outras palavras, essas fontes coloniais nativas não são traduções dos códices pré-hispânicos. Há reestruturação (ou até alteração) dos conteúdos originais. O autor dedica-se, então, à não realizar um estudo isolado dessas fontes, o que lhe possibilita em grande parte o êxito no mapeamento do que é visão de mundo cristã (atribuída aos povos indígenas) e quais são os elementos próprios do pensamento desses povos.

Entender os objetivos de cada um dos três evangélicos é fundamental para visualizar como cada um irá apropriar-se das fontes coloniais nativas e dos depoimentos dos informantes sobre seus deuses e cultura.

Bernardino de Sahagún elabora manuais missionários, com descrições minuciosas de festividades, cultos e ídolos (deuses) de maior relevância (na sua opinião), para o auxílio na evangelização e na chamada "extirpação das idolatrias". Trata assim os deuses sob esse objetivo.

O frei Diego Durán tem praticamente os mesmos objetivos de Sahagún. Ao seguirmos a ordem dos capítulos proposta pelo autor elucidaremos melhor os objetivos dos evangélicos, segundo o mesmo.

José de Acosta elabora uma narrativa dirigida aos letrados europeus, diante da descoberta da América: pretende uma reformulação da Cosmogonia cristã. Trata também os deuses mesoamericanos a partir de seus objetivos, mais epistemológicos do que evangelizadores.

É preciso destacar que o autor não pretende entrar no mérito de "verdadeiro" ou "falso" sobre as crônicas. Busca, contudo, contextualizar obras e autores voltando-se contra estereótipos até hoje difundidos. Para tal contextualização, amplia o universo documental abordado.

No primeiro capítulo, é feita toda uma retrospectiva histórica dos povos mesoamericanos, seu modo de escrita e pensamento. Outrossim, é esmiuçado o conceito de Mesoamérica.

Durante a chamada Etapa Lítica (mais ou menos 33.000 a.C – 5.000 a.C), identificada principalmente pelo sedentarismo e ausência de agricultura, não há unidade cultural. Eduardo Natalino relaciona o prenúncio da Mesoamérica ao processo de transição no qual a organização da vida material e a visão de mundo são transformadas. Aos poucos o saber agrícola desenvolve-se, novas técnicas são utilizadas e passa a haver uma sedentarização (concretizada por volta de 2.300 a.C.) dos grupos. A consolidação dessa unidade cultural teria os

olmecas como grupo de destaque (período pré-Clássico: 1500 a.C. – 200 a.C.), responsáveis pelos "primórdios de um sistema de calendário e escrita" na organização e transmissão do saber. Os mexicas se diziam herdeiros dos toltecas.

Eduardo Natalino dos Santos prossegue na descrição dos períodos e das cidades de maior relevância, como é o caso de Teotihuacan para o período Clássico (200 a.C. – 800 d.C.). É importante destacar o enorme desenvolvimento dos centros cerimoniais, calendário, escrita, astronomia e medicina. O autor concentra-se nas diferenças e semelhanças e influências entre os maias a península do Iucatã e os diversos povoados do Altiplano. Fala da migração de diversos povos setentrionais vindos do norte (chamados chichimecas) de fala nahuatl. Desenvolvia-se então o "embrião olmeca", cultura com traços comuns em toda a região.

A vinda de tais povos coincide com a queda de Teotihuacan e sua substituição, como metrópole da região central, por Tula. Os toltecas convertem-se em herdeiros de antigas tradições culturais e a figura de Topiltzin-Quetzalcoatl (rei-sacerdote e deidade) aparece nos relatos e anais mesoamericanos como plataforma "espiritual" desse processo.

Ao fim do século XII d.C. o cenário já não é favorável a nenhuma hegemonia, mas dá lugar à grande instabilidade política e aumento da atividade militar. É o advento do pós-Clássico. O autor pormenoriza então a chegada dos astecas na região, marcando uma nova etapa cultural: era-lhes interessante identificar-se aos antigos *nahuas*, abertos a uma assimilação cultural a tradição tolteca, fazendo aliança com as principais cidades da época. Por outro lado também reelaboram as narrativas históricas e cosmogônicas tradicionais para justificar o aumento de seus domínios.

Podemos perceber então um pouco da complexidade dessas redes de relações pré-hispânicas. Muitas vezes os cronistas religiosos oscilam ao narrar elementos desse mundo "comum" mesoamericano e elementos particulares do grupo de seus informantes.

O autor termina por desenvolver o capítulo descrevendo a complexa divisão de espaço e tempo pelas culturas analisadas. O calendário aparece então como organizador de todas as esferas da vida e não apenas "uma forma de contar os dias e os anos...". Explica uma organicidade acerca do mesmo que nenhum cronista espanhol da época chegou a explicar (entender) com clareza. Ao tratar da escrita, demonstra a diferença entre os livros rituais e os livros anais (*Tonalamatl* x *Xiuhamatl*) e não deixa de trazer à tona a importância da oralidade.

Esses códices são desprezados enquanto documentos por alguns estudiosos, que ou os desqualificam como "pinturas", ao invés de entendê-los como livros pictográficos, ou qualificam-nos como narrativas míticas (fantasiosas). Segundo Eduardo Natalino dos Santos, assim procedem por não ver que é preciso fazer a pergunta adequada à fonte histórica e "em nenhuma tradição narrativa estão presentes apenas os fatos em si". É evidente que as idéias ali colocadas tem relação com alguma realidade concreta.

Encerra o capítulo com uma apresentação de todas as fontes coloniais nativas utilizadas em sua pesquisa.

No segundo capítulo, Eduardo analisa detalhadamente os métodos, objetivos e as abordagens sobre o mundo americano dos religiosos Bernardino de Sahagún, Diego Durán e José de Acosta. Contextualiza-os no processo de "Conquista Espiritual que se dava concomitantemente à colonização promovida pela Coroa de Castela".

Bernardino de Sahagún e Diego Durán são melhor compreendidos, segundo o autor, se entendidos como partícipes de uma ortodoxia cristã, preocupados em detalhar ao máximo suas descrições com o intuito de conhecer para converter profundamente. Necessariamente, para diagnosticar as "persistências idolátricas" dos indígenas (pós-conversão) dependiam dos gramáticos colegiais, seus alunos indígenas que não foram simples auxiliares na produção das extensas glosas<sup>5</sup>. Durán traz particularidades interessantes, como a de que buscava sinais nas práticas e celebrações indígenas "que confirmassem sua teoria da evangelização pré-hispânica e da descendência judaica dos mexicanos".

Com a consolidação do domínio espanhol, por volta de 1570, o indigenismo tornou-se suspeito e a vertente evangelizadora "hispanizante" substituiu a chamada "idade de ouro" das ordens mendicantes. O Concílio de Trento, o Tribunal do Santo Ofício e a força crescente da Companhia de Jesus (menos preocupada com um cristianismo universal) são indícios desse movimento.

Nesse sentido, as práticas de Durán e de Sahagún na busca de aprofundar o conhecimento sobre a religiosidade e o pensamento mesoamericano ("presentes de forma difusa em todas as atividades sociais") ao invés de serem reconhecidas como importantes na salvação dos gentis dos ardis demoníacos, são entendidas como perigosas por supostamente dar vida às antiguidades "demoníacas".

<sup>5</sup> Dado importante, é que "entre 1524 e 1572 os franciscanos produziram mais de 80 obras em línguas indígenas..." SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Op. Cit.*, 2002, p. 122.

Eduardo Natalino dos Santos desmistifica a imagem predominante – principalmente sobre Bernardino de Sahagún – de um "investigador do México por excelência", e de pretensão inovador no método etnográfico. Tal imagem do frei formou-se principalmente no século XIX, quando a historiografia mexicana buscava fundamento para o nacionalismo (preocupado em ressaltar o valor da cultura anterior aos espanhóis). Incutia em Sahagún um humanismo preocupado com a preservação da antiga cultura *nahua*, mas era na predisposição dos gentis ao catolicismo que este acreditava (e na unidade criacional depositava sua confiança). Não media esforços para ganhar o campo de batalha do demônio, redimindo os gentis. Para Durán, a América estava igualmente nos designios do Deus cristão. "Analogia é a forma predominante de conhecimento" em Diego Durán.

É ainda muito freqüente na historiografia atual a interpretação do frei como um humanista preocupado (até apaixonado) pela preservação da Antiguidade mexicana.

O padre José de Acosta tem seus objetivos bem distintos dos de Diego Durán e Bernardino de Sahagún. Sua narrativa "História Natural y Moral" seria a mais lida, sobre a América, até o século XVIII. Não teve contato com informantes mesoamericanos, pois sua preocupação central era localizar o Novo Mundo e seus habitantes no Universo criado pelo Deus único. Tal difusão de sua obra é dado fundamental para o trabalho de Eduardo Natalino, devido o alto grau de generalização no trato dos povos americanos e a utilização de conceitos conhecidos pelos cristãos letrados da Europa de seu tempo. Assim entendemos a hierarquização das culturas ameríndias e um verdadeiro tratado de demonologia que elabora.

O terceiro capítulo trata dos deuses mesoamericanos. É possível perceber nele que as narrativas religiosas selecionam e hierarquizam os deuses mesoamericanos conforme suas prioridades, fossem elas missionárias ou epistemológicas. Sendo assim, essa nova organização dos deuses contrastou bastante com aquela realizada pelo pensamento mesoamericano.

Os cronistas religiosos selecionavam os deuses conforme sua popularidade. Os indicadores principais eram as celebrações públicas e festivas. Eduardo Natalino dos Santos destaca o fato de que tais deuses tinham para os mesoamericanos uma participação fundamental em sua Cosmogonia, para além dos aspectos externos, imagens e celebrações. Então, a deidade dual – Omoteotl – geradora dos quatro deuses (que criariam o cosmos e o homem) perde importância na hierarquia evangélica para Quetzalcóatl e Huitzilopochtli, muito mais celebrados publicamente. A dimensão cosmogônica faria concorrência com a perspectiva criacional da Bíblia e, portanto, foi infirmamente

abordada pelos cronistas religiosos. José de Acosta, querendo reformular a visão de mundo cristã, praticamente nem se refere aos deuses mesoamericanos.

Outra constatação importante do autor é quanto à fronteira entre o divino e o humano nas fontes coloniais nativas: esta fronteira é muito mais fluida do que poderia conceber um cristão do século XVI. Este termina por separar, por exemplo, o Quetzalcóatl histórico (o sacerdote soberano de Tula) e o mítico. Natalino dos Santos não está preocupado em julgar esse tipo de separação realizada pelo pensamento cristão do século XVI, mas alerta alguns historiadores que ainda em nosso tempo fazem mecanicamente esse tipo de análise. Além disso, detalha muito bem a diferença da interpretação dos religiosos da deidade como um "ser essencialmente distinto dos homens, imagens ou objetos". Uma vez que para o homem cristão do XVI cada ente tem no universo uma posição inalterável (essência), o entendimento dos deuses mesoamericanos como uma presença (plausível de se fazer sensível num rei, sacerdote, imagem) foge a Bernardino de Sahagún, Diego Durán e José de Acosta.

Em outra perspectiva, as fontes coloniais nativas não ocultam o fato da identificação deus/homem fazer "parte do próprio funcionamento de um mundo no qual a categorização dos seres não era tão estática e essencialista quanto no pensamento cristão do século XVI".

Tópica reiterada é também a redução das deidades à relação com os quatro elementos da natureza. Podemos perceber através das fontes coloniais nativas que essas deidades têm atributos tão complexos "que estão longe de representar forças naturais de um povo que temia a natureza". Vale notar que os cronistas religiosos nem citaram, por exemplo, o milho como principal fonte do sustento humano, ponto central nas narrativas nativas.

Ao falarmos de Huitzilopochtli, principal deidade dos mexicas, podemos perceber seu caráter grupal, espécie de guia, responsável por aglutinar e dar-lhes identidade. Os cronistas religiosos trataram desta deidade como hierarquicamente superior, reproduzindo a reformulação narrativa realizada pelos astecas ao ter seu poderio incrementado no Altiplano. Esta reelaboração da memória valorizou ante as antigas tradições sua imagem, esquivando-se do rótulo de invasores setentrionais. Isso demonstra que as crônicas estavam sujeitas à procedência da informação das fontes coloniais e da região de seus informantes.

"As práticas religiosas realizadas cotidianamente, que se confundiam com os próprios afazeres e trabalhos, dificilmente seriam percebidas como tais pelos religiosos espanhóis...", baseados em modelos clássicos do que é devoção.

As deidades não se reduziam em importância àquelas que tinham referências públicas como, por exemplo, suntuosos templos. Vide Tlaltecuhli,

"identificada como a própria terra", que possuía representações escultóricas voltadas para a terra (para baixo). Acima de tudo, escapava aos religiosos que o entendimento dessas deidades se dava "sempre dentro de um determinado contexto cosmogônico ou histórico, organizado pelo sistema calendário."

Eduardo Natalino dos Santos encerra o capítulo com a discussão sobre como a historiografia tratou a explicação das deidades mesoamericanas de tipo naturalista, ou analógica ao universo greco-romano (discussão já realizada aqui no início do trabalho).

No quarto e último capítulo, Eduardo apresenta uma discussão aprofundada sobre a Cosmogonia, Cosmografia e sobre o "sistema calendário" nas fontes coloniais nativas e nos trabalhos de Sahagún, Acosta e Durán.

Ao falar da Cosmogonia, trata da convicção dos indígenas de que o universo passava por criações e destruições várias, sendo que as idades precedentes deixavam sempre algum legado para a posterior. Bem, se podemos falar em "visão de mundo mesoamericana", é devido à formulação de conceitos compartilhados por três milênios. Para além disso, os europeus da época desconsideraram *a priori* todas essas narrativas explicativas. Buscavam, destarte, sinais que comprovassem a unidade criacional.

Como exemplo temos Sahagún ao comparar versões mesoamericanas sobre as origens do Universo com fábulas da Antiguidade Clássica. Durán desqualifica tais visões duplamente: "falsas fábulas". Acosta ocupa-se em responder como passaram os homens e animais a essa parte do globo.

Contrastando os documentos, o historiador consegue entender melhor o filtro dos religiosos ao produzirem suas narrativas. Vale ressaltar que os episódios históricos entravam nas crônicas religiosas, por não competir com as sagradas escrituras (Bíblia) como o fazia a Cosmogonia indígena. Nas fontes coloniais nativas, a organização do conhecimento dá prioridades a outras tópicas, como por exemplo a centralidade da datação, o papel cosmogônico das deidades, o aperfeiçoamento gradual das idades e a tênue fronteira entre os homens e os deuses (como já fora explicitado anteriormente).

Ao abordar a complexa cosmografia, Sahagún trata os vários céus concebidos pelos indígenas como um único. Preocupado com as práticas mânticas (assim como Durán), tenta enumerar as influências específicas dessa geografia temporal e espacial, buscando paralelos na tradição cristã.

Através da leitura do autor, neste capítulo, o "sistema calendário" mesoamericano mostra-se complexo: uma "sofisticada concepção do tempo" que pronuncia a concatenação de 2 ciclos de duração diferentes, aglutinante das ações humanas e dos deuses. Sahagún percebeu sua importância ao focalizar-se nos prognósticos a serem extirpados. Fracassou, porém, no entendimento

desse complexo sistema, correlacionando-o ao calendário cristão. O frei Diego Durán atingiu no assunto um entendimento inferior ao de Bernardino de Sahagún. Buscava também acabar com as mentiras dos "agoueiros e astrólogos". José de Acosta evoca o calendário para comprovar que os indígenas eram seres racionais, e não gente bruta sem entendimento. Tenta como Durán encontrar os meses, semanas, séculos e dias festivos.

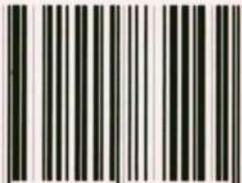
O calendário funcionava como uma espécie de estrutura organizadora. No entanto, esse sistema é muito pouco difundido nas obras historiográficas que tratam da mesoamérica. A centralidade do calendário não se vê também nas narrativas dos três religiosos na obra analisados.

O resultado obtido por Eduardo Natalino dos Santos ao contrastar as crônicas religiosas com as fontes coloniais nativas aparece principalmente nos capítulos 1 e 2. Ele aponta nos capítulos 3 e 4 a procedência dos elementos narrados e das estruturas narrativas. Destaca que tanto as três crônicas espanholas como as fontes coloniais nativas não podem ser compreendidas como dois blocos antagônicos e homogêneos entre si. A seleção realizada pelos três religiosos não tinha por objetivos a preservação da cultura mesoamericana, mas relacionava-se intimamente com o pensamento cristão do século XVI, com a "extirpação das idolatrias". Ainda assim, tal seleção não se desvinculava das instituições mesoamericanas de organização e transmissão da memória.

Ora, no rechaço mesoamericano à cristandade (nos primórdios da evangelização) os sacerdotes mexicas invocaram diretamente sua tradição escrita frente aos argumentos franciscanos. Ao relevar os dons recebidos por seus deuses, havia resistência no invocar do passado político tão antigo. Seu antiguidade expressa pelo calendário outorgava-lhes, assim, legitimidade de questionar "quién es verdaderamente dueño de la perspectiva histórica"<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> BOTHERSTON, Gordon. La visión americana de la conquista. IN: PIZARRO, Ana (org.). América latina: palabra, literatura e cultura. v.1. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1993, p. 74.

ISSN 1414-8854



9 771414 885002



[infografica@com4.com.br](mailto:infografica@com4.com.br)

[info.grafica@uol.com.br](mailto:info.grafica@uol.com.br)